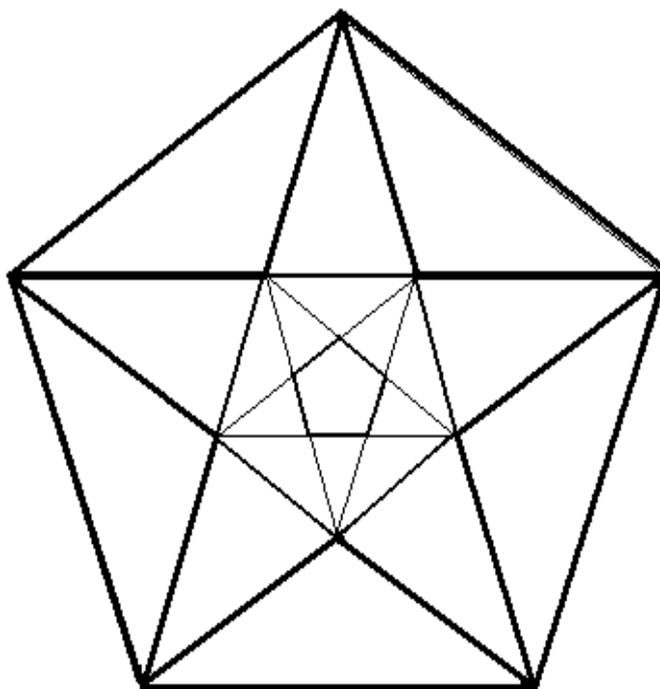


A TEORIA DOS PRINCÍPIOS

... DE PLATÃO?



Rubi Germano Rodrigues

ORELHAS

A Teoria dos Princípios propõe um paradigma: um logos normativo. Entenda-se por paradigma, uma ferramenta cognitiva que permite ao homem interpretar o mundo de modo formal e metódico. O Logos Normativo, aqui discutido, inova e destaca-se na categoria, por contemplar os axiomas da existência e a totalidade: em perspectiva metafísica, revela a inteligência criativa e o percurso ontológico que conecta mera potência à existência em ato. Constitui também, portanto, princípio gerador da realidade objetiva.

Dentre as potencialidades desse Logos, destacam-se: possibilitar que o homem liberte-se da caverna platônica das ilusões e tenha visão do mundo mais próxima da realidade e permitir que o cientista transcenda o plano da matéria, sem receio de perder-se em delírios e devaneios, mantendo, ao contrário, tanto a racionalidade como o rigor científico.

Embora essa descrição sugira questões modernas e emergentes, o seu resgate faz-se mediante mergulho no passado grego clássico, recorrendo às lições dos primeiros grandes pensadores ocidentais. Não se trata, portanto, de uma tese nova e inusitada, mas do resgate de um Logos dominado e operado por Pitágoras e por Platão, que o legaram à posteridade, velado em meio às suas doutrinas não escritas, de modo que somente fosse percebido por iniciados. Se agora vem a lume, certamente, é porque chegou a hora.

Rubi Rodrigues (1943) é um pesquisador independente e um pensador autodidata à moda antiga, pós-graduado em Fenomenologia, pela Universidade de Brasília (UnB), e membro da Sociedade Brasileira de Platonistas, que, com a presente obra, completa uma trilogia dedicada à emancipação cognitiva do ser humano: A razão holística: método para o exercício da razão, de orientação epistemológica, publicado em 1999; Filosofia: a arte de pensar, transitando de teoria do conhecimento para metafísica, publicado em 2011; e, agora, este, A Teoria dos Princípios, de orientação metafísica, com o qual pensa completar a sua iniciação filosófica. Por caminhos diferentes, as três obras procuram indicar a mesma verdade.

CAPA

Título e nome do autor em amarelo. Figura 12 em branco destacando os pentagramas. Capa fundo preto ou escuro.

CONTRACAPA

Desenho mostrando um ponto central e o círculo ao redor. Cor branca sobre fundo preto ou escuro.

Deus, ou porque quis assim ou porque era assim necessário,
[...] criou um só [...] e mais do que um não criou nem criará.
(Pl. R. 597c)

DEDICATÓRIA

Aos frutos dourados do Sol.

AGRADECIMENTOS

Ao meu anjo da guarda Odete, ao comemarmos cinquenta anos de cumplicidade; aos nossos filhos, Alexandre, Jussara, Jônatas, Solange e Cinthia, bem como às nossas netas, Cecília,

Alice, Catarina e Valentina, pelo clima doméstico favorável ao trabalho. Aos membros e amigos das Segundas Filosóficas, pelas discussões exigentes e amistosas. Aos professores Júlio Cabrera e Gabriele Cornelli, da UnB e Edrisi Fernandes, da UFRN; pelas críticas e sugestões. Ao pai Sol e à mãe Terra, pela acolhida, proteção e suprimento. Também, aos amigos de diferentes tribos, pelo prazer da vida.

DIRETRIZES DE EDITORAÇÃO

Formato: 14 x 21

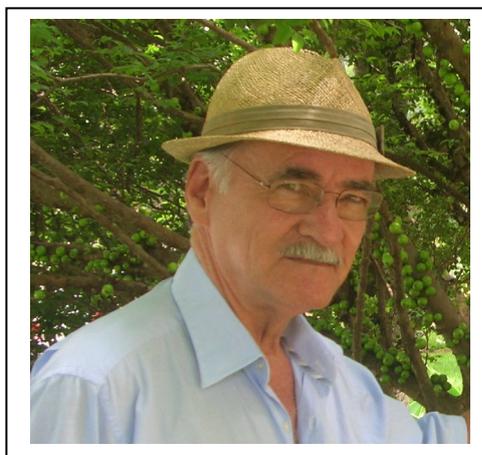
Arquivo em: PDF x1/a

Fonte: Minion Pro - deve ter serifa - 11,5 pt / 15 pt entrelinhas

Margens de 2cm (as quatro)

Capa 4/0 cores - formato aberto 48 x 21 cm. Policromia laminada com Bopp Fosco e verniz localizado. Brochura Hot-melt com lombada quadrada.

FOTO AUTOR PARA ORELHA



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	2
INTRODUÇÃO.....	4
PRIMEIRA PARTE – A Teoria dos Princípios.....	11
PREMISSAS.....	11
A DETERMINAÇÃO POSSÍVEL DO <i>ILIMITADO</i>	13
A DETERMINAÇÃO POSSÍVEL DO <i>LIMITANTE</i>	19
A DETERMINAÇÃO DA ESTRUTURA DO <i>LIMITANTE</i>	20
A <i>DÉCADA SAGRADA</i>	23
A DETERMINAÇÃO DO <i>LIMITANTE</i>	33
O PODER NORMATIVO DA DÉCADA DIMENSIONAL.....	36
MODELO PARA UMA TEORIA DOS PRINCÍPIOS.....	49
O LOGOS NORMATIVO.....	64
SEGUNDA PARTE – Leitura de testemunhos da tradição platônica.....	67
A DIALÉTICA DE PLATÃO.....	67
O UNO E O MÚLTIPLO EM PLATÃO.....	75
O PROBLEMA DA PARTICIPAÇÃO NA TEORIA DAS IDEIAS DE PLATÃO....	88
O DESACORDO DE PLATÃO SOBRE A CORRESPONDÊNCIA GEOMÉTRICA DO UM.....	93
O MODO PLATÔNICO DE VER O MUNDO.....	102
UMA RAZÃO NEGLIGENCIADA DAS DOCTRINAS NÃO ESCRITAS DE PLATÃO.....	111
PODE-SE VISLUMBRAR NA FILOSOFIA DE PLATÃO UM SISTEMA FILOSÓFICO?.....	115
A ACUIDADE DO FILÓSOFO NO <i>SOFISTA</i>	119
CONCLUSÃO.....	130
APÊNDICES.....	140
O <i>STATUS</i> ONTOLÓGICO DA LÓGICA I.....	141
O <i>STATUS</i> ONTOLÓGICO DA LÓGICA II.....	150
O <i>STATUS</i> ONTOLÓGICO DA LÓGICA III.....	159
ÍNDICE DE FIGURAS.....	166
REFERÊNCIAS.....	167

APRESENTAÇÃO

Este estudo traduz e expressa uma perspectiva metafísica fundacional¹, assumida com plena consciência do que significa fazer metafísica nestes tempos pós-modernos. Compreende-se que a Metafísica perdeu credibilidade na era moderna, eclipsada pela razão cartesiana dominante e pelos frutos do pensamento científico. Mas também reconhece-se que boa parte desse desprestígio resultou do insucesso da perspectiva metafísica, em oferecer soluções convincentes capazes de contribuir de modo decisivo para a evolução do discernimento e da cultura humana. Esse insucesso acabou gerando uma crítica mordaz que debitava a estagnação da Filosofia à insistência na busca de uma verdade – um logos originário – que teria o poder de eliminar as trevas. Dado que esse logos nunca teria sido encontrado, a própria Metafísica mudou de perspectiva, e a Filosofia viu-se compelida a buscar novos caminhos: perdido o rumo dos princípios, aventurou-se por teorias do conhecimento, pelos meandros da lógica e pelos condicionantes estruturais da linguagem, perdendo também o *status* de filosofia primeira. Diante do avanço das ciências naturais e humanas, não podia mesmo ficar imobilizada pela esperança de uma quimera cada vez mais distante. A vinculação da metafísica à religião encetada em alguns círculos acadêmicos parecia colocar a pedra de cal definitiva sobre esse modo de pensar – como conhecimento útil. Em certos ambientes, houve tempo em que assumir a perspectiva metafísica chegou a gerar aquele silêncio obsequioso. Não fossem as perplexidades surgidas na Física Quântica, apontando a necessidade de o olhar científico estender-se para além do plano visível da matéria, virtualmente, a Metafísica continuaria relegada a um canto escuro da biblioteca, sendo visitada apenas por um grupo de velhinhos cujos espíritos teimosos jamais se curvaram ao novo discurso dominante. Mais intuição, do que, propriamente, razão.

O fato pouco provável de preservação da obra completa de Platão e a proliferação de sociedades de estudos platônicos, praticamente em todos os países do mundo, constituem indícios, porém, de que a semente não se perdera por completo e que, nos meandros do inconsciente cultural, algo continua pulsando e insinuando-se, sorrateiramente, nos desvãos dos discursos das ciências e da filosofia. Algo que encontrava eco nos espíritos, na forma de pressentimento, mas que não contava com palavras, não contava com discurso convincente nem com voz para ser dito e ouvido. Foram os mestres de Tübingen os primeiros a perceber e a alardear que, na obra de Platão, havia tanta relevância nas entrelinhas como no expressamente registrado nas linhas e que residia, nesse interdito, o poder do intelecto que produziu aquelas preciosidades perceptivas e interpretativas que continuam encantando as mentes vinte e cinco séculos depois, tornando o seu autor, o maior filósofo de todos os tempos. Como conciliar a persistência do interesse pela filosofia de Platão com a decadência da Metafísica? Simples: o que Platão fazia era teoria do conhecimento e não metafísica, afirmou-se.

Mas não é apenas no poder interpretativo daquela mente brilhante que reside o fascínio daquela obra. Platão também focaliza o mais fundamental dos problemas humanos,

¹ Fundacional, no sentido de filosofia primeira destinada a prover alicerces conceituais para as demais ciências. Neste início de trabalho, podemos assumir o conceito etimológico de Metafísica, indicando o alicerce ontológico do mundo objetivo. No decorrer do trabalho, esse conceito será paulatinamente superado, atingindo significação mais precisa na conclusão.

ao denunciar a cegueira que nos mantém ignorantes da verdadeira realidade do mundo que nos cerca, cegueira que representa a origem primeira de todos os males que afligem a humanidade. Equivocados sobre o mundo e equivocados sobre nós mesmos, como conduzir a vida racionalmente? Uma vez percebido do que se tratava, Platão lançou-se decidido ao empreendimento de superar essa cegueira e libertar a mente humana para as suas melhores e mais nobres possibilidades. Debatemo-nos, diariamente, com problemas políticos, econômicos e sociais de toda ordem, em resumo, com as nossas circunstâncias, mas, no fundo, sabemos que apenas a conquista de competência cognitiva superior pode gerar soluções consistentes e encaminhar um modelo civilizatório que contemple, reverencie e preserve a dignidade humana. Platão é o pensador que propõe a solução ideal, insuperável e, até mesmo, irrecusável, quando ele não pretende que acreditemos na opinião de “a” ou de “b”, mas deseja que cada um desenvolva o discernimento que o habilite a vislumbrar a verdade do universo no qual existimos e, ao alcançar esse vislumbre, assuma a única postura que a percepção da verdade enseja e determina. Platão não almeja a doutrinação da espécie humana, mas, sim, a emancipação mental de cada um dos homens, porque ele sabe que aquele que percebe a verdade, irremediavelmente, apaixona-se por ela e pelo método que o conduziu até ali e já não consegue mais viver sem nenhum dos dois. Essa realidade não deve, não pode nem precisa ser mostrada ou ser relatada para ninguém, ao contrário, ela apenas pode ser vivenciada, pessoalmente, na intimidade de cada um. Daí, Platão estar mais interessado no caminho que conduz aos princípios, que conduz ao Bem – o seu índice supremo de todas as coisas –, do que na prescrição de valores éticos e no assentamento de verdades. Cumpra-se o percurso ontológico e metafísico apontado pela Dialética até a presença dos princípios, e a verdade será, naturalmente, revelada. No atual estágio imponderável da civilização humana, caracterizado pela orfandade ideológica, pela desilusão, pela descrença e pela desorientação generalizada, nada pode ser mais urgente do que encontrar um ponto fixo de apoio para ancorar a razão e livrar as mentes desse frenesi vertiginoso de mudanças, em que o mais bizarro pode ser justificado e no qual a vida vale cada vez menos. Por isso, aqui, neste trabalho, associamo-nos ao espírito grego clássico e retomamos a perspectiva metafísica em busca dos princípios, convencidos de que não há e nunca houve nada mais urgente a ser feito, do que tentar retomar e manter vivo o projeto emancipatório de Platão.

Ao leitor que nos honra, um esclarecimento: caso se tratasse de um problema simples, a questão dos princípios já teria sido solucionada há muito tempo. De nossa parte, a dificuldade maior não foi a de entender os princípios, mas a de encontrar uma maneira de comunicar e transmitir essas percepções de forma inteligível, com um mínimo de ambiguidades. Apenas superamos essa dificuldade ao compreender que não nos cabia exatamente transmitir um conhecimento, mas, sim, conduzir o leitor por um caminho que já havíamos trilhado e, ao final do qual, percebemo-nos dotados de nova lucidez. Dado que se trata de emancipação e não de doutrinação, apenas o leitor poderá atestar o resultado que, no seu caso, efetivamente, venha a ser alcançado. De qualquer modo, será sempre e, sobretudo, mérito do leitor, capaz de entender a importância da emancipação cognitiva e, além do mais, superar também as nossas deficiências comunicativas.

INTRODUÇÃO

A busca de princípios normativos capazes de explicar a formação e o funcionamento do universo constitui, virtualmente, o projeto mais ambicioso de todos os tempos assumido pelo intelecto humano. Essa questão afigura-se tão fundamental que não surpreenderia descobrir que esse desafio represente o teste decisivo que a natureza formula, para determinar se uma dada espécie inteligente será ou não bem-sucedida em seu processo de amadurecimento e de realização das potencialidades que justificam a sua existência como tal.

A julgar pelos registros disponíveis, a cultura ocidental amparada na razão surge já com foco nessa questão. Os pensadores pré-socráticos não pensavam outra coisa, queriam saber o que era primeiro na formação do mundo, e as respostas dos quatro elementos – água, terra, fogo e ar – testemunham um começo vigoroso, sugerindo capacidade intelectual promissora. De fato, logo, logo, os gregos descobriram que um elemento de natureza material não poderia ser princípio da matéria, e Anaximandro leva e eleva a discussão para o plano das ideias puras, introduzindo os termos *arké* – origem, princípio – e *apeiron* – *ilimitado*. Anaxímenes percebe a alma que governa todas as coisas; Xenófanés afirma a unidade do todo; Heráclito postula o *logos* – entendido como inteligência divina que governa o mundo –; Pitágoras acrescenta um *limitante* ao *ilimitado* de Anaximandro, afirmando que os princípios são dois: *peras* e *apeiron*; e Parmênides vai dizer que o *ser é* e o *não ser* não é, além de garantir que *ser* e *pensar* são a mesma coisa. Platão coroa esse esforço helenista de superação da cultura mitológica, sintetiza os esforços anteriores, estabelece os alicerces conceituais de uma ciência – que mais tarde será designada Metafísica –, na condição de ciência e perspectiva voltada para os princípios constitutivos da realidade, e discute a utilidade desse novo saber – a filosofia – na vida prática. No final, lega para a humanidade vasta, fundamental e instigante obra.

Esse legado platônico apresenta característica surpreendente que vai ter grande impacto na história da Filosofia: embora o seu método *dialético* indique que ele detinha uma concepção e uma teoria sobre os princípios primeiros do mundo, ele, terminantemente, recusa-se a registrá-la no papel e trata da questão exclusivamente na oralidade. A obra platônica estende-se por uma miríade de temas e assuntos que são tratados em diferentes circunstâncias e condições. Apesar dessa diversidade e de não se vislumbrar, nesse conjunto, um corpo doutrinário sistemicamente organizado, fica também claro que as posições assumidas, nesses textos, não guardam contradição entre si, em sinal evidente de que seu mentor valia-se de paradigma estável que dominava e determinava tudo o que pensava. Os diálogos possuem suficientes indicações, mas são os testemunhos indiretos, de diferentes fontes, que asseveram, de modo definitivo, a existência dessa oralidade que contemplava uma teoria platônica de princípios. Teoria essa que Aristóteles, na sua *Física*, vai designar, pela primeira vez, como *doutrina não escrita* de Platão.

A orientação pitagórica que os primeiros escolarcas imprimiram à Academia, depois da morte do mestre, tanto quanto o movimento neoplatônico que, surgido em Alexandria, estendeu-se até Atenas na gestão de Proclo, inscreve-se no esforço posterior de lançar luz sobre o paradigma que regera o pensamento de Platão, em empreendimento que, em última instância, visava a resgatar e reativar o conhecimento que a humanidade já havia desenvolvido sobre os primeiros princípios. Na medida em que a teologia da organização

religiosa surgida no Concílio de Niceia assumia contornos definitivos, afastando-se da doutrina platônica, a discussão dos princípios tornava-se desinteressante para o arranjo de poder estabelecido tanto no império como no regime feudal. O decreto de Justiniano, em 529 d.C., proibindo o ensino de filosofia no Império, não deixa dúvidas sobre o que se passava, o que também explica por que o tema não encontrou espaço relevante no medievo, apesar do uso prático, dosado pelas conveniências, realizado na patrística e na escolástica.

O advento dos estados laicos não altera a situação, porque a ciência também liberta-se da influência religiosa, confinando-se ao âmbito do espaço cartesiano da materialidade e declarando-se, formal e metodologicamente, pragmática e desinteressada por questões espirituais. Com o sucesso da perspectiva científica moderna e seu impacto sobre as populações, em razão da tecnologia decorrente, a própria Filosofia entendeu que deveria procurar caminhos novos, e a Metafísica² acabou sendo deixada de lado, preservada apenas em locais e casos esporádicos, à margem do grande fluxo do pensamento predominante, em situação que, no geral, perdura até os nossos dias.

Esse estado de coisas mantém-se soberano até a segunda metade do século XX, quando dois acontecimentos tornam evidente que o rumo assumido pela cultura ocidental enfrenta sérias dificuldades. De um lado, a ciência Física, ao penetrar no átomo, depara-se com fenômenos que desobedecem às leis do tempo e do espaço, ensejando a utilização de uma solução precária na forma de *não localidade quântica*, em estridente anúncio de que o âmbito do espaço-tempo de Einstein já não comporta a realidade e de que aquela opção cartesiana de localidade já não se sustenta mais. Dado que a alternativa de um universo paralelo inscreve certa desistência – se não evidente protelação –, a solução aponta para a retomada da perspectiva metafísica platônica e para a superação do conceito de imanência que foi tão caro à ciência de Newton e de Einstein. Por outro lado, no âmbito da Filosofia, a chamada Escola de Tübingen-Milão logra demonstrar, em impecáveis trabalhos hermenêuticos e historiográficos, que Platão esquiu-se de registrar, nos textos escritos, a Teoria dos Princípios que lhe serviu de paradigma, configurando tema que apenas tratou na oralidade e que contempla uma *doutrina não escrita*, indispensável para a correta interpretação de sua obra. Esses estudos revelaram um Platão francamente metafísico, plenamente coerente com a tradição de sabedoria que se propôs consolidar.

Esses dois acontecimentos repõem a Metafísica na ordem do dia da cultura ocidental, e a superação das dúvidas sobre as doutrinas não escritas reinscreve a suposta Teoria dos Princípios de Platão bem como todos os demais esforços realizados nesse sentido no centro de interesse da cultura, não apenas da Filosofia, mas também de uma ciência Física prestigiada que apesar do grande sucesso, a mais de cem anos convive com a desconfortável pendência de uma teoria do campo unificado. Essa situação agora se agrava com os novos problemas que emergem na pesquisa quântica, particularmente diante da necessidade de descobrir de que forma partículas atômicas adquirem massa, o que tem sido propalado como procura pelo *bóson* de Higgs. Esse programa, declaradamente, visa a entender o campo simétrico capaz de organizar instáveis energias quânticas que, em dadas condições, emergem

² A concepção de Metafísica que acabou sendo deixada de lado é aquela fiel ao termo: a ciência que focaliza os alicerces ontológicos que suportam o mundo objetivo e explicam o seu advento como universo organizado que teve começo. Uma perspectiva que, também, assumimos e entendemos que, também, presidia o pensamento de Platão.

do vácuo cósmico, fazendo surgir, na realidade, uma partícula atômica de existência estabilizada. Ora, saber como uma partícula atômica ganha assento na existência corresponde, exatamente, ao mesmo problema que os gregos clássicos colocavam-se, ao buscar o princípio gerador do mundo sensível, ao buscar os princípios primeiros do mundo. Em novo patamar, evidentemente. Portanto, o que estamos assistindo, neste início do século XXI, é a superação dos desvios de percurso da Filosofia capaz de fundamentar a situação do homem no universo. Estamos de volta à questão fundamental com a qual o ocidente inaugurou a sua aventura cognitiva dotada de cientificidade, qual seja, determinar os princípios que respondem pela existência do mundo e conferem-lhe essa organização justificadora do título *cosmos*.

A Escola de Tübingen-Milão, declaradamente, dedicou-se a justificar a tese da existência das doutrinas não escritas de Platão, em termos hermenêuticos e historiográficos, empreendimento no qual, a nosso ver, logrou o mais pleno sucesso. Entretanto, conforme a crítica já observou, a questão, em termos teóricos, continua pendente de tratamento. Ressalvando que a Escola não se propôs a especificar e interpretar a Teoria dos Princípios de Platão, cumpre reconhecer que as referências ao conteúdo teórico presentes nos diversos trabalhos e estudos que compõem o acervo desenvolvido até o presente momento – ao menos, daquele ao qual tivemos acesso –, limitam-se a indicar e a transcrever, com exíguos comentários, as passagens dos diálogos nas quais o próprio Platão deposita irrisórias pistas ou, então, realiza a também necessária coleta dos testemunhos da tradição indireta que, a partir de Aristóteles, estende-se, grosso modo, até a gestão de Proclo, na Academia (452 d.C.)

Esses estudos concordam na identificação da origem pitagórica do paradigma platônico, e Szlezák (2011b) chega mesmo a concluir que Platão e Pitágoras valiam-se de um mesmo modelo referencial, indo além de apenas perceber que os modelos de um e de outro comungavam a mesma estrutura³. De qualquer modo, permanecem raros aportes esclarecedores de algum aspecto do modelo teórico utilizado por Platão, embora o desafio de esclarecê-lo esteja em pauta desde o final do século passado e, certamente, integre as preocupações de todos os pesquisadores que adotaram a perspectiva das doutrinas não escritas. Que as descrições existentes sejam insuficientes depreende-se do fato de que uma teoria dos princípios, para justificar essa pretensão, precisa constituir um conjunto articulado de conceitos, fechado em perfeita unidade, configurando um modelo inteligível capaz de explicar como a existência estabelece-se, tendo, ainda, evidentemente, aplicação universal irrestrita. Descrição com essas propriedades não se encontra nem nos diálogos nem nos legados da tradição indireta, embora fragmentos ou indicações possam ser coletados aqui e acolá. Não há, porém, garantia alguma de que, a partir desses fragmentos, seja possível reconstituir a Teoria dos Princípios de Platão, sendo possível encontrar razões de esperança e de ceticismo.

Razões para ceticismo predominam. A época de Platão foi marcada por transformações importantes na cultura grega. De um lado, o esforço de superação da perspectiva mitológica por discursos logicamente suportados, em ambiente de precária alfabetização, implica tensões que, certamente, impactaram os registros. A par disso, o avanço da escrita em cultura predominantemente oral também não deve ter ocorrido sem resistências

³ Hoje, está disponível extensa bibliografia demonstrando a origem pitagórica das concepções básicas de Platão. No Brasil, destacamos a pesquisa de Fernandes (2015) e o trabalho de Cornelli (2013), que apresentam extenso rol de referências. No mesmo sentido, o trabalho de Bazán (2005).

da tradição e de hábitos enraizados. A própria forma dialogal dos textos platônicos e a sua sensibilidade para com os limites da escrita podem, em alguma medida, decorrer ou denunciar esse embate. Por outro lado, o percurso acidentado que os textos clássicos cumpriram até chegar aos dias atuais, com presumíveis perdas e virtuais distorções interpretativas, acrescenta também o seu quinhão de incertezas e de dificuldades. Além disso, o próprio Platão oculta, intencionalmente, saberes – supostamente reservados a iniciados – e, propositadamente, introduz dificuldades interpretativas nos textos, quando ironiza situações, quando de modo reiterado vale-se de aporismos, ao invocar testemunhos mitológicos e, até mesmo, por razões metodológicas inerentes à sua Dialética, por vezes, mais interessada no desenrolar do diálogo e na exploração das alternativas, visando a exercitar o interlocutor, do que, propriamente, no estabelecimento de conclusões e no assentamento de verdades.

As razões para esperança são menores, mas também existem. Santos (2000), adotando um método designado *dialética concreta*, logrou reconstruir, com significativo grau de sucesso, uma instigante descrição geral da doutrina pitagórica, valendo-se basicamente dos fragmentos de Filolau e de Arquitas. Esse resultado foi alcançado mediante a exploração dos vínculos estruturais que, necessariamente, ligam os conceitos em uma doutrina dotada de consistência, tal como evidencia uma concepção capaz de sobreviver tanto tempo. No caso, agora, em questão, a descrição geral existe sem configurar um sistema ou um modelo. A demanda por esclarecimento situa-se, porém, em plano axiomático delicado que exige um conjunto articulado e completo de conceitos, exige um modelo que, na obra platônica, encontra-se meramente subentendido e claramente sonogado e que apenas encontra indicações dispersas pela extensa obra, além de notícias ocasionais em textos ou em fragmentos da tradição indireta. Consequentemente, parece pouco provável que seja possível reconstruir tal teoria de princípios de Platão a partir desses registros. Mesmo trabalhos minuciosos de pesquisa, tal como os de Cornelli (2013) e de Fernandes (2013) sobre o pitagorianismo, que recolhessem todas as citações dispersas – na expectativa de, assim, facultar a dedução do modelo –, prometem pouco, tendo em vista que não se conhece o mapa desse quebra-cabeça e nem mesmo pode-se ter esperança de que as peças exigidas estejam disponíveis. Dado que, na *Carta VII*, Platão, textualmente, afirma que não registraria essas coisas, insistir nisso implicaria, contra todas as evidências, apostar demasiadamente em sua ironia.

Existe, porém, um caminho alternativo. Esse caminho consiste na realização de meditação ontológica radical, visando à identificação dos princípios primeiros, a partir de recursos conceituais disponíveis na modernidade, capitalizando as sugestões axiomáticas da tradição e, em particular, as oferecidas por Pitágoras que foram aquelas que convenceram Platão ou, no mínimo, forneceram-lhe as bases para edificar a sua própria concepção, caso esta revele-se distinta daquelas. Um projeto com tal propósito pode parecer pretensioso para uma mente moderna cultivada à luz da Lógica Clássica da mera consequência, cujo universo está contido no espaço e cuja evolução resume-se à atualização de potencialidades imanentes à matéria. Devemos lembrar, entretanto, que a busca dos princípios foi procedimento culto regular na civilização grega clássica, na qual a presença dos deuses exigia lógica capaz de operar a diferença transcendental que permeava homens e deuses. Dado que se tratava de perspectiva generalizada, sancionada pelos sábios, impõe-se reconhecer que se tratava de uma atitude amparada por uma lógica própria. Caso contrário ter-se-ia de admitir que os gregos sofressem de uma alucinação coletiva, o que, em última instância, configuraria flagrante

petição de princípio. Aliás, revela-se francamente impossível pensar ontológica e metafisicamente a sério, sem que a Lógica Transcendental forneça o horizonte necessário de um princípio inescapável, algo incabível no horizonte de possibilidades da lógica da mera consequência ou de qualquer outra. Esse princípio inescapável ou necessário representa o axioma básico da Metafísica, e essa ciência constitui o único modo de pensar com o qual se pode ter a esperança de, em alguma medida, contemplar os princípios constitutivos de um mundo que um dia veio a ser e que se acredita seja o caso do mundo em que vivemos.

No exame das condições de contorno para seguir esse caminho alternativo e realizar a meditação que o caso exige, constata-se uma característica peculiar e virtualmente privativa de um projeto de busca dos princípios constitutivos do universo. Dado que se trata de um cosmos, ou seja, de um universo organizado, impõe-se a presença de um índice normativo único que, impondo-se a todas as ocorrências presentes ou emergentes, garanta a integração e a harmonia universal, tal como o exige a teoria dos conjuntos. Ora, se o conjunto axiomático factual que preside e regula toda a existência em nosso universo configura-se, necessariamente, único ou constitui uma estrutura unitária, é também necessário que o modelo axiomático correspondente também seja único, sendo necessário que o modelo descritivo desse conjunto axiomático constitua também linguagem inescapável. E tenha-se em conta que inescapável, aqui, não impede que tenham sido propostas ou ainda sejam propostas soluções equivocadas e, muito menos, que não possam existir versões diferentes sobre o mesmo assunto, cada qual disponibilizando seu quinhão de verdade e de aplicabilidade. A experiência tem mostrado que qualquer fenômeno admite ser visto de diferentes perspectivas. Entretanto, trata-se de reconhecer que a adoção da perspectiva metafísica, de modo objetivo e sem reservas, enseja sempre a mesma constatação, qual seja, a de que todos os fenômenos presentes no universo revelam um único e mesmo padrão existencial e possuem, no ato existencial, a sua primeira determinação⁴. Logo, torna-se legítimo inferir que todos os esforços progressos visando a identificar os princípios normativos responsáveis por esse padrão existencial que tenham sido conduzidos, naturalmente, de modo competente, comungam do mesmo foco, focalizam sempre o mesmo objeto. Nesse caso, embora as diferentes contribuições assumam formas expressivas diferenciadas, invariavelmente objetivando o mesmo fenômeno, revelam-se, sobretudo, diferentes em grau de determinação do objeto visado e não em virtude de focalizarem objetos distintos. Consequentemente, cumpre considerar a hipótese de que boa parte ou, ao menos, algumas das proposições dos antigos gregos sejam corretas e representem soluções pertinentes e mesmo adequadas para a questão dos princípios e, portanto, que a crítica que se lhes possa ser oferecida resume-se à insatisfação quanto ao grau de determinação alcançado em cada caso. E observe-se que grau de determinação, aqui, refere-se ao que é exigido como determinação por parte de uma mente científica moderna que, sobre o mundo grego clássico, acumula vinte e cinco séculos de suposta evolução conceitual.

Assim, virtualmente, o problema dos princípios primeiros constitutivos do universo, em termos gerais, já tenha sido solucionado por Pitágoras e Platão, segundo os recursos conceituais, então, disponíveis. Esses recursos facultaram certo grau de determinação

⁴ Afigura-se impossível – além de inútil – pretender ir além do ato inaugural do mundo representado pela existência.

que se mostrou suficiente para que Platão convertesse a concepção axiomática geradora do mundo de Pitágoras em método dialético de ensino e de análise das estruturas constitutivas da realidade. A agudeza das percepções registradas nos diálogos e a destreza com que Platão esgrima a sua Dialética constituem indicações contundentes tanto do grau de determinação alcançado como do poder heurístico do modelo referencial utilizado.

Por complemento, cabe lembrar que o próprio Platão, no *Timeu*, afirma ser a busca dos princípios a tarefa possível. Szlezák (2011a) resume essa passagem (28 a) em termos particularmente claros, ao discutir a omissão de Platão, em relação aos princípios:

Fala-se aqui de duas tarefas: encontrar a causa geradora (28 a4) do mundo, e comunicar essa causa. A primeira tarefa não é impossível, embora “difícil”. Uma vez solucionada, e tão logo encontrado [...] o demiurgo (28 a6), a segunda tarefa, a da comunicação, se revela impossível – porém não simplesmente impossível, mas apenas, quando se trata da comunicação “a todos” [...]. (SZLEZÁK, 2011a, p. 217).

Na primeira tarefa, encontramos apoio de Platão à pretensão deste trabalho, no sentido de buscar e encontrar a causa geradora: o *demiurgo*⁵. Na segunda tarefa, encontramos posicionamento platônico contrário à comunicação escrita dos princípios e, portanto, às pretensões deste trabalho, enquanto comunicação *para todos*. Quer parecer-nos, porém, que, presentemente, não estamos cometendo o mesmo erro dos escritos filosóficos de Dionísio, relatado na *Carta VII*. Nesse mesmo documento, Platão assegura que, caso fosse possível proceder a esse registro, ele mesmo o teria feito: “[...] que poderia eu realizar de melhor na minha vida senão manifestar aos homens uma tão salutar doutrina e desvendar totalmente a todos a verdadeira natureza das coisas?” (SILVA E MELO, *Pl. Cartas*, 2002, p. 47-93).

Entendemos essa declaração como expressão de um desejo que não pode ser satisfeito, não por falta de vontade, mas, em boa parte, pela falta de recursos conceituais capazes de explicar, sem ambiguidades, processo gerativo que apenas dispunha de limitada e, portanto, precária determinação ou, virtualmente, de determinação matemática complexa, de acesso muito restrito. Voltaremos a essa questão no texto, mas, desde já, declaramos assumir a hipótese de que uma das fortes razões da omissão platônica sobre os princípios diz respeito à inexistência de recursos conceituais suficientemente claros, precisos e acessíveis a um público mais amplo capaz de expressar de forma *não defeituosa* o que precisava ser comunicado. Dado que, hoje, tais recursos conceituais estão, parcialmente ou em termos, disponíveis (RODRIGUES, 2013), entende-se que esse esforço não profana o templo nem confronta as intenções e o pensamento de Platão. Aliás, nem mesmo cultiva-se expectativa de que esta comunicação escrita reúna condições de ser entendida *por todos*. Ao contrário, imagina-se para este texto um público extremamente reduzido e tendemos a interpretar as restrições de comunicação de Platão, não exclusivamente, mas em importante medida, no sentido esotérico da formação do rei filósofo, cuja correta seleção determinaria a viabilidade e a persistência do estado ideal (SZLEZÁK, 2011a).

Em face dessas circunstâncias, objetiva-se, com o presente trabalho, discutir a teoria dos princípios insistentemente perseguida pela cultura humana de todos os tempos, na

⁵ Mantemos, aqui, a indicação de Szlezák que, no trecho citado, identifica o demiurgo como causa geradora. Tome-se essa indicação como primeira aproximação cabível neste início de trabalho, mas que merecerá conceituação mais precisa e, até mesmo, reparo, ao se contemplar em detalhes a estrutura ontológica dos princípios.

expectativa de ampliar o grau de determinação dos seus termos, tomando como ponto de partida as soluções axiomáticas que a tradição pitagórica oferece, tentando aprofundar uma análise ontológica dos princípios de Pitágoras, à luz do acervo conceitual hoje disponível, na esperança de atingir um nível de especificação compatível com aqueles registrados nos textos clássicos. Com isso, espera-se poder, em momento oportuno, contemplar as contribuições correspondentes dos pensadores antigos, em tentativa tanto de ampliar as justificativas da nossa interpretação como de, virtualmente, contribuir para melhor entendimento daquelas primeiras contribuições. Estima-se que reforços mútuos dar-se-ão, na medida em que ambos estejam-se referindo à realidade axiomática do universo ou, ao menos, compartilhem ou incidam exatamente no mesmo erro. Não se tem por objetivo contemplar virtuais contribuições modernas ou medievais ao tema nem mesmo esgotar os registros antigos, mas apenas utilizá-los de maneira suficiente para amparar a discussão. Quer parecer-nos que a validação ou não do modelo resultante, em última instância, tende a ocorrer, primeiramente, no âmbito da ciência Física, não porque a Filosofia não detenha recursos lógicos e inferenciais para fazê-lo, mas, simplesmente, porque, em Física, vigora uma urgência que não se verifica presente, atualmente, na Filosofia. De todo modo, espera-se disponibilizar uma concepção articulada dos primeiros princípios, em grau de determinação compatível com a perspectiva científica moderna que, ampliando o entendimento, incentive discussão mais ampla da questão e, virtualmente, encaminhe a solução definitiva necessária.

Naturalmente, essa alternativa implica desistência da pretensão de resgatar a Teoria dos Princípios de Platão, dado que o seu ponto de partida não se localiza na obra platônica. Apesar disso, considerando que Platão também baseou-se em Pitágoras, afigura-se razoável esperar e encontrar algum paralelismo e, virtualmente, identificar certa comunhão geral em torno dos princípios e, assim, ao menos, aumentar a luminosidade da questão.

PRIMEIRA PARTE A Teoria dos Princípios

PREMISSAS

Constituindo pretensão deste trabalho conferir o maior grau de determinação possível aos elementos constitutivos da Teoria dos Princípios correspondente ao conjunto axiomático objetivo que responde pelo advento, pela organização e pela harmonia funcional do universo, cumpre, antes de tudo, estabelecer com precisão a base conceitual sobre a qual a análise de mérito será desenvolvida. Implica isso definir precisamente os conceitos utilizados, mas também, e principalmente, mapear o território no qual a análise será desenvolvida. Com o termo território, invocamos o sentido geométrico subjacente, na intenção de fixar, precisamente, o âmbito focalizado ou o âmbito contemplado, de sorte que, a cada instante, a devida localização dos termos possibilite comunicação sem ambiguidades. A Geometria é, por excelência, a ciência que permite a precisa localização, de forma que, caso logremos estabelecer o nosso *território de análise* em bases geométricas, estaremos instrumentalizados de modo adequado para uma comunicação eficaz. Agora, tratando-se de estudo a respeito dos princípios primeiros, precisamos também livrar essa nossa *geometria*, indicadora do *âmbito* ou do *campo de análise*, do sentido espacial próprio do termo geometria. Segundo a teoria predominante, espaço e tempo surgiram apenas a partir de *Big Bang*. Já o princípio perseguido neste trabalho precisa explicar como surgiu a primeira partícula e todas aquelas que formaram o oceano caótico que engendrou as condições que possibilitaram a grande explosão. Portanto, tenhamos presente que o nosso *âmbito de análise* antecede ao advento do espaço e do tempo ou, alternativamente, não está contido no espaço e no tempo ou, ainda, que as leis do espaço e do tempo não incidem sobre ele ou não se aplicam a ele.

Aqui, para situarmo-nos, invoquemos Parmênides e sua lição de que o *ser* é e o *não ser* não é. Para compreender Parmênides nessa lição, precisamos “deslocar-nos” até o “instante” em que a primeira manifestação do ser emergiu do vácuo cósmico e estabeleceu-se como partícula quântica ou partícula atômica estável, no âmbito existencial que, “mais tarde”, foi ocupado pelo nosso universo. Precisamos retroceder, ontologicamente, para antes do *Big Bang* e imaginar-nos assistindo ao advento da partícula inaugural do nosso protouniverso. O *ser* ao qual Parmênides refere-se não é apenas a primeira e isolada partícula que emergiu por transcendência do vácuo cósmico – tal como se constata ocorrer, hoje, em mecânica quântica –, mas também o próprio vácuo cósmico, fonte da qual, de algum modo, a partícula emergiu. Essa fonte, afirma ele, existe sempre, essa fonte é. É e, necessariamente, existe, de modo absoluto, uma vez que a alternativa lógica de *não existir*, ou seja, de *não ser*, afigura-se impossível, visto que um tal *não ser* seria um nada absoluto e, como tal, incapaz de proporcionar ou dar origem a alguma coisa. Portanto, a lição básica que Parmênides ofereceu nos nessa sentença afirma a impossibilidade absoluta da inexistência, a impossibilidade absoluta do *não ser* existir. No verso, fica também afirmada a existência absoluta do ser que, conseqüentemente, precisa ser sempre. Dado que ser e pensar são o mesmo, como afirma Parmênides e, ainda será demonstrado mais adiante, fica também estabelecida a impossibilidade de pensar e de referir, diretamente, esse hipotético *não ser*, salvo por meio de metáforas ou de referências indiretas como, ainda, veremos. Assim, com o concurso de

Parmênides, podemos estabelecer que o nosso *campo de análise* deve restringir-se, exclusivamente, ao âmbito da *existência* e que a expressão *não ser*, no sentido usado neste texto e na sentença de Parmênides, indica o que não pertence ao âmbito da existência, admitindo-se como determinação sofrível que *não ser* corresponde a um *nada absoluto*. Com isso, ainda que de modo provisório, o âmbito ou o plano da existência fica também determinado como âmbito de manifestação do ser, e o próprio ser existente, como aquilo que é. Expressões como ser, transcendência e vácuo cósmico receberão determinações adequadas e mais precisas, em momentos mais oportunos. Portanto, nosso campo de análise fica restrito ao âmbito da existência.

A par da delimitação do *campo de análise*, impõe-se a necessidade de determinar melhor o conceito de princípio que estamos utilizando. Parece evidente que princípio invoca, de um lado, a origem, no sentido de fonte geradora do que vem a ser, e, de outro, a essência, no sentido daquilo que fundamenta e viabiliza o que é. A presença simultânea e indissociável desses dois sentidos constitui detalhe que merece cuidados e atenção para evitar desentendimentos. A premissa mais importante, porém, quanto ao significado que o termo está recebendo neste estudo, consiste na definição de princípio como a estrutura normativa segundo a qual os fenômenos que fazem parte do universo estabelecem-se na existência em ato. Naturalmente, o significado completo apenas será alcançado, se esse for o caso, no curso do estudo, quando as conclusões básicas estiverem disponíveis. Esclarecer desde já que o termo princípio contempla o sentido básico de gerador da existência em ato permite, entretanto, que se tenha em mente o sentido geral da incursão.

Também estamos adotando, não apenas como premissa, mas como hipótese de trabalho, que as propostas axiomáticas de Pitágoras, nomeadamente *o ilimitado* e *o limitante*, tanto quanto a sua *década*, focalizam adequadamente a questão e representam respostas pertinentes que apenas não nos satisfazem em termos de grau de determinação, em razão da precisão determinativa exigida pela cultura científica moderna. Se essa foi uma escolha feliz, constataremos no decorrer do trabalho. Porém, ela permite-nos posicionar esses termos no campo de análise definido e desenvolver a análise ontológica deles, com pleno domínio do contexto, tal como Platão, sintomaticamente, domina as discussões nos seus diálogos, por meio da sua Dialética. Significa isso que, tal qual Platão, detemos também algo de “mais valioso” para orientar-nos neste trabalho, mas prometemos que, ao contrário de Platão, esse conhecimento mais valioso também será explicitado no devido tempo. Por último, devemos também atentar e distinguir criteriosamente, na questão dos princípios, os três aspectos distintos envolvidos, cuja separação, ao que tudo indica, não constituía preocupação particular entre os gregos, mas cuja separação resulta exigida pelo espírito moderno: o normativo, o objetivo e o gnosiológico. Nesse sentido, quer parecer-nos que o termo *princípio* pertence mais propriamente ao âmbito normativo, em razão do papel determinante que o princípio exerce na conformação do padrão existencial dos fenômenos objetivos. Em algum momento, será focalizado o próprio fenômeno que emerge condicionado pelo princípio e, nessas ocasiões, se estará adotando uma perspectiva objetiva. Finalmente, também cumpre indicar e distinguir quando o objetivado for o discurso proferido ou o pensamento relativo e correspondente ao objeto e à norma, cujo descuido parece estar na origem de interpretações da filosofia platônica ora como teoria do conhecimento ora como metafísica. Espera-se conseguir

preservar esses cuidados em todo o estudo e, assim, facultar uma leitura minimamente turvada por ambiguidades.

Inexistindo registro histórico, indicando o que significava *ilimitado* e *limitante* para os pitagóricos, impõe-se admitir, ao menos inicialmente, os significados literais dos termos, tendo em conta que *ilimitado* e *limitante* constituem atributos de objetividades não definidas. Platão, no *Filebo*, vincula a tais atributos as características de contínuo e de discreto, respectivamente, sem avançar por definições das objetividades correspondentes. Por entender que a perspectiva de Pitágoras já era, na ocasião, metafísica, entendemos também que o seu *ilimitado* indicava o que, atualmente, podemos entender por absoluto transcendente e que o *limitante* indicava a norma necessária para estabelecer limites e regular o advento de objetividades relativas, originadas a partir de um absoluto ilimitado. Caso as indicações fossem objetivas, isto é, *ilimitado* e *limitado*, a correspondência moderna seria direta: absoluto e relativo. Nesse caso, porém, as indicações apontariam para objetividades e perderiam o caráter de princípios. Daí, partirmos de uma definição econômica e provisória de *ilimitado* e *limitante* como princípios primeiros geradores do mundo e, na medida em que o trabalho avance, esperamos que os significados possam tornar-se mais densos e mais precisos.

A DETERMINAÇÃO POSSÍVEL DO *ILIMITADO*

Tendo delimitado o nosso campo de análise ao âmbito da existência, podemos representar esse âmbito com a figura geométrica de um plano e sobre ele registrar os dois princípios primeiros de Pitágoras. Com esse procedimento representativo, não apenas insinuamo-nos no sentido da modelagem pretendida e disponibilizamos um recurso analógico facilitador da comunicação, mas, principalmente, recuperamos e levamos, na devida conta, o conhecido procedimento pitagórico de tratar os *números ideais da década*, sempre em face ou concomitantemente com a geometria. Sobre a base geométrica dos números ideais, McClain (1976), ao contemplar a relação estrutural entre teoria dos números e teoria musical, fornece representação geométrica da *década sagrada*⁶ utilizada pelos pitagóricos. Segundo ele, em uma matriz triangular, dispunham-se os dez seixos, e formava-se a *santa tetractys*:

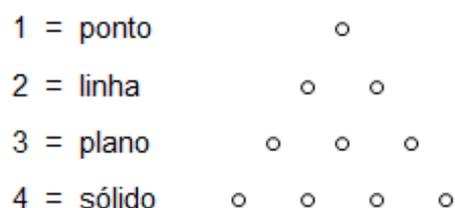


Figura 1: Representação triangular da *década sagrada* de Pitágoras.

Observe-se que, além da disposição hierárquica e uniforme dos seixos no triângulo, cada quantidade era ainda relacionada aos elementos geométricos edificadores da crescente complexidade em geometria: – ponto, linha, plano, sólido⁷. Com isso, a figura

⁶ Na mesma página 6, McClain menciona fontes em Archytas, Ptolomeu, Philolaus, Platão, Crantor, Plutarco e Proclo, sem indicar especificamente a fonte da figura.

⁷ Cherniss (1935: 391) informa que dessa relação existe testemunho preservado de Espeusipo em (44 A13 DK).

revela-se dotada de impressionante densidade significativa, ao vincular a estrutura gerativa de complexidade quantitativa dos números naturais com a estrutura gerativa da complexificação da forma em geometria. Ainda voltaremos a essa questão, dado que ela exige detidas e cuidadosas considerações. Neste momento, parece suficiente justificar a conveniência de geometrizar a nossa análise, posto ser, ao que tudo indica, justamente essa relação estrutural da matemática com a geometria o componente da tese que confere aos números ideais da *década* significados que transcendem o significado ordinário meramente quantitativo do número.

Visualizemos, então, os dois princípios primeiros de Pitágoras sobre o plano da existência que configura nosso âmbito de análise e apliquemo-nos a ela.



Figura 2: Os princípios primeiros de Pitágoras.

A opção de justapor dois princípios primeiros implica, necessariamente, considerá-los distintos, complementares e indispensáveis ao processo gerativo. Dado que o *não ser* foi excluído da análise, ambos os princípios pertencem ao âmbito da existência, ambos são. Ao ser e ao serem distintos, ambos implicam naturezas próprias também distintas, cuja explicitação adequada pode ensejar, virtualmente, a determinação precisa de ambos. Caso suas naturezas fossem exatamente as mesmas – idênticas –, eles não poderiam ser complementares. Isso não significa que suas naturezas sejam completamente diferentes, mas, sim, que o são em alguma medida ou em algum aspecto. Em face dessas diferenças, a representação da Figura 2 distingue um âmbito existencial específico para cada um dos princípios, cada um deles dotado de amplitude exatamente correspondente ao princípio que lhe cabe abrigar. Visando a facilitar as referências, designemos de âmbito “a” aquele que contempla o *ilimitado* e de âmbito “b” aquele que contempla o *limitante*. Analiticamente, pode-se, desde já, confirmar tratar-se de duas naturezas distintas. Necessariamente, o *limitante* configura-se, ele mesmo, como limitado, uma vez que, no caso contrário – se *ilimitado* fosse –, ofereceria limite de modo *ilimitado*, e nessa condição, sua ação não seria mais meramente *limitante*, mas radicalmente anulante. Portanto, para que uma ação *limitante* seja efetiva no estabelecimento de limites, precisa ser uma ação limitada, de sorte que podemos, em consequência, capitalizar a conclusão de que o âmbito “b” exatamente correspondente configura-se limitado. Da mesma forma, o caráter *ilimitado* do outro princípio enseja concluir que o âmbito “a” configure-se *ilimitado*, pois somente, assim, pode comportá-lo. Resulta também, em complemento, que a justaposição de *ilimitado* e *limitante* – na condição de princípios normativos – implica justapor dois lócus existenciais exatamente correspondentes e, dado que essas duas instâncias, “a” e “b”, compreendem e esgotam todo o âmbito da

existência, o modelo de Pitágoras, ao menos em sentido normativo e nos termos em que foi por nós interpretado, revela-se dotado de completude⁸.

Quanto à determinação objetiva dos princípios, cumpre começar com o *ilimitado*. A busca de determinação do *ilimitado* admite dois caminhos: um no sentido do infinitamente grande e outro no sentido do infinitamente pequeno. Tomemos, como ponto de partida, um âmbito bem delimitado, definido por um círculo com um diâmetro de dez centímetros, e expandamos, inicialmente, esse âmbito no sentido do infinitamente grande. No limite da expansão, o raio desse círculo pode ser estendido ao infinito, provocando, com isso, a expansão do âmbito do círculo também ao infinito. Como resultado, o seu limite estaria situado no infinito e, nessa condição, poderia, em certo sentido, ser entendido como desprovido de limite. Independentemente de essa equiparação entre limite e ilimite – quando situados no infinito – puder ou não ser justificada e sustentada, lógica e onticamente, esse infinito grande não serve como determinação para nenhum deles, pois qualquer coisa levada a esse infinito, de fato, não comporta determinação: fica não determinada, mas indeterminada no infinito. Portanto, no sentido do infinitamente grande, o *ilimitado* não admite uma determinação que seja compreensível e útil. Retornemos, pois, ao nosso ponto de partida e tentemos o sentido do infinitamente pequeno. Um círculo com dez centímetros de diâmetro define um âmbito preciso, cujo limite é determinado pelo perímetro. Esse perímetro pode facilmente ser quantificado, dado que a divisão do perímetro de uma circunferência pelo seu diâmetro constitui uma constante – π . Dessa forma, quando nos dirigimos no sentido do infinitamente pequeno e reduzimos o diâmetro ou a amplitude do círculo, o perímetro e, portanto, também o seu limite sofrem redução correspondente. No extremo, quando o diâmetro torna-se nulo, o limite do círculo também desaparece, tornando-se francamente desprovido de limites, trazendo consigo a consequência de, nessa condição, o círculo resultar também desprovido de amplitude.

Ora, o que vem a ser objetivamente um existente ilimitado, desprovido de amplitude? A resposta parece ser apenas uma: algo tão indeterminado como um ilimitado de amplitude infinita. Esse resultado não implica que os princípios primeiros de Pitágoras sejam indetermináveis, mas apenas que o *ilimitado*, em sentido objetivo, situa-se fora das nossas possibilidades determinativas, o que não significa que nos outros dois sentidos – o normativo e o gnosiológico – ele não possa ser, em alguma medida, determinado. O fato de objetivamente sermos incapazes de determiná-lo nem sequer implica que ele não contemple uma natureza própria, virtualmente privativa, implica apenas que, quando tentamos contemplá-lo objetivamente, vemo-nos desprovidos de recursos interpretativos correspondentes, de sorte que apenas resta-nos o silêncio. Protelando, por uma questão de economia da exposição, as explicações adicionais que são requeridas para momentos nos quais elas possam ser dadas de modo facilitado, retomemos o final da análise, no sentido do infinitamente pequeno, posto que ela deixou-nos um resultado notável de fundamental importância. O *ilimitado* desprovido de amplitude, ali, revelado não admitiu determinação,

⁸ Sendo a amplitude dessa completude exatamente correspondente à amplitude da existência, fica também evidenciado que os princípios de Pitágoras tinham por objeto a existência, o que diferencia substancialmente a sua perspectiva daquela que os pré-socráticos esgrimiram com os quatro elementos fundamentais do mundo físico ou, então, alternativamente, resta entender que esses elementos – terra, fogo, água e ar – constituíam indicações simbólicas de significados distantes do significado literal dos termos.

como objetividade presente na existência, entretanto, revelou-se claramente desprovido de amplitude e, nessa condição, determina com precisão o lugar que lhe corresponde na existência: um âmbito adimensional. Algo desprovido de amplitude, naturalmente, tampouco, possui qualquer dimensão e demanda, como lócus existencial, apenas uma instância adimensional ou, dito de outro modo, admite, conceitualmente, ser acomodado, de forma justa e precisa, em uma instância adimensional. Podemos não compreender objetivamente o que seja um existente desprovido de amplitude, mas isso não nos impede de entender que basta uma instância adimensional da existência para recepcioná-lo. Naturalmente, cabe questionar se resulta pertinente atribuir objetivamente um lugar a um existente desprovido de amplitude, principalmente depois de ter declarado impossível contemplar objetivamente tal existente. Para superar esse impasse, impõe-se levar em conta, de um lado, que estamos tratando de amplitude lógica – que qualquer existência demanda – e, de outro, que adimensional constitui um conceito geométrico, sendo que da análise desenvolvida resultou a precisa determinação da instância “a” do plano existencial, como dotada de amplitude adimensional. Na contrapartida, resultou também determinada a instância “b” como instância geométrica dimensional, dado que todo limitado implica dimensionalidade. Ora, isso representa um ganho fundamental em termos de determinação, pois, agora, o nosso campo de análise, que antes tinha apenas a determinação de lócus da existência, dotado de duas naturezas distintas, assume feição geométrica dimensionalmente determinada. Estamos construindo um modelo representativo e, nesse modelo, a instância “a” resulta adimensional, e a instância “b”, dimensional. A instância “a” que comporta o *ilimitado* resulta adimensional, e a instância “b” que comporta o *limitante* resulta dimensional – a instância “a”, sendo ilimitada, e a instância “b”, sendo limitada.

Esse resultado descortina e possibilita amplo leque de consequências. Uma delas, central para os objetivos deste título, diz respeito ao fato de que nós, homens, ora empenhados nessa análise, constituímos resultado da ação do limitante, constituímos frutos do limitante e, como tal, possuímos configuração limitada e delimitada por ele. Decorrem disso duas consequências bem evidentes. De um lado, fica sancionada a percepção de Parmênides, segundo a qual ser e pensar são o mesmo, uma vez que não há razão para duvidar que o poder determinante do limite estenda-se a todas as manifestações limitadas, sejam elas objetivas ou subjetivas. Pode-se admitir diferença de natureza entre objetivo e subjetivo, mas não diferença de padrão de manifestação existencial, não diferença de modo de ser, que é a igualdade defendida por Parmênides. Consequentemente, temos tanto intelecção quanto hermenêutica, determinadas pelo limitante. Logo, e de outro lado, fica também esclarecido por que não conseguimos pensar, objetivamente, o *ilimitado*: simplesmente, não dispomos em nossa constituição cognitiva de recursos intelectivos correspondentes, daí, a nossa incompreensão da natureza do *ilimitado*. Isso não significa que ele não possa ser percebido por nossas inferências ou ser referido em nossos discursos, mas significa que somos forçados a usar referências indiretas, invariavelmente de compleição limitada, nessas percepções e indicações. Assim, por exemplo, compreende-se que o *ilimitado* revela-se eterno ou comporte a eternidade como atributo, mas, quando tentamos definir o que seja eterno, precisamos lançar mão do conceito relativo de tempo e imaginar um tempo que não se esgota, um tempo estagnado ou, então, um tempo preso em circularidade, para adquirir alguma compreensão. Mesmo quando afirmamos que esse existente adimensional possui atributos, impõe-se

compreender que essa atribuição de propriedades não possui o caráter de uma predicação objetiva e apenas justifica-se em razão das nossas limitações hermenêuticas, pois se vale de um procedimento que possui legitimidade comprovada apenas quando aplicado a um existente limitado, isto é, a uma manifestação existencial presente na instância “b” do esquema que é a instância à qual temos acesso direto e diretamente podemos predicar.

Uma vez aceita essa restrição e tendo em mente que não nos resta alternativa a não ser falar do *ilimitado* mediante referências indiretas, em termos praticamente alegóricos, torna-se viável desenvolver, analiticamente, alguma compreensão sobre esse existente ilimitado, tanto em sentido gnosiológico como em sentido normativo. O ponto de partida suficiente para essa análise consiste na caracterização do existente ilimitado como “realidade” adimensional, justaposta a uma existência limitada, caracterizada como realidade dimensional, obedecendo, rigorosamente, à estrutura proposta por Pitágoras. Tratando-se de uma estrutura gerativa, em termos normativos, fica evidente que ambos, *limitante* e *ilimitado*, constituem princípios, mas que cabe, primordialmente, ao *ilimitado* o papel de origem ou de fonte e cabe, primordialmente, ao *limitante* o papel normativo. Deve-se isso ao fato de eles serem complementares e também da natureza própria do *limitante*, como ainda veremos.

Admitindo ser adimensional a amplitude da fonte primordial, os termos gnosiológicos próprios da condição humana permitem deduzir a sua natureza sem grandes dificuldades ou, ao menos, enumerar os atributos que lhe caberiam, por simetria e por comparação, com os resultados analíticos que obtemos ao pensar a realidade limitada. Como resultado, obter-se-á não uma descrição objetiva da natureza do *ilimitado*, mas a compreensão humanamente possível e que, como tal, deve ser considerada⁹. Pode-se iniciar essa análise observando que se trata de uma fonte absolutamente imóvel por duas razões. Primeiro, porque qualquer movimento implica a limitação do próprio movimento que, ao ser de um modo, deixaria de ser de outro. Segundo, porque movimento, qualquer que seja, demanda amplitude para ocorrer, e o campo “a” revelou-se desprovido de amplitude. Já havíamos constatado que essa fonte primordial constitui ocorrência da mais absoluta indeterminação. Compreende-se igualmente que, sendo essa origem primordial imóvel, qualquer emanação sua representa uma alteridade e constitui-se, necessariamente, em movimento. Portanto, o campo “b” fica configurado como âmbito do movimento, dentro do qual se afigura inútil procurar por algo absolutamente imóvel. Resulta, igualmente, evidente que o ato de criação constitui uma emanação e não uma ação, de vez que agir implica movimento e a fonte primordial revela-se imóvel. Já havíamos constatado que essa fonte afigura-se ilimitada e, nessa condição, absoluta, dado que nada existe que lhe imponha limites. Dessa constatação, resulta que tanto o campo “b” como os entes que o integram constituem realidades limitadas e, portanto, relativas. Também fica claro que essa fonte originária é unitária e indivisível, posto que, sendo plena simplicidade, não comporta partes. Decorre disso que suas emanações são também unitárias, dado ser ela mesma unitária, e, por isso, resulta razoável que emane segundo a sua própria natureza. Sendo essa fonte adimensional, significa que o primeiro gerado constitui uma manifestação unidimensional que, ontologicamente – em razão da sua origem –, pode ser interpretado como tratar-se de um adimensional em movimento. A esse

⁹ Na verdade, a virtual descrição de uma compreensão sobre-humana não esclareceria nem teria utilidade para os homens.

unidimensional – provido de movimento – convém designar como ser, acompanhando uma proposição de Platão e em razão de motivos que ainda serão esclarecidos. Esse ser resulta imbuído de movimento e, naturalmente, resulta também detentor de grande parte da natureza da fonte primordial, dado que a diferença entre ele e aquela fonte parece resumir-se ao movimento. A natureza desse ser afigura-se, logicamente, semelhante à da fonte originária, exceto quanto à indeterminação, uma vez que o movimento impõe-lhe determinação. Essa imposição de determinação ao ser emergente constitui a primeira ação limitante do princípio e já indica por que se trata de um limitante: uma emanção de um absoluto sem a ação de um limitante geraria um segundo absoluto, configurando contradição objetiva, situação logicamente impossível. Essas circunstâncias implicam também o fato de o ser gerado comportar ilimitado *ímpeto de ser* expresso em movimento existencial permanente e irrevogável, posto que o *limitante*, tampouco, pode oferecer-lhe esse tipo de restrição. Considerando que a primeira limitação é meramente determinativa – instaurando não um ser qualquer, mas um ser determinado –, compreende-se que esse movimento revela-se um *inesgotável impulso para a complexidade*. Resulta isso da simplicidade absoluta da fonte originária – trata-se de uma unidade indivisível –, frente ao fato de o ser gerado, ao não preservar a mesma simplicidade, apontar para a complexidade sem a opção de poder cessar o seu movimento e sem a presença de um limitante que a esse movimento existencial oponha-se. Além disso, esse ser gerado, ao se manifestar, simultaneamente, instaura um local geométrico unidimensional que lhe serve de receptáculo, cuja amplitude, reflexivamente, impõe-lhe o limite de uma determinação precisa, subtraindo-lhe a indeterminação original. Entretanto, aparentemente, essa primeira limitação não lhe impõe qualquer outro limite adicional, razão pela qual se pode inferir que esse ser preserva as demais propriedades presentes na fonte, entre elas, aquela que o mune de movimento existencial – um impulso inesgotável para a complexidade¹⁰. Com esse percurso analítico, constata-se, adicionalmente, que o mundo relativo “b” inaugura-se em unidimensionalidade, dado que um adimensional colocado em movimento demanda, exige ou lavra um âmbito unidimensional com seu movimento. Por último, cabe observar que a fonte originária, ao se revelar adimensional – âmbito “a” –, transcende o mundo relativo – âmbito “b” –, no qual apenas cabem fenômenos dotados de amplitude, isto é, fenômenos dimensionais. Resulta disso que o ato gerador do ser constitui um movimento transcendental, cuja configuração e cuja lógica devem ser totalmente distintas do movimento que relaciona causa e efeito, no âmbito da Lógica Clássica, e com o qual não pode ser confundido.

Essas conclusões, às quais se chega por mero desdobramento analítico do *ilimitado*, em face de sua amplitude adimensional, não revela, porém, nada de inusitado. A Filosofia de orientação ontológica, isto é, como Metafísica de feitio platônico, já tinha caracterizado essa fonte originária como ser ou princípio necessário, que as religiões designam, simplesmente, Deus. Essencialmente, diferenças semânticas, embora haja também diferenças assumidas de significado. No geral, objetiva-se o mesmo princípio originário, mas as palavras e os discursos utilizados possibilitam diferentes graus de determinação e privilegiam certos significados, daí, o seu uso de acordo com conveniências setorizadas. No

¹⁰ Que mais tarde, na espécie humana, será identificado com a vontade. Uma vontade que no homem varia, mas que no ser revela-se permanente e inesgotável.

interesse geral de uma ciência voltada para a verdade e para a compreensão de como se constitui o mundo relativo, porém, basta considerar essa origem transcendente como princípio necessário de natureza absoluta, para evitar o paradoxo do *não ser* e dispor de base racional para compreensão do cosmos. Nesse sentido, a ciência não depende da elaboração prévia de uma teologia para embasar o seu labor e pode seguir adiante de forma independente. Mas também cumpre reconhecer que as religiões anteciparam muitos dos aspectos revelados pela análise empreendida. A expressão religiosa “inefável” antecipa a constatação de que não dispomos de recursos gnosiológicos para contemplar, objetivamente, essa fonte originária cuja indeterminação ficou evidenciada na análise. A expressão religiosa “onipresente” antecipa o fato de uma ocorrência nova poder surgir em qualquer posição do universo, na qual condições contextuais oportunizarem que isso ocorra. Um adimensional transcendente não ocupa lugar no mundo relativo, mas, potencialmente, transcende a todos os lugares e possibilita que, sendo essa a fonte, em qualquer deles algo novo possa surgir. A expressão “todo poderoso” antecipa a infinita diversidade fenomênica factual e potencial que a ciência descortina e cataloga no mundo relativo. Enfim, com a compreensão devida das limitações hermenêuticas envolvidas, podem-se acolher e capitalizar as teses e as contribuições de todas as diferentes expressões culturais históricas e identificar um mesmo esforço de compreensão e expressão do mesmo universo, deixando de lado os preconceitos de linguagem que tantos danos provocam às relações humanas e tantos obstáculos antepõem à evolução do discernimento.

Assim, em termos de determinação do *ilimitado*, reconhecemos a impossibilidade de compreendê-lo como objetividade existente, mas também constatamos o seu papel como princípio gerativo e fonte do mundo relativo. No primeiro caso, vimos sancionado o conceito de inefável que lhe atribui a tradição e, no segundo, vimos sancionado o conceito de ser ou de princípio necessário defendido pela Metafísica. Por último, constatou-se que, apesar de a ciência moderna não atentar para o que dizem as religiões, esses discursos estão longe de constituir-se em meros delírios de fanáticos. Constatou-se, ao contrário, que possuem seu quinhão de verdades úteis, às quais a ciência deveria prestar atenção, pois não se tratam de verdades quaisquer, mas de verdades essenciais.

Para encerrar este título, registramos que, em diferentes momentos da análise, vieram à mente citações dos filósofos clássicos que também pronunciaram-se sobre as questões enfocadas, mas deixamos de mencioná-las, aqui, para poder fazê-lo com mais propriedade quando o modelo estiver definido totalmente, o que exige, na sequência, a análise do *limitante*, à qual dedicar-nos-emos a seguir.

A DETERMINAÇÃO POSSÍVEL DO *LIMITANTE*

O percurso hermenêutico mais fácil de ser seguido na determinação do *limitante* consiste da identificação prévia da sua estrutura, para somente, então, contemplar o seu papel normativo. Dado que o âmbito “b” de nossa análise já foi caracterizado como âmbito dimensional, cumpre, em primeiro lugar, identificar a amplitude dimensional dessa instância, o que implicará a revelação da estrutura correspondente. Esclarecida essa estrutura, espera-se dispor-se de elementos suficientes para também caracterizar o papel normativo do limitante. Vamos, então, por partes.

A DETERMINAÇÃO DA ESTRUTURA DO *LIMITANTE*

A percepção da exigência inescapável de um limitante, para justificar o advento de fenômenos limitados a partir de fonte originária de natureza ilimitada, constitui inferência lógica perfeita que testemunha a agudeza perceptiva *dos antigos que viviam mais próximos dos deuses*¹¹. É bem verdade que a cultura mitológica e a presença indelével dos deuses em todos os aspectos da vida grega favoreciam a perspectiva ontológica indispensável para contemplar a relação e a dependência dos homens para com os deuses. Essa relação, porém, poderia muito bem ser expressa em termos místicos ou alegóricos e, assim, atender às necessidades no cotidiano. Quando, entretanto, esse olhar ontológico expressa-se com os termos *ilimitado* e *limitante*, salta aos olhos que o espírito subjacente já não tem nada de místico ou de ingênuo. Quem se expressa dessa maneira é uma alma de racionalidade emancipada, liberta de temores mitológicos e, decididamente, empenhada na busca de uma justificativa racional para o mundo¹². Declaramos, com isso, não apenas o respeito e a admiração que o conhecimento antigo desperta-nos, mas também nossa tendência de valorizar a consistência do que foi dito, em lugar de valorizar a autoridade de quem discursa, ou mesmo do tipo de linguagem circunstancialmente utilizada. Cremos que, em alguns casos, um relato mítico pode ser tão elucidativo quanto um texto científico.

A caracterização do *ilimitado*, como absoluto, inefável, princípio no sentido de origem e, para o nosso interesse particular, principalmente, uno desprovido de amplitude, permite definir como adimensional o âmbito “a” da existência que lhe compete. Sendo essas as principais características da origem primordial, ela revela-se, de um lado, transcendental ao mundo em que vivemos e, de outro, fonte necessária da qual este mundo, por transcendência, brota. Na condição de inteligências contidas nesse mundo, sabemos que ele existe e que se trata de um mundo relativo, isto é, limitado que, em algum momento da história cósmica, veio à existência. Portanto, existe um processo segundo o qual essa edificação deu-se ou está-se dando. Segundo a proposta de princípios primeiros de Pitágoras, essa edificação dá-se moldada por ação de um limitante que se impõe àquilo que transcende do ilimitado e que designamos *ser*. Mas o que queremos, sobretudo, é entender como se dá esse processo e, para tanto, precisamos avançar, ordenada e organizadamente, nessa análise.

Dado que a instância “a” foi caracterizada como adimensional, a melhor solução organizativa para contemplar a instância “b” é também organizá-la dimensionalmente, posto

¹¹ A exegese moderna entende esta frase como referência aos pitagóricos, mas nós temos fortes razões para desconfiar que Platão referia-se também aos sacerdotes do Egito Imperial.

¹² Estamos convictos de que a história oficial da cultura ocidental apresenta lacuna que cumpre preencher, relativa à presença de competência cognitiva admirável, muito antes do que mencionam os registros conhecidos. Szelák (2010, p. 47) menciona passagem em que Plotino afirma que o mundo encontra-se em progressiva decadência (II 3, 16, 27) e, em nota de rodapé, acrescenta ainda testemunhos de Posidônio, Sexto Empírico e Sêneca, no mesmo sentido. São inúmeros os registros indicando que pré-socráticos estudaram no Egito e existe, até mesmo, uma reivindicação de que a filosofia grega clássica teria sido pensada, originalmente, no Egito. [...]. Nós mesmos tentamos mostrar a origem egípcia dos principais feitos científicos de Pitágoras (RODRIGUES, 2014b). De qualquer modo, a riqueza conceitual da mitologia egípcia descarta completamente a hipótese simplória de uma origem natural no seio da cultura popular e levanta a suspeita de que considerar a filosofia grega como origem primeira do pensamento filosófico ocidental pode envolver um equívoco historiográfico monumental.

que, assim, todo o plano da existência resulta organizado com um mesmo critério que, além de tudo, constitui um critério geométrico que Descartes já defendeu como sendo critério científico por excelência. Com isso, podemos considerar, objetivamente, o *limitante*, situado na instância “b” do plano da existência, tendo em mente que se trata de um plano dimensionalmente organizado. Dado que a fonte original foi caracterizada como simplicidade absoluta, indivisível e adimensional – sem amplitude –, é evidente que a edificação da realidade relativa comece a partir dessa maior simplicidade possível e estenda-se até a complexidade necessária. Como já descrevemos, o ser que do ilimitado transcende pode ser entendido como objetividade “adimensional” provida/energizada de movimento. Em tal condição, configura um fenômeno unidimensional que podemos assimilar à figura da reta ideal, dado que esta não possui espessura, mas apenas sentido e, assim, representa, com precisão, o âmbito de manifestação desse ser em movimento¹³. A sensibilidade humana nunca detectou a presença de um fenômeno meramente unidimensional estabilizado na existência. Os fenômenos conhecidos apresentam, invariavelmente, complexidade superior ao que cabe em uma amplitude unidimensional, portanto, fica evidenciado que a existência relativa, a instância existencial “b”, estende-se para além da mera unidimensionalidade. Por outro lado, o ser que transcende configura-se imbuído de movimento. Tanto esse ser como o seu movimento transcendem de uma natureza absoluta e, como tal, são herdeiros dessa natureza. O ser da primeira dimensão sofre, é verdade, uma primeira limitação nessa instância, mas isso apenas amputa-lhe a indeterminação: trata-se, agora, de um ser determinado. As propriedades outras da natureza original permanecem presentes, dentre elas, o caráter absoluto do impulso gerador do movimento existencial que, assim, configura-se como impulso ilimitado para a complexidade. Com isso, compreende-se que esse ser imbuído de um impulso ilimitado para a complexidade não pode ser contido, em seu ímpeto de ser, pela amplitude disponível nessa primeira instância, de apenas uma só dimensão, justificando, em consequência, o desdobramento das dimensões adicionais virtualmente necessárias. Necessárias para o quê? Ora, necessária para estabelecer e estabilizar, na existência, os fenômenos que forem próprios de um mundo relativo, em última instância, o universo que nos contém.

Ainda, assim, cabe perguntar quantas dimensões precisam ser desdobradas para gerar e disponibilizar a amplitude necessária e suficiente capaz de comportar o universo realizado. Sabemos que não se trata de um número ilimitado de dimensões porque cada instância dimensional contempla uma amplitude privativa que, em termos geométricos, representa um limite que se antepõe ao livre movimento do ser, limite que, eventualmente, precisa ser vencido. Na primeira dimensão, o limite geométrico dessa amplitude coincidiu com a limitação imposta à natureza absoluta do ser¹⁴ que de indeterminado passou para determinado. Nossa experiência constata que todos os fenômenos relativos são determinados

¹³ Essa precisa correspondência e esse perfeito ajuste entre a amplitude da instância unidimensional receptora do ser – caracterizada pela reta ideal – e a grandeza unidimensional desse ser em movimento demonstram que apenas uma visão dimensional da realidade oferece linguagem adequada para expressar uma concepção metafísica do universo. Significa isso que qualquer outra maneira – que não seja dimensional – de indicar a origem metafísica do universo incide em erro estrutural pela incapacidade de contemplar especificamente o ser unitário que executa a passagem transcendental.

¹⁴ Temos consciência de que designar o ilimitado de ser constitui um equívoco. Acompanhamos Platão e Plotino ao considerar que o Uno, ao ser indeterminado, não configura um ser. Entretanto, na ocasião dessa frase, entendemos que o uso da palavra ser contribui para o entendimento do que se deseja comunicar.

e que a natureza desse mundo relativo não admite um fenômeno indeterminado¹⁵. Há, nessa coincidência, forte indicação de que a amplitude dimensional, que é privativa e específica de cada instância dimensional, constitua uma expressão geométrica do princípio limitante que Pitágoras, virtualmente, tinha em mente. Nesse caso, a estrutura do princípio limitante corresponderia à estrutura do mundo realizado que, agora, estamos mapeando com o critério dimensional, exatamente como se espera que atue um princípio normativo. Nesse caso, dado que o *limitante* revelou-se limitado em nossa análise, também o número de dimensões desdobradas seria limitado, cada uma delas correspondendo a um poder limitante do princípio normativo de Pitágoras, que, assim, revela-se múltiplo. O argumento mais apropriado, porém, nesta fase inicial da análise, consiste no fato de o mundo revelar a existência simultânea de uma infinidade de fenômenos que se configuram como unidades individuais, cada uma delas destacada das demais. Essa individuação exige, em cada fenômeno, uma instância constitutiva de uma totalidade que, para além das partes, instaure ou institua a sua unidade, uma unidade que o delimita e o individualiza. Somente nessa hipótese, cada fenômeno pode-se destacar dos demais e reunir condições de ser percebido como fenômeno específico. Portanto, independentemente do número de dimensões que seja necessário para disponibilizar a amplitude capaz de comportar a complexidade universal factual, esse desdobramento de dimensões é limitado e culmina, necessariamente, em uma instância de totalidade¹⁶.

A ideia de um mundo dimensionalmente organizado não constitui novidade para o homem moderno. Desde Descartes, a ciência indica a amplitude métrica do espaço como sendo tridimensional e, desde Einstein, a localidade da ciência Física foi definida como um contínuo espaço-temporal de quatro dimensões. Existem, é verdade, proposições teóricas que contemplam dez ou doze dimensões, mas tais proposições referem-se a dimensões matemáticas às quais, virtualmente, poderiam corresponder dimensões objetivas. De fato, porém, realmente constatadas como objetivamente existentes, são as quatro indicadas por Einstein, que, aliás, pelo que se sabe, não falou expressa e exatamente em quatro dimensões, mas limitou-se a afirmar que o tempo era o quarto número, gerando, com isso, extensa discussão sobre o tempo estar ou não contido no espaço. Dado que, em matemática, a ordem dos fatores não altera o produto, a coisa ficou assim, embora ontologicamente, sendo necessárias três dimensões lógicas para construir a amplitude métrica do espaço, naturalmente, o tempo exige uma instância lógica adicional. Essa situação sugere que a instauração do mundo relativo exige o desdobramento de quatro dimensões para comportar, em toda a sua amplitude, a localidade espaço-temporal de Einstein¹⁷. Nesse caso, a instância

¹⁵ A perspectiva, aqui, é objetiva e não deve ser confundida com a perspectiva gnosiológica que admite um fenômeno ainda não determinado. Todo fenômeno objetivo é determinado e, por isso, também culturalmente determinável.

¹⁶ Um esforço para contemplar a totalidade pode ser encontrado em RODRIGUES; RODRIGUES, 2012.

¹⁷ Observe-se que a localidade espaço-temporal de Einstein que tem moldado o pensamento científico até a presente quadra dos tempos, ao não considerar adicionalmente uma instância de totalidade, na verdade mutila a realidade em um aspecto fundamental. Justamente na desconsideração daquilo – totalidade – que torna os entes e fenômenos perceptíveis enquanto unidades e individualidades que se distinguem no âmbito da multiplicidade. Esse fato não constitui problema para a localidade de Einstein porque esta não resulta de uma visão dimensional e, ao contrário, considera-a como uma instância única espaço-temporal. Quando, porém, a ciência utiliza-se dos valores de verdade – altura, largura e profundidade – das três dimensões do espaço, põe em risco a concepção de localidade única não dimensional porque a dimensionalidade em si permanece sub-repticiamente presente. Talvez, enfim, a própria opção de Einstein para colocar o tempo como quarto número e não como quarta

“b” do nosso campo de análise deve contemplar cinco instâncias distintas, sendo as quatro primeiras correspondentes às quatro dimensões sucessivamente desdobradas e a quinta correspondente à totalidade fenomênica exigida pela multiplicidade.

Levando esse resultado para o nosso campo de análise definido na Figura 2, obtemos a seguinte representação:

Princípios de Pitágoras	<i>Ilimitado</i>	<i>Limitante</i>				
Âmbito da existência	<i>Instância “a” ilimitada</i>	<i>Instância “b” Limitada</i>				
Organização geométrica	Adimensional	1ª dim.	2ª dim.	3ª dim.	4ª dim.	Totalidade

Figura 3: A geometrização dos princípios primeiros de Pitágoras.

Essa figura sintetiza o percurso de análise até aqui cumprido, cujo resultado revelou que o âmbito da existência pode ser organizado geometricamente, adotando-se o critério dimensional, e que tal solução possui o mérito de separar e qualificar, precisamente, tanto o papel de cada princípio como a sua condição ôntica particular. Além disso, em face do que a Física moderna ensina-nos e da diversidade fenomênica percebida no mundo relativo, concluiu-se que quatro instâncias dimensionais reiteradamente desdobradas, acrescidas de uma instância de totalidade, disponibilizam a amplitude existencial necessária e suficiente, para viabilizar ou recepcionar a complexidade universal detectada, até agora, pelo conhecimento humano. Esse resultado sugere que o *limitante* exerce, essencialmente, função normativa e que tal função esteja distribuída em cinco instâncias normativas que são complementares e correspondem às cinco instâncias de complexidade que o critério dimensional destaca, separa e identifica, na compleição da realidade universal. Esse resultado não esclarece que tipo de restrição ou de limite cada uma dessas instâncias impõe ao ser no processo gerativo, mas sugere perfeita correlação entre a ação normativa e a amplitude presente em cada instância, tal como se espera de princípios normativos que operem como leis naturais determinantes de uma existência organizada. Com isso, ao menos, fica revelada a estrutura geral mais óbvia do princípio limitante – que poderá ou não se mostrar adequada e suficiente no decurso da análise. Constitui, porém, resultado que corresponde ao propósito indicado no título desta sessão. Reiteramos estar, aqui, realizando uma construção paulatina.

A DÉCADA SAGRADA

Antes de enfrentar a questão normativa do *limitante*, tanto em sentido geral – como poder que regula a existência neste universo – quanto em sentido particular de cada uma das cinco instâncias dimensionais identificadas, cujos conteúdos normativos específicos regulam cada um dos estágios estruturais que se complementam na edificação da realidade universal, cumpre ressaltar que a estrutura do *limitante* acima identificada não constitui

dimensão tenha sido uma opção política para não comprometer todo o edifício baseado na instância única que permite à ciência permanecer nos limites da matéria.

novidade e representa, curiosamente, um dos conhecimentos mais antigos da humanidade do qual se possui registros. A interpretação dimensional da estrutura pode, eventualmente, constituir novidade, mas a estrutura, certamente, não.

O exemplo mais conhecido é o da *década sagrada* de Pitágoras, um símbolo esotérico e místico de identidade, sobre o qual os membros juravam fidelidade, ao entrar na ordem. Esse símbolo, reverenciado e revestido de poderes místicos para os recém-chegados, possuía, porém, significados outros solidamente alicerçados nas matemáticas que o cientista moderno não pode desprezar apenas em razão dessa vestimenta mística¹⁸. Além da representação triangular indicada na Figura 1, a *década* também era representada, segundo Santos (2000)¹⁹, por exemplo, no formato de uma simples equação aritmética: $1 + 2 + 3 + 4 = 10$. Essa representação revela a mesma estrutura indicada como organização geométrica dimensional do *limitante* na Figura 3. Encontramos a garantia de que se trata da mesma concepção, ou seja, de uma estrutura gerativa do mundo, segundo Martín, em expressão claríssima, no testemunho insuspeito de Filón de Alexandria (10 a.C – 50 d.C):

La tétrada: Ésta es la causa por la que primero la tierra broto y se cubrió de verde. A continuación recibió su orden el cielo en el número perfecto de la tétrada, que no andaría uno errado si dijiera que es el punto de partida y fuente de la década perfecta. En efecto, lo que es la década em acto, lo es la tétrada, así parece, en potencia. En efecto, si los números que van de la mónada hasta la tétrada se compusieran sucesivamente, generarían la década²⁰, la cual es límite de la infinitud de los números, límite alrededor del cual, como en el mojón de giro²¹, dan vuelta y doblan de regreso. (MARTÍN, 2009, p. 119).

Esse testemunho de Filón constitui uma preciosidade. Além de confirmar que se tratava de uma estrutura gerativa do mundo, ele distingue perfeitamente a *tétrada* da *década* ao afirmar: “[...], lo que es la década em acto, lo es la tétrada, así parece, en potencia”. Quando Filón afirma que a *década* é em ato e a *tétrada* apenas em potência, confirma que o modelo – que ele atribuía ao platonismo – também estipulava que, apenas na condição de totalidades, os fenômenos ganhavam assento na existência. Ora, isso implica que as quatro instâncias da *tétrada* constituem instâncias ontológicas que não existem como realidades independentes que se sucedam temporalmente, mas que constituem instâncias lógicas sucessivas que se cumprem simultaneamente na edificação de totalidades que, mediante movimento transcendental, ganham assento estável na existência relativa. É exatamente isso, nos mínimos detalhes, o que está implícito na organização do mundo em cinco instâncias dimensionais, tal como indicado na Figura 3. O fenômeno em ato é sempre uma totalidade, amparada e edificada ontologicamente em quatro instâncias dimensionais cumulativas, que se estabiliza na existência em ato, não desdobrando uma virtual quinta dimensão, mas transcendendo o horizonte dimensional e estabelecendo-se como totalidade. Daí, não se encontrar, na realidade, qualquer fenômeno que não constitua uma totalidade.

Aqui, impõe-se um parêntese necessário que apenas aparentemente configura um desvio do tema, mas que, adiante, justificar-se-á. Chega a ser surpreendente que Filón, 368

¹⁸ Incabível ter a expectativa de encontrar, em cultura mitológica, o formato do discurso científico moderno.

¹⁹ Que, por sua vez, baseou-se nos fragmentos de Filolau e Arquitas.

²⁰ Es decir, los números que componen da tétrada (1,2,3 y 4) sumados dan 10 (Nota orig. 33).

²¹ Mojón colocado al final de la pista que indicaba el punto donde los corredores o los carros debían emprender el regreso em las Carreras dobles de ida y vuelta (Nota orig. 34).

anos depois da morte de Platão, detivesse um conhecimento tão preciso da estrutura gerativa (*tétrada*), enquanto Aristóteles, que conviveu com Platão na Academia, a julgar por certo registro azedo na sua *Metafísica*, nada disso sabia: “Dizer que as Formas são modelos e que outras coisas delas participam é empregar frases ocas e metáforas poéticas, pois o que é que confecciona coisas no molde das ideias?” (*Metaph.* 991a20).

Quer parecer-nos que a crítica central de Aristóteles à Teoria das Ideias de Platão residia no fato de as ideias-formas serem, se não eternas, ao menos, imutáveis, condição na qual não podiam dar conta de produzir movimento e, conseqüentemente, geração. Aristóteles dedica-se, insistentemente, a esse problema na sua *Metafísica* sem encontrar solução. Isso significa que ninguém mostrou-lhe o caminho das pedras representado pela *tétrada*, o que impõe outra questão: como pode um aluno brilhante como Aristóteles ter participado da Academia, por duas décadas, sem obter a informação que chegou a Filón tanto tempo depois? A explicação possível para esse fato somente pode residir no caráter esotérico desse conhecimento. Filón era um judeu cristão, com formação helenista que, em alguma medida, pensava Platão como um precursor de ideias afins ou úteis ao cristianismo e, nessa condição, teve acesso à boa parte desse conhecimento esotérico, possivelmente por comunicação oral. A julgar pela expressão *asi parece*, que usa para diferenciar potência e ato na estrutura, não tinha domínio pleno do modelo, pois, se tivesse, não teria tal dúvida. De qualquer modo, logrou compreender perfeitamente a função criadora da estrutura, justamente o aspecto que escapou a Aristóteles ou, então, que lhe foi sonogado.

A pesquisa historiográfica está-nos devendo, aqui, um estudo que esclareça as condições contextuais e conjunturais nas quais se desenvolveram as atividades da Antiga Academia, de sorte que se possa estabelecer, com maior segurança, em que medida deve-se confiar nos testemunhos de Aristóteles, que se revelam fundamentais para a contemplação do ensino oral de Platão. Essa questão continua preocupando os exegetas e, recentemente, Cornelli (2016, p. 82) voltou a ela: “É evidente já desde Burnet que o verdadeiro problema aqui é a embaraçante descontinuidade entre o que Platão teria escrito e o que Aristóteles recorda das teorias do mestre”. Nesse mesmo estudo, Cornelli traz-nos relato de Eliano, segundo o qual, em certa ocasião, quando Platão já era octogenário, teria sido interpelado por Aristóteles, de modo insolente, e, em consequência, Platão ter-se-ia recolhido com seus alunos à sua casa particular, no Jardim de Akademos, desistindo de conduzir suas preleções no passeio público da Academia. A situação foi, depois, revertida por Xenócrates, que, na ocasião, não estava presente, mas o que nos interessa, aqui, é a presença de um conflito declarado entre Aristóteles e Platão que não pode ser reduzido a meras divergências conceituais e que, decididamente, não se ajusta com o fato de Aristóteles ter frequentado a Academia por cerca de dezenove anos, sem, contudo, conhecer a *década* (BINI, 2006, p. 15). Aqui, nitidamente, falta uma peça central capaz de dar sentido ao quebra-cabeças. Aristóteles é que nos informa que Platão, além da Teoria das Ideias, tinha também uma Teoria dos Princípios e também que esse tema era tratado na oralidade, entretanto, as informações que detinha eram precárias e, virtualmente, distorcidas, tanto assim que entendia – o que nos parece flagrante contradição – que, para Platão, a diáda do grande e do pequeno correspondia ao *ilimitado*: “Mas é característico de Platão formular uma dualidade em lugar do ilimitado singular, e fazer o ilimitado consistir do grande e do pequeno” (*Metaph.* 987b25).

Aristóteles sabia que Platão tinha uma teoria dos princípios, conhecia os princípios primeiros de Pitágoras – *ilimitado* e *limitante* –, sabia que as ideias de Platão harmonizavam-se com a tradição pitagórica, passou vinte anos frequentando a Academia, era uma cabeça brilhante, não refutou a Teoria das Ideias – apenas sua existência independentemente dos objetos –, procurou, de modo insistente, em toda a extensão da sua Metafísica, uma justificativa que possibilitasse às ideias gerar movimento e, no entanto, desconhecia a solução gerativa representada pela *década*.

A solução desse enigma e de outros, tal como a “desastrada” lição pública de Platão sobre o Bem, de que nos fala Aristoxeno, implica levar em conta a hipótese de que Pitágoras talvez não tenha sido o primeiro homem a pensar na dupla de princípios e, virtualmente, nem mesmo tenha sido ele o mentor da ideia gerativa contida e expressa na *década sagrada*, mas apenas o responsável pela translação e pela tradução de um saber egípcio antigo – cuja origem perde-se nos confins do tempo –, para a emergente linguagem racional e matematizada da cultura grega do sec. VI a.C. Numênio de Apameia já atestava a origem oriental da sabedoria de Pitágoras e Platão. Jâmblico também dá testemunho da origem egípcia da filosofia grega: “Y si propones alguna cuestión filosófica, también ésta te la interpretaremos de acuerdo com las antiguas estelas de Hermes, que Platón, ya antes, e Pitágoras, trás leerlas em su totalidad, utilizaron para crear su filosofía [...]” (RAMOS JURADO, 1997, p. 43).

E, aí, o espírito pragmático moderno precisa vergar-se aos fatos: Platão era um iniciado, e *ensino esotérico*, na Academia Antiga, significava ensino reservado a poucos, criteriosamente escolhidos, transmitidos em meio a procedimentos litúrgicos ou ritualísticos próprios, no interior reservado de uma escola de mistérios, sob compromisso juramentado de segredo (RODRIGUES, 2016). Há quase tantas indicações expressas de que Platão era um iniciado, nos diálogos, quanto ocasiões claras de retenção intencional de saber, indicando que a ocasião adequada para certos assuntos era outra. Outra quando? Onde? A resposta mais provável para um postulante promissor seria: na casa de Platão, no Jardim de Akademos, quando, em termos de moral, de sensibilidade e de conhecimentos, estiveres devidamente preparado.

Em virtude da formação cristã, olhamos para as escolas de mistério e enxergamos templos pagãos e deixamos de perceber que boa parte delas foram, de fato, escolas de sabedoria que atraíam e congregavam espíritos curiosos, tocados pelo desejo de saber. A escola de Pitágoras, por exemplo, não deve seu prestígio a concepções religiosas que defendia ou a eventuais procedimentos litúrgicos que adotava, mas, sim, ao seu empenho no estudo das matemáticas (BINI, 2006)²². As exigências complementares de cuidados com alimentação, higiene e exercícios físicos evidenciam necessidades básicas – *mens sana in corpore sano* – de cultivo da sensibilidade requerida para certas percepções. Derivava isso da percepção de que, para certo saber e para certo conhecimento, a inteligência, embora necessária, não resulta suficiente, sendo necessário cultivar um estado de espírito adequado, sensibilidade capaz de captar os sinais da natureza, maravilhar-se com ela e com ela integrar-se harmonicamente. Era preciso desfrutar de bem-estar, tanto orgânico como mental, estar em confiança entre amigos

²² As notas 38, 57, 67 e 127 indicam que, para os gregos clássicos, as matemáticas compreendiam a aritmética, o cálculo, a geometria, a música e a cosmologia, sendo esta última tida como ciência do movimento.

e, ainda, manter um relacionamento harmonizado para com os deuses que, em última instância, eram os detentores das *ciências* e da verdade. Nessas condições de aprendizado, por vezes, a linguagem, quando recursos conceituais claros não estivessem disponíveis, poderia ser alegórica, mística, simbólica ou mitológica, sem prejuízo da comunicação e sem distorção da verdade. Por vezes, a explicação racional poderia estar ausente, mas a intuição da verdade mostrava-se evidente.

Esse estado de espírito requerido fez-nos interromper a redação quando iniciamos a presente sessão. Sentimos necessidade de uma preparação. Necessidade de parar, respirar fundo, tomar um banho purificador. Ocorreu-nos convidar o leitor a tirar os sapatos, pois iríamos penetrar em solo sagrado. Iríamos entrar no templo onde estiveram aqueles que, segundo Platão, *viviam mais próximos dos deuses*. Tratando-se este de um presente dos deuses, parece natural que a ocasião de contemplá-lo revestisse-se de solenidade, exigindo uma liturgia que preparasse os espíritos para uma delicada sintonia. Algo sabidamente distante do espírito pragmático contemporâneo. Para o espírito típico de nossa época, de formação cartesiana, talvez seja necessário, textualmente, destacar que não se trata nem se tratava, naquela ocasião, de procedimentos meramente religiosos, mas, sobretudo, de exercícios de sintonia com a natureza. Jâmblico informa-nos que aquilo que se convencionou chamar de deuses egípcios era entendido por eles como forças cósmicas que não se perturbavam com os apelos humanos – significando que não existia um deus do protocolo, recebendo e despachando pedidos humanos –, mas que isso não invalidava as preguias, de vez que a invocação dos deuses propiciava sintonia do invocante com as leis da natureza, e essa sintonia, sim, favorecia o sucesso dos empreendimentos. Encontramos uma pálida versão contemporânea dessa sintonia no conselho de prestar completa atenção naquilo que se estiver fazendo e que ninguém vai interpretar como conselho místico. Pessoalmente, nós conseguimos captar esse estado de espírito, ao contemplar as invocações e as oferendas que o grego dos tempos dionisíacos fazia antes de iniciar um empreendimento relevante, fato magistralmente registrado por Porfírio (LORENTE, 1987), no relato das façanhas dos intrépidos Argonautas. Nesse relato, percebe-se presente um clima permeado de misticismo que propiciava ao homem de ação a cumplicidade dos deuses nos seus atos, mas que, em contrapartida, exigia-lhe também atitudes justas e dignas compatíveis com tal privilégio. Nesse contexto cultural, fica fácil entender por que, naqueles tempos, o tratamento dessas questões era solene e envolvia reverência e sempre alguma liturgia, o que, diga-se de passagem, em termos próprios, continua a ser observado hoje: uma reunião de cientistas não se dá sem um clima circunspecto e sem a observância de determinado protocolo. Os objetos de estudo, naquela ocasião, eram leis universais e eternas, naturalmente interpretáveis como produtos divinos destinados a regular e a normatizar o funcionamento da vida e do universo. Natural, portanto, estarem revestidas de sacralidade: seu autor era nada mais nada menos do que o próprio Criador.

A presença de alguma liturgia, o cultivo de certa reverência e mesmo o revestimento mítico e alegórico dos símbolos, para, virtualmente, permitir a participação de mentes mais simplórias incapazes de acompanhar o rigor lógico das matemáticas, não significam, por si mesmo, que a verdade estivesse ou esteja ausente. Um exemplo claro de que apenas linguagem distinta, seja alegórica, mística ou simbólica, não implica, necessariamente, incompatibilidade com a ciência traz-nos Anton Joseph Kirchweger,

quando, em 1921, edita, em Berlin, a obra *Golden Chain of Homer*, cuja capa mostra a seguinte figura:

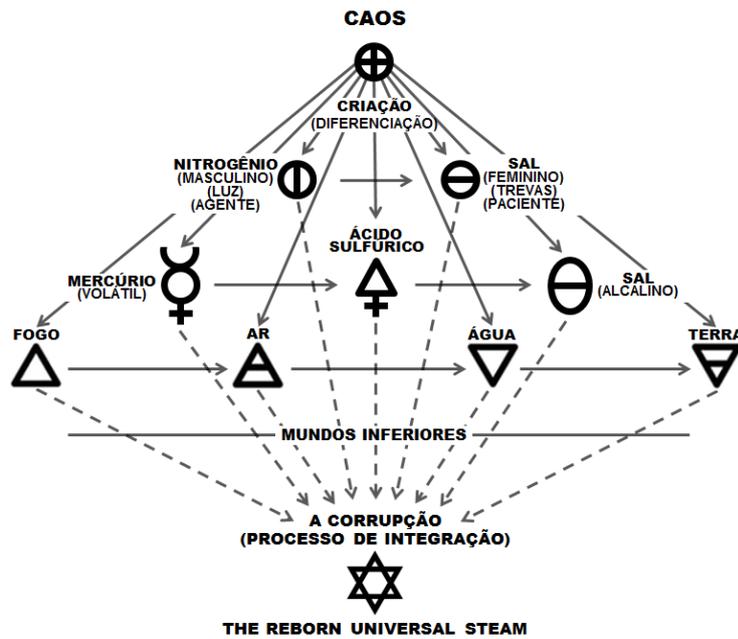


Figura 4: Representação alquimista da *década*.

Essa obra, declaradamente, constitui transcrição literal de uma edição Rosacruz rara, datada de 1781, tendo sido viabilizada por uma Sociedade Restauradora de Manuscritos Alquimistas, identificada pela sigla RAMS, mas que consistia de uma rede informal de estudiosos e de pesquisadores. O texto é francamente alquimista e assume raízes herméticas e relações estruturais com o movimento Rosa Cruz. A figura é, certamente, alquimista e não é difícil perceber que, estruturalmente, reproduz a representação geométrica da *década sagrada* de Pitágoras, transcrita na Figura 1. A diferença está no fato de essa figura alquimista contemplar também a totalidade, que, na figura pitagórica triangular, está apenas subentendida e que representa a criação e corresponde ao mundo sublunar de certas tradições esotéricas. De resto, a figura contempla símbolos e elementos químicos próprios da cultura alquímica e, nitidamente, refere-se às mesmas leis constitutivas do universo contempladas pelo modelo pitagórico, constituindo, portanto, outra clara representação do mesmo modelo gerativo.

A mesma estrutura gerativa é encontrada também na tradição sufis do Egito Imperial, com formato ligeiramente diferente. Gadalla (2003) fala-nos do papiro Leiden²³ e do papiro Rhind²⁴, do Antigo Egito, que, tomados em conjunto, contemplam a mesma estrutura gerativa. Gadalla apresenta uma Grande Enéade dessa tradição, nos seguintes termos:

Apropriadamente, a nona estrofe do Papiro Leiden do Antigo Egito fala sobre a Grande Enéade – as nove primeiras entidades que surgiram a partir de **Num**. O

²³ O papiro Leiden I 350 é do século XIII a.C. e teve 22 de seus 26 capítulos preservados.

²⁴ O papiro Rhind, datado de 1650 a.C., foi descoberto por Alexander Henry Rhind e encontra-se no museu britânico.

primeiro na Grande Enéade é **Atum**, que surgiu a partir de **Num** – o oceano cósmico. **Atum** cuspiu os gêmeos **Shu** e **Tefnut**, que deram à luz **Nut** e **Geb**, cuja união produziu **Ausar** (Osíris), **Auset** (Ísis), **Set** (Seth) e **Nebt-Het** (Néftis)²⁵.

Gadalla esquematiza essa estrutura no plano e gera uma figura que também localiza e associa a posição relativa dos elementos.

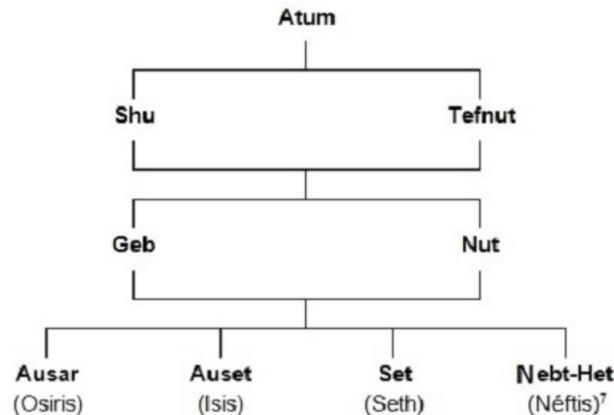


Figura 5: A Grande Enéade da cultura sufis.

Os nove aspectos da Grande Enéade emanam, e estão inscritos, no Absoluto. Não são uma sequência, mas uma unidade – interpenetrando, interagindo e encadeada. São a origem de toda a criação, simbolizada por **Heru** (Hórus), que, de acordo com a estrofe 50 do Papiro Leiden, é [...] o resultado da unidade-vezes-nove dos neteru²⁶. (GADALLA, 2003, p. 68).

Nessa estrutura, Shu e Tefnut representam a diferença primordial (masculino-feminino), Geb e Nut, o visível e o invisível (terra e céu), e os quatro neteru restantes, as forças cósmicas diretamente responsáveis pela criação, representada por Hórus, que não participa da figura. Esse modelo diferencia-se da *década*, principalmente, porque evidencia mais detalhes. A semelhança de Num – oceano cósmico – com o ilimitado adimensional – vácuo cósmico – é evidente. A indicação de que não se trata de uma sequência, mas de uma unidade, expressa o seu caráter ontológico antes mesmo de tal termo ser cunhado. Osíris constitui, na mitologia egípcia, o pai, o princípio criador (assimilado às águas do Nilo), Ísis é a mãe, a natureza (o receptáculo, assimilada ao território banhado pelo Nilo), Set, o princípio antagônico (o fogo, assimilado às areias secas que cercam o vale do Nilo) correspondente também à matéria, e Hórus representa a criação resultante, indicada, no modelo pitagórico, como *década* e que, no modelo dimensional, corresponde à totalidade e ao ente. A mitologia egípcia converte esse conjunto de forças cósmicas em um panteão de deuses humanizados, os últimos cinco constituindo uma família real cujas histórias e conflitos explicam tanto a história do universo como a história do Egito. Com isso, o mito cumpre o seu papel social ordenador.

O papiro Rhind, por seu turno, também chamado de papiro matemático, testemunha um plano hermenêutico superior de alcance mais restrito. Possui, como título “Regras para investigar a natureza e para saber sobre tudo o que existe, todos os mistérios,

²⁵ Entre parênteses, o nome grego.

²⁶ No singular neter. Forças cósmicas traduzidas por egiptólogos ocidentais como deuses.

todos os segredos” (GADALLA, 2003, p. 31). Segundo Gadalla, no item trinta e oito desse papiro, consta um texto que indica o papel cosmológico do triângulo sagrado 3:4:5 egípcio, que resultou universalizado, por Pitágoras, em razão de propriedades que lhe são estruturais: “Entro três vezes no hekat (um alqueire, unidade de volume), um sétimo de mim é somado a mim e eu retorno completamente satisfeito” (GADALLA, 2003, p. 31).

Também, aqui, Gadalla oferece-nos um desenho correspondente que revela e testemunha que essa vinculação que Pitágoras realiza entre o quantitativo e o geométrico, na figura da *década*, já estava presente na antiguidade egípcia, inclusive com o destaque do caráter ímpar e par dos números envolvidos²⁷.

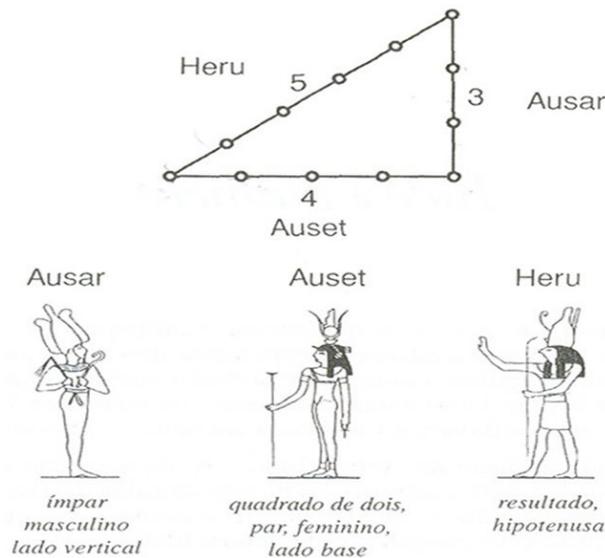


Figura 6: O triângulo sagrado egípcio.

Segundo Gadalla, Plutarco, na *Moralia* volume V²⁸, descreve esse triângulo nos seguintes termos:

Portanto, o lado vertical pode ser considerado masculino, a base, feminina e a hipotenusa, o filho de ambos. Sendo assim Ausar (Osíris) pode ser conhecido como a origem. Auset (Ísis), o recipiente, e Heru (Hórus), o resultado perfeito. Três é o primeiro ímpar perfeito; quatro é um quadrado cujo lado é o número par dois, porém, de certa forma, o cinco é como seu pai e de outra forma, sua mãe, pois é feito de dois e três. E panta (tudo) é derivado de pente (cinco) e falam em contar numerando de cinco em cinco. O cinco faz de si mesmo um quadrado. (GADALLA, 2003, p. 30).

O que diz o item trinta e oito do papiro? Entro três vezes no hekat – medida de volume –: o princípio criador, Ausar, precisa decair uma, duas, três vezes – três dimensões –, para formar o volume – o espaço –, assim como são necessárias três dimensões para formar o espaço cartesiano. Um sétimo de mim é somado a mim, Auset: o volume espelhado no plano, em largura e em comprimento, recebe mais uma parte para ficar sete, isto é, recebe a

²⁷ No já citado livro de McClain (1976), consta interessante análise do papel estrutural que ímpar e par exercem no âmbito da *década* e na estrutura gerativa da complexidade quantitativa. Fazemos esse registro para indicar que estamos cientes de que a análise que, aqui, oferecemos contempla certo nível de abordagem, abaixo do qual se estendem planos matemáticos dispensáveis no âmbito deste trabalho.

²⁸ Gadalla refere-se provavelmente ao volume V da Loeb Classical Library, pois o volume V da Editora Clássica Gredos é dedicado a gregos e a romanos.

dimensão do tempo, Néftis – a quarta dimensão. O resultado é cinco. O filho perfeito Heru que, para retornar ao princípio criador, isto é, voltar à casa paterna, precisa conquistar panta: a totalidade. Como se observa, não apenas está presente a estrutura gerativa indicada na *década* de Pitágoras, como ainda está indicado o projeto teleológico proposto à criação: o retorno à fonte, a busca da perfeição.

Nessa análise, fica evidente que a conjugação da ciência com o místico, na construção do mito, revela-se solução inteligente, na medida em que o mito resulta poderosa ferramenta de unidade e de identidade social. Mas revela também, e é isso que, em particular, interessa-nos, aqui, a indelével presença da ciência no mito. Embora a cultura sufis seja rica e mereça maior consideração na história da cultura filosófica da humanidade, estender-nos no seu exame afastar-nos-ia do propósito deste estudo, razão pela qual remetemos os interessados ao texto de Gadalla.

Essa presença do modelo gerativo de que nos fala Pitágoras, nos templos egípcios doze séculos antes dele, bem como a presença da mesma estrutura dois mil anos depois, no interior do movimento alquimista e também da Ordem Rosa Cruz – que mais tarde se une à Ordem Maçônica –, constituem indicativos que precisam ser devidamente considerados. A perplexidade inicial decorre do fato de esse conhecimento – que virtualmente pode vir a propiciar um novo paradigma científico e abrir, para a ciência do século XXI, um promissor horizonte de desenvolvimento – constituir uma das mais antigas conquistas do intelecto humano, contando não com suposições, mas com registros formais inequívocos. A segunda perplexidade deriva do fato de esse conhecimento ter sido preservado graças à determinação de homens que formaram uma corrente dourada através dos tempos, em boa medida marginalizados pela cultura predominante, unidos pelo propósito de cultivar e preservar um saber pressentido como de extremo valor para a humanidade. A terceira perplexidade resulta da constatação de evidências históricas, atestando que esse conhecimento foi combatido, grande parte do tempo, pelo poder político de cada ocasião, em flagrante esforço de evitar que a humanidade se apropriasse dele²⁹.

Sabemos que, no Egito Imperial, o poder era sustentado por duas colunas, uma espiritual, a cargo do Faraó, e outra administrativa, a cargo do Vizir. Em razão da sua longevidade, esse modelo de controle social às margens do Nilo deveria parecer uma solução perfeita aos olhos dos déspotas da época imperial. É justamente nesse modelo que Constantino inspira-se para criar uma religião para o Império Romano do Oriente, cuja dissolução afigurava-se contingente, tendo em vista as tendências do Império ocidental. O cristianismo emergente e o Concílio de Niceia encaminham a solução que será amplamente vitoriosa, tendo em vista que, no final das contas, o império sobrevive por mais mil anos. A nova Igreja imperial tomada de pragmatismo vai empenhar-se em desenvolver musculatura para voos mais ambiciosos. Consolida uma teologia comprometida com esse pragmatismo e, com isso, precisa sacrificar certa facção promissora do clero, apegada à verdade histórica e conceitual, segundo a qual não existe conflito entre fé e razão, para fixar-se, prioritariamente, no sucesso institucional e no projeto de consolidar a sua posição política no império. Uma vez

²⁹ Sem entrar em detalhes da questão, parece útil registrar a necessidade de um estudo historiográfico que colete os dados objetivos da história das estratégias de controle social, na intenção de identificar a presença de medidas impeditivas da emancipação mental das pessoas, possivelmente não por genialidade maquiavélica dos déspotas que se sucederam, mas por determinação estrutural do próprio processo evolutivo do discernimento.

assumido o projeto imperial, as consequências são mais ou menos inescapáveis, de sorte que a Igreja, da mesma forma que qualquer empreendimento imperial, nos mil anos que se seguem, não claudica em lançar mão de truculência, quando necessária à preservação do seu projeto de poder. O decreto de Justiniano, em 529 d.C., o assassinato de Hipátia, em (415 d.C.), o incêndio do Templo de Serápis – biblioteca de Alexandria –, em (391 d.C.), a obra *Contra Celso* de Orígenes de um lado, e a resposta de Jâmblico ao questionamento de Porfírio de outro denunciam o embate entre a Igreja nascente e o Neoplatonismo que tentava revigorar Platão³⁰. A caça às bruxas do medievo e a traição papal aos templários que culmina com a imolação de Jacques DeMolay, em 1314, são apenas alguns dos pontos marcantes dessa luta pelo poder que implicava silenciar as vozes que clamavam pela verdade de uma teoria racional dos princípios. Os portadores da verdade puderam ser silenciados, mas a verdade não pôde ser eliminada.

Exemplo da atitude defensiva adotada pelos preservadores marginalizados da teoria é a fachada de busca da fórmula química de transformação de chumbo em ouro dos Alquimistas. O apelido Paracelso seria uma resposta a *Contra Celso* de Orígenes? O exemplo mais elucidativo do modo de preservação adotado em todos os tempos é-nos fornecido por Amônio Saca (175 +- 250) que, em 193, fundou a Escola de Alexandria. Esta teve como alunos principais Erênio, Orígenes e Plotino, mas também Celso e Longino, este último filólogo e também, tal como Plotino, professor de Porfírio. Essa escola possuía três graus: neófitos, iniciados e mestres. Consta que Amônio exigia dos seus alunos um pacto de silêncio, e existe registro de um fato curioso que teria acontecido com Plotino quando dava aulas em Roma. Certa ocasião, em meio à aula, entra Erênio, e Plotino interrompe a preleção e retira-se sob a alegação de que não falaria em presença de quem sabia tanto quanto ele – de fato constrangido por estar revelando certos ensinamentos aos seus alunos. Plotino, como se sabe, não publica nada em vida, sendo Porfírio que organiza suas anotações e as publica depois da sua morte.

Encontraremos esse pacto de silêncio também na Academia Antiga, e Platão indica, em seus diálogos, quais são os requisitos que um pretendente precisa cumprir para tornar-se um filósofo, isto é, para ter acesso aos grandes mistérios e ser instruído na operação da Dialética. Precisa ser inteligente, estar disposto a cumprir o percurso mais longo, mas precisa também ser sensível ao bem e ao belo, isto é, precisa ter uma alma nobre, liberta das ilusórias honrarias mundanas e ávida pelas verdades permanentes de origem divina – inteligência, humildade, moderação, serenidade e incontido desejo de saber. O intelecto de Aristóteles estava pronto, a sua alma não, daí, não ter sido convidado para participar dos mistérios. Não é difícil inferir, entretanto, que os participantes das discussões públicas da Academia percebessem que existia um conhecimento superior que tanto não constava das anotações que orientavam as aulas como também não era discutido, oralmente, nas próprias aulas. Com o tempo, era natural que as reclamações se acumulassem e assumissem a forma de acusação de sonegação de informação, em flagrante contradição com os propósitos da Academia. Acuado, Platão não podia repetir o erro de Pitágoras que recusou aceitar o filho do déspota local que queria participar da Escola, mas tinha propensão para *açougueiro* e viu sua escola incendiada. O que faz Platão? Manda convocar toda Atenas porque ele fará uma aula

³⁰ Em Rodrigues (2014b), encontram-se outros sinais desse embate entre Igreja e Neoplatonismo.

pública sobre o Bem. Atenas comparece em massa e Platão não mente, fala sobre as coisas divinas da criação, mas atém-se e concentra-se na complicada matemática que também parte da simplicidade do um para edificar a complexidade dos muitos presentes na natureza. A teoria musical que permitiu a Platão calcular o quanto um déspota é pior do que um filósofo, tanto quanto as relações e as simetrias quantitativas estruturais ao número, exploradas sem facilitar a vida dos ouvintes, resultam em perplexidade, incompreensão e frustração, exatamente como foi planejado. Doravante, Platão não será mais importunado por cobranças sobre os princípios, e a iniciação aos mistérios continuará restrita aos que tiverem merecimento³¹. Fracasso não Aristoxeno, sucesso total!

Em resumo, temos, aí, não apenas demonstrado que o modelo gerativo representado pela *década sagrada* de Pitágoras constitui um conhecimento antigo da humanidade, como também ficam arroladas evidências suficientes das dificuldades que esse conhecimento tem enfrentado para cumprir o seu papel civilizador entre os homens. O percurso cumprido ficou limitado a indicações mínimas suficientes para evidenciar a presença de uma *corrente dourada* de abnegados preservadores a quem a humanidade deve a atual oportunidade de rediscutir a questão. A importância desse conhecimento marginalizado faz por merecer um estudo historiográfico detido que resgate essa epopeia através da história, movida pela esperança de que, algum dia, a humanidade amadureça e possa capitalizar as potencialidades civilizatórias do modelo. Vejamos se essa palavra secreta, que tantas vezes já foi encontrada, perdida e reencontrada, admite agora ser formalmente registrada em termos racionais minimamente precisos, de sorte que não se perca novamente. Vejamos também se, desta vez, a elite cultural da época consegue superar o egoísmo estrutural dos déspotas da história.

A DETERMINAÇÃO DO *LIMITANTE*

O papel normativo do *limitante*, em sentido geral, é exercido pela configuração de um processo gerativo segundo o qual a existência se estabelece em ato neste universo. Existente em ato é o próprio universo tomado como um todo e também cada um dos entes que o integram bem como cada um dos fenômenos que nele se manifestam. Isso significa que o *limitante* determina, para tudo o que compõe a existência, o mesmo padrão existencial, quer se trate de uma partícula atômica, de um átomo, de uma célula, de um organismo, de um planeta, de um sistema estelar, de uma galáxia ou do próprio universo. A mesma determinação do limitante condiciona a existência dos fenômenos que se manifestam, quer se trate de um suspiro, de um prazer, de uma dor ou da explosão de uma estrela nova. Essa comunhão universal do mesmo padrão existencial responde pela harmonia cósmica e representa o índice por meio do qual qualquer ser inteligente do universo, independentemente

³¹ Na Maçonaria moderna do Rito Escocês, a principal lenda utilizada trata da morte do Mestre Hiran, o arquiteto que conduzia a construção do Templo. A morte dá-se porque três companheiros desprovidos de competente preparação e habilitação quiseram forçar o Mestre a lhes revelar o segredo da palavra. Tendo ele se recusado a fazê-lo, acabou morto e, como consequência, a palavra perdeu-se. Essa alegoria indica que o problema enfrentado sabiamente por Platão – e não tão sabiamente por Pitágoras – deveria ser problema comum enfrentado por outros que se empenharam na preservação e no cultivo desse conhecimento. Realizamos uma primeira aproximação entre doutrina maçônica e Metafísica, em artigo sobre a missão permanente da maçonaria (RODRIGUES, 2014a).

da sua localização planetária, pode desenvolver compreensão de abrangência cósmica e situar-se devidamente no mundo, na condição de ente plenamente consciente.

Em sentido particular de cada uma das cinco instâncias dimensionais complementares em que se organiza o *limitante*, cumpre especificar os conteúdos normativos próprios de cada uma delas, para se lograr entender de que forma elas complementam-se na edificação existencial dos entes e dos fenômenos. Já sabemos que se trata de um universo limitado, cujo princípio normativo apenas admite o advento existencial de entes e de fenômenos na compleição de totalidades, ou seja, objetivamente, o âmbito existencial “b” do nosso esquema referencial apenas comporta presenças limitadas enfeixadas em totalidades. Também sabemos, pela análise que realizamos sobre o *ilimitado*, que o advento de todo ente ou fenômeno relativo inaugura-se pela transcendência de um ser determinado, um ser de compleição unitária, imbuído de um impulso existencial ilimitado, no sentido da complexidade, que apenas estabiliza-se na existência na condição de totalidade, a qual é atingida pelo reiterado desdobramento de quatro dimensões, seguida de uma transcendência para uma instância de totalidade. Transcendência essa que possui a propriedade de restabelecer a unidade no âmbito da multiplicidade. O ser emerge na primeira dimensão, dotado de unidade simples e indivisível. Para ganhar assento estável na existência, precisa atingir uma totalidade que é composta de partes, mas ao fazê-lo mediante salto transcendental, a partir da quarta dimensão, instaura uma unidade situada para além da mera soma das partes – para além do horizonte dimensional. Assim, por exemplo, um átomo de hidrogênio constitui uma totalidade e possui um ser, da mesma forma que qualquer átomo de oxigênio. Quando, em condições apropriadas, dois átomos de hidrogênio são unidos a um átomo de oxigênio, resulta dessa união uma molécula de água. Temos, aí, nitidamente, um resultado que transcende a mera soma das partes, de vez que a molécula de água possui propriedades que não estão presentes nos átomos utilizados. Nesse caso, surgiu um ente novo que, naturalmente, possui um ser próprio que não se confunde com os seres e os entes que “deixaram de existir” para dar lugar ao novo ser e ao novo ente que passou a manifestar-se presente na existência. Sabemos que os três entes atômicos, de fato, não deixaram de existir e estão subsumidos na molécula, tanto assim que, caso o processo seja revertido, os três átomos voltam a manifestar-se presentes, e a molécula volta a constituir mera potência não realizada. Nesse exemplo, já fica claro que a existência comporta também distinção entre potência e ato e que essa potência, de algum modo, também está presente no âmbito “b”, de modo semelhante como a percebemos no ilimitado do âmbito “a”, posto que o *ilimitado*, segundo o que nos foi dado inferir dele, também existe na condição de potência³².

³² Neste ponto, o tema está requerendo meditação mais detida que, em parte, realizamos marginalmente para não prejudicar a trajetória em curso. A questão central, aqui, é o nosso hábito de pensar o mundo objetivo exclusivamente como ato. Ao olharmos a molécula, não fica difícil entender que, embora a presença manifesta seja a da molécula, ali, estão, em potência, três átomos que podem ser recuperados pela quebra da organização que totaliza a molécula. Ou podemos, alternativamente, pensar que os três átomos continuam presentes em ato, em outro plano existencial, distinto daquele da molécula, nomeadamente em um plano existencial de átomos. De qualquer modo, em ato ou em potência, os três átomos ficam localizados. O problema apresenta-se quando, na busca dos átomos, rompe-se a totalidade da molécula. Nesse caso, a molécula deixa de existir em ato. Nesse caso, a potência irá para onde? A potência de constituir uma molécula em ato não se encontra na *alma* ou na *inteligência potencial* particular de um ou de outro dos átomos libertados, mas, ao contrário, constitui potencialidade comum da comunidade de todos os átomos de hidrogênio e oxigênio do universo. Ora, isso denuncia uma alma ou uma inteligência potencial, no mínimo, comum a certos tipos de entes, no caso, àqueles

Em termos gerais, então, o que, objetivamente, ganha assento e manifesta-se presente no mundo relativo é sempre uma totalidade, a qual, sendo unitária, distingue-se das demais com as quais partilha a existência e pode ser percebida como individualidade destacada das outras. Essa individualização, tanto em termos objetivos como em termos perceptivos, decorre do caráter unitário da totalidade. O ente ou o fenômeno existe como uma totalidade, e a capacidade perceptiva capta a presença em sua totalidade. O próprio ato mental de captação é único e totalizante, tal como a atribuição de uma identidade também o é – no caso de o ente ou de o fenômeno ser reconhecido. Dessa característica do *ser* e do *perceber* resulta a ilusão de que a realidade comporta apenas uma instância, tal como a espaço-temporal da teoria da relatividade, como a instância espacial da física de Newton ou mesmo a instância de totalidade na perspectiva que estamos desenvolvendo. A estrutura do modelo dimensional esclarece-nos, porém, que essa totalidade percebida está alicerçada em quatro instâncias ontológicas sem as quais ela não se sustenta na existência. Na realidade, essa totalidade é a resultante aparente de um processo essencial que, embora não seja aparente, de fato, é quem explica e sustenta, na existência, o fenômeno ou o ente vislumbrado.

Platão, com a sua Teoria das Ideias, já tinha proposto a superação do mundo visível pelo mundo inteligível, referindo-se especificamente à forma ou à inteligência organizativa que molda e define a totalidade da qual estamos tratando, isto é, referindo-se à inteligência organizativa que torna um ente enfeixado em uma totalidade. O conteúdo inteligível de um ente é constituído da inteligência organizativa efetivamente realizada, a qual o modelo situa na instância de totalidade desse ente. Essa inteligência organizativa articula, harmônica e integradamente, tudo o que compõe o ente, gerando uma totalidade plenamente estabilizada em uma unidade. Sabemos que essa totalidade transcende a mera soma das partes e institui um ente dotado de propriedades que são próprias dessa inteligência totalizante e não se encontram presentes nas partes constituintes. Platão, com a Teoria das Ideias, desafia-nos a contemplar e entender essa inteligência organizativa, efetivamente realizada no ente, e não nos ater à aparência do mundo visível – caso se pretenda uma ciência correspondente à realidade.

Observe-se, porém, que essa inteligência organizativa efetivamente realizada, responsável pela compleição do ente em ato, é produto do processo criativo essencial acima indicado, que edifica essa inteligência factual, cumprindo quatro etapas complementares e cumulativas que potencializam o salto transcendental segundo o qual essa inteligência organizativa ou o ente correspondente surge ou instala-se na realidade. Isso significa que uma contemplação adequada e competente da natureza exige não apenas superar o mundo visível e contemplar a inteligência organizativa que configura e molda entes e fenômenos em ato, mas

que designamos hidrogênio e oxigênio. Tratando-se de uma alma ou inteligência potencial compartilhada universalmente, precisa existir objetivamente, ainda que seja em potência. Daí, que, talvez, o mundo objetivo não se resuma ao conjunto do que está manifesto em ato, e tenhamos que admitir a presença de objetividades constituídas de inteligência, em estado meramente potencial ou registrada em substrato desconhecido de um modo ainda incompreensível. Terá sido isso que Platão tinha em mente com sua teoria, ao considerar as ideias eternas e independentes dos casos singulares?

também considerar a inteligência criativa responsável pela edificação ontológica dessa inteligência organizativa³³.

O modelo dimensional ordena essas quatro etapas cumulativas, definindo-as segundo as amplitudes lógicas que lhe são próprias. Por resultarem de reiterados desdobramentos dimensionais, essas quatro etapas são também complementares, segundo o modelo, na construção da inteligência organizativa factual que molda o ente em ato. Já vimos que o agente ativo da construção é o ser, que transcende do *ilimitado* imbuído de ímpeto de ser, de impulso para a complexidade. Sendo o resultado do processo inteligência organizativa efetivamente realizada, impõe-se necessário que esse ser disponha, para o seu labor, de inteligência organizativa potencial que, usada no caso concreto, resulte na inteligência organizativa efetivamente realizada³⁴. Com essa necessidade estrutural de inteligência potencial, logra-se fechar o modelo, e podemos, dessa forma, inferir os componentes objetivos que se somam na construção da totalidade. O ser, correspondendo ao conteúdo objetivo da primeira dimensão; a inteligência organizativa potencial, correspondendo ao conteúdo objetivo da segunda dimensão; a materialidade, correspondendo ao conteúdo objetivo da terceira dimensão; o tempo existencial do ente, correspondendo ao conteúdo objetivo da quarta dimensão; e a inteligência organizativa realizada com suas propriedades, correspondendo ao conteúdo objetivo da instância de totalidade. A confirmação segura de ser essa a distribuição constitutiva dos entes implica realizá-la de dois modos. Em primeiro lugar, verificando se tais componentes, sendo complementares e cumulativos, efetivamente, contemplam tudo o que entra na composição do ente em ato – de acordo com o que o estágio atual do discernimento humano permite constatar – e, em segundo lugar, verificando se os conteúdos objetivos catalogados correspondem e obedecem às determinações normativas específicas de cada uma das quatro instâncias dimensionais identificadas no poder limitante. Para tanto, impõe-se, antes de tudo, especificar que determinações normativas são essas.

O PODER NORMATIVO DA DÉCADA DIMENSIONAL

O critério dimensional adotado divide o *limitante* em quatro instâncias que se diferenciam pela posição hierárquica e pela amplitude lógica de cada uma. Tratando-se de instâncias cumulativas, a mais simples delas é a primeira dimensão, na qual ainda não existe acumulação, e a mais complexa é a quarta dimensão, que, além de conter o que é próprio da sua amplitude, ainda contempla a herança das três anteriores. Em razão desse fato estrutural, convém iniciar a análise por essa primeira dimensão, embora reconhecendo que o conteúdo da terceira dimensão seja mais acessível ao homem moderno, em virtude da sua familiaridade com a matéria e com o espaço. A simplicidade da primeira possibilitar-nos-á identificar, porém, de modo mais claro, as espécies de fatores intervenientes na ação normativa, fatores que devem estar presentes também nas demais instâncias, dado que estas cumprem igualmente papel normativo, embora, certamente, condicionados pelas particularidades locais.

³³ Antecipamos, aqui, para facilitar compreensão, o nosso entendimento de que inteligência organizativa corresponde à forma da Teoria das Ideias de Platão e que inteligência criativa corresponde ao limitante que entendemos implícito na Teoria dos Princípios de Platão.

³⁴ Lembremo-nos que o ser que transcende é sempre um ser determinado o qual vai gerar um ente também determinado.

Na análise do *ilimitado*, conseguimos determinar a sua amplitude adimensional e, daí, derivar o lócus existencial que lhe corresponde. Em razão dessa amplitude, concluímos que a geração do mundo limitado somente pode ocorrer por meio de uma transcendência que dispense qualquer ação por parte do *ilimitado*. Pelo mesmo motivo, concluímos também que o *ilimitado* configura-se absolutamente estático, razão pela qual o que transcende dele constituir-se em alteridade móvel, de mesma natureza e submetida, necessariamente, a um processo de limitação, condição indispensável para viabilizar a existência simultânea dos dois. Na mesma ocasião, também assumimos a hipótese platônica de designar como *ser* aquilo que, objetivamente, transcende do *ilimitado*, o que implica entender que apenas ser e nada mais do que ser transcende dele. Finalmente, vimos também que esse ser emerge no âmbito da existência relativa, na condição de movimento existencial, munido de um ímpeto de ser, isto é, de um impulso virtualmente inesgotável para a complexidade.

Em razão dessas condições, o ser inaugura o âmbito relativo, instaurando e ocupando com sua presença, primeiramente, uma amplitude unidimensional. Depois, facultado pelo impulso para a complexidade, desdobrará as demais instâncias até atingir a totalidade capaz de conceder-lhe assento estável no mundo relativo. Portanto, todo o percurso anterior ao estabelecimento da totalidade apenas possui sentido ontológico. Por hora, concentremo-nos na instância inaugural. Entender que essa primeira instância possui apenas uma dimensão implica entender também que o ser que a ocupa constitui uma objetividade unidimensional em movimento. A figura geométrica formal utilizada para representar um âmbito unidimensional é a chamada *reta ideal* obtida pelo deslocamento de um ponto – adimensional – em linha reta. Portanto, ao usar a reta como referência indicativa dessa primeira instância, estamos utilizando um recurso formal regularmente aceito e aportando uma primeira evidência de que o modelo dimensional que estamos descrevendo não confronta e, ao contrário, harmoniza-se com convicções estáveis da ciência vigente.

Tomando-se a imagem da reta ideal como referência, fica facilitado o trabalho de análise dessa instância, uma vez que a própria imagem da reta sendo traçada fornece-nos compreensão da forma e do movimento dessa instância. Dado que a reta não possui espessura, resta o sentido da reta como expressão de sua amplitude única. Isso já informa-nos que, em sentido quantitativo, essa instância corresponde à unidade – expressa em termos quantitativos, pelo número um. Do mesmo modo, dado que em termos formais, a reta é obtida pelo deslocamento de um ponto, ontologicamente, o âmbito unidimensional resulta da manifestação – movimento – existencial do ser. Nos dois casos, evidencia-se um mesmo padrão de movimento: um movimento que se inicia, estende-se por algum tempo e, depois, cessa. Nesse âmbito exíguo de uma só dimensão, nitidamente, nenhum outro tipo de movimento pode ocorrer, além de esse surgir, estender-se por algum tempo e, depois cessar. Observe-se que estamos diante de uma precisa e perfeita adequação entre conteúdo e recipiente, entre agente ativo e receptáculo da ação, de sorte que tanto podemos afirmar que a instância e sua amplitude resultam do movimento do ser como podemos entender que esse padrão de movimento resulta determinado pela amplitude disponibilizada, ou melhor, logicamente disponível nessa instância³⁵.

³⁵ A mente moderna habituada a trabalhar no espaço, onde tudo possui o seu lugar, tende a preferir esta última opção e considerar que a geometria dimensional ou a métrica da pura amplitude constitui natureza inescapável do âmbito limitado da existência – o plano “b” do nosso esquema. Também preferimos assim, mas é preciso

O surpreendente, porém, é o papel cumprido por esse padrão de movimento no curso da existência dos entes e dos fenômenos. O que é que surge na existência permanece nela por algum tempo e, depois, desaparece da existência? Simplesmente, tudo o que se manifesta presente no universo, seja ente ou seja fenômeno, e dado que lei universal não admite exceção, inclusive o próprio universo³⁶. Para obedecer, rigorosamente, o que o modelo indica, convém perceber que o que se comporta dessa forma é o ser dos entes e dos fenômenos, uma vez que esse movimento, segundo o modelo, é privativo do conteúdo presente na primeira dimensão, isto é, do ser. Naturalmente, dado que é o ser que edifica o ente, quando o ser deixa de estar presente, o ente todo colapsa. O exemplo mais claro é o da morte de um amigo, cujo corpo sem vida não deixa dúvidas tanto de que o ser já não se encontra mais ali como de que era esse ser ausente que conferia vida ao amigo. O seu próprio ser, cada um pode encontrá-lo facilmente na base dos seus pensamentos, na condição de intelecto operador da mente e ser pensante e produtor de pensamentos que identificamos como sendo próprios. Em termos pessoais, costumamos dizer *meus* pensamentos. Esse legítimo sentimento de posse dos próprios pensamentos implica a identificação do eu com o ser que, acima, definimos como intelecto, operador da mente, portador da vida, edificador do ente e manifestação transcendental do *ilimitado*. Naturalmente, a consciência dessa extensão significativa do ser é privativa de um eu desperto para o mundo inteligível, isto é, de um eu consciente de sua identidade com o ser que o constitui. Quem, ao contrário, mantém-se no mundo visível definir-se-á apenas pela profissão que exerce, por certa idade, certa nacionalidade, certa posição social, alguma ideologia, enfim, por algum dos papéis que encena. Em resumo, por uma personalidade humana.

A par dos entes, temos o caso dos fenômenos, nos quais encontramos o mesmo padrão de movimento, presidindo as manifestações existenciais relativas à amplitude unidimensional. A análise das inferências que tomam o ser por objeto permite demonstrar o que já está implícito na ideia de princípio existencial de validade universal: a lei que preside o mundo objetivo preside também o mundo subjetivo. Ser e pensar são o mesmo, já dizia Parmênides. Observe-se que, em obediência ao padrão de movimento típico da primeira dimensão, o ser surge, revela-se presente por algum tempo e, depois, deixa de estar presente. A mente humana, nas operações de percepção dessa presença, opera exatamente segundo esse mesmo padrão de movimento: primeiro constata a presença, essa presença preenche a consciência com a percepção relativa por algum tempo e depois essa percepção some, desaparece da consciência, virtualmente porque a atenção voltou-se para outra coisa. O ato cognitivo de percepção da presença revela-se um ato unitário que capta o ser em sua totalidade, de uma só vez, configurando um modo específico de pensar, obediente ao citado padrão de movimento. De repente, surge, fica por um tempo, depois, desaparece, exatamente como se dá com a manifestação do ser, o que torna evidente que se trata de um modo de pensar correspondente à manifestação objetiva dessa instância dimensional. Esse padrão de pensamento assume o caráter de identificação quando o ser percebido é conhecido e detemos

considerar que essa opção coloca o limitante e a sua estrutura constitutiva, na condição de universalidades eternas, imutáveis e inescapáveis: condições idênticas àquelas atribuídas ao ilimitado, daí, por exemplo, o caráter divino historicamente concedido a esse logor normativo.

³⁶ O caráter temporário – e, por isso, relativo – de certos entes, como, por exemplo, o próprio universo, pode ser difícil e, virtualmente, impossível de comprovar positivamente, mas a ciência inferencial não exige isso, contenta-se com a garantia de que, para refutação de uma tese, basta apresentar um único exemplo contrário.

na memória um nome próprio que lhe corresponda. Nesse caso, exclamamos: – olha só quem está aí, é o fulano. Observe-se que o ato de identificar consiste na identificação do ser, trata-se de um ato voltado para o ser, ou seja, de uma operação relativa à primeira dimensão. Também encontramos esse modo de pensar que obedece a esse padrão de movimento nas inferências chamadas de intuição bem como no trabalho de resgatar algo da memória: do lembrar. A intuição também constitui algo que surge não se sabe de onde nem por que e, por vezes, demora até tornar-se algo identificado, por vezes, nem atinge esse estágio, porque desinteressamo-nos ou deixamo-la de lado. As buscas na memória de algo esquecido também podem ser entendidas como procuras no subconsciente ou no inconsciente. Em todos os casos, verificamos presente uma instância transcendente à consciência, instância da qual a percepção repentinamente brota, exatamente como se dá, como vimos, no caso do advento objetivo do ser.

Em termos gnosiológicos, esse padrão de movimento inferencial tem sido identificado, a nosso ver, de modo adequado, como padrão lógico transcendental ou, simplesmente, como Lógica Transcendental (HUSSERL, 1962; SAMPAIO, 2001). Há uma disputa acadêmica ainda não decidida sobre unicidade ou pluralidade lógica, na qual os adeptos da unicidade defendem que a única lógica existente seja a Lógica Clássica do terceiro excluído de Aristóteles. A ciência lógica carece, inclusive, de uma definição do que seja lógica, sendo, ainda, predominante a sua concepção como regra de inferência, ligada ao caso particular no qual existe estabilidade entre causa e efeito, que é o caso específico da Lógica Clássica. Em termos claros, o que se afirma, assim, é que lógica é lógica, e isso, convenhamos, não passa de tautologia. A análise da instância unidimensional acima empreendida sugere que o padrão de movimento local aplica-se tanto à manifestação objetiva do ser quanto às inferências capazes de perceber e contemplar objetivamente esse ser, percebendo a sua presença ou identificando-o. Esse fato iguala movimento transcendental objetivo com lógica transcendental subjetiva, resultando disso que a lógica que, até então, era apenas indicativa de modo de pensar passa, legitimamente, a indicar também certo modo de ser (SAMPALIO, 2001). Estamos, portanto, novamente diante da sentença de Parmênides, mas com uma diferença fundamental: ser e pensar são – agora – o mesmo, porque obedecem ao mesmo padrão de movimento existencial, porque comungam ou obedecem à mesma lógica. Com isso, a sentença ganha um inusitado grau de determinação e lógica, ou melhor, padrão lógico, ganha uma definição objetiva: em um universo dimensionalmente organizado, padrão lógico corresponde a padrão de movimento existencial.

O modo científico de proceder exigiria, aqui, uma saída do curso adotado para a presente discussão, para um mergulho nos meandros da lógica, de sorte a demonstrar que a unicidade lógica não se sustenta mais, que a Lógica Transcendental ou da Identidade, como a chamava Sampaio, encontra-se tão bem formalizada como a lógica do terceiro excluído e que a tese da pluralidade lógica já conta com perfeita definição de cinco padrões diferenciados de inferência. Esse mergulho, entretanto, não apenas representaria uma quebra de curso, como introduziria, no texto, uma discussão especializada e uma linguagem bem mais restrita do que aquela que estamos tentando uniformemente manter. Para preservar o plano de voo traçado e possibilitar um acesso mais amplo à tese aqui defendida, sem deixar de atender às exigências da ciência, optamos por acrescentar os estudos que realizamos sobre lógica em 2004 como apêndices deste trabalho, mantendo seu formato original.

Em resumo, a análise ontológica da primeira instância da estrutura dimensional da *tétrada* revelou os seguintes resultados. O conteúdo objetivo da instância é o ser dos entes, que, no caso da espécie humana, pode ser identificado como eu interior, como intelecto inteligente, como operador da mente, portador da vida, edificador do ente e também como manifestação transcendental do *ilimitado*. A instância possui amplitude unitária que determina reflexivamente o padrão de movimento típico da instância. Esse padrão de movimento caracteriza um padrão lógico, identificado adequadamente como Lógica Transcendental, de vez que preside as inferências que objetivam o ser e seu movimento existencial. Em termos normativos, a instância unidimensional do *limitante*, em razão da sua amplitude, determina o padrão de movimento existencial objetivamente admitido, regulando não apenas o movimento existencial do ser como também o movimento inferencial que permite ao intelecto contemplar a movimentação do ser. Assim, em termos subjetivos, a contemplação do ser e de seus movimentos, por um intelecto, viabiliza-se mediante inferências patrocinadas pela Lógica Transcendental, e apenas por ela, dado que somente esse padrão de movimento tem acesso à instância.

Constituindo esse ser o único conteúdo objetivo que transcende do *ilimitado*, energizado em movimento e ímpeto de existir, tende-se, naturalmente, a entender o *limitante* na condição de natureza inescapável, relativa à existência limitada. Na verdade, o compromisso com uma natureza própria parece ser condição inescapável da própria existência, abrangendo tanto a existência limitada como a existência ilimitada. Nesses termos, como resultado da análise desenvolvida, temos que a natureza do *limitante* compreende forma, movimento e quantidade, aspectos contemplados pela Geometria, pela Lógica e pela Matemática, respectivamente; forma, delimitada pela dimensão da instância; movimento, determinado pela amplitude disponível na instância; e quantidade, caracterizada pela presença unitária e indivisível do ser, ocupando integralmente a instância. Essa análise também torna evidente que Geometria, Lógica e Matemática, como ciências da forma, do movimento e da quantidade, constituem ciências básicas que se situam em plano essencial que não é compartilhado por nenhuma outra ciência da natureza. Apenas a Metafísica, como ciência dos princípios, atinge esse plano essencial e comunga da mesma nobreza. Concluída a análise da primeira dimensão do *limitante* – da *tétrada* –, vejamos o que nos reserva a segunda.

Tendo em mente a figura da reta representativa da primeira dimensão, o desdobramento da segunda dimensão afigura-se como a imagem de um leque abrindo-se, estendendo a infinitude da reta ideal para todos os 360 graus do entorno e constituindo, nesse movimento, o plano ideal dotado de duas dimensões. A essa instância bidimensional desdobrada na realidade objetiva – à semelhança do constatado no exame da primeira dimensão – corresponde uma instância normativa na estrutura do *limitante*, ambas caracterizadas pela bidimensionalidade. Em termos quantitativos, se a amplitude na primeira dimensão era unitária, agora, na segunda, saltou para infinita, uma vez que o plano comporta infinitas retas. Esse desdobramento amplia o âmbito disponível para a manifestação da existência e viabiliza o advento de todos os conteúdos existenciais objetivos dotados de duas dimensões ou cuja constituição não demande amplitude maior do que duas dimensões. Tomando a figura do plano como referência, iniciemos essa análise lembrando o caráter cumulativo das instâncias, segundo o qual, a instância em questão viabiliza-se por contar com a instância precedente como suporte. No caso da segunda dimensão, o conteúdo objetivo

precedente é o ser, um ser solitário e único, tendo em vista a amplitude, ali, disponível. Com a expansão da amplitude para duas dimensões, surge, imediatamente, a figura do outro e não apenas de outro, mas de infinitos outros. O ser apenas admitia a identidade, mas, com o outro, fica instalada a diferença, surge a gradação de diferenças, surgem a simetria e as tensões. Fica possibilitado fazer arranjos, combinações, ordenação, estruturas, hierarquias, conjuntos, formas, toda a geometria do plano, enfim, ficam viáveis as relações, as diferenças e as articulações necessárias para produzir organização e complexidade, tanto em sentido objetivo como em sentido subjetivo. Em razão dessas características e considerando que, na instância de totalidade, detectou-se a presença de inteligência organizativa realizada em ato, impõe-se designar o conteúdo objetivo da segunda dimensão como inteligência organizativa potencial, posto que o modelo criativo em discussão exige essa inteligência potencial para instrumentalizar o ser no processo de construção da complexidade. Sem essa inteligência potencial, o modelo não teria consistência interna.

Para compreender a pertinência de identificar o conteúdo objetivo da segunda dimensão como inteligência organizativa potencial, precisamos levar em conta que a materialidade apenas realiza-se na terceira dimensão e que, portanto, os conteúdos ontologicamente percebidos nas duas primeiras dimensões não possuem compleição material, posto que configuram realidades mais simples do que a realidade material, constituindo justamente as essencialidades que viabilizam o advento da matéria. A segunda dimensão, sendo cumulativa, contempla o ser-intelecto munido de impulso para a complexidade, mais a inteligência organizativa potencial que instrumentaliza o ser ou que está disponível para o ser realizar as instâncias superiores, até atingir a totalidade com a qual um ente se estabiliza na existência. O homem moderno encontra dificuldades para contemplar realidades ou instâncias da realidade que não tenham compleição material, porque foi, subliminarmente, ensinado a reduzir o mundo à dimensão material. A dificuldade de entender a Teoria das Ideias de Platão resulta disso. Entretanto, a ciência, de um modo geral, revela-se teórica e interessa-se não pela matéria em si, mas pelas propriedades da matéria ou, nos termos, aqui, usados, pela inteligência organizativa e pelos atributos da matéria. Tal como Platão defende, é preciso distinguir a inteligência organizativa que molda os fenômenos dos fenômenos moldados por essa inteligência organizativa. Da mesma forma, é necessário distinguir entre inteligência organizativa e os diferentes meios nos quais essa inteligência pode ser registrada. Um carro, por exemplo, é uma máquina configurada por uma dada inteligência organizativa que lhe confere certas propriedades e certas funcionalidades. Essa inteligência organizativa foi projetada por engenheiros e registrada em documentos e projetos. Tanto a construção das peças como a montagem do carro obedeceram às especificações contidas nesses projetos. Portanto, não há como deixar de admitir que essa inteligência organizativa, em si mesma, constitui objetividade que independe do meio em que está registrada, seja ele papel, meio químico, meio magnético ou outro qualquer. O caso do código genético que regula a ontogênese dos organismos vivos constitui exemplo irrecusável dessa inteligência meramente potencial que poderá ou não vir a realizar-se em ato. Apesar dessas evidências, em outra ocasião, tentamos, sem sucesso, conseguir uma definição objetiva dessa inteligência, tendo restado a impressão de que ela se inscreve em um tipo de coisas que ainda se situa fora do nosso alcance conceitual. Foi possível concluir que toda inteligência organizativa, seja potencial ou realizada, encontra-se no espaço de possibilidades demarcado pela conjunção

articulada de Geometria, Lógica e Matemática e que esse espaço decorria de compromissos estruturais que são próprios e constitutivos dessas ciências, tal como desses fatores decorre também a estrutura da *tétrada*, cuja segunda dimensão estamos, aqui, examinando. O valor constante da soma dos ângulos internos de um triângulo³⁷, a relação ou a proporção áurea e a sequência de Fibonacci são exemplos claros desses compromissos estruturais. Da mesma forma, constituem objetividades inerentes à segunda dimensão da *tétrada*, tanto o código genético dos organismos vivos como os códigos gerativos de todas as instâncias superiores, inclusive, a organização da própria *tétrada* em si mesma, posto que esta determina também a constituição da consciência e os espaços de possibilidade da racionalidade dos seres inteligentes que se situam muito adiante no processo de complexificação. Esse virtual paradoxo da segunda dimensão da *tétrada* contemplar a inteligência organizativa da própria *tétrada* representa outra dessas coisas que se situam na fronteira do nosso entendimento, mas que, apesar disso, não podem ser recusadas.

As dificuldades com as quais nos deparamos, ao contemplar os conteúdos objetivos da segunda dimensão, denunciam limitações mentais que adquirimos com o apego à materialidade e indicam que a sua superação exigirá rupturas importantes no nosso hábito de pensar. O exemplo da forma da molécula de água já discutido, que torna a forma que possibilita a criação de uma molécula de água potencialidade comum da comunidade de todos os átomos de hidrogênio e oxigênio do universo e não apenas dos três átomos liberados com a ruptura da totalidade da molécula inaugural, inscreve uma questão de escala universal cuja solução exigirá concessões maiores do que apenas admitir a existência de objetividades não materiais. Veremos, mais adiante, que a tradição trata dos conteúdos dessa segunda dimensão – intelecto e inteligência organizativa potencial –, usando a palavra *alma*, cujo significado moderno encontra-se comprometido com significados alheios à ciência, mas que, ao menos no berço platônico, mantinha sentido filosófico, tal como, aqui, estamos-lo entendendo. Em Anaxímenes, é a inteligência que governa todas as coisas. Ainda voltaremos a essa questão após o fechamento do modelo, quando se exigirá das partes constitutivas, a par dos seus valores próprios, também articulação perfeita com as demais partes e com o todo.

Quanto ao aspecto normativo, a amplitude bidimensional, ao ensejar a presença do outro, da diferença e da simetria, enseja também um movimento diversificador que se estende do um para o múltiplo, tanto em termos objetivos como em termos subjetivos. Sampaio (2001), com muita propriedade, percebeu a necessidade de uma lógica da simples diferença para justificar a diversidade. Realmente, perceber a diferença entre A e B constitui um ato inferencial simples que apenas conecta duas identidades e as descobre não idênticas ou, então, distintas. Tal ato mental não exige cálculo nem dedução, exige apenas a identificação prévia dos termos – Lógica Transcendental –, e, ao contemplá-los simultaneamente, descobre que não são idênticos, que apresentam diferenças – Lógica da Diferença. Observe-se que se trata de operação mental simples que envolve apenas percepção da simetria estrutural inescapável, inerente ao âmbito de duas dimensões e à presença da multiplicidade. Simetria estrutural que se constata claramente nas dicotomias claro-escuro, alto-baixo, gordo-magro etc. É justamente a Lógica da Diferença que permite capitalizar –

³⁷ A soma dos ângulos internos de um triângulo qualquer corresponde à metade dos ângulos de uma circunferência, independentemente da linguagem quantitativa utilizada, de particularidades culturais ou da eventual solução hermenêutica adotada.

combinar, articular, arranjar, ordenar... – a multiplicidade objetiva do ser e, aproveitando diferenças manifestas em diferentes graus de oposição, antagonismo e contrariedade, produzir complexidade e diversidade organizacional, naturalmente, dentro dos espaços de possibilidades resultantes da interação de forma, movimento e quantidade. Quer parecer-nos que a Lógica da Diferença constitui a argamassa que liga e une os componentes da inteligência organizativa, ainda que não tenhamos definição formal de tais componentes. Em termos subjetivos, inferência de distinção constitui operação cotidiana familiar a todos, e inteligência, tida ordinariamente apenas como propriedade da mente, objetivamente, constitui também o elemento operado ou “manipulado” pela mente, no ato de entender, de sorte que a presença do movimento de padrão diferenciador, tanto no plano subjetivo como no plano objetivo, nessa instância, resulta, quer parecer-nos, ao menos, em primeira instância, suficientemente evidenciada³⁸.

Com o desdobramento da terceira dimensão, a amplitude infinita do plano amplia-se, multiplicada por infinito, dado que a nova dimensão comporta infinitos planos. Esse desdobramento disponibiliza uma amplitude que a lógica obriga-nos a formalizar como sendo infinito ao quadrado [∞^2], ainda que a matemática atual contemple apenas um grau de infinidade. Contemplar apenas um grau de infinidade implica [$\infty^2 = \infty$]. Essa insuficiência da matemática constitui outro problema que uma organização dimensional da realidade coloca em pauta. Na verdade, recoloca, pois Cantor, no século XIX, já havia alertado a respeito, do mesmo modo que Boole já havia proposto uma operação matemática amparada no padrão de movimento que identificamos como Lógica Transcendental. Esse movimento aplicado ao ser – autoconsciência – implica um cálculo tipo [$i^n = i$]³⁹. Observe-se que a equação [$i^n = i$] comporta a equação [$\infty^2 = \infty$] implícita na matemática atual. A conclusão inevitável é que estamos diante de uma contradição científica que desafia a ideia de lógica única, posto que, para ela, [$x^n = x^n$]. Na verdade, o modelo dimensional da *tétrada* está indicando que nem a lógica é única nem o grau de infinidade é único, ou seja, o que está sendo requerido é tanto uma revisão da ciência matemática quanto da ciência lógica.

O desdobramento da terceira dimensão lógica disponibiliza a amplitude suficiente para o advento do espaço e da matéria, supostamente nossos velhos conhecidos. A terceira dimensão possui como suporte a segunda, objetivamente constituída de ser-intelecto energizado de um impulso para a complexidade mais inteligência organizativa potencial, ou seja, alma. Nossa referência na segunda dimensão era o plano, e o desdobramento da terceira dimensão implica acrescentar altura, o que nos leva à figura do cubo como representação adequada da terceira dimensão. O cubo contempla volume que também tipifica espaço, matéria e a própria tridimensionalidade. A passagem do bidimensional objetivo acima indicado para uma compleição tridimensional implica, evidentemente, outro padrão organizativo. No plano, temos, como exemplo organizativo simples, a figura do triângulo equilátero que possui três lados e três ângulos iguais. O triângulo equilátero representa a figura geométrica fechada mais simples, tendo sido utilizada pelos pitagóricos para

³⁸ A diferença possibilitada pela amplitude de duas dimensões constitui uma diferença de superfície, isto é, entre elementos pertencentes ao mesmo plano existencial e que não deve ser confundida com a diferença transcendental de que nos fala Deleuze (1988) e que separa ser e não ser, na expressão de uns, e ser e nada, na expressão de outros, e Uno e ser, na expressão de Platão.

³⁹ Outros detalhes no estudo de lógica incluído como apêndice.

representar a *década sagrada*, talvez, também em razão desse papel inaugural em geometria, a par, naturalmente, do fato de recepcionar precisamente os seixos da *tétrada*. Quando se tem o triângulo equilátero em mente e se imagina o desdobramento da terceira dimensão, o que surge é a figura piramidal do primeiro poliedro regular: o tetraedro, que, em lugar de três lados iguais, possui quatro faces iguais. Como se sabe, o tetraedro inaugura uma série de poliedros regulares que culmina na esfera, definida como tetraedro de infinitas faces. Observe-se que, assim como o triângulo vai gerar outras figuras no plano, o tetraedro vai gerar os demais poliedros, com um detalhe importante: a complexificação não elimina a simplicidade de origem, ao contrário, incorpora-a, cumulativamente, tal como preconizado pela estrutura dimensional do modelo da *década*. O tetraedro resulta de adequada e inteligente articulação de triângulos, conforme possibilita e faculta a nova amplitude disponível.

Esse caminho de crescente complexidade, claramente delineado na ciência da forma – que, precariamente, designamos Geometria –, quando se contempla a realidade ordenada em dimensões, implica correspondente evolução da complexidade do padrão de movimento e da quantidade, em consonância com a amplitude disponibilizada⁴⁰. Sabe-se que Pitágoras e Platão investiram em estudos matemáticos que, na ocasião, envolviam ciências da forma, da quantidade e do movimento, sendo que registros existentes sobre teoria musical indicam a profundidade alcançada, nesses estudos, e sugerem que, talvez, o ensinamento disponível sobre o processo criativo representado pela *década* consistisse, na ocasião, principalmente de demonstrações de cunho geométrico e matemático, de vez que a evolução da forma e da quantidade pode ser percebida sem a presença de modelo dimensional da realidade e sem a formalização de ciência lógica correspondente às amplitudes contempladas.

Assim, embora saber como um ser-intelecto-energia assume a configuração de partícula tridimensional, isto é, como energias quânticas adquirem massa constitua questão científica ainda pendente, parece pacífico que se trata de organização possibilitada pela amplitude de três dimensões. De acordo com o modelo, o resultado objetivo desse processo organizativo, na terceira dimensão, é a instância material do ente – da totalidade – em construção. No caso dos entes vivos, trata-se de um organismo. Em termos normativos, a amplitude de três dimensões – volumétrica – possibilita padrão de movimento que demanda e utiliza toda a amplitude disponível: um movimento circular interior à esfera que constitui o poliedro regular mais complexo possível. Esse movimento circular encontra-se limitado ao âmbito da esfera e aos diferentes percursos, sentidos e direções, também limitados, que esse âmbito circunscrito admite. Em linhas gerais, trata-se de um movimento repetitivo, admitido um caso especial em que velocidade, percurso e direção são mantidos constantes, resultando em um movimento precisamente repetitivo. Esse é o caso do terceiro excluído, no qual a relação entre causa e efeito permanece estável e constante. Em linhas gerais, trata-se do padrão de movimento típico da terceira dimensão e, portanto, representativo da interação de matéria com matéria – o que só ocorre no espaço – em condições ambientais estáveis e sem interferências desestabilizadoras externas. Aristóteles especificou essa lógica que, hoje, é

⁴⁰ Observe-se que a estrutura representada pela *década* articula, indissociavelmente, forma, movimento e quantidade na geração e no assentamento dos entes na existência. Isso significa que, embora possamos contemplar, subjetivamente, cada um desses três aspectos separadamente, em termos objetivos, a complexificação ocorre de forma interdependente e até ontologicamente simultânea, não cabendo realmente advogar a precedência de uma das ciências sobre as outras duas.

designada Lógica Clássica da mera consequência ou do terceiro excluído –, tendo em vista essa situação na qual a relação entre causa e efeito revela-se estável. Essa lógica explica o funcionamento das máquinas e dos organismos vivos cuja funcionalidade apenas pode ser pensada, adotando-se inferências patrocinadas por esse mesmo padrão lógico. Pensar um sistema demanda um pensar que concatena uma sequência de causas e efeitos, isto é, um pensar também sistêmico, embora previsibilidade total apenas seja possível em sistemas fechados⁴¹.

A organização tridimensional parece constituir um modo organizativo dotado de grande estabilidade organizativa. No caso dos entes dotados de vida, o organismo parece representar a âncora que mantém e sustenta os seres na existência, uma vez que a experiência mostra-nos que mutilações orgânicas importantes acarretam o desaparecimento dos seres da existência. Um ente vivo comporta um ser associado a um organismo, este determinado por uma inteligência organizativa potencial. Essa associação mantém-se estável dentro de uma faixa limitada de possibilidades⁴², além da qual a associação rompe-se, e a existência do ente encerra-se.

Essa estabilidade da organização tridimensional implica o desdobramento da quarta dimensão, uma vez que as três dimensões lógicas presentes na instância são gastas na instituição desse padrão organizativo, e a persistência da organização requer ou determina o advento do tempo, o que demanda uma dimensão lógica adicional. Nesse sentido, o tempo parece constituir propriedade da matéria, mas, de fato, indica a persistência da organização tridimensional assumida por ente ou fenômeno, em sua aventura existencial. Constitui, assim, um atributo do ente, determinante da duração, ou melhor, correspondente à duração da sua manifestação existencial, já que a sua existência depende fortemente, se não majoritariamente, da manutenção da sua compleição tridimensional⁴³.

Com o advento da quarta dimensão – que percebemos na forma de tempo –, tornam-se possíveis realizar eventos, ocorrer fenômenos, naturais ou não, e realizar inferências e percepções. Desprovida de tempo, uma hipotética organização tridimensional seria completamente estática. Com o advento do tempo, constata-se, por exemplo, que todos os entes gerados pela natureza participam e compartilham do mesmo universo, ensejando e implicando relações interativas desses entes entre si, já que todos se encontram em movimento. Essas relações interativas implicam consequências que variam de acordo com a compatibilidade ou a incompatibilidade dos entes que, nos casos concretos, interagem. No caso de extrema incompatibilidade, eventualmente, um ou os dois entes podem, simplesmente, ser destruídos e subtraídos da existência. No caso inverso, de extrema compatibilidade, suas existências podem, ao contrário, ser reforçadas e, até mesmo, expandidas. Em todos os casos, porém, tais interações implicam consequências mediatas ou imediatas no tempo. Isso caracteriza um padrão de movimento típico chamado dialético, que foi formalizado, de forma sintética, por Proclo, como interação entre tese e antítese, gerando sempre uma síntese. Embora esse padrão de movimento seja definido por Proclo como

⁴¹ Não estamos, com isso, defendendo que extensão do conceito de sistema para sistemas abertos não seja útil, mas apenas indicando que, nesses casos, o grau de previsibilidade não deve ser considerado o mesmo.

⁴² Lógicas, geométricas e matemáticas.

⁴³ Essa dependência, certamente, estende-se aos conteúdos de todas as dimensões, e essa valorização da materialidade pode decorrer apenas dos nossos hábitos mentais.

interação de tese e antítese, gerando, em consequência, uma síntese, dificilmente os casos concretos combinam apenas duas variáveis e uma só resultante. Em termos gerais, convém entender tanto essa tese como essa antítese, no plural, como conjuntos de fatores que, virtualmente, podem ou não ser representados por um fator predominante, dependendo das forças intervenientes e da margem de erro admitida na consideração de cada caso em questão. A resultante que também pode ou não admitir ser resumida a um único resultado, justamente em razão da diversidade de fatores intervenientes, não pode ser precisada, admite apenas ser estimada dentro de certo espaço de possibilidades. O futuro não admite cálculo, apenas previsão que pode ou não se confirmar. O cálculo revela-se preciso apenas no âmbito da terceira dimensão e nos casos em que seja mantida a condição de estabilidade entre causa e efeito. No tempo, a relação dá-se entre antecedentes e consequentes, e estes admitem apenas resultados estimados, resultados virtualmente previsíveis com algum grau de aproximação. Portanto, a amplitude da quarta dimensão, que se insinua infinitamente superior à amplitude da terceira – do mesmo modo que esta o foi da segunda –, viabiliza um padrão de movimento dialético próprio, com o qual o universo tece a sua história, e os seres vivos realizam a sua ontogênese.

Dado que, na terceira dimensão, o movimento típico é circular, a melhor representação do movimento da quarta dimensão que encontramos foi o cone espiralado, ao indicar, simultaneamente, que o ciclo completo do movimento não reconduz ao ponto de partida, mas a um ponto equivalente situado no futuro, e que o processo histórico envolve expansão das possibilidades de complexificação.

Essa figura do cone revela-se também adequada para indicar que, na quarta dimensão, ao mesmo tempo em que o padrão de movimento patrocina a realização de sínteses que são indicativas de tendência a fechamento, a instância também abre um horizonte temporal virtualmente ilimitado, para que o processo de expansão e aperfeiçoamento organizacional possa dar-se, caracterizando tanto as ocorrências singulares como o próprio universo, como entes evolutivos, em plena interdependência e constante interação. Essa intimidade, essa interdependência e essa integração entre todos os entes que fazem parte da realidade universal são de ordem tal que as quatro instâncias ontológicas que, até aqui examinamos, intercomunicam-se e interpenetram-se. Assim, por exemplo, o tempo existencial de um ente vivo qualquer configura um período temporal que lhe é privativo e que vai depender do seu sucesso em preservar a sua organização tridimensional orgânica. Entretanto, esse tempo privativo integra o tempo de existência virtualmente mais longo do planeta que o abriga e com o qual se intercomunica e do qual depende. Temos, por certo, que esse ser vivo terá o seu tempo existencial interrompido, no caso do tempo existencial do planeta esgotar-se antes, o que evidencia a intercomunicação dos fenômenos na quarta dimensão. A mesma intercomunicação verifica-se igualmente na terceira dimensão, onde o espaço privativo que nosso organismo ocupa comunica-se e interpenetra o espaço do planeta, do mesmo modo que o espaço do planeta o faz com o espaço do sistema solar e, depois, da galáxia, assim por diante. Na terceira dimensão, essa interconexão constata-se com evidência irrecusável pelo sentido da visão. Essa interconexão de todos os fenômenos na terceira e na quarta dimensão parece configurar um padrão que também estende-se à primeira e à segunda, constituindo, assim, um padrão que abrange todo o alicerce ontológico da existência, quando vista pelo prisma da dimensionalidade, revelando interdependência total de tudo o que existe em cada

momento existencial do universo. Nesse sentido, o universo afigura-se uma só coisa que apenas constitui um ente individual quando o tomamos em sua totalidade. Dado, porém, que os fenômenos e os entes singulares de todos os tamanhos e graus de complexidade que integram o tecido universal também constituem unidades, condição na qual se distinguem como individualidade, impõe-se a cada manifestação que almeje estabelecer-se na existência a superação das instâncias dimensionais ontológicas que o edificam, mediante o alcance de uma instância de totalidade situada para além do horizonte dimensional que, superando a abertura da quarta dimensão, confira unidade à manifestação emergente e, ao fazê-lo, proporcione-lhe assento estável no âmbito da existência relativa.

Essa conquista da instância de totalidade impõe-se como condição inescapável sem a qual nada pode passar a integrar o universo realizado ou o plano “b” da existência relativa. Sem totalidade, não pode existir individualidade e, sem individualidade, torna-se impossível advir multiplicidade. É na condição de totalidade e apenas na condição de totalidade que um ente ou um fenômeno qualquer pode-se realizar e, efetivamente, realiza-se em ato neste universo. Essa exigência decorre da própria natureza estrutural de uma existência relativa derivada de uma natureza absoluta, à qual se impõe um limitante capaz de viabilizar a coexistência e a multiplicidade. Esse limitante contempla estrutura gerativa que se impõe ao ser e organiza as suas manifestações em instâncias dimensionais de crescente amplitude e imprime-lhes organização crescente até que se constitua uma totalidade complexa e unitária capaz de coexistência em ambiente de multiplicidade. Essa totalidade unitária resulta da ação normativa da quinta e última instância constitutiva do *limitante*, cuja ação reguladora confere ao ente emergente organização dotada de estabilidade, porque enfeixada em perfeita totalidade. Essa compleição de totalidade é configurada e constituída de inteligência organizativa, ou melhor, de inteligência organizativa realizada em ato. O resultado objetivo desse processo gerativo ontológico é um ente ou um fenômeno manifesto na existência, e a inteligência organizativa realizada configura momento de estabilidade ou de repouso no processo universal de complexificação. Estabilidade propiciada justamente pelo restabelecimento da unidade implícita na totalidade. Com isso, o processo universal de complexificação configura uma senda evolutiva em que as conquistas organizativas mais simples são capitalizadas e aproveitadas para viabilizar organizações crescentemente complexas. Isso somente torna-se possível caso as inteligências organizativas realizadas, de algum modo, subsistam à existência efêmera dos entes que, originalmente, foram por elas moldados e, assim, em conjunto, disponibilizem algum tipo de memória universal, da qual os seres emergentes retirariam a inteligência organizativa potencial necessária aos seus propósitos existenciais.

A figura da esfera parece ser a que melhor exprime a totalidade engendrada pela quinta instância normativa da *década*. Para sermos mais precisos, assimilamos os conteúdos integrantes da totalidade àquilo que se compreende como superfície da esfera que também esconde da vista tudo o que subjaz no interior da esfera e liga todos os pontos da superfície ao seu centro. De um lado, essa forma esférica expressa bem a unidade e, de outro, também sugere o padrão de movimento integrador exigido para fechar a inteligência organizativa em uma totalidade dotada de completude, estabilidade e repouso. O padrão de movimento afigura-se integrador, unificador e promotor de ajuste perfeito e harmônico na forma de unidade. Essa totalidade caracteriza o ente e, em sentido inverso, o ente encontra, nessa

totalidade, a sua mais precisa expressão e representação. Situada ontologicamente para além da materialidade e da temporalidade, essa totalidade potencializa propriedades e atributos que lhe são próprios, da mesma forma que, no exemplo de combinação de dois átomos de hidrogênio com um de oxigênio, verificamos que a molécula de água resultante viabiliza potencialidades amplamente superiores àquelas presentes nos átomos constitutivos. No caso da espécie humana, o modelo sugere ser a instância de totalidade que disponibiliza o que designamos mente humana, uma mente que opera ou processa a inteligência organizativa com a qual se edifica o universo, operação mediante a qual o homem adquire compreensão e entendimento sobre o que existe. A ciência disponível já leva-nos a reconhecer que tanto a natureza da faculdade de entendimento como o próprio entendimento transcendem a natureza do organismo humano. Nesse sentido, o modelo vem apenas confirmar que, ao situar-se na instância de totalidade constituinte do ente, a mente transcende a todos os conteúdos dimensionais constitutivos e situa-se mais além.

Esse fato de a mente humana ser engendrada na instância de totalidade da estrutura dimensional do ente humano faculta-lhe promissoras possibilidades de compreensão do funcionamento do universo, mas constitui, igualmente, severa dificuldade para que o homem possa superar as informações que lhe chegam pelos sentidos orgânicos de percepção e priorizar, devidamente, o sentido do entendimento que é privativo da mente.

Para fazer frente ao processo interativo que cada ente vivencia com os fenômenos que constituem as circunstâncias nas quais se desenvolve a sua aventura existencial, os organismos dos seres vivos são providos de sentidos de percepção que permitem a cada ente evitar os enfrentamentos que podem colocar a sua integridade organizativa tridimensional em risco. Esses recursos sensitivos constituem propriedades orgânicas especializadas na percepção de estímulos próprios da instância em que o organismo manifesta-se, isto é, da tridimensionalidade. Sendo o organismo tridimensional, seus sentidos de percepção apenas podem perceber estímulos que sejam próprios da tridimensionalidade, o que evidencia que constituem recursos destinados à preservação da integridade orgânica e à gestão da integração conveniente do organismo no meio em que vive. No caso da espécie humana, identificam-se cinco sentidos orgânicos: visão, audição, tato, paladar e olfato.

Quando o homem não percebe que o sentido do entendimento constitui faculdade de uma mente situada em plano superior – que transcende o plano da sua materialidade orgânica –, considera que todos os seis sentidos de percepção que o instrumentam para a vida sejam propriedades orgânicas e destinem-se apenas a orientá-lo na condução de sua trajetória física, no âmbito do espaço-tempo. Um homem, assim, reduz o mundo à realidade percebida por meio dos sentidos orgânicos, isto é, à mesma realidade percebida pelos demais animais desprovidos de capacidade de operar racionalmente a inteligência organizativa que molda tudo o que existe e, assim procedendo, desperdiça justamente as potencialidades privativas da espécie que podem elevar a humanidade para uma instância superior àquela em que opera o restante do reino animal. Nesse caso, ele ignora a existência da inteligência organizativa que molda o mundo, com as consequências terríveis que se conhece. Esse tema, no entanto, já aponta para as implicações da carência de um modelo interpretativo consistente, e este capítulo tem por objetivo apenas explicitar o poder normativo da *década*, na expectativa de confirmar ou não a sua habilitação como modelo explicativo da existência. Com a análise dos conteúdos normativos, dos conteúdos objetivos e dos conteúdos gnosiológicos, relativos às

cinco instâncias que se diferenciam na *década*, pensamos ter conquistado habilitação para contemplar o modelo em sua inteireza e examinar a sua capacidade de explicar e justificar a existência.

MODELO PARA UMA TEORIA DOS PRINCÍPIOS

Antes de continuar, situemo-nos. Partimos da hipótese de que os princípios de Pitágoras – o *ilimitado* e o *limitante* – constituíam soluções adequadas para uma teoria metafísica dos princípios e que seria factível realizar análise ontológica desses termos e, virtualmente, conseguir ampliar o grau de determinação dessa solução, descrevendo-a no formato próprio da cultura científica moderna. Estabelecemos como premissa que princípios, em sentido metafísico, devem esclarecer e explicar de que modo a existência estabelece-se em ato, em universo ordenado que teve um começo. Nessas condições, a solução deve indicar não apenas a origem, mas também a essência constitutiva de tudo o que integra a existência. Em seguida, delimitamos o nosso campo de análise ao âmbito da existência e descobrimos que *ilimitado*, *limitante* e existência comungam do atributo comum da amplitude e que a soma da amplitude do *ilimitado* e do *limitante* corresponde exatamente à amplitude da existência. Esse resultado representou mais um passo na especificação do modelo, de vez que a coincidência do alcance dos princípios com o âmbito da existência implica igualmente sua correspondência com o lócus da existência. Em outro sentido, dado que amplitude constitui justamente o objeto da geometria dimensional – ou de uma geometria dimensional –, logramos organizar, geometricamente, o nosso campo de análise e posicionar nele, com precisão, os dois princípios tomados por hipótese. O resultado foi um modelo dimensional indicativo do “lócus” lógico da existência, o qual destaca e justapõe duas instâncias que se completam: uma absoluta e ilimitada e outra relativa e limitada.

Na sequência, perguntando sobre a quantidade de dimensões que seriam necessárias para recepcionar ou conter a realidade conhecida, capitalizamos o conceito de localidade espaço-temporal de Einstein – no qual se identificam quatro instâncias dimensionais – e verificamos ser necessária uma instância totalizante para viabilizar a diversidade fenomênica manifesta. No final, constatamos que resultara estrutura que permitia organizar, dimensionalmente, o *limitante* e a existência que lhe correspondem, dividindo-os em cinco instâncias cumulativas que configuravam uma sequência gerativa, exatamente como se deve esperar de uma teoria de princípios. Uma vez revelada essa estrutura, contendo cinco instâncias diferenciadas, constatou-se que não se tratava de estrutura nova, mas de conhecimento antigo que possui registros históricos datados há mais de três mil e oitocentos anos. Depois de resgatar notícias mínimas sobre tais registros, dedicamo-nos à análise ontológica de cada uma das cinco instâncias que o modelo destaca, identificamos os conteúdos normativos, objetivos e gnosiológicos de cada uma, adquirimos consciência de que esses conteúdos revelam-se precisamente correspondentes dentro de cada instância e, finalmente, que são também complementares na construção da existência em ato – esta, indicada pela instância de totalidade do modelo. Com esse percurso e com esses resultados, entendemos ter reunido condições de redesenhar o modelo em sua inteireza e discutir o seu papel normativo geral, indicando como a edificação factual da realidade dá-se e qual tipo de visão da realidade ele proporciona.

Para início de conversa, convém lembrar que uma teoria dos princípios apenas tem sentido em perspectiva metafísica. Não para qualquer metafísica, mas apenas para uma metafísica voltada para o entendimento do mundo objetivo, dentro do qual o homem constitui uma ocorrência entre as demais, com a particularidade de possuir uma mente capaz de interpretar e de entender. Uma metafísica com tal escopo visualiza um universo ordenado que teve um começo, que possui como fonte uma origem necessária e que, portanto, requer um princípio normativo capaz de explicar de que modo tudo o que compõe a existência veio a existir em ato e como se edifica, de modo harmônico, a complexidade universal. Com essa metafísica, o homem enfrenta, decididamente, o desafio de entender a natureza da qual faz parte e tenta fazer jus às potencialidades interpretativas que essa mesma natureza conferiu-lhe, na condição de ferramenta sensitiva destinada a facultar uma inteligente condução através da vida. Essa teoria e esse modelo nada dizem para quem adota perspectiva idealista de qualquer espécie que, tendo desistido de entender a natureza objetiva, acredite que o conhecimento que temos do mundo seja meramente convencional, solução amparada em tese segundo a qual essa realidade situar-se-ia para além do alcance da razão⁴⁴. Em face dessas objeções, porém, uma teoria dos princípios atualizada para os tempos modernos precisa oferecer respostas para as perspectivas idealistas. Da mesma forma, uma metafísica atualizada precisa também oferecer respostas às objeções que, historicamente, foram formuladas contra a possibilidade de uma metafísica dotada de compleição científica – não no sentido de reduzir a Metafísica à ciência –, mas no sentido de oferecer conjunto articulado de conceitos úteis ao conhecimento humano.

As precauções que desde o começo tomamos, buscando alicerce geométrico para nele situar e desenvolver nossa análise dos princípios primeiros, visaram, justamente, a obter um modelo descrito em linguagem sancionada pela ciência. O fato de a matemática ainda não dispor de solução pronta para tratar de múltiplos graus de infinidade e o fato de uma geometria dimensional situada para além das geometrias não euclidianas também carecer ainda de formalização não invalidam o uso da linguagem geométrica que não é afetada por essas carências. Em razão dessas intenções e das vantagens envolvidas, tentaremos esquematizar, nas figuras, a seguir, os resultados já alcançados.

Metafísica	Absoluto	Relativo				
Pitágoras	<i>Ilimitado</i>	<i>Limitante</i>				
Âmbito da Existência	Instância “a” – Ilimitada	Instância “b” – Limitada				
Década Sagrada	<i>Ilimitado</i>	1	2	3	4	10
Organização Geométrica	Adimensional	1ª Dimensão	2ª Dimensão	3ª Dimensão	4ª Dimensão	Totalidade

Figura 7: A correspondência dimensional da *década* de Pitágoras.

⁴⁴ De modo geral, as perspectivas idealistas refutam a tese de Parmênides segundo a qual ser e pensar são o mesmo e, ao fazê-lo, criam falsa dicotomia sujeito-objeto. Abstemo-nos de estender sobre a questão, porque o modelo em discussão supera esse equívoco.

Nessa figura, sintetiza-se a primeira parte do percurso analítico cumprido, que se estende desde a escolha da solução pitagórica para os princípios primeiros até a geometrização tanto desses princípios primeiros como dos âmbitos da existência que lhes correspondem. Encabeçar o esquema com o posicionamento da metafísica objetiva esclarecer de que concepção metafísica trata-se. Lançar mão de um esquema que posiciona âmbitos e conceitos no plano objetiva capitalizar a geometria e a sua capacidade de identificar o lugar certo das coisas. Essa geometrização não inova, apenas sanciona e preserva o que já estava presente na concepção pitagórica original, dado que apenas a combinação com a geometria pode conferir aos números ideais da *década* significados que transcendem o sentido meramente quantitativo do número. Desconhecemos a existência de algum registro antigo indicando se a *década* constituía ou não, para os pitagóricos, detalhamento do *limitante*. Tampouco sabemos se o conceito de dimensão – no sentido aqui usado de delimitação da amplitude – era ou não adotado nos estudos dos princípios, tanto por parte de Pitágoras como por parte de Platão. De qualquer forma, dado que, neste estudo, não assumimos como objetivo resgatar as concepções de um e de outro a respeito dos princípios, podemos festejar o fato de o resultado sintetizado na Figura 7 constituir base consistente e integrada de conceitos que nos permite avançar, às claras, na modelagem e na discussão ordenada dos princípios.

Na segunda parte do percurso analítico, exploramos a perfeita simetria identificada entre a *década* e o modelo que descreve a realidade ordenada, segundo a amplitude dimensional do existente. Nessa análise, verificamos que a amplitude de cada instância determina padrão típico e privativo de movimento que, condicionando a manifestação existencial do ser em seu ímpeto de ser, determina tanto o modo objetivo de ser como o modo subjetivo de inferir, inerente à instância. Na Figura 8, a seguir, sintetizam-se esses resultados.

Adimensional	1ª Dimensão	2ª Dimensão	3ª Dimensão	4ª Dimensão	Totalidade
Lógica Transcendental		Lógica da Diferença	Lógica Clássica	Lógica Dialética	Lógica Holística
O Princípio Necessário	O Ser Determinado	A Inteligência Organizativa Potencial	A Matéria Organizada	O Tempo Existencial	O Ente Determinado
Plano Subjetivo	S ₁	S ₂	S ₃	S ₄	S ₅

Figura 8: Conteúdos normativos, objetivos e gnosiológicos do modelo dimensional.

Encabeçamos o esquema com a organização geométrica do âmbito da existência, destacando cinco instâncias diferenciadas pela amplitude. Nas linhas subordinadas, indicamos os conteúdos normativos, objetivos e gnosiológicos correspondentes. O plano normativo contempla os cinco diferentes padrões de movimento moldados pelas respectivas amplitudes. Esses cinco padrões de movimento configuram cinco leis universais que se complementam e, em conjunto, definem os modos de ser segundo os quais a existência dá-se. Dado que essas leis normatizam tudo o que existe, normatizam tanto as manifestações objetivas quanto as manifestações subjetivas, o que significa que os mesmos padrões de movimento que tipificam

as leis integram e podem ser encontrados tanto nas manifestações objetivas – nos entes e nos fenômenos – quanto nas manifestações subjetivas – nas inferências correspondentes. Dado que essas leis são conhecidas no plano subjetivo, na condição de lógicas ou de padrões lógicos – vinculados a padrões específicos de inferência –, possuindo designações próprias mais ou menos consagradas, optamos por indicar essas leis pelos nomes das lógicas, de vez que não se vislumbra qualquer dificuldade em estender o conceito de lógica ao plano objetivo, para caracterizar modos de ser, à semelhança do que já faz no plano subjetivo, indicando modos de pensar. Com essa solução, fica explicitado que o modelo confere à lógica participação estrutural central na constituição do *limitante* e, ao mesmo tempo, fica também evidenciado em que sentido ser e pensar são o mesmo: ambos resultam da ação normativa da mesma lógica, ambos comungam o mesmo padrão de movimento existencial.

A caracterização do plano normativo pelas lógicas ou por padrões lógicos também aporta dificuldades e denuncia aspectos conceituais ainda pendentes. O modelo sugere caracterizar padrões lógicos como padrões de movimento. As vantagens dessa solução são relevantes. Permite vincular a lógica à natureza, definindo-a como padrão de movimento determinado pelas amplitudes segundo as quais a realidade edifica-se – ao adotar-se visão dimensional de universo. Dado que, na estrutura constitutiva do universo, o modelo identifica cinco instâncias que são complementares entre si e que possuem amplitudes distintas, que potencializam movimentos diferenciados, resulta potencializada a construção de uma ciência lógica contempladora de múltiplos padrões lógicos, situada muito além do conceito vigente que reduz a lógica à mera regra de inferência. Ao integrar o *limitante*, ao integrar a estrutura normativa da existência relativa, ao integrar a estrutura gerativa do universo, a Lógica iguala-se à Geometria e à Matemática na constituição da tríplice matriz, a partir da qual todas as demais ciências podem ser, conseqüentemente, edificadas. Essa revisão conceitual do que seja lógica também impõe-se, segundo o modelo, para a Geometria e para a Matemática. Uma geometria dimensional ou uma métrica da amplitude lógica situa-se para além das geometrias não euclidianas que demarcam a evolução dessa ciência e implica a superação do prefixo “geo”, que a restringe ao âmbito do espaço. Tal prefixo, segundo o modelo, não possui validade fora da terceira dimensão. Da mesma forma, uma matemática de múltiplos graus de infinidade situa-se para além do vetor dos números naturais que cabe no âmbito da reta ideal – que possui um grau de infinidade – e, virtualmente, deverá acompanhar a métrica dimensional na busca de novos fundamentos. Aqui, silenciemos, por não dispor de recursos para seguir adiante. De qualquer forma, esse desafio da tríplice matriz que fornece os fundamentos da ciência – de ciência forjada sob visão de mundo alicerçada em um conceito de localidade espaço-temporal irreduzível – já serve de indicativo e de prenúncio da extensão de desafios que deverão ser suscitados pelo advento de um modelo dimensional de universo, de vez que ele implica e introduz nova visão de mundo. Com essa observação que tangencia os limites deste estudo, objetivamos ressaltar a importância e a gravidade que envolvem uma revisão de princípios, o que, para menos avisados, poderia parecer mero exercício acadêmico que se exaure na iluminação ou no estabelecimento de conceitos. Caso se adquira nova e convincente compreensão sobre os princípios e essa compreensão implique superação da compreensão de mundo vigente, estaremos diante de uma crise do conhecimento, exatamente nos termos que Kuhn (1997) identificou e conceituou, ao examinar a história das ciências, ressaltando-se que, nesse caso, a crise não atingiria apenas as ciências da natureza. Voltando ao plano normativo,

tal como se fez anteriormente, não parece ser o caso de entrar na análise técnica das lógicas. O leitor interessado poderá consultar os apêndices e as referências bibliográficas de Sampaio (2001) e Rodrigues (1999), advertido de que a constituição formal de uma ciência lógica constitui um projeto ainda pendente. De qualquer modo, não deixaremos o leitor desamparado, uma vez que, ao examinar os correspondentes padrões de inferência, examinaremos também os modos de operação de cada lógica.

No plano objetivo, destaca-se, no esquema, amplitude por amplitude, isto é, etapa por etapa, de que modo dá-se a edificação existencial do ente. O processo tem, objetivamente, início no princípio necessário que, conforme já vimos, transcende o nosso mundo relativo. Ontologicamente, estende-se pelas quatro primeiras instâncias dimensionais – ocupando as amplitudes correspondentes – e, finalmente, completa-se ao estabelecer a totalidade de um ente determinado no seio da existência relativa. Esse princípio necessário, ao transcender o mundo dimensional dentro do qual nós mesmos existimos e a partir do qual pensamos, situa-se fora do alcance da nossa capacidade predicativa, de vez que essa capacidade deriva das lógicas constitutivas do *limitante*, e este não estende sua influência sobre o *ilimitado*. A posição da Lógica Transcendental no esquema – veja-se o desenho – não apresenta limite que a confine à primeira dimensão, porque a sua maneira de operar exige abertura para uma instância transcendental que, invariavelmente, esconde-se e não se revela, embora seja claramente pressentida, posto ser dela que a percepção emerge. Apesar disso, constitui movimento que não ultrapassa o âmbito da primeira dimensão. Nessa primeira dimensão, o que transcende é o ser, o ser de um ente em construção, que, segundo a amplitude da instância e segundo a natureza da fonte necessária, constitui adimensional em movimento e, como tal, é herdeiro das potencialidades que configuram a natureza do princípio necessário, mas, por encontrar-se em movimento, constitui um ser determinado, amputado da plena indeterminação que caracteriza o princípio transcendental. Por tratar-se de um ser determinado, em movimento existencial, isto é, munido de impulso para a complexidade, está destinado a produzir um ente também determinado.

Ao desdobrar a segunda dimensão, esse ser precisa ser instrumentalizado ou precisa ser acrescido da inteligência organizativa necessária à efetivação das instâncias superiores. Tratando-se de um ser determinado e estando em construção um ente também determinado, essa inteligência afigura-se inteligência potencial, ensejando que a completude ou a totalidade do ente possa ser entendida e caracterizada como inteligência organizativa efetivamente realizada, fechando, assim, elegantemente, o modelo. Estando em construção um ente determinado, essa inteligência organizativa precisa ser inteligência especializada que ensinará a realização não de um ente qualquer, mas de um ente situado dentro de certo espaço de possibilidades. O exemplo mais conhecido dessa inteligência potencial é o código genético que determina a compleição orgânica dos seres vivos. Esse caso do código genético – suficientemente conhecido da ciência – demonstra que essa inteligência inicial é, efetivamente, apenas potencial e que o resultado final – o ente – depende de uma ontogênese fortemente influenciada pelo meio e pelas circunstâncias. Essas circunstâncias, em alguma medida, favorecerão o florescimento de certas potencialidades e inibirão o florescimento de outras. A inteligência organizativa potencial que representa o conteúdo próprio da segunda dimensão não se resume, porém, ao código genético, o qual determina apenas a compleição material ou orgânica do ente – sua instância tridimensional –, e o ente comporta, além dela, a

instância de quatro dimensões e a instância de totalidade. Com isso, impõe-se como irrecusável que essa inteligência potencial contemple igualmente os “códigos” determinantes das condições estruturais que vão gerar e moldar os conteúdos existenciais nessas duas instâncias.

Explicitar de forma mais precisa em que consiste essa inteligência organizativa, presente tanto na segunda dimensão como na instância de totalidade, constitui um desafio que, ainda, não foi superado satisfatoriamente. Quando falamos em código genético, estamos indicando duas coisas: a inteligência organizativa propriamente dita, ou em si mesma, e o seu registro químico no DNA, isto é, estamos considerando também uma forma particular de registro de inteligência organizativa. No entanto, quando estamos contemplando a segunda dimensão da estrutura gerativa da existência, como modelo universal, e visando a explicitar o conteúdo que lhe corresponde, impõe-se focar inteligência organizativa em estado puro, independentemente de qualquer forma particular de registro. Na busca desse sentido puro, auscultamos os princípios. Como foi que tudo começou? Ao que tudo indica, começou quando a primeira partícula atômica, transcendendo o plano das energias quânticas que espontaneamente brotam do vácuo cósmico, estabilizou-se na existência relativa, na forma de totalidade. O advento dessa primeira partícula testemunha o primeiro sucesso do modelo gerativo em seu processo de moldar totalidades e o primeiro sucesso do ser em estabelecer-se estavelmente, na realidade relativa. Nesse primeiro caso, podemos inferir que a inteligência organizativa efetivamente realizada e responsável pelo estabelecimento da totalidade correspondia, exatamente ou quase exatamente, à inteligência organizativa potencial, uma vez que inexistiam experiências precedentes que pudessem suprir o ser de uma inteligência potencial previamente disponível. A única coisa que poderia estar previamente disponível, para que o ser lograsse gerar essa partícula inaugural, seria um espaço de possibilidades passíveis de realização determinadas pelo *limitante*, segundo a geometria, a lógica e a matemática articulam-se na sua própria estrutura, de vez que se trata de processo meramente ontológico que precede a presença do primeiro ente. Isso implica considerar que geometria, lógica e matemática integram a natureza do *limitante*, instrumentalizam o *limitante* na sua ação limitante e representam elementos constitutivos fundamentais da inteligência organizativa, o que se confirma no fato de a realidade, configurada por essa inteligência organizativa, não se dar à margem do espaço de possibilidades demarcado por essas ciências. Portanto, a solução que o modelo apresenta para essa inteligência organizativa potencial demandada para a geração do primeiro ente – o capital inicial do empreendimento – resume-se àquelas propriedades estruturais inescapáveis da natureza relativa cuja formalização o homem realiza com as três ciências mencionadas⁴⁵.

Essas ciências, como é do conhecimento geral, envolvem e comportam compromissos estruturais que lhes conferem propriedades gerativas naturais e inescapáveis. Tais propriedades, na matemática e na geometria, são conhecidas e estudadas desde a antiguidade, e, agora, a vinculação da lógica à amplitude dimensional, no âmbito do modelo dimensional da *década*, enseja que se identifiquem compromissos estruturais correspondentes na ciência do movimento, já que a lógica resulta também indispensável, tanto na geração da complexidade matemática como na geração da complexidade geométrica. Os fractais, a

⁴⁵ Virtualmente, aqui, pode estar a pista para a busca do campo unificado configurado pelo modelo.

sequência de Fibonacci, ou características estruturais como a soma dos ângulos internos de um triângulo, a proporção áurea ou a constante *phi* constituem exemplos emblemáticos de tais propriedades. Em decorrência, quer parecer-nos que inteligência organizativa, em sentido dissociado de alguma forma particular de registro, implica arranjos, combinações, estruturas hierárquicas, relações, tensões e simetrias de toda a ordem capazes de configurar organização e complexidade estabilizada, sempre na forma de totalidade unitária. Essa inteligência organizativa pode ser imaginada como desenhos sobre uma tela muito especial que indica os espaços de possibilidades configurados pela articulação estrutural de geometria, lógica e matemática, segundo a estrutura da *década*, desenhos cujos traços interpenetram-se e, por vezes, sobrepõem-se, viabilizando que infinitas combinações e arranjos possam ser feitos e, assim, configurem diferentes modelos, sempre enfeixados em totalidades unitárias. Esses modelos resultariam das experiências do ser no processo de geração de crescente complexidade e de construção do universo, cuja evolução somente explica-se caso seja admitido que esse universo conserve, de algum modo, memória das suas experiências e realizações e que essa inteligência organizativa constitua um fenômeno que acumula saber e que, portanto, também cresça, aumente e potencialize complexidade crescente. Na ausência de memória, parece impossível pensar complexificação ou evolução. Sem memória, o universo jamais ultrapassaria a fase simples de protouniverso, envolvido em eterno e inconsequente recomeçar. Pode até ser o caso de que a geração das energias, das partículas e dos átomos simples inaugurais que constituíram o oceano caótico que criou as condições que possibilitaram a grande explosão tenha sido realizada pela ação individual do ser de cada partícula, configurando repetidas redescobertas de tais energias e partículas; no entanto, certamente, a transcendência explosiva de um cosmos a partir desse oceano caótico, gerando complexidade crescente, implicou a configuração e o advento de uma memória universal. Essa memória – que pode ser imaginada como alva e luminosa videira cósmica, cujos ramos estendem-se por todo o universo e cuja cepa, constituída pelo modelo gerativo da existência, deita raízes transcendentais no eterno princípio necessário e representa a inteligência mais preciosa e o registro mais antigo do universo – constitui a inteligência criativa do universo. Talvez, seja necessária uma sensibilidade cultivada por longos anos no exercício constante e persistente da razão e, além disso, uma alma enamorada do belo e da verdade, para lograr perceber o caráter sagrado desse recinto originário e entender alguma coisa da reverência e da liturgia adotadas pelos antigos “que viviam mais próximo dos deuses”, quando se propunham tratar desses assuntos mais elevados, os quais consideravam divinos. Tais percepções podem ser difíceis para um espírito pragmático e céptico típico de nossa época, mesmo que se reconheça que uma memória cósmica faz-se necessária para justificar a complexidade factual. A segunda dimensão é, ontologicamente, anterior à instância tridimensional da materialidade e do espaço, razão pela qual a mente moderna modelada e, até mesmo, hipnotizada pela tridimensionalidade ostensiva que se oferece a nossos olhos enfrenta dificuldades para pensar conteúdos dotados de amplitude distinta da amplitude da matéria. Para superar tal dificuldade, o leitor precisa ser pragmático no uso da sua razão: assim como a imagem no espelho possui apenas duas dimensões e, apesar disso, constitui uma existência irrecusável, assim também é preciso admitir que a realidade não se limita a fenômenos dotados apenas de três dimensões. Uma vez conquistada essa abertura, trata-se de contemplar com serenidade as instâncias não materiais e tratar delas mantendo a lógica e a racionalidade, sem medo de perder-se por

delírios e devaneios. O modelo dimensional da *década* fornece um referencial para fazê-lo de forma metódica e segura, com pleno domínio do percurso.

A ideia de uma memória cósmica foi defendida por Laszlo (2008) que a designou de Campo Akáchico, entendendo tratar-se de um registro holográfico das experiências da matéria. Há também as experiências de laboratório que o biólogo inglês Rupert Sheldrake publicou, no livro *Uma nova ciência da vida: a hipótese da causação formativa e os problemas não resolvidos da Biologia* (2014), amparando suas ideias sobre campos mórficos e ressonância mórfica. Segundo ele, campos mórficos seriam estruturas que se estendem no espaço-tempo e moldam a forma e o comportamento de todos os sistemas do mundo material, quer se tratem de átomos, moléculas, cristais, organelas, células, tecidos, órgãos, organismos, sociedades, ecossistemas, sistemas planetários, sistemas solares, galáxias – cada uma dessas entidades estaria associada a um campo mórfico específico que faz com que um sistema seja um sistema, isto é, seja muito mais do que um simples conjunto de partes. Tais experiências, realizadas com macacos, ratos, cristais e moléculas evidenciam que, uma vez encontrada uma solução em uma comunidade, ela surge mais facilmente em outra isolada da primeira e sem qualquer tipo de comunicação entre ambas. Ainda voltaremos a essa questão, mas a ideia de um Campo Akáchico ou de um registro holográfico universal coaduna-se com o modelo dimensional de universo e com a ideia de inteligência organizativa potencial que cresce, na medida em que se dão as experiências do universo e, segundo a organização torna-se cada vez mais complexa. A palavra alma, amplamente utilizada pelo senso comum, sem muita preocupação conceitual ou sem sentido preciso, no nosso entender, representa solução adequada para sintetizar o conteúdo objetivo da segunda dimensão, caso admitamos aplicá-la também ao mundo mineral, como já parece ser costume oriental. Esse conteúdo contempla, como já vimos, um ser intelecto ativo e certa inteligência organizativa potencial. De todos os modos, vincular a inteligência organizativa potencial ao conceito de Campo Akáchico ou de alma tem o poder de invocar e revelar as dificuldades hermenêuticas que se antepõem a um homem moderno, para enfrentar as questões suscitadas por um modelo dimensional de universo.

Na terceira dimensão, o conteúdo existencial objetivo dos entes é representado pela sua composição material; no caso dos seres vivos, por um organismo dotado de funcionalidades. Quando o ser desdobra a terceira dimensão, disponibiliza a amplitude existencial necessária para viabilizar o espaço com suas três dimensões métricas⁴⁶. Assim como a amplitude de duas dimensões possibilitou o advento da primeira e mais simples figura geométrica fechada, representada pelo triângulo de três lados iguais, a amplitude de três dimensões possibilita o advento do primeiro e mais simples dos poliedros regulares representado pelo pentágono. Essa estrutura resultante, contendo e abrangendo três dimensões, revela-se uma forma organizativa dotada de grande estabilidade, a qual se percebe como permanência e persistência, em toda a manifestação existencial moldada segundo essa forma estrutural. Essa estabilidade organizativa propiciada pela amplitude de três dimensões

⁴⁶ Convém ter em mente a devida distinção entre o conceito de dimensão lógica que define a estrutura do limitante e as dimensões métricas com as quais se esquadrinha o espaço. Há amplitude lógica tridimensional que, assumindo os valores de verdade de altura, largura e profundidade, define e tipifica a amplitude métrica do espaço. Tais valores de verdade resultam privativos e próprios para a caracterização do espaço e da terceira dimensão. Nas demais instâncias dimensionais, os valores de verdade são outros. Exemplarmente, na quarta, trata-se do tempo.

revela-se tão forte que exige e impõe o desdobramento da quarta dimensão, com seu horizonte temporal dentro do qual essa persistência torna-se efetiva e, até mesmo, pode ser mensurada. Na intuição dessa característica, pode-se fundar o nosso hábito de vincular o tempo à matéria e até considerá-lo atributo dela. Possivelmente, essa grande estabilidade das organizações dotadas de três dimensões resulte de diferentes e amplificadas simetrias lógicas presentes nessa forma, cuja amplitude determina um modo de interação próprio que é mais facilmente percebido como fenômeno eletromagnético, embora sejam reconhecidas duas formas intra-atômicas de interação anteriores⁴⁷ à eletricidade.

Outra característica percebida desse padrão organizativo tridimensional, além da persistência, é a faculdade de aglutinar as manifestações do ser e produzir as densidades energéticas que conhecemos por matéria e que nada mais deve ser do que energia simétrica, densa e firmemente organizada, de forma a constituir locais relativamente impenetráveis, dotados de espacialidade e, portanto, de presença tridimensional. A Física vai entender esse processo como atribuição de massa a energias quânticas e subentender que essa atribuição de massa instala o ente na realidade. O modelo dimensional da *década* indica, entretanto, que apenas o desdobramento da instância de totalidade é que estabiliza o ente na existência e que isso exige inteligência organizativa fechada em unidade e não apenas a aglutinação tridimensional de energias. Os componentes da tridimensionalidade – bem como tudo o que, virtualmente, acrescenta-se-lhes a quarta dimensão – não constituem unidade porque as instâncias dimensionais instauram amplitudes crescentes e, portanto, abertura crescente para com os outros, de sorte que, se o limite superior dos entes fosse a quarta dimensão, os entes não comporiam individualidades, seriam indistintos no seio do universo e, portanto, desprovidos de unidade própria.

Na quarta dimensão, o advento do tempo potencializa não apenas a persistência da organização assumida na terceira, mas também a funcionalidade e a ontogênese dos organismos vivos. O tempo gerado pela permanência das formas organizativas engendradas permite que células mais complexas sejam funcionais, executem funcionalidades e desencadeiem intenso processo interativo de cada unidade organizativa com o meio no qual se insere e com as circunstâncias que envolvem cada presença. Tais relações e interações, particularmente para os organismos vivos, impõem desafios de adaptação e ajustes com o meio, visando à preservação da organização que, nesse caso, significa preservação e evolução adaptativa da vida. Daí, a instrumentalização dos organismos com recursos orgânicos de percepção, o paulatino aperfeiçoamento desses sentidos e, finalmente, o advento da mente e do sentido de compreensão. A ontogênese, de certa forma, reproduz ou espelha esse processo de aparelhamento orgânico e mental para a sobrevivência e o exercício da vida, e o tempo de vida de cada ente atesta o grau de sucesso alcançado em face das suas circunstâncias.

Essas circunstâncias sugerem evolução criativa cujos detalhes evolutivos foram já estudados e explorados, em boa medida, por Bergson (2009) e por Goswami (2009), o que nos dispensa de investir mais na questão. Cumpre, porém, destacar que os recursos orgânicos de percepção e, em particular, o sentido da visão, como sentido auxiliar da compreensão, demonstram que a terceira dimensão do universo, a terceira dimensão do planeta e a terceira dimensão de qualquer ente de menor escala, ao contrário de constituírem instâncias isoladas,

⁴⁷ Nomeadamente, as interações quânticas forte e fraca.

são integradas e intercomunicam-se, tornando todos os fenômenos e entes copartícipes da mesma terceira dimensão da existência ou da terceira dimensão do universo, que resulta constituir instância una na qual todas as presenças relacionam-se umas com as outras, em total integração; ou seja, os entes são individualizados apenas porque a inteligência organizativa que os molda institui sempre uma totalidade que une partes constituintes em um todo dotado de unidade. Cada uma das instâncias dimensionais constitutivas dos entes não contempla, portanto, instância isolada, ao contrário, tais instâncias são intercomunicantes, o que configura interdependência universal de todos com todos, possivelmente em quatro distintas instâncias. Essa característica coloca-nos – a nós homens dotados de percepção e entendimento – frente a um grau de interdependência com tudo o que nos cerca, nunca antes percebido. Interdependência essa que naturalmente implica riscos e benefícios. Implica, por exemplo, que a materialidade de um meteoro pode atingir a materialidade do nosso planeta e acabar com a festa. No entanto, indica também que a nossa mente não precisa restringir-se aos registros imediatos da nossa memória pessoal e, caso consiga desenvolver habilidade para tanto, poderá acessar a inteligência organizativa registrada na memória cósmica. A intercomunicação que se percebe claramente na terceira e na quarta dimensões constitui evidência eloquente de que as instâncias dimensionais são abertas e que apenas a totalidade consegue individualizar os entes e os fenômenos. Assim, verifica-se que o tempo individual de cada um dos seres humanos do planeta pertence, em princípio, a cada um, mas cada um desses tempos está inserido dentro do tempo do planeta, razão pela qual se compreende que, caso o tempo do planeta se esgotar antes, por alguma razão, os tempos dos homens presentes também extinguir-se-iam, ainda que, em tese, suas organizações individuais reunissem condições de subsistir por mais tempo. Essa abertura e essa intercomunicação nas instâncias dimensionais podem explicar por que a evolução consegue acontecer: a intercomunicação da segunda dimensão, contendo a inteligência organizativa potencial de todos os entes, potencializa ao ser emergente acesso à memória do cosmos, de sorte que a sua inteligência organizativa potencial possa ser atualizada ou incrementada com as experiências pregressas registradas e, assim, potencializar formas organizativas aperfeiçoadas.

A quarta dimensão, além de configurar o tempo existencial dos entes e fenômenos, além de viabilizar as funcionalidades dos organismos vivos e sua ontogênese, estabelece a oportunidade para o relacionamento de cada ente, com os seus pares e com o meio ambiente em que se situa. Essa dinâmica relacional orientada por sentidos de percepção oportuniza experiências e gera estímulos que provocam a capacidade cognitiva da mente humana e, possivelmente, de todo ser vivo dotado de sistema nervoso central. É no tempo e ao sabor da dialética do ente com suas circunstâncias que a mente exercita suas capacidades intelectivas, desenvolve capacidade interpretativa e entendimento e, como consequência, aperfeiçoa, objetivamente, a capacidade operacional da mente humana e produz objetiva e subjetivamente o que se convencionou chamar de personalidade humana, que, essencialmente, reflete dada experiência vivenciada nas lides do devir espaço-temporal e preside o comportamento social geral do homem.

Essa mente, porém, não se confunde com o sistema nervoso central que apenas serve-lhe de instrumento. A mente parece configurar instância de natureza distinta do organismo funcional edificado até a quarta dimensão. A mente parece constituída apenas de intelecto inteligente, isto é, de intelecto capaz de operar inteligência organizativa e de

produzir entendimento. Inteligência organizativa essa proveniente de duas fontes: aquelas carregadas pelo cérebro a partir do trabalho de percepção dos sentidos orgânicos e aquelas disponíveis nos registros da memória à qual o intelecto tem acesso. O resultado operacional da mente é o que chamamos de entendimento. Um entendimento que pode ser restrito ou abrangente, mas sempre expresso em unidade de entendimento. Assim como o pensamento é sempre pensamento de alguma coisa, também o entendimento é entendimento de alguma coisa. Na produção do entendimento, podem influir muitas variáveis, mas o entendimento somente realiza-se como síntese e como unidade. Essa característica já evidencia que a mente não pode ser componente da quarta dimensão, de vez que essa dimensão configura abertura para a diversidade e para os outros, enquanto a operação mental requer fechamento para uma unidade de entendimento. Portanto, além de necessária para individualizar o ente em meio à diversidade, a totalidade evidenciada pelo modelo também é exigida como condição de operacionalidade do intelecto na produção de entendimento. A evocação da imagem da superfície da esfera para representar a totalidade facilita-nos compreender as características da mente e da instância.

No exame das demais instâncias, verificamos que cada uma delas capitaliza o patrimônio disponibilizado pela instância precedente, configurando um processo cumulativo. Na quarta dimensão, está disponibilizado um ser munido de inteligência organizativa potencial, um organismo dotado de sentidos de percepção, uma história de experiências vivenciadas e, ainda, um cérebro exercitado no tratamento de estímulos sensoriais. A mente ativa e consciente, por seu turno, compreendendo intelecto especializado na operação de inteligência organizativa e na produção de entendimento, certo acervo de inteligência organizativa exigido na condição de “matéria prima” para pensar e, ainda, uma consciência que se ilumina com a compreensão e o entendimento produzido, configura ambiente e natureza totalmente distintos daquela presente na quarta dimensão e situa-se para além dela. Dado que essa instância subsequente precisa possibilitar fechamento ao contrário do horizonte dimensional que configura abertura e dado que a natureza dessa instância configura-se totalmente distinta da natureza da instância anterior, impõe-se a presença de salto transcendental que supere o plano dimensional e atinja uma totalidade capaz de repor a unidade no âmbito da diversidade. Daí, a invocação da figura da superfície da esfera para representar essa instância de totalidade e a própria mente. Essa forma da superfície da esfera revela-se adequada tanto por configurar o fechamento necessário para produzir unidades de entendimento como para tornar o ente unitário e possibilitar o seu destaque em meio à diversidade. Essa forma também ajusta-se a outros dois fatores estruturais. A facilidade que temos de operar imagens na consciência remete à necessidade de uma superfície receptora capaz de iluminar, instantaneamente, a consciência da rica profusão de detalhes que integram as imagens. De outro modo, cabe lembrar que, na segunda dimensão, havíamos identificado a presença de inteligência organizativa potencial, indicando que tal inteligência possui amplitude bidimensional. Ora, a superfície da esfera apenas não é plana como a segunda dimensão e, embora curva e fechada em uma unidade, também contempla duas dimensões, constituindo fato que fecha o modelo com elegância e precisão. Toda imagem visual revela-se presente instantaneamente, na consciência, sem interferência do intelecto, tanto assim que este poderá ou não analisá-la e gerar conclusões racionais específicas, sendo que, por vezes, a imagem serve apenas para orientar ações orgânicas relacionais com o ambiente, sem que, na

mente, aflorem significados resultantes de inferências. A presença de imagens requer uma superfície de duas dimensões na organização da mente. De certa maneira, essa forma esférica já está, inclusive, encaminhada ou insinuada na própria forma orgânica do cérebro que também indica fechamento e encaminha-se para o esférico.

No plano gnosiológico ou subjetivo, S_1 , S_2 , S_3 , S_4 e S_5 indicam os padrões de pensamento correspondentes a cada instância dimensional. Assim, S_1 pretende indicar as inferências patrocinadas pela Lógica Transcendental. Dentre elas, destacam-se as inferências de constatação de uma presença; as inferências de identificação e reconhecimento do ser que se apresenta; os pressentimentos de algo ou de alguma coisa; as inferências de autoconsciência na qual a consciência percebe-se a si mesma como intelecto ativo, operante e consciente; as inferências de intuição de um novo ou de um inusitado e, possivelmente, também inferências que são interpretadas como atos de fé. Em todas as inferências patrocinadas pela Lógica Transcendental, faz-se presente uma instância inacessível, velada, meramente pressentida, tal como um inconsciente situado mais além do alcance da razão, mas que se mostra como fonte prodigiosa para a ampliação da compreensão e do entendimento. Observe-se que, em todos esses casos, a inferência constitui ato único e o movimento também é único como aquele admitido pela reta ideal que culmina em uma presença, mas que não revela seu ponto de partida. Simplesmente, de repente, começa. É como se o conteúdo inferido surgisse, de repente, vindo do nada. Possivelmente, toda a evolução do conhecimento humano possui como ponto de partida uma inferência S_1 , uma intuição, que poderá ou não confirmar-se. Não há, aqui, cálculo, dedução ou causa consciente alguma, a percepção, de repente, simplesmente aflora na consciência.

S_2 pretende indicar as inferências que se produzem com o concurso da Lógica da Diferença. Estas compreendem inferências de distinção, de discriminação, de classificação, de separação, de hierarquização, de ordenação, além de todas aquelas que destacam tudo o que se antepõe, divergentemente, à identidade e à sua unicidade. S_2 capta e reflete tanto a simetria como a diversidade e, para tanto, executa movimento dispersivo que diverge e coloca-se como alteridade ao movimento concentrador de S_1 , em sua busca do ser e da identidade. S_2 , entretanto, pressupõe S_1 , para somente, então, iluminar a mente com as desigualdades que capta, o que evidencia o caráter cumulativo da estrutura. Não é possível estabelecer diferença entre coisas não identificadas. Tampouco, aqui, existe cálculo, tudo resume-se a constatar um ser que é outro, diferente dele mesmo.

S_3 , por seu turno, como também Sampaio evidenciou em seus textos, contempla, além da identidade, uma dupla diferença. Não apenas percebe A e B na condição de portadores de identidades próprias e distintas, mas abarca também a relação eventualmente presente ligando ambos. Com isso, S_3 capta as relações de interdependência e de recíproca influência presentes na configuração da organização tridimensional e nas relações de matéria com matéria. Foi em S_3 que Aristóteles descobriu o caso particular de interação na qual as influências manifestas entre A e B revelam-se constantes, ensejando a chamada lei de causa e efeito, sobre a qual se edifica a ciência do nosso tempo e a ideia de sistema. S_3 configura o pensamento sistêmico que predomina nas ciências e cuja aplicação produziu as tecnologias de toda ordem colocadas a serviço da humanidade. Por muitos anos, foi considerado impossível acrescentar algo à lógica do terceiro excluído configurada por Aristóteles, que continua sendo considerada, por alguns, como lógica única. O modelo dimensional da *década* está-nos

mostrando, entretanto, que, embora a Lógica Clássica seja de enorme utilidade, por viabilizar o cálculo e a previsibilidade sistêmica, o pensamento sistêmico (S_3) possui aplicação limitada à terceira dimensão e à materialidade que lhe corresponde, constituindo flagrante equívoco aplicá-lo às demais instâncias que edificam o mundo. O conceito de localidade implícito no modelo de ordenadas de Descartes – expandido, mas preservado por Einstein – ensejou a confinação do universo ao âmbito do espaço que configura o mundo visível. Platão já tinha advertido que isso deixava mundo de fora. O apego à materialidade que tipifica a civilização ocidental constitui a resultante psicológica mais evidente dessa opção metodológica. O padrão circular do movimento da instância confirma-se no padrão sistêmico das inferências S_3 .

As inferências S_4 , por seu turno, são aquelas que se valem da lógica dialética como padrão operativo. A proposta de Proclo, sugerindo a contraposição de tese e de antítese na construção de uma síntese – sobre a linha do tempo –, pode ser aceita como referência adequada desse padrão de movimento. S_4 capta as interações que, necessariamente, ocorrem entre fenômenos e entes que compartilham a mesma espacialidade e a mesma temporalidade, ensejando relações e entrecosques que podem variar de plena compatibilidade até a mais absoluta incompatibilidade. S_4 , ao captar esse movimento dialético dos homens com seu meio e com as suas circunstâncias, enseja o conhecimento das consequências, o aprendizado das implicações possíveis e previsíveis, o surgimento de memória e o pensamento histórico. S_4 não se atém ao presente, S_4 é exercido em um presente fugidio, em permanente vir a ser, mas é exercido por uma mente que se situa fora do plano presidido pelo tempo e pode auscultar tanto o passado como o futuro, libertando o ente inteligente das contingências estreitas que a espacialidade e a temporalidade impõem-lhe, ensejando ou potencializando que, por meio da compreensão e do entendimento, adquira visão do todo e possa navegar na existência com suficiente controle das circunstâncias. Obviamente, entender isso constitui prerrogativa de um pensamento S_5 que contempla a totalidade e toma a totalidade como referência. O pensamento S_4 focado no devir e na dialética dos encontros e dos desencontros que são contingentes no âmbito do espaço-tempo, ao levar em conta e considerar apenas as relações e as interações impostas pelas circunstâncias, configura pensamento tenso e aflito, posto que os conflitos e as incompatibilidades inerentes ao devir espaço-temporal revelam-se permanentes no horizonte temporal visível e não ensejam a mínima esperança de que, algum dia, possam ser superados. Por isso, o homem culto que se limita a pensar S_4 , por mais que estruturalmente almeje paz, harmonia e relacionamento não conflitivo com a natureza e com os seus pares, resulta em personalidade humana angustiada, céptica e descrente, quando não francamente esquizofrênica. A resultante do confronto entre tese e antítese é sempre provisória e, qualquer que seja o resultado, logo, nova antítese colocar-se-á, exigindo novo embate e nova síntese. Somente com S_5 , a mente humana consegue livrar-se, sair fora do turbilhão conflitivo do vir a ser espaço-temporal e, pairando acima da confusão, realmente contemplar a vida e o universo, com conhecimento de causa e paz de espírito. S_4 constitui um padrão de pensamento dialético e histórico, realizado por personalidade humana, em face de memória pessoal, contraída a partir de suas particulares experiências no devir espaço-temporal. O acervo informacional contido nessa memória pessoal contempla o que a mente obteve na escola, nos livros, nas conversas com os amigos, nas aulas com os professores, na intimidade da família, no emprego, em filmes e, de modo geral, na observação dos acontecimentos que presenciou ou dos quais apenas teve notícias. Essas experiências estão circunscritas ao devir espaço-

temporal e refletem, sobretudo, os conflitos dialéticos de cada ente com suas circunstâncias, motivados pelas justas aspirações de sobrevivência de cada um, razão pela qual, nessa perspectiva, o egoísmo desponta como principal motivação comum.

S₅ situa-se fora do espaço-tempo. Um pensamento legitimamente S₅ compreende que a liberdade que a mente possui de se deslocar no espaço e no tempo, para longe e para perto, para o passado e para o futuro, testemunha que a mente não está sujeita às leis do espaço e do tempo. Uma mente autoconsciente e desperta em S₅ não desconhece que possui um organismo emerso no espaço e no tempo e que ele está sujeito às leis que ali vigoram, mas as suas inferências não se limitam a considerar as informações coletadas na sua experiência pessoal no devir. Ao contrário, uma mente S₅ adota, como referência básica, leis universais imutáveis que não variam segundo as circunstâncias. Por isso, constitui uma mente solidamente alicerçada que não se deixa impressionar por contingências do espaço e do tempo nem se deixa enganar por razões meramente circunstanciais. Onde é que uma mente obtém informações dessas leis universais que possibilitam pensar S₅? Ora, não resultando tais leis da experiência pessoal no espaço e no tempo, somente podem estar guardadas na memória que está ao alcance do intelecto que pensa S₅. Mas, assim sendo, onde está localizada essa memória?

A emersão dessa pergunta na minha mente – e, provavelmente, também na do leitor – ajuda-me a entender por que Platão recusou-se, tão peremptoriamente, a falar “das coisas mais elevadas”. Se a mente humana ocupa a instância de totalidade da existência dimensional configurada pelo *limitante*, se S₅ representa inferências que objetivam essa totalidade e se o intelecto, ao operar S₅, contempla o que lhe é específico e privativo, como apresentar, nessa instância, uma questão S₃? Isso configura um sofisma. Essa pergunta está, na verdade, revelando uma questão mais essencial: como educar a minha mente para superar o pensamento de padrão S₄ e torná-la capaz de pensar S₅? Platão, na *Carta VII*, fala de um esforço exaustivo e persistente, de um caminho mais longo que faz com que, de repente, a compreensão surja “como um lampejo” o qual maravilha e satisfaz o pensador, ensejando compreensão que jamais se esquece. Este estudo foi empreendido, de certa forma, à revelia da recomendação platônica, porque me pareceu que explicação moderna da estrutura dimensional do *limitante* e da existência podia permitir que mais pessoas conseguissem atingir S₅, apenas com o concurso da racionalidade e da razão. Confesso que, agora, ao aproximar-me da conclusão da descrição do modelo dimensional que dá sentido à teoria metafísica dos princípios sugerida por Pitágoras, sinto dúvidas sobre a minha hipótese de partida, acreditando que as conquistas conceituais da modernidade fossem suficientes para permitir comunicação clara, compreensível e sem ambiguidades. Platão destacava ser indispensável um espírito sensível ao bem, além de um intelecto excepcionalmente bem preparado, sugerindo ocorrência rara que ainda, hoje, confirma-se pelo pequeno número de jovens que se dedicam à Filosofia⁴⁸.

Na verdade, S₅ diferencia-se de S₄, sobretudo, por valer-se de referencial cognitivo composto exclusivamente por leis universais imutáveis. A descrição dimensional do *limitante* que realizamos nas páginas precedentes, tendo por base suporte geométrico que

⁴⁸ Ou resultará esse pequeno número de jovens dedicados à Filosofia de nossa inabilidade de educar as crianças desde os primeiros passos e despertar nelas a curiosidade pelas coisas, o encantamento pela natureza e a capacidade de perceber detalhes e inquirir razões? Estamos formando ou apenas domesticando?

permite localizar com precisão a posição de cada elemento do modelo, explicita as leis universais intervenientes e esclarece o papel que cada uma delas cumpre na constituição da existência. O destaque dos aspectos objetivos, normativos e gnosiológicos contemplados pelo modelo, aliado à plena correspondência demonstrada presente nos conteúdos desses três aspectos, em cada uma das instâncias dimensionais, organiza o ato de pensar e torna-o metódico, superando o abismo que a teoria moderna do conhecimento introduziu entre sujeito e objeto. Com isso, pensar S_5 torna-se, em princípio, um modo inferencial metodicamente normatizado que contempla a totalidade e confirma minha hipótese de partida. Porém, será o modelo efetivamente suficiente para que um homem de formação regular consiga pensar S_5 ou haverá ainda outros fatores condicionantes ou outros obstáculos a serem superados? Platão e Pitágoras bem como os sacerdotes egípcios valiam-se, ao que tudo indica, de relatos mitológicos para indicar o sentido geral das coisas, não apenas na comunicação exotérica, mas também para esclarecer o propósito geral, no início das preleções e discussões esotéricas. Jesus usava estratégia semelhante. Valia-se de parábolas para falar à multidão e, depois, revelava os seus sentidos profundos, nas conversas privadas com seus discípulos (BESANT, 1935). Retomando a imagem da videira anteriormente mencionada, tentemos contemplar o sentido geral, aqui, perseguido. Imaginemos que cada homem seja um grão de uva em uma videira. O cacho representaria a humanidade. O pequeno talo que liga o grão ao cacho seria a memória pessoal de cada um. O talo central do cacho seria a memória do planeta que estaria conectada a uma das ramas da videira. As ramas da videira constituiriam, nesse caso, a memória do universo que se estenderia pelo cosmo e potencializaria que, em diferentes posições e circunstâncias, cachos florescessem. Todas as ramas brotariam de uma mesma cepa, situada no vórtice do universo. Essa cepa deitaria raízes em instância transcendental e conectaria a videira à sua fonte originária, ao Uno de Platão ou ao princípio necessário da Metafísica. Essa cepa representaria a inteligência criativa segundo a qual o universo desenvolveu a inteligência organizativa das ramas, dos cachos e dos grãos. Essa cepa representaria o *limitante* e suas leis lógicas, representaria o Logos Normativo da existência. Nesse contexto, o desafio de pensar S_5 consiste em superar a memória pessoal, compreender a inteligência organizativa do planeta, atingir os ramos da sabedoria universal, alcançar a cepa das leis eternas e adotar, como paradigma e referência, as leis absolutas que configuram a inteligência criativa geradora do universo.

Essa alegoria de uma videira cósmica indica, em termos gerais, qual é a ordem geral das coisas, um âmbito do saber que, na Antiguidade, em versão própria, era contemplado pelos chamados pequenos mistérios e, similarmente, a inteligência criativa, indicada pela cepa, corresponderia ao que, então, era contemplado pelos grandes mistérios, cuja comunicação somente poderia ser feita de modo oral. O conhecimento dos grandes mistérios, segundo a tradição, sempre foi privilégio de poucos. De tão poucos que o seu conhecimento – exceto o trabalho doutrinário dos avatares – nunca conseguiu beneficiar uma parcela significativa da humanidade, tendo o seu cultivo ficado restrito às escolas de sabedoria que interesses políticos sempre depreciaram e continuam depreciando com a alcunha de escolas de mistérios. Os grandes mestres da tradição destacaram-se justamente porque suas mentes operavam S_5 e o seu discurso focava S_5 , mesmo quando utilizavam parábolas e alegorias. Daí, o fascínio que exerceram sobre as multidões. Com o presente esforço metafísico, tenta-se tornar metódico e consciente esse modo superior de pensar e

cultiva-se a expectativa de que, possibilitando que mais homens dominem esse conhecimento, finalmente, viabilize-se que ele, pela razão e não pela fé, propicie autonomia cognitiva e possa, realmente, beneficiar a humanidade. Não sabemos quantos homens poderão compreender o que, aqui, está escrito nem quantos resolverão adotar o modelo dimensional da *década* como paradigma. Seja apenas um, ou sejam muitos, o percurso, até aqui, cumprido apenas coloca uma ferramenta mais poderosa à disposição do intelecto e, tal como qualquer ferramenta, a destreza no seu manejo revela-se decisiva na determinação do trabalho que, virtualmente, possa ser executado. Real benefício para a humanidade somente pode advir desse trabalho ainda por realizar, de sorte que, para além do que já foi dito, resta ainda a necessidade de aplicar, exemplarmente, essa ferramenta na leitura do mundo, tentando, assim, contribuir para esse exercício e para essa aquisição de destreza no manejo do referencial.

O LOGOS NORMATIVO

Antes de passar à segunda parte e exercitar o uso do modelo dimensional na leitura dos testemunhos da tradição, parece conveniente cumprir a promessa feita nos últimos parágrafos dedicados à especificação das premissas que adotaríamos na realização do estudo, quando afirmamos dispor – tal como Platão dispunha – de um saber “mais valioso” capaz de orientar-nos na condução do trabalho. A análise desenvolvida nas páginas precedentes partiu da aceitação dos dois princípios de Pitágoras como princípios adequados para explicar a realidade do mundo e culminou na especificação de um modelo descritivo dimensional que entendemos ser apto e capaz de caracterizar e suportar uma Teoria dos Princípios, em termos formais, compatível com as descrições que caracterizam e suportam as teorias científicas modernas. Na ocasião da partida, ainda não conhecíamos o percurso argumentativo que acabou sendo cumprido, mas já conhecíamos a meta possível e almejada, inclusive os detalhes constitutivos do modelo referencial ao qual chegamos e que acabamos designando modelo dimensional.

A explicação para isso é a seguinte: no final da década de oitenta, já havíamos intuído esse mesmo modelo, partindo de outras premissas e valendo-nos de outra perspectiva. Tencionados por questão metodológica, iniciamos os estudos que ora amadurecem como modelo metafísico, dedicando-nos à pesquisa no âmbito de teoria do conhecimento. Na ocasião, trabalhávamos em uma empresa de telecomunicações, na qual predominavam engenheiros e questões técnico-científicas. Nossas atribuições envolviam coordenação de planejamento, em ambiente no qual predominavam preocupações metodológicas, tanto em razão da complexidade das operações, como da busca de eficiência. Nossa inconformidade inicial decorria da constatação de que existia método formal para tudo, menos método formal para pensar corretamente, e que essa carência gerava desperdício enorme de tempo e de esforço. A inexistência de um método formal que possibilitasse aos homens o exercício metódico e competente da razão e do raciocínio não combinava com a cultura tecnológica e científica circundante que mostrava a exaustão, as vantagens e a maior eficiência dos procedimentos amparados em métodos formais. Partimos para a pesquisa, portanto, com o propósito de identificar normas que possibilitassem o exercício metódico da razão.

O capital inicial dessa empreitada consistiu da proposta de cinco padrões lógicos de Sampaio (1982) e de uma intuição – que divergia de Sampaio –, supondo a organização

dimensional da realidade. Dezoito anos depois, em 1999, publicávamos o resultado desse trabalho em livro intitulado *A razão holística*, que leva, por subtítulo: método para o exercício da razão. Nessa obra, capitalizamos contribuições dos pré-socráticos, em particular o Logos de Heráclito, e chegamos a mencionar Platão, sem conhecer a sua obra e atendo-nos apenas a uma passagem do *Timeu* (47c), em que as leis que regem o pensamento são consideradas apenas da mesma espécie das leis que regem o restante da natureza, a qual interpretamos como abertura para que se estabelecesse o fosso que, na modernidade, veio a separar sujeito e objeto. Nesse texto, concluímos pela especificação de um Logos Normativo, aglutinador dos padrões lógicos em uma estrutura fechada, que contemplava as diferentes alternativas inferenciais que identificamos instrumentalizar a mente humana e que permitia tornar metódico o ato de pensar, com o uso ordenado e o aproveitamento completo das alternativas inferenciais disponíveis. Apenas em 2012, iniciamos estudos mais detidos da obra de Platão e, somente então, tivemos a grata surpresa de perceber que esse logos intuído na década de oitenta ensejava compreensão privilegiada das ideias de Platão e possibilitava, ainda, a percepção de sutis sentidos que escapavam da percepção de prestigiados e doutos comentadores modernos. Na medida em que esses estudos avançavam e a coleção de coincidências aumentava, cresciam também a convicção de entender como Platão pensava e a impressão de que esse Logos Normativo representava, com fidelidade, o paradigma de que Platão valeu-se ao formular a sua proposta filosófica e redigir os seus diálogos. Apenas a partir disso é que ficou claro que a perspectiva filosófica mais adequada seria metafísica e não epistemológica, ainda que ambas tenham permitido chegar ao mesmo resultado, e somente então os trabalhos ora em curso viabilizaram-se.

O objetivo de relatar esse percurso elucidativo para o leitor deste texto é chamar a atenção para o fato de essa intuição surgida no século vinte constituir resgate de percepções que, sabidamente, manifestaram-se em mentes humanas, dois mil e quinhentos anos antes, na Grécia, e cinco mil anos antes, no Egito, sem que essa informação tenha chegado à modernidade transmitida por meio oral ou por meio escrito. Esse resgate foi realizado por intermédio de ato introspectivo e não obtido por algum meio exterior de comunicação ou pela leitura de algum registro antigo, ocasionalmente descoberto nos desvãos de uma biblioteca embolorada. Impossível duvidar disso porque se tratou de experiência pessoal. Em consequência, vimo-nos obrigados a enfrentar a pergunta evidente: como pode intuições, realizadas em épocas tão distantes e em meio a culturas tão distintas, identificar a mesma estrutura normativa? Mera coincidência? Ou deve-se entender que se trataram de acessos distintos a um mesmo registro de memória – que, nesse caso, deveria constituir memória comum? Ou deve-se entender que se trata de uma estrutura constitutiva comum da mente humana, virtualmente acessível a todos os homens capazes de meditação detida? A hipótese básica assumida de um universo organizado afasta ou, ao menos, deprecia a opção de mera coincidência. A reconstituição ocasional do arranjo de valores, de conceitos e de tensões psicológicas necessárias para ensejar essa percepção não altera a necessidade da existência do percebido, ainda que seja em estado potencial. Com isso, parece não haver alternativa para as duas últimas opções colocadas. Ambas indicam realidades desamparadas pelas referências científicas atualmente vigentes, restando a suposição de tratar-se de realidade que apenas uma visão dimensional de mundo e um paradigma dimensional permitem contemplar. Nessa experiência irrecusável – posto que de cunho pessoal –, fundamenta-se parte da nossa

convicção de que esse logos ou modelo dimensional representa, efetivamente, com fidelidade, o conjunto de axiomas que preside a existência relativa. Em última instância, a hipótese do acesso reiterado à memória cósmica pressupõe a outra, a da existência factual da estrutura nas mentes objetivas, de sorte que parece contingente entender que todas as “redescobertas” desse logos resultam de esforços introspectivos conduzidos, com sucesso, até chegar à estrutura constitutiva da mente e aos seus padrões operativos básicos.

Com essas explicações, queremos também justificar que esse modelo que ora designamos modelo dimensional, em outros trabalhos, foi designado logos da racionalidade humana, Logos Normativo e também, simplesmente, logos. Assim, embora neste trabalho tenhamos-lo designado modelo dimensional, porque referido e deduzido a partir da *década sagrada*, quer parecer-nos que a designação Logos Normativo ajusta-se melhor ao seu papel normativo, razão pela qual adotaremos também essa designação doravante. Tomado como referência, esse Logos Normativo constitui um logos normativo da totalidade, uma vez que faculta a contemplação racional e metódica da totalidade. Como sabemos, todo ente ou todo fenômeno existente somente ganha assento na existência na condição de totalidade unitária manifesta no âmbito da multiplicidade. Portanto, em termos metodológicos, esse Logos Normativo constitui referência formal que torna metódico o ato de pensar e permite-nos contemplar a totalidade, superando os olhares anteriores voltados para as partes do existente. Dado que partes não existem de modo independente, um olhar voltado para a totalidade configura-se, certamente, somente por isso, um olhar mais competente.

Por último, cabe observar que, tendo-se chegado à conclusão de que Parmênides, com a sua sentença – *ser e pensar são o mesmo* –, estabelece uma verdade consistente – demonstrada, espera-se, suficientemente no texto –, resulta natural e conseqüente que ser e pensar obedeçam a uma e mesma estrutura normativa e também que o seu acesso tanto possa ser realizado metafisicamente, por meio de uma teoria dos princípios adequada, como epistemologicamente, por meio de uma teoria do conhecimento correta.

SEGUNDA PARTE

Leitura de testemunhos da tradição platônica

Esse Logos Normativo ou esse modelo dimensional da *década* de Pitágoras, descrito na primeira parte deste trabalho, pretende indicar o conjunto das leis edificadoras da existência. Caso tal pretensão sustente-se, o modelo representa referencial interpretativo dotado de validade cósmica e aplicação universal e, nessa condição, constitui – ao menos potencialmente – o melhor paradigma que um intelecto operador de inteligência organizativa pode almejar, quer se trate da mente humana ou da mente de um operador situado em outra galáxia. Na contraparte dessa potencialidade, situa-se a obrigação de iluminar devidamente as coisas e comprovar essa aplicação universal, em procedimento que, no método científico, corresponde à fase de submeter as hipóteses à bancada de testes. Também, nesse sentido, convém à completude deste trabalho desenvolver exemplos de aplicação do referencial. Esta e qualquer tese apenas merecem integrar o acervo humano de conhecimentos, na medida em que se revelarem úteis e potencializarem ações humanas mais eficientes e eficazes no exercício da vida. No caso, trata-se de fornecer compreensão mais fidedigna da natureza e do mundo, o que constitui aposta alta, com elevados riscos, mas que também contempla prêmio de valor correspondente. Na difícil escolha dos temas a serem tratados, optamos por priorizar os esforços da tradição grega sobre a questão, já que a presente oportunidade de sua consideração surgiu no âmbito de estudos platônicos. Dentro desses estudos, selecionamos as questões mais controversas, cuja adequada iluminação pode evidenciar, de modo mais contundente, o poder heurístico do modelo. A obra de Platão constitui, certamente, a proposta filosófica ocidental mais estudada de todos os tempos, além do que contempla ampla gama de divergências e controvérsias interpretativas, configurando oportunidade sob medida para que esse Logos Normativo demonstre o seu poder de esclarecer as coisas. Após a análise de aspectos restritos e localizados da doutrina platônica, tentaremos esboçar um olhar mais genérico e abrangente, com o fito de explorar e compreender alguma coisa da visão geral de mundo que se oferece.

A DIALÉTICA DE PLATÃO

Um dos temas mais instigantes e fugidios da filosofia platônica é a Dialética de Platão, a qual se percebe presente em todos os diálogos, atuando como guia condutora capaz de transformar diálogos, aparentemente ocasionais e despreziosos, em admiráveis expressões de agudeza e genialidade perceptiva. Em particular, a capacidade que a Dialética confere ao Platão mestre de identificar o nível perceptivo do interlocutor e ajustar o seu discurso ao que o interlocutor seja capaz de entender constitui sonho de consumo de todo professor movido pelo desejo de ensinar e que, seguidamente, enfrenta dificuldades desanimadoras pela frente. Também revela-se até mesmo constrangedor, no âmbito dos estudos platônicos, ter de citar tantas vezes a Dialética de Platão, sem estar plenamente convicto ou, realmente, entender o alcance metodológico dessa ferramenta utilizada pelo mestre de Atenas.

Primeiramente, cumpre assinalar que a Dialética de Platão nada tem a ver com o padrão dialético formalizado por Proclo, no qual o confronto de tese e antítese gera uma

síntese na linha do tempo e do qual tratamos no estudo da quarta dimensão do *limitante*, cujo padrão de movimento foi assimilado à lógica dialética. Essa lógica dialética diz respeito ao horizonte temporal e serve para contemplar o processo histórico e, virtualmente, amparar perspectivas históricas e ciências da história, enquanto a Dialética de Platão, segundo sugerem-nos registros fragmentados dispersos nos diálogos, possui orientação ontológica e visa à estrutura existencial que se estende do uno ao múltiplo. Platão também teve o cuidado de fazer essa distinção ao comparar a sua Dialética com a erística.

Quer parecer-nos que essa análise poderia ser referida diretamente nos diálogos, mas, não sendo especialistas na obra platônica, preferimos capitalizar os esforços de entendimento e de síntese que foram desenvolvidos por profissionais de reconhecida competência e, assim, capitalizar esforços de interpretação já realizados. No caso particular da Dialética, estão disponíveis sínteses esquemáticas do que Szlezák (2011a) conseguiu garimpar sobre a Dialética nos diálogos tardios. Quer parecer-nos que, partindo dessas sínteses, seja possível considerá-las à luz do modelo dimensional e tirar conclusões suficientes. A suposição que se assume com essa estratégia é que o trabalho de Szlezák contemple uma coleção representativa, suficiente e confiável das indicações sobre a Dialética que Platão registrou nos diálogos. Caso necessário, poder-se-á, ainda, lançar mão de referências adicionais.

Iniciemos com um extrato seletivo do resumo de Szlezák sobre a concepção socrática da Dialética, retirado, por ele, da *República*. Para Szlezák:

1. A dialética é uma “disciplina” no sentido pleno da palavra, isto é, um conjunto de esforços científicos sistematicamente desenvolvidos e mantidos coesos por procedimentos comuns e [...] a partir de 533 a8-c5 [...] a dialética é destacada [...] com fundamento na tarefa que só ela é capaz de cumprir, a saber, o conhecimento das ideias e também [...] que atribui ao modo de conhecimento da [...] uma esfera de assuntos própria, ontologicamente distinta. (R. 510 b6, 511 c5-6, 534 a5-7);
2. O alvo dessa disciplina é conhecido por Sócrates. [...] A meta é captar a ideia do bem, a única que confere valor até mesmo ao justo e a todas as outras coisas. (R. 505 a2-4, 506 a4-7, 534 b8-c6);
3. A meta é alcançável pelo ser humano. A pessoa que (no sentido da alegoria da caverna) ascendeu à “luz” será capaz de “suportar” o olhar para a ideia do bem. (R. 518 c10, cf. 516 b4-6);
4. Os métodos da dialética abrangem, entre outros, o processo da diérese (R. 454 a5-7) e, a ela ligada, a chegada à definição (R. 534 b3-6), a análise das dependências entre conceitos, a qual conduz até o último princípio e de volta para o [...] inferior (R. 511 b6-c2), o transcender sinótico da multiplicidade rumo à unidade da ideia que lhe confere sentido (R. 476 a, 596 a), o *elenchos* filosófico (isto é, não erístico) (R. 534 c1) e a visão de conjunto do parentesco dos [...] entre si e com a natureza do existente. (R. 537 c, cf. 531 d);
5. A dialética abrange dois estágios, a doutrina das ideias e a doutrina dos princípios. [...] Sócrates trata separadamente dos dois estágios[...];
6. Faz parte também da dialética – [...] – o estudo aprofundado da alma. O “caminho mais longo do conhecimento dialético do bem, [...] terá de trabalhar diversos temas no curso de sua ocupação de muitos anos: a doutrina da alma (que no lado mundano inclui a cosmologia...), a doutrina das ideias com todas as suas implicações e, finalmente, como coroação final, a teoria do bem como princípio de tudo;
7. O [...] da dialética assegura à pessoa a beatitude que lhe é possível (R. 498 c3, cf. 516 c6, 518 b1, 519 c5-6, 540 c2), ao desdobrar o parentesco, inerente à sua

natureza, com o mundo inteligível (R. 490 b4, 611 e2-3), viabilizando assim a adequação ao âmbito bem-aventurado (cf. 526 e3-4) do divino (R. 500 c5-d1, cf. 613 b1). (SZLEZÁK, 2011a, p. 44-46).

No final do capítulo, Szlezák ainda arremata concluindo pela retenção do conhecimento:

A forma com que Platão deixa transparecer a concepção de dialética de seu Sócrates corresponde, portanto, exatamente ao conteúdo: trata-se de alusões dispersas de maneira solta, que nem sequer pretendem substituir o todo, que com razão não é elaborado. (Ib., p. 48).

Essa transcrição das percepções de Szlezák começa com a constatação de que a Dialética de Platão constitui conjunto coeso e articulado de procedimentos definidos de forma científica e sistemática que possui um objeto próprio: o conhecimento das ideias (item 1), isto é, pela afirmação de que a Dialética constitui uma disciplina sistematizada. Termina, porém, com o reconhecimento de que o modelo descritivo e totalizante dessa disciplina não é apresentado, ou seja, é intencionalmente retido. Embora Platão, em diferentes passagens, reitere e justifique por que certos conhecimentos não devem ser disponibilizados para todos, o resumo de Szlezák contempla alguns conteúdos. No item 5, é afirmado que a Dialética comporta a doutrina das ideias e a doutrina dos princípios, e o item 6 informa que está compreendido também o estudo da alma e, ainda, que o ponto culminante da Dialética é a ideia do bem.

Ora, o modelo dimensional da *década* especificado na primeira parte deste trabalho contempla, como ápice, origem necessária caracterizada como unidade de simplicidade e natureza absolutas. Comporta, igualmente, na condição de princípio normativo da existência relativa, estrutura limitante configurada, segundo os compromissos estruturais combinados, da sua natureza lógica, geométrica e matemática, de sorte que as realizações objetivas emergentes somente podem dar-se no espaço de possibilidades demarcado por essas ciências, sendo, portanto, todas elas, necessariamente, justas e perfeitas, isto é, obras boas e belas. A estrutura estende-se por cinco instâncias, a partir da unidade indivisível, e culmina na totalidade que também possui caráter unitário. Sendo as quatro primeiras instâncias dimensionais e ontológicas e sendo o caso de apenas a instância de totalidade configurar realidade em ato, conclui-se necessário tratar-se de uma estrutura gerativa que converte potência em ato, mediante processo cumulativo. Não há dúvida, portanto, de que o modelo contempla tanto o processo gerativo com seus princípios normativos quanto as ideias ou a inteligência organizativa que molda tudo que é existente. O modelo dimensional ressalta, ainda, que cada uma das cinco instâncias normativas contempla conteúdos próprios – normativos, objetivos e gnosiológicos –, privativos de cada instância, comportando, em particular, inteligência organizativa, ou seja, as formas ou as ideias de Platão, tanto na segunda dimensão – em potência – como na instância de totalidade – em ato. Estipula, ainda, existir plena correspondência entre os conteúdos normativos, objetivos e gnosiológicos de cada instância, evidenciando a plena sintonia da norma reguladora com a natureza do mundo objetivo e com a natureza do mundo subjetivo. Logo, um procedimento analítico voltado à contemplação de ideias que, partindo da realidade em ato, isto é, da totalidade, encaminhe-se, ontologicamente, até a fonte transcendental necessária – representada pelo *ilimitado* –, consciente dos conteúdos de cada instância intermediária, possui, certamente, a capacidade de

captar e de contemplar, de forma metódica e ordenada, toda a estrutura constitutiva, qualquer que seja o ente ou o fenômeno em consideração. Não será, justamente, isso o poder heurístico que Platão insinuava ser privativo de quem dominasse a Dialética? Tendo em vista que cada instância dimensional do modelo compreende um padrão inferencial próprio, isto é, um modo particular e típico de pensar, não será, justamente, essa classificação hierárquica de modos de pensar que permitia a Platão identificar e situar o nível de compreensão do interlocutor e ajustar o seu discurso a ele? Será adequado equiparar o Bem supremo de Platão, por vezes também designado Uno, ao ilimitado que o modelo dimensional situa na instância adimensional? Podemos entender que a Teoria dos Princípios de Platão visava a explicar como eram criadas as ideias que, na sua concepção filosófica, moldam todos os entes existentes, à semelhança do que pretende o modelo dimensional da *década*, com a instituição de totalidades? Será adequado equiparar as ideias platônicas que moldam os entes do mundo objetivo à inteligência organizativa efetivamente realizada que, no modelo dimensional, responde pela instância de totalidade dos entes? Será adequado entender que o conceito de alma de Platão, o caráter eterno que Platão conferia às ideias e, ainda, a sua defesa de que essas ideias existem e de modo independente dos objetos e entes singulares por elas moldados, corresponde ao conceito de inteligência organizativa potencial que o modelo dimensional identifica e situa, na segunda dimensão, como alma do universo?

Caso seja adequado dar respostas positivas a essas questões, a Dialética de Platão fica desvendada. Reafirmando nosso conhecimento limitado da obra de Platão, temos a compreensão de que Platão não elabora e não descreve em seus diálogos duas coisas: a sua Teoria dos Princípios e a sua Dialética. Por que justamente essas duas? Porque uma constitui o modelo normativo segundo o qual os fenômenos estabelecem-se na existência, em ato, e a outra constitui o método de análise segundo o qual todas as instâncias ontológicas constitutivas de um dado ente ou fenômeno podem ser visitadas e compreendidas. Em ambos os casos, estamos diante de uma e mesma estrutura: a Dialética constitui o método de análise que toma como referência a estrutura normativa que responde pela constituição ontológica da realidade, quer tomemos essa realidade como um todo quer consideremos um ente em particular.

Essa universalidade, indispensável para responder pela existência de todos os fenômenos, independentemente do grau de complexidade organizativa de cada um, em meio a uma natureza que se articula em estágios organizativos de complexidade cumulativa – partícula quântica, partícula atômica, átomo, molécula, célula, organismo etc. –, implica uma mesma estrutura que se replica em cada um de tais estágios organizativos e representa exigência inescapável que se impõe a qualquer modelo normativo que pretenda explicar a existência. O modelo dimensional atende à essa exigência, e quer parecer-nos que nenhum modelo diferente desse seja capaz de fazê-lo. No caso de essa percepção sustentar-se ou, para usar termos aceitos pela ciência, enquanto essa concepção não puder ser refutada pela demonstração de um equívoco conceitual ou de uma insuficiência funcional, estaremos diante de estrutura gerativa de compleição, virtualmente inescapável, e de poderosa indicação de consistência de modelo metafísico que desafia a concepção de ciência vigente, ensejando situação de crise da ciência, de cuja contemplação a ciência moderna não poderá furtar-se. A característica estrutural que confere essa propriedade ao modelo dimensional foi contemplada por Platão, no *Filebo*, ao tratar do caráter indivisível do uno frente à composição múltipla da

totalidade que também revela-se una. O exame dessa questão e do aparente paradoxo envolvido constituirá o nosso próximo tema na análise dos testemunhos da tradição.

O item dois do resumo de Szlezák indica que a meta da Dialética seria captar a ideia do bem, “a única que confere valor ao justo e a todas as outras coisas”. O modelo dimensional oferece solução estrutural para essa propriedade valorativa da Dialética: tudo surge na existência, a partir do Uno/Bem, e obedece às determinações normativas de um limitante inescapável, entretanto, ocorre em espaço de possibilidades que não são frutos optativos, aleatórios ou ideológicos, mas, ao contrário, são resultantes da ação conjugada de geometria, lógica e matemática, que, na condição de ciências exatas, geram, sempre e somente, frutos belos e bons. Assim, a ideia do bem torna-se qualificada por leis universais invariantes, inescapáveis e, até mesmo, absolutas para universos criados e, nesse sentido, legitimamente *divinas* como entendido pelos gregos. Portanto, captar a ideia do bem corresponde ao entendimento dos princípios divinos e das leis absolutas que são constitutivas da natureza da existência e de todas as suas manifestações. Dessa forma, fica igualmente clara a percepção de Szlezák, registrada no item sete, segundo a qual a Dialética assegura à pessoa que a domina a beatitude que lhe é possível e o reconhecimento do parentesco da sua natureza com o mundo inteligível e com o âmbito do divino. Esse parentesco com o âmbito divino recebe agora, com o modelo dimensional, determinação mais precisa, na medida em que esse modelo identifica o intelecto que opera a mente consciente, com o ser que edifica o mundo ao transcender do *ilimitado* imbuído de impulso inesgotável para a complexidade. Dessa ação edificadora, o ser de qualquer pessoa constitui um caso particular. Da mesma forma, esse parentesco é destacado, quando o modelo mostra que a inteligência organizativa potencial que o ser movimentou para produzir o ente, inscreve-se na inteligência organizativa potencial do universo ou, em outras palavras, que a alma pessoal e individual possui conexão com a alma universal⁴⁹. Desse modo e somente desse modo, justifica-se que o intelecto humano seja capaz de alcançar a ideia do Bem que, possuindo caráter absoluto, não faz parte do acervo da memória pessoal desenvolvida a partir de suas experiências no devir, o que se ajusta, com precisão, à percepção de Szlezák, no item três, defendendo que a meta – conhecer o Bem – é alcançável pelo ser humano que se esforçar para sair da caverna, isto é, que supera o pensar S₄ e capacita-se para pensar S₅.

Ao ensinar o entendimento de que a Dialética de Platão constitui procedimento metódico de análise que se vale da estrutura gerativa das ideias representada pela *década sagrada* de Pitágoras, o modelo dimensional disponibiliza uma chave interpretativa que, embora promissora, precisa ser, naturalmente, testada em confronto com os textos escritos, em trabalho que os especialistas da obra platônica poderão realizar de modo mais econômico do que alguém recém-chegado a esse campo do saber. De qualquer forma, visando a conferir suporte mínimo para esta nossa leitura da Dialética, vamos completar essas considerações sobre a Dialética de Platão, analisando um pequeno trecho da digressão filosófica que ele inseriu na *Carta VII*.

Há em cada um dos seres três [elementos], a partir dos quais é necessário que o saber surja, sendo o quarto ele mesmo; em quinto lugar, há que pôr o que é em si

⁴⁹ A hipótese de alma universal oferece outra chave interpretativa para o problema da reminiscência e do saber que é aprendizagem e *anamnese*, tratado no Fédon (72-77), com dispensa da aposta platônica em vidas passadas da alma para justificar a detenção inata de certos saberes pela alma.

cognoscível e verdadeiramente é. Um é o nome, o segundo, a definição, o terceiro, a imagem, o quarto, o saber. (IRWIN, 2008 p. 91. 342b).

Em esforço para melhor esclarecer, Platão vai dar o exemplo do círculo, destacando tratar-se de exemplo válido para todas as coisas.

O primeiro é o nome, no caso, o círculo.

O segundo, a sua definição, composta de nomes e de verbos. No caso: aquilo que mantém das extremidades ao meio igual distância.

O terceiro é o que é desenhado e apagado, o que é torneado e o que se perde. Mas o círculo em si, o mesmo em relação com tudo isso, em nada é afetado, porque é diferente deles.

O quarto é o saber, a inteligência e a opinião verdadeira sobre ele. Ora, essa unidade deve ser posta não em sons, nem em formas de corpos, mas deve ser presente nas almas; o ser destes é manifestamente diferente da natureza do próprio círculo e dos três elementos ditos antes.

Desses, o que mais se aproxima por parentesco e semelhança é a inteligência, avizinhada do quinto elemento; os outros se afastam mais. (IRWIN, 2008 p. 91. 342b-d).

Não se conhecem os detalhes circunstanciais que envolveram essa carta. Parece dirigida a um círculo restrito de interlocutores, supostamente aptos a entender tanto o que foi dito como o que, virtualmente, tenha ficado interdito. A inclusão da digressão filosófica envolve a contradição de constituir um escrito sobre aquilo que a carta esmera-se em defender que não pode ser objeto de comunicação por escrito, marca registrada da genialidade de Platão e indelével impressão digital do autor. Nessas condições, parece razoável entender que a digressão filosófica sobre as questões superiores contempla indicações cifradas que apenas quem já conhecesse a questão entenderia completamente, ou seja, indica que a digressão envolve possíveis dissimulações e expressões cifradas que comprometem o significado literal. De qualquer modo, para esse entendimento, constata-se que a digressão recomenda estrutura ordinal originária que se estende do primeiro ao quinto, correspondendo a cada posição conteúdos próprios: o terceiro e o quinto, de caráter objetivo, e o primeiro, o segundo e o quarto, de caráter gnosiológico. Respectivamente, a imagem – indicando o objeto materializado –, a inteligência que verdadeiramente é, o nome, a definição e, por último, o conhecimento manifesto na alma. A estrutura é exatamente a mesma do modelo dimensional da *década*, e, salvo a mistura de objetivo e subjetivo, os conteúdos são exatamente correspondentes, com exceção da quarta posição na qual a digressão situa a compreensão mental do objeto, enquanto o modelo dimensional situa o tempo e o modo histórico de pensar que resulta da dialética da mente com as circunstâncias e embasa e produz o entendimento S₄. Essa diferença é apenas aparente, como se constata e se conclui no estudo dos gêneros do *Sofista*.

O modelo dimensional identifica cinco modos de pensar – S₁, S₂, S₃, S₄ e S₅ –, que são correspondentes às cinco instâncias cumulativas que o modelo distingue na constituição do ente. Nesse sentido, o modo de pensar S₄ corresponde a certa compreensão do objeto que contempla os conteúdos acumulados até a quarta dimensão e, nessa condição, desconsidera o que é privativo da instância de totalidade do ente. S₁ contempla o nome, S₂ contempla a inteligência organizativa potencial que pode ser assimilada à definição mencionada, S₃ indica a materialidade do ente, e S₅ contempla a inteligência organizativa efetivamente realizada que

admite ser descrita nos termos utilizados por Platão: “o que é em si cognoscível e verdadeiramente é”. A simetria das duas estruturas parece inquestionável, e a correspondência dos conteúdos, virtualmente perfeita, constituindo esses dois aspectos indicações importantes de que o modo dialético de Platão pensar correspondia exatamente ou assemelhava-se bastante ao modo de pensar que o modelo dimensional enseja.

Com vistas ao estudo da Dialética, porém, a informação importante contida na digressão diz respeito à diferença que Platão destaca existir entre o conhecimento relativo à quarta instância e aquilo que, verdadeiramente, é e pode ser conhecido, situado na quinta. A passagem de um pensar relativo à quarta para um pensar relativo à quinta Platão informa ser privilégio de poucos, dado que exige natureza especial, particularmente sensível ao bem, como indicado na seguinte passagem.

Numa palavra, quem não tem afinidade com o assunto não compreenderá nem pela facilidade nem pela memória, pois por princípio este (*o saber*) não nasce em condições adversas [...]. De modo que, forçando cada um desses uns contra os outros, nomes e definições, visões e percepções, refutando com refutações cordiais, perguntando sem inveja e usando bem da pergunta, brilham a sabedoria e a compreensão de cada um, tanto quanto é possível a força humana suportar. (IRWIN, 2008 p. 95. 344).

O modelo dimensional consegue elucidar essa passagem do quarto para o quinto de modo particularmente claro. S₄ representa o modo dialético e histórico de pensar que vislumbra a existência do ser no tempo, subsume os conteúdos subjetivos das instâncias anteriores e vale-se das experiências que adquiriu no âmbito de um devir sempre mutante, para formular seu entendimento. S₄ constitui o pensamento normal de homens ligados unicamente ao mundo visível. Um pensamento que se edifica em face do confronto dialético do ente com suas circunstâncias no âmbito do devir. S₅, ao contrário, representa um pensamento situado fora do espaço e do tempo que se baseia em princípios universais imutáveis que lhe fornece alicerce cognitivo estável como referência. Pensar S₅ constitui privilégio de quem conseguiu vislumbrar o mundo das ideias e as instâncias divinas imutáveis. Pensar S₅ caracteriza o dialético de Platão, que sabe que os olhos são instrumentos do corpo e não da mente e não se deixa iludir por aquilo que seus sentidos orgânicos captam, pois compreende que a realidade efetiva estende-se para além e para além da instância material, em instâncias que apenas o intelecto pode captar e perceber, mas cuja presença e cujo papel resultam indispensáveis para que a própria instância material visível estabilize-se na existência e, dessa forma, aporte a sua própria contribuição para a realização plena dos fenômenos e dos entes que compõem o universo. Ali, onde o homem comum apenas vislumbra a aparência de uma manifestação, o dialético vislumbra uma estrutura ontológica de cinco instâncias cumulativas, edificando a existência e tudo aquilo que é.

Consideremos os resultados dessa análise das conclusões de Szlezák e da digressão da Carta. Szlezák, declaradamente, apenas encontrou indicações soltas sobre a Dialética de Platão, embora tenha percebido subjacente uma disciplina sistematizada. O fato de todas as pepitas garimpadas serem harmoniosamente recepcionadas pelo modelo dimensional evidencia que o referencial que propiciava o pensamento dialético de Platão afigura-se, no mínimo, similar ao referencial que nos orienta ao assumirmos o modelo dimensional como paradigma. Vemo-nos munidos de um método de análise que nos faculta

contemplar a estrutura constitutiva de tudo o que existe em ato e nos permite transitar, ordenadamente, da totalidade de tudo o que é até o princípio gerador que lhe dá origem, considerando, separadamente, cada uma das instâncias segundo as quais a complexidade final edifica-se. Além disso, aparelha-nos com modos de pensar específicos e inconfundíveis que nos habilitam a contemplar, de modo metódico e adequado, os conteúdos de cada instância. As passagens, a seguir, referindo-se a primeira à *República* e a segunda ao *Filebo*, mostram que Szlezák deu-se conta dessas possibilidades e dessa carência:

Mais tarde na analogia da linha ele passa a falar da ascensão conceptual ao princípio de todas as coisas e da trajetória inversa do princípio, passando pelo que se liga diretamente ao princípio e descendo até as inferiores (511 b6-c2). Contudo nem sequer fica alusivamente claro através de que entidades inteligíveis levaria esse duplo movimento mental a que [...] ou classes de [...] desiguais (cf. 485 b6) e interdependentes seriam tocadas no processo. Apesar disso nada poderia favorecer mais a compreensão filosófica da dialética platônica do que uma reconstrução concreta, precisa e detalhada no conteúdo desses passos de reflexão. (SZLEZÁK, 2011a, p. 39).

Deve-se evitar, segundo a convicção de Sócrates, o salto da unidade diretamente para a multiplicidade e a infinitude e vice-versa (17 a1-3, 18 e9-19 a1). Pelo contrário, a transição tem de ser mediada pela passagem controlada por segmentos 'intermediários' que precisam ser definidos em termos quantitativos (16 d1-e4, 18 a6-b3). (Ib., p. 192).

Comentários adicionais parecem dispensáveis, embora os segmentos intermediários, a par de serem definidos em termos quantitativos, precisem também ser definidos em termos geométricos e lógicos e nos sentidos normativo, objetivo e gnosiológico, tal como anteriormente foi efetivado. A similitude encontrada entre a Dialética de Platão e um procedimento equivalente amparado no modelo dimensional da *década* recomenda, certamente, a leitura que fazemos dessa Dialética, mas recomenda também o trabalho de análise de Szlezák que, mesmo desconhecendo o modelo indicativo de como as peças encaixam-se, foi capaz de identificar, entre as peças soltas, aquelas que pertenciam ao modelo. Com a elucidação desse Logos Normativo, possivelmente peças complementares poderão ser encontradas. Para encerrar este pequeno estudo sobre a Dialética de Platão, vale observar que, ao contemplar o advento da existência em ato, o modelo dimensional coloca-se como um saber superior, além do qual se afigura impossível avançar mantendo a racionalidade, posto que isso implicaria ultrapassar o âmbito da existência. Isso se ajusta com precisão, ao que Platão afirma, na *República*, sobre a Dialética, qualificando-a como o saber ou o estudo mais elevado de todos:

-- ¿Y no te parece que la dialéctica es el coronamiento supremo de los estudios, y que encima de éste no cabe ya colocar correctamente ningún otro, sino dar por terminado lo que corresponde a los estudios?

-- De acuerdo. (ROCHA PEREIRA, 1972. Pl. R. 534e).

Ora, se o modelo dimensional do *limitante* define como a existência estabelece-se em ato, é evidente que nenhum outro estudo pode ser colocado acima do estudo desse modelo, seja como modelo criativo seja como análise dialética das essencialidades do existente. Não há como, racionalmente, ir além do ato existencial. Com respeito ao modelo referencial de Platão em si, porém, parece que não podemos ser tão conclusivos, de vez que o modelo dimensional movimentou conceitos que apenas foram desenvolvidos na modernidade, alguns

ainda carecendo de formalização, e outros, até mesmo, exigindo revisão de saberes e crenças estabelecidas. Sobre o modelo referencial de Platão, que representava, ao que tudo indica, o cerne da sua Teoria dos Princípios, talvez, o máximo que se pode afirmar, com segurança, é que, sendo baseado na *década*, contemplava a mesma estrutura do modelo dimensional – e quem sabe, até mesmo, alguma concepção de dimensionalidade –, o qual admitiu ser deduzido da mesma origem pitagórica, tal como o realizado na primeira parte deste trabalho. Quer parecer-nos que os elementos, até aqui coletados, não amparam avançar além disso.

O UNO E O MÚLTIPLO EM PLATÃO

Se o estudo da Dialética, contemplando o *limitante* dimensionalmente organizado, revelou as diferentes etapas segundo as quais a existência edifica-se em ato, a partir do princípio necessário – elucidando qualitativamente os conteúdos normativos, objetivos e gnosiológicos correspondentes às distintas etapas que permeiam Bem e ente –, o estudo do uno e do múltiplo, contemplando o mesmo percurso do *limitante*, privilegia aspectos quantitativos presentes entre a unidade e a multiplicidade.

Embora também seja contemplada no *Parmênides*, a questão é tratada extensamente por Platão, no *Filebo*, em diálogo entre Sócrates e Protarco. Dado que para os nossos propósitos, aqui, parece suficiente considerar o contido neste último, limitar-nos-emos a ele e dividiremos o trabalho em duas partes: primeiro, destacando e extraíndo do diálogo as citações que, direta e indiretamente, estão envolvidas na questão e, depois, oferecendo a interpretação que o modelo dimensional enseja.

a) O que o *Filebo* informa

Previamente, Sócrates considera estranha a afirmação “o uno é múltiplo e o múltiplo é uno” (*Phlb.* 14d). Logo a seguir, acrescentando infinidade ao múltiplo, considera prodigioso que “o uno seja múltiplo e infinito, e que os múltiplos sejam apenas unos” (*Phlb.* 14e). Em síntese, Platão propõe a Protarco o estudo e a superação de um paradoxo: como pode o múltiplo ser uno e o uno ser múltiplo, se uno e múltiplo são contrários.

A análise desenvolvida, a seguir, por Platão contempla a questão em dois sentidos. Primeiramente, quanto à realidade a qual esse paradoxo aplica-se, distinguindo sua presença no que vem a ser, mas nunca é, do caso de sua presença naquilo que é e nunca muda (*Phlb.* 15a). Em segundo lugar, examina as diferenças que permeiam uno e múltiplo, postulando a necessidade do conhecimento dos intermediários, para se lograr o domínio pleno do que estiver em questão (*Phlb.* 16e).

Com respeito ao conhecimento desses intermediários, Platão começa criticando a sua desconsideração, por entender que isso reduz a Dialética a mero exercício erístico – que se exaure na discussão:

Entretanto, os seres humanos sábios da atualidade constituem o uno e o múltiplo com excessiva rapidez ou excessiva lentidão, a esmo, indo imediatamente do uno ao

ilimitado; omitem tudo que lhes é intermediário, sendo isso o que [...] distingue a discussão realizada dialeticamente da realizada eristicamente⁵⁰. (*Phlb.* 17a).

Na sequência, justifica essa necessidade com os exemplos do gramático e do músico. Não basta ao gramático reconhecer cada som unitário da voz e saber que são infinitos e que alguns correspondem a letras do alfabeto. É indispensável que conheça todas as letras, distinga a natureza de cada uma – consoantes, vogais, mudas etc. –, conheça também as regras de articulação e de combinação das letras na construção de palavras e as regras de articulação dessas palavras entre si na construção de sentenças e, assim, até a construção dos discursos que, enfim, são infinitos (*Phlb.* 17b, 18b-d). Portanto, ninguém pode ser gramático conhecendo apenas o uno e o infinito da linguagem.

A mesma configuração repete-se no contexto do músico em que cada som é unitário e único e as melodias possíveis são infinitas, mas que também envolvem como intermediários sons graves, sons agudos, tons e semitons, notas musicais, escalas de notas, relações sonoras métricas etc., sem cujo domínio e consideração, o músico não se realiza como tal (*Phlb.* 17c-e). Também, aqui, claramente não basta conhecer o uno e o infinito da música.

Quanto à realidade na qual o paradoxo incide, sua aplicação ao que está sujeito ao devir sem nunca realmente ser – exemplificado por Protarco que se reconhece homem único, mas também composto de partes –, Sócrates começa desprezando a sua consideração, por tratar-se de questões *pueris e levianas, além de constituírem sérios obstáculos à argumentação* (*Phlb.* 14e). Apesar de considerar desnecessária a consideração desses casos, Sócrates oferece solução para tais questões no plano subjetivo, afirmando que o idêntico revela-se uno e múltiplo nos discursos, em razão de condições que são estruturais ao entendimento humano.

É através do discurso racional que o idêntico circula, tornando-se uno e múltiplo de todos os modos, em tudo que é dito sempre, tanto no presente quanto no passado. Não é uma novidade e jamais cessará; trata-se, a meu ver, de uma condição interior que experimentamos que é imortal e insuscetível de envelhecimento, e que pertence ao discurso racional enquanto tal. (*Phlb.* 15e).

Observando atentamente essa oferta de solução no plano subjetivo, verificamos que Sócrates não defende que apenas exista solução no plano subjetivo e chega mesmo a depreciar, em parte, a solução, criticando os jovens que se entusiasmam com a descoberta, ao ponto de ser cobrado por Protarco para que preserve a gentileza para com os jovens, posto que a maioria dos presentes o são (*Phlb.* 15b). Essa solução subjetiva precisa ser relativizada, tendo em vista que Platão comunga da sentença de Parmênides que equipara ser e pensar, e isso exige uma solução objetiva. Também, em Szlezák, encontramos sinais dessa sobrevalorização da solução subjetiva, quando ele analisa a mesma questão no diálogo de Sócrates com Zenão, na *República*:

Sua nova concepção capacita Sócrates de imediato a fazer uma crítica perspicaz da demonstração de Zenão. Pode ser facilmente solucionada a contradição que esse encontra na afirmação de que “pedras, paus e similares”, ou também o próprio Sócrates (R. 129 d3, e4), são tanto um só quanto múltiplas coisas. Se um objeto

⁵⁰ A discussão erística, ao contrário da dialética, esgota-se no próprio calor da discussão sem compromisso com a verdade.

isolado é um ou muitos constitui apenas uma questão de enfoque sob o qual o contemplamos, e ambas as afirmações podem existir muito bem simultaneamente (c5-d2). (SZLEZÁK, 2011a, p. 85).

Não entendemos que seja apenas uma questão de enfoque⁵¹, mas, antes de oferecer a nossa leitura, vejamos como Platão contempla o segundo caso de aplicação voltado às coisas que são e que não mudam. Sócrates encaminha a questão afirmando que não há problema quando as unidades são das coisas que vem a ser e que cessam de ser, o problema surge “quando se afirma que o ser humano é uno, ou que o boi é uno, ou que o belo é uno, ou que o bom é uno, [pois] o forte interesse por essas unidades e outras similares converte-se em divergências e controvérsia” (*Phlb.* 15a). Exemplarmente, ao firmar que o ser humano é uno, Sócrates invoca a unidade da espécie humana que, na Teoria das Ideias de Platão, compreende forma ou ideia que não perece quando um dado ente humano cessa de existir.

A seguir, na intenção de qualificar essas divergências, especifica três tipos de questões básicas que são suscitadas:

- a) Se devemos crer na real existência dessas unidades;
- b) Como essas unidades, cada uma delas una, sempre idêntica, e não admitindo nem geração nem corrupção, podem – a despeito disso – ser permanentemente essa unidade singular;
- c) Como – em meio ao número infinito de coisas que vem a ser essa unidade, [...] sendo idêntica e uma –, [ela] é para ser simultaneamente una e múltipla (*Phlb.* 15b).

O enfrentamento dessa questão não pode ser feito com as armas habituais da razão e leva Platão a recorrer ao conhecimento que ele possui de mais precioso. Nas palavras de Sócrates: “[...] certamente não há melhor caminho, nem jamais poderá haver, do que aquele que sempre amei, ainda que haja com frequência me abandonado, deixando-me só e desamparado” (*Phlb.* 16b). A importância que Platão confere a esse caminho – que não é difícil descrever, mas, difícilíssimo seguir – (16c) leva-o a valer-se de uma inspirada metáfora, cheia de poesia, com a qual tenta traduzir o que lhe vai pela alma. A explanação de Sócrates é um pouco longa, mas vale a pena não mutilá-la:

Parece-me que uma dádiva dos deuses aos seres humanos foi arremessada a partir de alguma fonte divina por algum Prometeu juntamente com um fogo sumamente brilhante; e os antigos, os quais eram melhores do que nós e viviam mais próximos dos deuses, transmitiram **a tradição segundo a qual todas as coisas que se diz que existem originam-se do uno e do múltiplo e encerram o limite e o ilimitado.** Sendo esta a maneira em que as coisas estão organizadas, temos que assumir sempre que **há em cada caso, uma forma para todas elas** e que nos cabe buscá-la, mesmo porque descobriremos que se encontra aí; e uma vez que a tivermos apreendido, **é necessário que busquemos em seguida duas se houver duas e, se não houver, três ou algum outro número; e nos caberá tratar cada uma dessas demais unidades do mesmo modo, até que fique não só estabelecido que a unidade original é una, múltipla e ilimitada, como também de quantos tipos é.** Com efeito, não devemos conferir a forma do ilimitado à pluralidade antes de conhecermos o exato número de toda pluralidade situada entre o ilimitado e o uno; só então, e não antes, é permitido liberar cada tipo de unidade no seio do ilimitado, deixando de barrá-la. (*Phlb.* 16d-e, grifo nosso).

⁵¹ Szlezák (2011a, p. 192), em outra parte, também entende que este seja o uso erístico dos logoi (*Phlb.* 17 a4).

Nos três trechos negritados, destacamos os aspectos que serão contemplados quando da oportunidade de oferecer a nossa interpretação desse caminho. Depois desse texto, Sócrates apresenta os exemplos do gramático e do músico, para esclarecer a necessidade do conhecimento dos intermediários. *Filebo* é um diálogo dedicado ao prazer que se desenvolve, tentando estabelecer se é o prazer ou é o conhecer que mais convém ao homem. Nesse contexto, a questão do uno e do múltiplo pode parecer secundária e justificar-se apenas porque ambos, prazer e conhecer, são unos e múltiplos. Detecta-se, aqui, nitidamente, o jogo de dissimulação habitual a Platão, pois as duas citações anteriores indicam que a questão do uno e do múltiplo exige o conhecimento mais elevado de que Platão dispõe. Uno e múltiplo integram “o saber acerca dos seres, que é sério para homens sérios” (IRWIN, 2008, p. 95 344b5), sobre o qual encontramos apenas menções veladas nos diálogos e sobre o qual, tampouco, no *Filebo*, podemos esperar menções claras. Uno e múltiplo integram o caminho mais longo, o único possível no qual Platão confessa, por vezes, sentir-se desamparado e só, em eloquente testemunho da solidão do filósofo em certas instâncias – superiores – do saber.

Quando se examina o restante do diálogo de forma panorâmica, tentando apanhar o arco conceitual geral traçado com as discussões pontuais, constata-se que ele continua fiel à linha expressa de buscar o valor relativo de prazer e saber, meta que, no final do diálogo, resulta plenamente atingida. Com vistas ao nosso objetivo neste estudo, porém, cumpre destacar outros resultados criteriosamente cultivados cuja importância conceitual na proposta filosófica de Platão, no nosso entender, supera, em muito, a valoração correta do prazer.

Em 20c, Sócrates invoca uma lembrança difusa de uma discussão pregressa segundo a qual o bem constituiria uma terceira coisa distinta e superior ao prazer e ao saber. No percurso 20c-22c, o bem acaba firmemente estabelecido na condição de instância superior aos dois e de índice valorativo de ambos, superando a pretensão inicial de supremacia deles e ensejando uma questão subsequente sobre qual dos dois ocuparia o segundo lugar em termos de importância. Essa discussão faz-se criteriosa e rica em resultados conceituais, estendendo-se por setenta e sete páginas, não em linha reta, em busca do resultado, mas andando em zigue-zague, por questões adjacentes, de tal sorte que, vez por outra torna-se necessário retomar o rumo (como em 18a, 27c e 61a). Com isso, o estudo e a consideração do bem iniciam-se, em 20d, com a percepção da suficiência do bem – razão pela qual ele supera tanto o prazer como o conhecer que não são suficientes –, mas apenas, em 61a, vai assumir o papel de questão que precisa ser elucidada. Nas palavras de Sócrates: “O que nos remete à tarefa de obter um nítido conceito do bem, ou, ao menos, um delineamento dele, para nos capacitarmos a determinar, como o dissemos antes, ao que deve ser destinado o segundo lugar” (*Phlb.* 61a).

Mesmo assim, somente em 65 a apreensão do bem torna-se conceitualmente amparada e efetivamente realiza-se:

Ora, se não pudermos apreender o bem recorrendo a uma única ideia, que o apreendamos com auxílio de três: a do belo, a da proporção e a da verdade, e digamos que essas, tratadas como unidade, podem, mais propriamente do que quaisquer outros elementos da mistura, ser tidas como causa, pois seu bem é o que torna a própria mistura uma boa mistura. (*Phlb.* 65a).

O conceito platônico de beleza já tinha sido estabelecido, em 51c, em que Sócrates esclarece que não se trata do sentido ordinário de esculturas ou pinturas agradáveis à vista, mas refere-se “à linha reta, ao círculo, à superfície e às figuras sólidas formadas com

base neles mediante compassos, réguas e réguas angulares” (*Phlb.* 51c), que constituem belezas naturais, perpétuas e absolutas. Da mesma forma, a verdade vincula-se à pureza e ao que é e não muda, e a proporção, à justa medida. Com isso, o bem é elevado de mero índice valorativo do prazer e do saber para Bem supremo (65b) e índice de tudo o que existe, permitindo a Platão encerrar o diálogo, apresentando hierarquia geral de conceitos na qual o prazer apenas vai aparecer em quinto lugar. Essa hierarquia, especificada no percurso 66a-c, pode ser, assim, resumida:

- Em primeiro lugar a natureza eterna escolheu a medida, a moderação, o apropriado;
- Em segundo lugar, o proporcional, o belo, o perfeito, o suficiente;
- Em terceiro lugar, o entendimento e o saber – a inteligência;
- Em quarto lugar, as propriedades da alma, ou seja, ciências, artes e opiniões corretas;
- Em quinto lugar, os prazeres puros da alma, vinculados às ciências e às percepções.

Como se observa, os prazeres pertencentes ao vir a ser, inicialmente defendidos por *Filebo* contra o saber de Sócrates, sequer aparecem nessa hierarquia geral da existência, encimada pelo bem, fato que nos leva a pensar se o prazer não teria representado apenas a motivação aparente e ilusionista usada para oportunizar considerações sobre o que Platão havia decidido não escrever, em movimento similar àquele da digressão incluída na *Carta VII*.

No mesmo sentido das coisas superiores e sérias, situa-se a incursão que o diálogo realiza quando os interlocutores concordam que todas as coisas que existem no universo contemplam duas classes.

Sócrates: Concordamos que o deus revelou uma divisão das coisas que são em ilimitado e limitado?

Protarco: Certamente. (*Phlb.* 23c).

Essa invocação do *ilimitado* e do limite justifica-se, em 23b3, como condição necessária para determinar a quem pertence o segundo lugar abaixo do bem e, declaradamente, envolve mudar de expediente argumentativo, pois a questão exige um *engenho* diferente daquele, até então, usado. A pronta concordância de Protarco indica a existência de um acordo prévio, realizado em outra ocasião sobre os dois conceitos que, como se sabe, possuem sentido axiomático e origem pitagórica. Platão vai qualificar o *ilimitado* e o limite como sendo as duas primeiras classes em que se pode dividir tudo o que existe, para, logo a seguir, afirmar que de sua mistura resultam uma terceira e também uma quarta classe representadas pela causa da mistura (*Phlb.* 23d). Ora, classe constitui uma categoria conceitual, e o resultado de uma mistura e sua causa pertencem ao plano objetivo, configurando também, aqui – tal como já constatamos ocorrer na digressão da *Carta VII* –, a mistura de objetivo e subjetivo que tanto pode justificar-se pela irrelevância dessa distinção na cultura da época como por um intencional movimento de velar certas coisas, colocando-as fora do alcance de não iniciados.

De qualquer modo, a abordagem que se segue é francamente objetiva, e a discussão encaminha-se no sentido da fundamentação de um universo em que predomina a ordem. De início, Sócrates constata o caráter contínuo do *ilimitado* e o caráter discreto do *limitante* (*Phlb.* 24c-d), vincula prazer ao *ilimitado* e demonstra que, para evitar o excesso dos prazeres, a natureza “instaurou a lei e a ordem que impõem limites” (*Phlb.* 26c). É a

interferência do limite que gera “moderação e harmonia” (26a), e é da mistura “que surgem as estações e toda a gama de belas coisas” (26b). Além disso, identifica a quarta classe – a causa – com aquilo que cria (26e) e, assim, assimila o saber a essa classe (30e), na forma de alma:

[...], pois decerto não cremos, Protarco, que daquelas quatro classes – o limitado, o ilimitado, a mescla desses dois e a sua causa, existente em todas as coisas – esta última, que confere alma aos corpos, [...], que é, nas situações em geral, ordenadora e curadora, denominada soma de toda a sabedoria, deixe de ser a causa de idênticas coisas, em larga escala na totalidade do céu – universo – (coisas, ademais, nobres e puras) envolvendo aquela natureza que é a mais admirável e valiosa de todas. (*Phlb.30b*).

Essa extensão dos conceitos à totalidade do universo e à plena assunção do seu caráter normativo, Platão o faz expressamente nas palavras de Sócrates:

[...] nos caberia adotar a outra explicação e declarar, como amiúde declaramos, que no universo há ilimitado abundante e limitado suficiente e além disso, acima deles, uma causa de modo algum deficiente, a qual ordena e organiza anos, estações e meses, e que tem todo o direito de ser chamada de sabedoria e entendimento – inteligência. (*Phlb. 30c*).

Com esses destaques, entendemos ter reunido evidências suficientes do diálogo, sobre a estrutura gerativa implícita no suposto paradoxo do uno e do múltiplo introduzido em 14c e que, apenas na citação acima, assume francamente o caráter de estrutura gerativo-normativa universal. O diálogo é conclusivo em situar o saber na terceira posição da estrutura – na forma de inteligência e de alma, junto à causa que cria – e também no descarte do prazer, ainda que preserve uma parte seleta dele na quinta posição. Também é conclusivo em colocar o bem em posição superior – por ser suficiente – e, com isso, confere idêntica nobreza ao belo e à medida certa. Sobre o paradoxo, entretanto, apenas oferece a solução erística e não acompanha o deslocamento da argumentação no sentido objetivo indispensável para situar corretamente o saber. Talvez, em razão dessa lacuna, no final do diálogo, quando Sócrates pergunta se agora poderia ir embora, Protarco retruca: “Alguma coisa ainda restou, Sócrates. Certamente não desistirás antes que nós desistamos, e eu te lembrarei do que resta” (67b11-14). O diálogo finda assim, sem que mais nada seja acrescentado.

b) Interpretação facultada pelo modelo dimensional do Logos Normativo

Contemplar o paradoxo do uno múltiplo proposto por Platão, a partir do referencial que foi construído na primeira parte deste trabalho, oportuniza não apenas testar o poder heurístico do modelo dimensional e exercitar a sua aplicação, mas também desenvolver compreensão e avaliar em que medida esse modelo aproxima-se do paradigma que presidia o pensamento de Platão ao redigir os seus diálogos e ao esgrimir a sua Dialética.

Para que se possa tirar o melhor proveito possível da oportunidade de apreensão que esta análise do discurso platônico sob as lentes de um olhar moderno potencializa, convém ter em mente uma diferença não explícita, presente indelével no plano das intenções. Ao escrever o diálogo, Platão, naturalmente, pretendia comunicar-se da mesma forma que nós o fazemos ao proceder esta análise baseada no modelo dimensional. Apesar dessa coincidência de intenções básicas, Platão enfrenta dificuldades na construção do seu discurso, decorrentes de restrições comunicativas que ele se autoimpõe por acreditar que certos saberes

não deveriam ser livremente veiculados. Não há nessas restrições qualquer razão egoísta, ao contrário, Platão gostaria de comunicar a todos o seu saber mais precioso. Entendia, porém, ser impossível fazer isso por intermédio da escrita, sendo apenas realizável por meio da oralidade e, ainda assim, com muitas restrições adicionais, dentre as quais desponta uma alma interlocutora sensível ao bem e à justiça, devidamente apta para entender. No entanto, Platão também compreendia que, para uma alma preparada, bastariam algumas poucas indicações para que o caminho fosse localizado e a compreensão fosse atingida (IRWIN, 2008, p. 89 341d5), de modo que convém, ao entendimento adequado do literalmente registrado no *Filebo*, ter em mente que certas expressões estão cifradas, de tal sorte que apenas almas devidamente preparadas ou pesquisadores iniciados⁵² lograssem atingir o entendimento. Nós, ao contrário, ao escrever, soltamo-nos completamente na comunicação, por acreditar tal como ele que a compreensão somente realiza-se em almas preparadas e aptas, mas que o fato de estar ou não escrito não altera isso. Esse conhecimento das coisas mais elevadas configura-se absolutamente inútil para uma alma rudimentar e, por mais despreparada que uma alma inicialmente seja, ao ler e realmente compreender, ter-se-á, necessariamente, elevado e tornado-se apta.

Posto isso, começemos indicando com precisão o referencial de que nos valeremos na análise, e isso significa resgatar o modelo dimensional, destacando os aspectos que serão referidos. A figura, a seguir, resulta dessas intenções.

<i>Ilimitado</i>	<i>Limitante</i>				
Uno/Bem	1	2	3	4	10
Adimensional	1ª Dimensão	2ª Dimensão	3ª Dimensão	4ª Dimensão	Totalidade
Lógica Transcendental	Lógica da Diferença	Lógica Clássica	Lógica Dialética	Lógica Holística	
O Princípio Necessário	O Ser Determinado	A Inteligência Organizativa Potencial	A Matéria Organizada	O Tempo Existencial	O Ente Determinado
S0	S1	S2	S3	S4	S5

Figura 9: As referências pitagórico-platônicas e o modelo dimensional.

Como se vê, a figura comporta duas partes verticalmente sintonizadas. Na primeira parte, encimada pelos princípios primeiros de Pitágoras, destaca-se a *década sagrada*, que constitui a melhor expressão quantitativa disponível da inteligência criativa geradora da existência em ato. Os princípios fornecem a base referencial comum que permite estabelecer correspondência precisa entre o discurso de Platão, no *Filebo*, e o modelo dimensional que usaremos na interpretação. A expressão quantitativa da década, por seu turno, fornece o contraponto, justamente adequado, para considerar o paradoxo do uno múltiplo, dado que ele propõe e expressa um problema quantitativo. Na segunda parte,

⁵² Iniciado aqui quer indicar aquele que detém a chave interpretativa de um dado tema, assunto ou registro.

posiciona-se, na primeira linha, o modelo dimensional, acrescentando-se, logo abaixo, os três aspectos – normativo, objetivo e gnosiológico –, indispensáveis para separar a mistura que Platão, intencionalmente ou não, realiza no texto. No sentido geral da figura, cabe ainda destacar o alicerce geométrico comum que, bem ao estilo pitagórico, incorpora a posição relativa das coisas e permite localizar com precisão os conceitos. Busca-se, assim, a maior clareza possível.

Como foi destacado do texto, Platão coloca o paradoxo, distingue sua presença nas coisas mutantes do vir a ser e nas coisas que são e não mudam nunca, considera o primeiro caso irrelevante e trivial e o segundo caso realmente importante. Apesar disso, apenas oferece solução para o primeiro caso e, ainda assim, uma solução meramente gnosiológica. Quanto ao segundo caso, que é realmente importante, encaminha bem a consideração do problema, formulando três questões que costumam ser invocadas (*Phlb.* 15b) quando entram em pauta essas ideias ou formas imutáveis – que exemplificamos com a ideia ou forma privativa correspondente à espécie humana. As três perguntas – se devemos crer na existência dessas unidades, como elas podem persistir em sua singularidade e como deve ser a sua natureza para que seja simultaneamente una e múltipla – constituem questões relativas ao mundo objetivo e que, portanto, requerem respostas objetivas. Pergunta-se sobre a existência e a natureza objetiva de tais unidades, logo, exigem-se respostas correspondentes.

Platão afirma que, para enfrentar competentemente essas questões, torna-se indispensável mudar de perspectiva e seguir o caminho mais longo – preferido por ele – que constitui legado dos deuses, transmitido à tradição “pelos antigos que viviam mais próximo dos deuses” (*Phlb.* 16-d). Esse legado que, possivelmente, chega-lhe por vias pitagóricas, estabelece essencialmente que “todas as coisas que se diz que existem originam-se do uno e do múltiplo e encerram o limite e o ilimitado”. Sentença que, inequivocamente, refere-se à criação do mundo objetivo, dentro do qual o homem, a sua mente e toda a eventual produção subjetiva derivada constituem detalhes constitutivos inescapáveis.

Essa orientação, no sentido objetivo do mundo, também aparece em 23c, quando Platão invoca o *ilimitado* e o limite, na condição de classes básicas nas quais se podem dividir todas as coisas. Designar ilimitado e limite como classes – categoria subjetiva – constitui evidente simulação, dado que o passo seguinte identifica um produto dessa mistura e, ainda, como quarto elemento, uma causa dessa mistura, configurando, ambos, ocorrências objetivas⁵³. Se não houvesse simulação, Platão designaria *ilimitado* e *limitante* como princípios objetivos, dos quais derivaria um ser, fruto de ambos, em presença de uma causa eficiente. A sequência imediata do diálogo, estendendo a aplicação dos dois princípios – da mistura e da inteligência – à fundamentação e à constituição de um universo organizado (*Phlb.* 30b), supera qualquer dúvida que possa restar sobre o caráter gerativo e normativo da concepção que também está expressa de forma clara e direta na sentença atribuída à tradição. Essencialmente, essa sentença declara que tudo o que se diz existir origina-se do uno e do múltiplo, contendo ilimitado e limite.

Para entendermos o que significam tais elementos – o uno, o múltiplo, o ilimitado e o limite –, como componentes do mundo objetivo, precisamos colocar diante dos olhos a estrutura conceitual descrita na Figura 9 e empreender análise que desvende o processo

⁵³ Podemos juntar, reunir, justapor, contrapor, combinar, relacionar etc. ideias, mas não misturá-las.

criativo objetivo segundo o qual a existência estabelece-se em ato, o que constitui justamente o propósito descritivo do modelo dimensional. Vamos a isso.

O modelo dimensional que nos serve de referência contempla o *ilimitado* e o *limitante*, francamente na condição de princípios primeiros capazes de derivar um universo organizado que teve um começo. Nesse modelo, o *ilimitado* representa a fonte necessária, e o *limitante* representa a norma reguladora que determina uma forma existencial única, para tudo o que foi ou venha a ser criado, e, dessa maneira, garante unidade, integração e harmonia ao todo. Desse modo, o universo criado e todos os fenômenos que o integram constituem produtos delimitados e condicionados pelos limites impostos pelo *limitante* e situam-se no âmbito existencial compreendido por ele. Isso significa que o *ilimitado* encontra-se fora do âmbito existencial abrangido pelo *limitante* que, dessa forma, revela seu caráter absoluto e, conseqüentemente, por simetria, também o caráter relativo do âmbito limitado.

O caráter absoluto do *ilimitado* ensejou a sua recepção no modelo dimensional, em uma instância própria e privativa, de amplitude adimensional, a qual se revelou compatível com a natureza absoluta que, como tal, transcende tanto o âmbito relativo em que existimos como a nossa própria capacidade predicativa. Isso significa que entre a existência absoluta e a existência relativa permeia uma diferença transcendental. Como consequência, o ser determinado que possui origem no *ilimitado* – no princípio necessário – somente pode derivar dele por emanção e em ato de transcendência. Por emanção, porque o *ilimitado* não admite movimento e, portanto, não admite uma ação – ainda que seja criativa – e mesmo porque um âmbito adimensional não comporta movimento. Com isso, o ser que transcende configura-se imbuído de movimento típico designado movimento transcendental e resulta dotado de amplitude unidimensional e, quantitativamente, de valor unitário, exatamente como preconizado pelo modelo da *década sagrada*.

Ocorre, porém, que tanto a *década* como o modelo dimensional asseguram que não existe, no mundo relativo, um ente ou um fenômeno independente, de simplicidade unidimensional, mas apenas entes ou fenômenos complexos, enfeixados em totalidades. Isso significa que o ser determinado, manifesto por transcendência com amplitude unitária na primeira dimensão da existência relativa, precisa cumprir um processo de complexificação que demanda, para a sua realização plena, uma amplitude dimensional apenas disponibilizada com o desdobramento reiterado de quatro dimensões e, além disso, precisa transpor a quarta dimensão e atingir a instância de totalidade, onde alcança a compleição exigida pelo *limitante*, para conceder assento, mais ou menos estável, na existência relativa, a qualquer ente ou fenômeno emergente. Isso significa, segundo o modelo dimensional, que o mundo relativo apenas comporta presenças – entes e fenômenos – moldadas em totalidades e que o ser determinado apenas consegue estabelecer-se no mundo, na condição de ente determinado em ato, isto é, como totalidade. Isso também significa que o percurso que se inicia na primeira dimensão e culmina na totalidade constitui o percurso ontológico segundo o qual a realidade estabelece-se em ato e segundo o qual essa realidade sustenta-se em ato, enquanto cumpre seu ciclo existencial. Portanto, ainda que esse percurso tenha caráter ontológico e apenas contemple compleição material na terceira dimensão, fica evidente que as cinco instâncias complementam-se e são indispensáveis na edificação do ente. Com isso, o percurso ontológico e suas cinco instâncias revelam a compleição total do ente, compleição na qual se destacam uma instância física – visível – e quatro instâncias metafísicas – apenas inteligíveis.

O plano objetivo do modelo dimensional especifica os conteúdos objetivos que vão estabelecendo-se em cada etapa do percurso ontológico e somando-se até constituir integralmente o ente em ato. O plano normativo define as leis – lógicas – que vigoram e regulam cada instância, e o plano subjetivo identifica os cinco padrões de inferências – pensamentos – correspondentes, com os quais se logra acesso consciente e metódico aos conteúdos de cada instância. O modelo dimensional, por sua vez, define a amplitude lógica de cada instância e, assim, no conjunto da figura, resulta mapeado e organizado todo o âmbito da existência relativa, possibilitando acesso ordenado e controlado ao existente.

Dessa forma, pensamos estar habilitados a contemplar diretamente a questão proposta por Platão, com o paradoxo do uno múltiplo. Na segunda linha da Figura 9, os números da *década sagrada* indicam quantitativamente as mesmas instâncias reveladas pelo modelo dimensional. Os quatro primeiros números – a *tétrada* – compreendem a instância ontológica do percurso – que Filón de Alexandria entendia como existência em potência –, e a soma deles – o dez ou a *década* –, correspondendo à instância de totalidade do modelo dimensional, indica a instância efetivamente realizada em ato, conforme também percebido por Filón. Contemplando horizontalmente a segunda linha da figura, verificamos que a unidade, em termos específicos, faz-se presente em três lugares. Primeiramente, à esquerda, aparece como Uno, que Platão em algum lugar dos diálogos destaca que não constitui um número, porque antecede todos os números. Depois, ele aparece como número um na posição que corresponde ao ser determinado, que, além de já ser número, é também indivisível. Finalmente, ele aparece como dez que corresponde à totalidade do ente. Esta também é uma e uma, embora composta de partes. O percurso, como um todo, indica a sequência de complexificação segundo a qual o ser institui a existência em ato. Tal percurso contempla dois saltos transcendentais, duas transcendências.

A primeira transcendência permeia Uno e ser e explica o advento do ser a partir de uma fonte absoluta. Essa transcendência também explica por que o ser preserva, por herança constitutiva, o caráter unitário e indivisível da fonte, embora já constitua uma unidade que admite ser indicada pelo número um, posto ser determinada – ao contrário do Uno que se revela indeterminado. No verso, fica também explicado por que Platão e Plotino entendem que o Uno não é ser. A segunda transcendência permeia *tétrada* e *década*. A totalidade, como evidenciado tanto pelo modelo da *década* como pelo modelo dimensional, não se situa no horizonte dimensional, este contempla, na sequência da quarta, uma quinta dimensão e não a totalidade. Para que, depois da quarta dimensão, seja situada a instância de totalidade, impõe-se necessário novo salto transcendental, exatamente nos moldes daquele que permeou Uno e ser. Esse novo salto restabelece a unidade do ser que foi perdida no processo de complexificação. Agora, o caráter unitário ressurgiu presente no ser de um ente, plena e completamente estabelecido no mundo relativo.

A demonstração da presença dessas transcendências na constituição do mundo objetivo realiza-se, cientificamente, com a formação, por exemplo, de uma molécula de água que, como se sabe, resulta da reunião de dois átomos de hidrogênio e um átomo de oxigênio. A molécula de água institui uma instância da realidade que, nitidamente, transcende a instância dos átomos, na mesma medida em que a molécula de água transcende a mera soma dos átomos. As conhecidas propriedades de uns e de outros não deixam dúvidas de que não se trata de mera soma, já que as propriedades da água são exponencialmente superiores àquelas

presentes nos átomos. Com isso, também explica-se por que o modelo dimensional, na condição de modelo único, consegue explicar a edificação da complexidade, camada por camada, desde energias quânticas até a totalidade universal, passando por energias quânticas, partículas atômicas, átomos, moléculas, células desprovidas de vida, organismos unicelulares, organismos multicelulares, sistemas planetários, galáxias. Retirem-se essas duas transcendências deste e de qualquer modelo gerativo e o processo universal de complexificação não pode mais ser explicado a partir de um modelo único. Sem esse modelo único, não há cosmos possível.

Com isso, colocar lado a lado a unidade do ser e a unidade de um ente que pertence a uma instância transcendental distinta configura-se em erro lógico e ontológico, não resultando pertinente arguir a presença de um paradoxo. Uno e múltiplo não configuram um paradoxo, o que induz a isso é apenas insuficiência de referencial. O mesmo esquema aplica-se à explicação subjetiva: todo homem possui um ser uno e indivisível que o constitui em ente. Não se diz, porém, que se trata de um ente humano, mas, sim, que se trata de um ser humano, o que, de fato, é apropriado, uma vez que nos referimos a um ser intelecto, uno e indivisível indubitavelmente presente e enfeixado em uma totalidade em ato⁵⁴. A palavra ser indica, portanto, algo unidimensional e uno, enquanto a palavra humano, nesse caso, qualifica uma totalidade que é múltipla, ao mesmo tempo em que constituída em unidade.

Com isso, fica resolvida a terceira das questões colocadas por Sócrates, em 15b, que argui sobre como – em meio ao número infinito de coisas que vem a ser – essa unidade – o ser – pode ser simultaneamente una e múltipla. A expressão *ser humano* é inequívoca no sentido simultaneamente unitário e múltiplo. Também fica respondida, ao menos em parte, a segunda questão que quer saber como essa unidade – sempre una, sempre idêntica e não admitindo nem geração nem corrupção – pode permanecer sendo sempre essa unidade singular. O modelo mostra que essa unidade – o ser –, em seu movimento existencial, é quem edifica toda a complexidade e que, apesar de realizar-se na multiplicidade, não deixa de ser em si. Novamente, a expressão ser humano não deixa dúvidas. Tangencia-se, aqui, o problema da participação que será tratada detidamente no próximo estudo de caso.

Quanto à primeira pergunta que pretende saber se devemos crer na real existência dessas unidades, a resposta resulta mais complicada. Por “essas unidades”, provavelmente, Platão está-se referindo tanto à unidade do ser quanto à unidade da totalidade, não nos casos singulares manifestos no mundo como entes ou fenômenos, mas nos casos meramente ideais, tais como a forma da espécie humana ou do belo ou do bem. O modelo dimensional, na segunda dimensão, exige a presença de uma inteligência organizativa potencial munida de um ser intelecto determinado, energizado com um ímpeto de ser. A esse conjunto designamos, acompanhando Platão, alma. No caso humano, percebe-se que é essa alma que contém a inteligência que edifica, confere vida, realiza e sustenta o ser humano no mundo. Ao conter a inteligência necessária para conduzir um empreendimento que se realiza no tempo, a alma configura uma memória que vai sendo utilizada pelo ser durante o processo, segundo o requerido em cada ocasião. Esse processo parte de extrema simplicidade e culmina, no caso humano, em complexidade nada trivial. No caso geral, não deve ser diferente, dado que, sem

⁵⁴ Curioso que a linguagem comum, ao adotar a expressão *ser humano*, já privilegia a essência em lugar da aparência que, no mundo visível, está assimilada ao ente. Parece indício de que a materialização da cultura, apesar da sua extensão, não conseguiu reduzir o humano à aparência, como o fez com as demais existências.

memória, a complexidade não se daria de modo algum, principalmente em contexto no qual a complexidade realiza-se cumulativamente, etapa por etapa. Com isso, entende-se por que Platão requeria uma alma universal e um demiurgo construtor, o universo, o que, por mais incrível que possa parecer para uma cabeça cartesiana, representa, virtualmente, a única maneira de fechar coerentemente o modelo⁵⁵. Essa solução parece bem menos fantástica para quem habituou-se à presença de instâncias metafísicas no mundo. Não se sabe que tipo de registro poderia preservar uma memória cósmica, nem mesmo temos convicção de que a palavra memória seja, nesse caso, a mais adequada. Isso pode parecer assustador ao cientista moderno, mas sabemos, por acaso, que tipo de registro preserva a nossa memória pessoal e individual? De fato, esse desconhecimento a respeito da memória individual não nos impede de considerar a existência dela. De outra forma, a sua consideração revela-se indispensável para fechar o entendimento que temos da condição humana e, em particular, do processo de educação e de aprendizagem. Como seria possível aprender na ausência de memória? Da mesma forma, afigura-se a necessidade de uma memória cósmica para justificar um universo que tenha-se formado e detém, hoje, complexidade que não estava presente no começo.

Uma vez admitida uma memória universal, fica facultado um novo entendimento para a persistência das ideias-forma que, para Platão, tanto moldam as ocorrências singulares como também subsistem à decomposição de uma ocorrência singular. Em algum momento da história cósmica, o universo descobriu, em alguma galáxia qualquer, como gerar uma molécula de água e, a partir de então, sempre que condições circunstanciais favoráveis efetivaram-se, a receita para repetir o feito já estava disponível. Aliás, pensar que a cada vez o demiurgo teve de redescobrir como fazer a roda não faz justiça à genialidade ostensivamente manifesta na natureza. Com isso, também compreende-se o segundo destaque que realizamos na metáfora do legado divino, contida em 16d-e, que assevera que “sempre há em cada caso, uma forma para todas elas”, referindo-se às coisas existentes e organizadas em totalidade. Da mesma forma, esclarece-se o terceiro destaque que realizamos no mesmo trecho, em que se exige a identificação de todas as unidades que integram qualquer existente, até a unidade original – o ser – que é una, mas capaz de gerar multiplicidade ilimitada, com revelação de “quantos tipos” cada unidade é constituída, o que parece referir-se aos tipos de conteúdos ontológicos distintos revelados em cada uma das instâncias dimensionais destacadas pelo modelo dimensional. Nesse ponto, persiste dúvida, na medida em que os intermediários de que Platão fala tanto podem indicar essa composição ontológica de cada unidade como indicar o conjunto de entes – unidades enfeixadas em totalidades perfeitas – que integram cada existente segundo o grau de complexidade de cada um e a posição que ocupa na senda cumulativa da complexidade crescente.

Com respeito a dúvidas subsistentes, cabe observar, ainda, que, no primeiro destaque desse mesmo trecho, Platão usa a expressão “todas as coisas que se diz que existem”, enquanto poderia ter usado a expressão “todas as coisas que existem”. Qual o propósito da inclusão da expressão “que se diz”? Embora falte-nos o domínio do grego para afastar a possibilidade de um problema de tradução, quer parecer-nos que, com essa inclusão, Platão estende o modelo gerativo também para os produtos da subjetividade humana.

⁵⁵ Tanto o modelo de Platão como os modelos modernos que contemplam um processo evolutivo.

Originam-se do uno e do múltiplo e encerram o limite e o ilimitado não apenas os entes, mas também o que se diz sobre eles, isto é, o nosso discurso sobre os entes.

Por último, cabe ainda considerar a hierarquia geral de conceitos que Platão descreve no trecho 66a-c e que resumimos no extrato. Essa hierarquia que também estende-se do primeiro ao quinto lugar não se adere de forma precisa às cinco instâncias destacadas pelo modelo dimensional, com a mesma precisão como ocorre com os cinco elementos mencionados na digressão da *Carta VII*. Ali, o nome corresponde, precisamente, ao ser; a definição assimila-se bem à inteligência organizativa potencial; o que é desenhado ou torneado corresponde, exatamente, à dimensão material; o saber ou o conhecimento adquirido no jogo dialético do devir ajusta-se bem ao pensamento S₄; e o que, realmente, é e pode ser conhecido corresponde, sem dúvidas, à forma que molda o ente determinado em ato. Esse ajuste preciso não se repete nessa hierarquia incluída no *Filebo*. Essa hierarquia coloca, em primeiro lugar, *a medida, a moderação e o apropriado*. Em segundo, *o proporcional, o belo, o perfeito e o suficiente*. Em terceiro, *o entendimento e o saber*, isto é, a inteligência. Em quarto, *as ciências, as artes e as opiniões corretas* e, em quinto, *os prazeres puros da alma*.

Na busca de explicações, verificamos que essa hierarquia não guarda precisão nem mesmo com o que o próprio Platão fala em outra parte do mesmo diálogo. Em 65a, Platão define o bem com três componentes: o belo a proporção e a verdade. Na hierarquia, porém, o belo aparece na segunda posição, junto *ao proporcional* que nos parece indicar a medida certa. Essa medida certa parece também invocada pela palavra *apropriado*, que aparece na primeira posição, onde também aparece isoladamente, *a medida*. Já *as ciências e a opinião correta*, incluídas no quarto lugar, conferem com o que Platão coloca, em quarto, na digressão da Carta e, virtualmente, pode ser assimilado ao pensamento S₄ do modelo dimensional. Os prazeres puros da alma podem ser assimilados com menos esforço ao pensar S₅ do modelo voltado para o que realmente é e não muda. Se essa hierarquia for encimada pelo bem que, por suficiente, foi posicionado como princípio de todas as coisas e a verdade sequer resulta mencionada na hierarquia, resta-nos pensar que, aqui, também tenha interferido a intenção platônica de dissimular. O modelo dimensional, diferentemente, ensejaria hierarquia separada em duas partes, nos moldes da pirâmide que enfeita o verso do dólar americano⁵⁶. O topo caberia ao “divino” que não muda nem veio a ser: o *ilimitado* e o *limitante*. Na parte inferior da pirâmide, é que se posicionaria o que veio a ser, dividido em cinco partes – que culminam na base –, indicativas de como o mundo estabelece-se na existência em ato. Essas partes guardariam uma relação hierárquica entre si e poderiam ser referidas em termos lógicos, geométricos e matemáticos e também comportar conteúdos normativos, objetivos e gnosiológicos.

Nesse caso, aceitando-se a definição de belo contida em 65a, certamente, corresponderiam ao topo os conceitos de bom, de belo e de verdade; a proporção justa; a medida certa; o perfeito; o suficiente; e a inteligência criativa. A parte inferior da pirâmide começaria com o ser e o ímpeto de ser ou o impulso para a complexidade, seria seguida do saber, da alma e da inteligência organizativa; após, viriam as ciências da natureza; depois, as opiniões, em geral, e as ciências históricas e sociais; e, finalmente, a opinião verdadeira, o entendimento, a serenidade, a moderação e os prazeres puros da alma.

⁵⁶ The great Seal.

Não apostamos muito nessa classificação de conceitos, cujo tratamento adequado mereceria mais atenção do que lhe dispensamos, tendo em vista que a questão afigura-se-nos marginal às questões metafísicas que, aqui, centralizam nossa atenção. O que se pode captar com segurança desse esforço de Platão é a indicação da presença de uma hierarquia que se manifesta no plano subjetivo da mesma maneira que se constata presente no plano objetivo e no plano normativo.

Com isso, entendemos ter cumprido o propósito desse exercício, ao ficarem demonstradas as razões objetivas que dispensam uno e múltiplo da condição paradoxal. Também pensamos ter esclarecido a importância do tema na filosofia de Platão, já que ele enseja a compreensão de que toda a existência relativa, em razão do caráter replicante da estrutura gerativa, está contida entre o uno e o múltiplo – o todo –, fato que submete todas as manifestações presentes no universo ao mesmo padrão existencial e exige a presença da transcendência como condição necessária para a edificação da complexidade objetiva.

O PROBLEMA DA PARTICIPAÇÃO NA TEORIA DAS IDEIAS DE PLATÃO

Nosso objetivo neste exercício limita-se a avaliar em que medida o modelo dimensional consegue elucidar de que modo dá-se a participação das ideias nos casos singulares, preconizada na Teoria das Ideias de Platão. Nessa teoria, Platão afirma que são as ideias ou as formas que determinam a compleição de tudo o que existe, o que implica, necessariamente, um tipo qualquer de participação das ideias nas realizações singulares. O diálogo no qual essa questão da participação é abordada de modo mais proficiente é o Parmênides, que é um diálogo aporético, tido pelos estudiosos como sendo de difícil interpretação. Tomaremos esse diálogo como base, mas também, aqui, por uma questão de economia de construção, valer-nos-emos do trabalho de J. Rodrigues (2015), que identificou e destacou os aspectos que nos parecem relevantes contemplar na preparação da questão para a sua apreciação, segundo o modelo dimensional.

Nesse trabalho, J. Rodrigues acompanha os estudos precusores no entendimento de que o diálogo destina-se a discutir, de modo analítico e aporético, a questão da participação das formas nas singularidades objetivas, mas busca especificidade ao identificar a estrutura analítica usada por Platão, para esgotar as possibilidades alternativas que envolvem a questão. Essa atenção centrada no processo geral de análise desenvolvido por Platão permitiu a J. Rodrigues perceber que o diálogo comporta duas partes distintas e complementares: a primeira, destinada a discutir as relações possíveis da forma com os particulares, e a segunda, destinada a discutir a participação do Uno no ser. Ocorre uma mudança de perspectiva quando o foco da discussão, de início centrado em *ideia e objetividade*, migra para discussão de Uno e ser, constituindo este o primeiro ponto ao qual convém dedicar atenção mais detida.

Observe-se que esse deslocamento do olhar das singularidades do mundo objetivo para o Uno e o ser implica mudança de perspectiva que passa da contemplação da realidade objetiva para a contemplação de uma realidade metafísica, posto que Uno e ser constituem ambos objetos da Metafísica. Essa mudança de perspectiva não constitui fato acidental e secundário do diálogo, ao contrário, constitui procedimento habitual de Platão, usado para elevar a discussão para patamares superiores. Trata-se, sobretudo, de exigência estrutural da sua própria concepção filosófica que distingue, no mundo, uma instância metafísica objetiva

situada para além da instância ostensivamente revelada pelos sentidos orgânicos de percepção, sem que disso resulte outro mundo ou um mundo dividido em dois. Ao contrário, ambas as instâncias participam em perfeita sintonia e integração da constituição de uma e mesma realidade. Nessa passagem, Platão, mais uma vez, desafia os seus interlocutores a superar o mundo das ilusões e a libertar suas mentes da aparência ótica do mundo e contemplar a verdadeira realidade. Refere-se e invoca, mais uma vez, a distinção de mundo visível e de mundo inteligível preconizados na sua Teoria das Ideias. É dessa mesma passagem que Platão trata, na metáfora, das duas navegações, no Fédon, passando da consideração de estímulos sensoriais para a contemplação de razões puramente lógico-ideais. O mesmo movimento de elevação do diálogo é realizado por Sócrates, no *Filebo*, ao superar a disputa de precedência entre prazer e saber: invocando o conhecimento superior legado pelos deuses, demonstra a precedência absoluta do bem sobre todas as coisas. Na *República*, essa mesma passagem aparece, no mínimo, duas vezes, ora como mundo visível e mundo inteligível, na metáfora do sol, e ora como sombra e luz, no mito da caverna. Nesse mito, Platão sintetiza a sua proposta filosófica essencial: deseja retirar os homens da caverna limitadora do alcance de suas visões e colocá-los à luz do Sol, diante de um universo sem fim de possibilidades. Almeja libertar os homens da hipnose provocada pelos estímulos que lhe chegam por meio dos sentidos, abrindo-lhes os olhos da mente, únicos capazes de vislumbrar a existência em toda a sua extensão. A filosofia de Platão constitui projeto de libertação das mentes humanas para suas melhores potencialidades, e isso exige a superação da perspectiva que reduz o mundo ao visível⁵⁷.

Com essa percepção do propósito filosófico essencial de Platão, entende-se que não se deve considerar simplesmente que a filosofia de Platão contempla instância inteligível, mas que essa instância inteligível – contemplando uma Teoria dos Princípios e uma Teoria das Ideias – funda a sua filosofia, isto é, representa a pedra fundamental sobre a qual se assenta todo o edifício filosófico de Platão. Daí, restar plenamente justificado o motivo pelo qual parte dos seus diálogos partem de considerações a respeito do mundo visível e migrarem *incontinenti* para a consideração de conteúdos privativos do inteligível: somente no plano das ideias, das formas ou da pura inteligência, as razões permanentes e últimas de todas as coisas podem ser encontradas.

Com esses preliminares, esperamos poder, agora, contemplar o segundo ponto relevante que o trabalho de J. Rodrigues destaca: a sua compreensão de que entender como se dá a participação na Teoria das Ideias de Platão exige a consideração de níveis existenciais distintos. Para tanto, não necessitamos repetir as demonstrações realizadas, posto que destacar as conclusões parece suficiente. Na primeira parte, que trata da participação das formas nos particulares, as alternativas consideradas por Platão e identificadas por J. Rodrigues são as seguintes:

- a) As formas são físicas (131a-132a);
- b) As formas são físicas e são pensamentos (132a-132b);

⁵⁷ Chega a ser surpreendente a persistência da fé humana no visível depois de a própria ciência já ter demonstrado a estreiteza perceptiva dos sentidos – particularmente da visão – e a Física ter desistido, há tanto tempo, de encontrar uma partícula indivisível. Os próprios cientistas enfrentam dificuldades enormes para admitir o conceito de transcendência e, no entanto, admitem ou, ao menos, chegaram a admitir a hipótese de universos paralelos.

- c) As formas são pensamentos (132b-132d);
- d) As formas são paradigmas (132d-133a);
- e) Nem pensamentos nem físicas (133a-135a). (RODRIGUES, J., 2015, p. 4-5).

J. Rodrigues percebe que Platão enfrenta dificuldades ao pretender que o diálogo seja, ao mesmo tempo, analítico e aporético. Nessas condições, a solução correta não poderia ser suprimida nem apresentada claramente. A solução foi disfarçar, e Platão o faz destacando que paradigmas são modelos – tais como aqueles usados pelos escultores – e que a participação dar-se-ia por semelhança. Invoca a figura de uma semelhança em si, na condição também de forma, e descarta a alternativa, uma vez que forma ao lado de forma não resiste ao argumento do terceiro homem. As alternativas são refutadas com facilidade, e o problema permanece insolúvel.

Insolúvel no plano do diálogo, mas não para J. Rodrigues que conhece solução:

O corpo é informado pela forma. A forma precede ontologicamente o sensível, e por isso possui uma existência anterior. O que faz que um corpo seja este corpo é justamente a forma que o constituiu. Sem a forma, não haveria corpo e não haveria matéria. (RODRIGUES, J., 2015, p. 4-5).

Solução que justifica interpretando que,

quando Platão utiliza o termo inteligível para se contrapor ao sensível, não está afirmando simplesmente que é inteligível o que pode ser apreendido pela razão. O que, de fato, o ateniense quer exprimir é que há um outro nível de existência (objetiva) anterior ao sensível, que corresponde à inteligência da natureza. A forma é, portanto, inteligência. (RODRIGUES, J., 2015, p. 4-5).

Platão, no diálogo, não oferece essa solução que pertence ao plano superior para o qual o diálogo é então encaminhado. Na segunda parte, o diálogo trata, objetivamente, da participação do Uno no ser, contemplando-a de modo analítico e aporético. Nesse caso, as alternativas consideradas por Platão e identificadas por J. Rodrigues são as seguintes:

I – Se o Uno é, o que dizer do Uno?

- f) O Uno não é Ser (137c-142b);
- g) O Uno é Ser (142b-143a);
- h) O Uno participa do Ser (143a-155e);
- i) Ora Uno, Ora Ser (155e-157b).

II – Se o Uno é, o que dizer do Ser?

- O Ser é participado pelo Uno (157b-159b);
- O Ser não é participado pelo Uno (159b-160b).

III – Se o Uno não é, o que dizer do Uno?

- O não-Uno é (160b-162b);
- O não-Uno é e não é (162b-163b);
- O não-Uno não é (163b-164b).

IV – Se o Uno não é, o que dizer do Ser?

- O Ser é múltiplo (164b-165e);
- O Ser não é múltiplo (165e-166c). (RODRIGUES, J., 2015, p. 4-5).

Dessa análise, em resumo, resulta que o Uno é, que o Uno não é ser, mas, participa do ser, e que o ser é participado pelo Uno, sem esclarecer de que modo dá-se essa participação. J. Rodrigues, entretanto, oferece solução ao entender que: “a metafísica platônica estabelece estas três estruturas básicas: o Uno, o Ser e o Modelo. Este modelo, que foi chamado por outros filósofos pré-socráticos de logos, também será chamado por Platão de inteligência, desta vez, divina (RODRIGUES, J., 2015, p. 4-5).

Condição essa na qual “o Modelo será o meio pelo qual o Uno participará do Ser. Este é o conceito de participação de Platão” (RODRIGUES, J., 2015, p. 4-5).

J. Rodrigues oferece essa solução por conhecer o modelo dimensional que distingue, com precisão, as três estruturas básicas que ele identifica como componentes do alicerce da Metafísica de Platão: o Uno, o ser e o Modelo⁵⁸. Justaponto o Uno de Platão bem como as referências citadas por ele na *Carta VII* – a respeito do que constitui a realidade – com o modelo dimensional, entende-se essa conclusão:

Uno/Bem	1º	2º	3º	4º	5º
Adimensional	1ª dim.	2ª dim.	3ª dim.	4ª dim.	Totalidade
O Princípio necessário O ₀	O ser determinado O ₁	A inteligência organizativa potencial O ₂	A matéria organizada O ₃	O tempo existencial O ₄	O ente determinado em ato O ₅
S ₀	S ₁	S ₂	S ₃	S ₄	S ₅

Figura 10: As referências de Platão e o modelo dimensional.

Uno ou Bem de Platão corresponde ao princípio necessário do modelo dimensional. Este demonstra que o Ser – determinado – brota do princípio necessário por transcendência, inicialmente, como adimensional em movimento (O₁) e, nessa condição, herdando toda a natureza do princípio (O₀) necessário, exceto a indeterminação. Esse Ser que transcende, entretanto, somente vai estabelecer-se plenamente na existência, na condição de ente determinado (O₅), depois de conformado pelas cinco determinações impostas pelo *limitante*, que J. Rodrigues, na trilogia metafísica básica de Platão, designa Modelo. Esse *limitante* ou esse Modelo constitui a estrutura inescapável, segundo a qual, um existente pode e adquire complexidade organizativa suficiente para ganhar assento na existência em ato. Essa estrutura é inescapável, porque contempla a articulação harmoniosa de forma, movimento e quantidade, que são os três aspectos condicionantes da existência, razão pela qual são objetos das três ciências que possuem raízes metafísicas: a Geometria, a Lógica e a Matemática. Isso significa entender que a existência relativa configura-se em forma, movimento e quantidade, de sorte não ser possível qualquer existência desprovida de forma, movimento e quantidade. Sendo essas as condições da existência, de que modo dá-se a participação do Uno no ser? Segundo indica o modelo dimensional, dá-se por transcendência, significando, de um lado,

⁵⁸ Não é difícil perceber, nessa trilogia, a mesma estrutura que alhures a religião reeditou como Pai, Filho e Espírito Santo. Mais uma indicação de que o universo contemplado é sempre o mesmo e que a eventual linguagem utilizada não serve de razão suficiente para descartar o sentido veiculado, ao menos, para quem tem ouvidos para ouvir.

que Uno e ser pertencem a níveis ontológicos distintos e, de outro, que o ser é tanto instituído como constituído pelo Uno. Trata-se, portanto, de participação maximizada por ser constituinte, e, assim, essa participação estender-se-á e estará presente no próprio ente (O_5). O ser é essencialmente Uno, embora modificado e moldado pelo *limitante*, razão pela qual também não pode ser confundido com o Uno. Da mesma forma, o ente (O_5) resulta instituído e constituído pelo ser e pela inteligência organizativa resultante da interação do ser com o *limitante*, razão pela qual também não pode ser confundido com o ser⁵⁹.

Essa discussão desenvolvida exclusivamente no plano da inteligência estrutural da existência pode oferecer as suas dificuldades de acompanhamento, apesar do referencial oferecido na Figura 10, mas esse procedimento também pode ser constatado no mundo visível que nada mais faz do que repetir ou refletir o que ocorre no mundo inteligível. Como é, por exemplo, que o Sol participa de uma árvore? Primeiramente, participa por meio da fotossíntese, fornecendo a energia de que a planta necessita para processar os nutrientes que as raízes extraem da terra. No entanto, a terra, segundo as modernas teorias astrofísicas, também foi gerada pelo Sol em tempos remotos, tal como os nutrientes. Por outro lado, o próprio surgimento das plantas deu-se sob a influência do Sol, de sorte que, em última instância, com exceção da inteligência organizativa, parece difícil identificar, na planta, algo que não tenha origem no Sol, embora possam, eventualmente, fazer parte da planta elementos oriundos de outra estrela que não seja a nossa. No caso da forma ou da inteligência organizativa presente na planta, a sua origem não é o Sol, mas a inteligência organizativa do planeta que reúne as condições – o espaço de possibilidades – nas quais a existência de plantas torna-se possível. Essa inteligência planetária, por sua vez, inscreve-se no espaço de possibilidades do Sistema Solar, e este, no espaço de possibilidades da galáxia. Em última instância, estamos falando de inteligência organizativa e de espaço de possibilidades de abrangência cósmica que podemos designar alma do mundo e que, enfim, contempla toda a experiência organizativa acumulada pelo universo, mas que tem, como origem primeira, a estrutura gerativa da existência que resulta da articulação das leis naturais da forma, do movimento e da quantidade, na constituição da existência⁶⁰, a qual se inscreve no espaço de possibilidades dessa estrutura gerativa que tentamos descrever como Logos Normativo, conformado em modelo dimensional e cujo resultado objetivo compõe o universo conhecido⁶¹.

Com isso, a forma ou a inteligência organizativa de um objeto singular – a forma humana, por exemplo –, emerge como solução desenvolvida no curso da experiência universal, preservada na alma do mundo como solução possível ou adequada em certas circunstâncias. Como J. Rodrigues também percebeu, essa forma não precisa ser imutável, basta que seja estável e não mude de forma tão radical que comprometa a sua identidade. Mesmo que evoluções radicais aconteçam, tratando-se de inteligência organizativa, não há razão para que formas originárias também não sejam preservadas, o que torna possível, em

⁵⁹ O que indica que quando dizemos *ser humano* não estamos nos referindo ao ente, mas, sim, ao ser que o institui.

⁶⁰ Em próximo exercício, vamos examinar mais detidamente como dá-se a geração da complexidade, no caso das formas geométricas, na expectativa de lançar alguma luz sobre a formação dessa estrutura gerativa originária.

⁶¹ Dentro do qual inscreve-se o próprio Sol que, na perspectiva do mundo visível, apareceu como criador e sustentador da árvore, mas que, também, resulta fruto da inteligência universal e, por consequência, da mesma estrutura gerativa.

tese, a recuperação de espécies extintas. Tais formas perdurariam para sempre ou, ao menos, enquanto a alma do universo persistisse e, nesse sentido, seriam eternas, como defendido por Platão, embora se trate de eternidade que teve um começo e que difere da eternidade do Uno que, segundo o modelo, tampouco, começo teve.

Nesse contexto, a participação da forma nos entes singulares realiza-se na condição de inteligência organizativa, constituinte dos entes, da qual conseguimos aproximar-nos, na medida em que adotamos visão dimensional da realidade capaz de revelar a forma organizativa básica que essa inteligência assume em cada uma das cinco instâncias edificadoras da existência. De qualquer maneira, essa forma constituída de inteligência organizativa não constitui algo que possa ser colocado ao lado e no mesmo plano de um existente, mas constitui algo que se situa em instâncias ontológicas que precedem e sustentam esse existente no mundo. No final das contas, a pergunta sobre como a forma participa dos singulares revela-se inócua, porque pressupõe singulares constituídas de alguma *matexsis* de tipo aristotélica que seria informada por uma forma de origem distinta, enquanto o modelo dimensional mostra que se trata de ser-energia em movimento existencial, organizado em forma totalizante, mediante processo cumulativo de natureza ontológica⁶². Em última instância, não há, no mundo, nada além de ser-energia e de inteligência.

O DESACORDO DE PLATÃO SOBRE A CORRESPONDÊNCIA GEOMÉTRICA DO UM

Certamente, um dos motivos que desperta admiração na obra platônica é o seu modo típico de ver o mundo capaz de revelar sentidos, significados e valores que permanecem atuais, apesar dos vinte e cinco séculos que já se passaram. Em linhas gerais, compreende-se que esse efeito resulta da sua visualização das instâncias metafísicas da existência, possibilitada pela adoção de referencial amparado em leis universais invariantes que ensejam a superação do mutante mundo do vir a ser que se oferece a nossos olhos ordinariamente. Embora o nosso entendimento relativo possa ser aperfeiçoado, tais leis e tais princípios, em si mesmos, não mudam, daí, a validade persistente dos discursos que potencializam.

A obra de Platão indica que esse olhar filosófico amparado em leis universais configura perspectiva poderosa capaz de propiciar competência cognitiva e autonomia interpretativa em grau incomum, em toda a história da humanidade. Nesse sentido, a explicitação do paradigma usado pelo Platão filósofo bem como o entendimento das

⁶² Essa solução participativa, por transcendência instituinte e constituinte do ser, ao amparo de uma inteligência criativa, representa chave-mestra que concede acesso aos discursos não pronunciados de Platão. Para tanto, é indispensável entender o significado e as diferenças de e dos níveis ontológicos que antecedem e suportam a existência em ato. A precedência ontológica que nos possibilita ordenar as coisas sem a tutela do tempo impõe-se como recurso inferencial indispensável para pensar um universo cuja existência estende-se para além do início dos tempos e que, também, comporta conteúdos livres de sua influência, tal como a estrutura de complexificação das formas geométricas ou matemáticas. Focar e distinguir níveis ontológicos distintos afiguram-se indispensáveis para entender o próprio processo de complexificação que responde pela edificação do universo, no qual a mesma estrutura – o logos normativo – replica-se e repete-se, gerando os próprios níveis de complexidade crescentes identificados pela ciência na matéria: partícula – átomo – molécula etc. Um exemplo similar e conhecido é o das oitavas em música. Dó, ré, mi, fá, sol, lá, si configuram a oitava, mas, aumentando um tom, é sempre possível realizar uma oitava superior e assim por diante. Como é que a oitava precedente participa da oitava superior? Temos, aí, claramente, um caso de precedência ontológica.

singularidades que configuravam o seu ponto de vista representam saberes preciosos que interessam a toda a humanidade.

O modelo dimensional especificado na primeira parte deste trabalho representa a melhor hipótese ou a maior aproximação que nos foi possível realizar do paradigma de Platão, segundo os escassos dados históricos disponíveis. Nos estudos de casos desta segunda parte, tentamos justamente formar opinião sobre o grau de proximidade efetivamente alcançado. Temos consciência de que essa avaliação envolve dificuldades, particularmente em razão da distância que separa a visão materialista do homem moderno, da visão metafísica de Platão, evidenciada pelo modelo dimensional. O desafio maior consiste em mudar a percepção da realidade, o que implica assumir um novo e diferente ponto de vista que, naturalmente, de início, afigura-se-nos estranho e exige esforço de acomodação de conceitos até a sua completa assunção. Natural, portanto, certo desconforto inicial. No entanto, faz-se presente também a necessidade de realizar deslocamento mental que envolve sutilezas conceituais que são pouco evidentes, são difíceis de captar e, talvez, mais difíceis ainda de transmitir, particularmente em contexto cultural em mutação como aquele da Grécia Clássica – em que o esforço de racionalização, certamente, enfrentou carências conceituais importantes para a tradução racional de percepções que o mito, intuitivamente, propiciava. A confissão de solidão do filósofo, formalmente registrada em *Phlb.16b*, pode estar evidenciando dificuldades comunicativas enfrentadas por Platão, junto aos seus alunos mais próximos, não por falta de diálogo, por falta de vontade de ensinar nem por falta de desejo de entender, mas por alguma outra razão que, a olhos modernos, afigura-se insuficiência conceitual.

Existe, pelo menos, um registro de diferença conceitual sutil, não resolvida entre Platão e seus alunos, que merece ser explorada na perspectiva de que a compreensão dessa sutileza contribua para o entendimento do peculiar ponto de vista de Platão. Trata-se da discordância de Platão em usar o ponto como correspondente geométrico da unidade na *década* pitagórica, preferindo, ao contrário, a *linha indivisível*. O testemunho original é de Aristóteles, ao criticar a conversão da filosofia moderna em matemática – seguindo o modo pitagórico e referindo-se, possivelmente, à Academia sob a gestão de Speusipo – e questionar a correspondência estabelecida entre os números e as figuras geométricas:

Ademais, como é possível que figuras contenham pontos? Platão firmemente rejeitou essa classe de objetos, taxando-a de ficção geométrica, mas reconheceu o princípio da linha, muitas vezes assumindo esta última classe, ou seja, a das linhas indivisíveis. (BINI, 2006. Arist. *Metaph.* 921a20-23).

Szlezák vai ser mais explícito em sua interpretação dessa passagem e vai situá-la na discussão dos números ideais que integram a *década*:

Diferenças podem ser reconhecidas nos detalhes – por exemplo, Platão (e, como parece, apenas ele) tinha reservas contra o conceito geométrico do ponto (stigma), que ele queria substituir pela “linha indivisível” (*Met. A 9, 992a20-22*) –, mas, no geral, praticamente não é possível separar claramente a teoria matemática de Platão e dos pitagóricos [...]. (SZLEZÁK, 2011, p. 129).

Como já discutimos, ao contemplar a questão da *década sagrada*, constitui característica pitagórica típica considerar que as matemáticas – envolvendo o cálculo, a geometria, a astronomia e a música – respondiam, solidária e conjuntamente, pelos alicerces da existência e, como tal, indicavam também o modo pelo qual a complexidade objetiva do

mundo edificava-se. Com isso, estenderam para a geometria a ideia de desdobramento da complexidade a partir da unidade, tão evidente na formação dos números naturais, cuja série edifica-se a partir da unidade e, mediante acréscimos unitários, produz, naturalmente, toda a série numérica. Virtualmente, por similitude, a unidade geométrica foi assimilada ao ponto, cuja justaposição permite gerar linhas que, por sua vez, permitem gerar triângulos, e estes, por articulação, as demais figuras geométricas, inclusive os poliedros regulares, culminando na esfera. Para expressar de forma simples, clara e resumida a conjunta participação dos números e das formas geométricas na edificação da complexidade, imaginaram números ideais representativos dessa ação conjunta, os quais indicavam a estrutura básica que tinha a propriedade de replicar-se na constituição das instâncias de complexidade superior, conforme evidenciava o processo de complexificação das figuras geométricas. Assim, os pitagóricos inventaram as duas representações já mencionadas da *década sagrada*, a primeira delas mostrada na Figura 1⁶³ e que vale repetir:



Figura 11: Representação triangular da *década sagrada* de Pitágoras.

O raciocínio que fundamentou essa construção parece claro: pressupondo que forma e quantidade articulam-se harmoniosamente na constituição da complexidade, se o número um constitui a unidade que, reiteradamente, aplicada gera a complexidade quantitativa, o ponto constitui a unidade formal cuja reiterada aplicação gera as formas geométricas da complexidade formal. Daí, o ponto ser vinculado ao um, a linha vinculada, ao dois, o plano vinculado, ao três, e o sólido, ao quatro. Platão, ao que tudo indica, quer subverter essa ordem por entender que ao um corresponde, de modo mais apropriado, a linha e, não, o ponto. Certamente, essa inflexão implica ponto de vista distinto, que Speusipo, a julgar pela sua versão da *década matemática* (CHERNISS, 1993) e apesar da sua estreita ligação com Platão, não conseguiu compreender; fato que também indica que Platão não conseguiu ou não encontrou meios – virtualmente, recursos conceituais – para levar o discípulo a entender.

O modelo dimensional que estamos testando resolve essa questão com certa facilidade, mas, antes de tratar disso, cumpre examinar os três componentes estruturais objetivos que, para além dos já citados pressupostos, amparam essa representação pitagórica da criação: a estrutura formativa da complexidade quantitativa, a estrutura formativa da complexidade geométrico-formal e a estrutural correspondência entre tais estruturas, implícita na hipótese de que forma e quantidade articulam-se harmoniosamente na configuração da realidade – subentendida na própria figura repetida.

⁶³ Possivelmente, essa figura constituiu para a ordem pitagórica, um símbolo de importância central, semelhantemente àquele que a cruz, ainda hoje, desempenha no cristianismo.

Quanto à estrutura formativa da complexidade quantitativa, quer parecer-nos que a série dos números naturais, pela obviedade da própria série, dispensa-nos de mais comentários, embora se afigure útil lembrar que os gregos da época de Platão não dispunham ainda do sistema decimal viabilizado pelo zero⁶⁴ e que faculta, atualmente, clareza comunicativa não disponível na ocasião. O sistema decimal confere *status* especial aos dez primeiros números, os quais não apenas indicam as quantidades inerentes à primeira dezena, mas também conseguem indicar, mediante arranjos e combinações adequadas de tais números entre si, todas as quantidades possíveis e imagináveis no âmbito quantitativo. Essa mesma propriedade foi atribuída aos números ideais da *década sagrada* de Pitágoras que, embora limitados a dez, eram tidos como suficientes para gerar todas as coisas existentes, semelhantemente com o que ocorre na complexificação da forma, como ainda veremos. Obviamente, tais números ideais não se referiam apenas ao âmbito quantitativo, mas a um âmbito existencial mais amplo. Embora os objetos visados nos dois casos – pelo sistema decimal e pelos números ideais – sejam distintos, a semelhança estrutural ajuda no entendimento, ao mostrar pelas características do sistema que o esquema geral afigura-se razoável. Quanto ao zero, a nossa cabeça moderna sequer consegue imaginar como os gregos acomodavam a série dos números naturais em suas mentes, na ausência do zero. Supõe-se que a ausência deveria ser, virtualmente, assimilada ao não ser. Apesar disso, resta claro por que não se fazia presente a necessidade de designar-lhe um lugar geométrico correspondente na existência: o zero, simplesmente, não existia.

Quanto à estrutura formativa da complexidade geométrico-formal, parece razoável admitir que o ponto reiterado constitua a linha ou, ao menos, constitua a origem da linha. Tomando-se, rigorosamente, a definição formal de ponto – um lugar no espaço desprovido de dimensão – torna-se evidente que reiterar um elemento desprovido de dimensão não pode instituir algo dotado de dimensionalidade, como é o caso da linha. Nesse sentido, a linha indivisível deveria ser considerada o elemento mais simples da geometria. Ocorre, porém, que, em Geometria, não se trabalha com linha, mas com segmentos de reta, o que implica a presença de dois pontos, um em cada extremidade. Além disso, o ponto, ainda que de compleição adimensional, possui a propriedade de indicar a localização precisa, o que é um dos atributos fundamentais da Geometria. Em vista disso, quer parecer-nos que o ponto não pode ser simplesmente descartado e que ponto e linha – ou reta – possam, de algum modo, compartilhar o caráter de elemento unitário da geometria.

Posto isso, examinemos como se dá, logicamente, a complexificação da forma, tendo em mente que essa complexificação constitui ação que se desenvolve no plano, amplitude na qual, como já vimos, a simetria aparece como força predominante⁶⁵ e, por consequência, tendo em conta que a ação conjugada e harmônica de forma e quantidade na construção dessa complexidade, requer soluções que privilegiem a simetria e as formas regulares nas quais a conjugação e a harmonia sejam maximizadas, configurando, assim, uma senda evolutiva natural balizada por tais realizações⁶⁶. Dessa maneira, o estudo da

⁶⁴ O que não significa que não tivessem um sistema numérico de base dez, conforme defende Boyer (2012).

⁶⁵ A geometria plana ou euclidiana estabelece-se como ciência formal, com as contribuições de Euclides, que nasce em torno de dezessete anos após a morte de Platão e, supostamente, consolida uma tradição que remonta ao Egito Imperial e à Babilônia.

⁶⁶ No *Timeu*, a partir de 54c, Platão desenvolve uma geração da complexidade geométrica a partir do triângulo e, em 65c, também destaca o papel da harmonia e proporção nessa construção.

complexidade crescente das formas pode limitar-se àquelas formas geométricas principais, de grande simetria, que definem o eixo central do espaço de possibilidades de evolução da forma, deixando de lado as variações secundárias nas quais a simetria, embora presente, mostre-se mais fraca – sem, com isso, comprometer o objetivo geral, aqui, perseguido. Tomemos, pois, como ponto de partida, que um ponto isolado define apenas uma virtual localização, mas que dois pontos tomados conjuntamente definem um segmento de reta – que sabemos representar uma linha infinita. Tendo partido do ponto, a essa instância geométrica da reta vai corresponder o número dois, uma vez que os pontos presentes são dois. Essa, como sabemos, é a perspectiva pitagórica que considera existir uma instância mais simples, correspondente ao um e ao ponto tomado isoladamente, o qual é tido como elemento geométrico inaugural. Curiosamente, porém, apenas com a colocação de um terceiro ponto, não concorrente à reta dada e posicionado no ponto de maior simetria, é que surge a primeira e a mais simples das figuras geométricas: o triângulo isóscele – de máxima simetria, por possuir três lados e três ângulos iguais. Na perspectiva pitagórica, essa instância representa a terceira no caminho da complexidade geométrica e, apenas nela, a geometria realiza-se como forma fechada e, portanto, completa⁶⁷. A instância seguinte, a quarta na ordem da complexidade, segundo o critério vigente nas anteriores, será ocupada por uma figura determinada por quatro pontos simetricamente posicionados. Essa quarta instância envolve situação singular, uma vez que estão disponíveis duas posições dotadas de grande simetria que podem ser ocupadas. No mesmo plano dos três pontos anteriores, existe a posição que configura o quadrado, uma figura relacionada em algumas tradições com a perfeição, virtualmente por possuir quatro lados e quatro ângulos iguais, com a particularidade de se tratarem de ângulos retos. Fora do plano, existe a posição que define o tetraedro, que representa o mais elementar dos poliedros regulares, também de grande simetria, uma vez que contempla quatro faces e quatro vértices iguais. Quer parecer-nos que essa quarta posição envolve peculiaridades singulares cujas implicações ainda não estão muito claras, de vez que a presença de dois pontos de forte simetria enseja – no caminho da complexidade – tanto a permanência no plano como o desdobramento da terceira dimensão, com o advento do volume. Nessas condições, a ocupação simultânea das duas posições mencionadas gera a pirâmide de base quadrada, a qual, decididamente, implica o desdobramento da terceira dimensão e, assim, configura a quinta instância de complexidade formal, mediante uma forma que, entretanto, não integra a série de poliedros regulares, embora contenha quatro faces iguais e uma base quadrada de grande simetria. Essa singularidade da quarta posição remete-nos à ideia de transição, de uma transição que, decididamente, completa-se na quinta posição, com o estabelecimento da tridimensionalidade – na forma de pirâmide de base quadrada.

De outro modo, sem abandonar o plano, existe também uma quinta instância, na qual os cinco pontos podem ser posicionados simetricamente, gerando a forma do pentagrama, uma figura também dotada de excepcional simetria. O pentagrama recebia especial atenção dos pitagóricos, sendo objeto de reverência e de compromisso de segredo, possivelmente, em razão de constituir uma figura que se replica ao infinito, da mesma forma como ocorre com a própria *década sagrada*: unindo-se os ângulos internos do pentagrama por

⁶⁷ Virtualmente, esse fato possui relação com a consideração do número três, na condição de primeiro ímpar perfeito, encontrado tanto na tradição egípcia como na tradição pitagórica e que, também, invoca o conceito de tríada, implícito na tese platônica do Uno, e da diáda, do grande e do pequeno, tese que está por merecer considerações mais detidas.

meio de retas, obtém-se um novo pentagrama invertido no centro, e esse procedimento pode ser repetido indefinidamente.

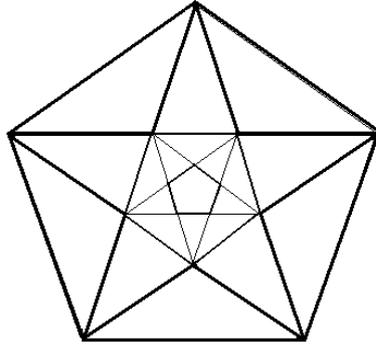


Figura 12: O pentagrama e seu caráter replicante.

Essa propriedade torna a figura do pentagrama um símbolo privilegiado da *década sagrada* que, como o modelo dimensional revela, também replica-se indefinidamente, na constituição de uma realidade crescentemente complexa. No pentagrama, a abertura dos ângulos ultrapassa os noventa graus que caracterizam a grande simetria do quadrado, mas, ao mesmo tempo, como estrutura replicante, ganha foros de limite formal suficiente capaz de suportar toda a complexidade geométrica, sugerindo que as figuras mais complexas possam ser reduzidas a componentes presentes até essa quinta instância. Algo que deixaremos de verificar por economia de trabalho e porque geômetras profissionais poderão fazê-lo de modo mais econômico.

De todas as formas, parece dispensável avançar pelas figuras mais complexas quando estamos assumindo a hipótese de que o pentagrama geométrico, tal como a *década*, no sistema decimal, representa o *mojón de giro*⁶⁸, ponto no qual tudo dá volta e retoma começo. Procedamos, então, à síntese desse desdobramento geométrico e verifiquemos se o percurso cumprido efetivamente revela-se suficiente para os nossos propósitos.

O desdobramento das formas geométricas a partir do ponto, acima realizado, admite ser descrito sinteticamente, em um esquema que também identifique as etapas sequenciais envolvidas.

Desdobramento da forma sob a influência da simetria	•	—			
	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª
Instâncias	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª

Figura 13: Estrutura formativa da complexidade geométrico-formal.

⁶⁸ Vide nota 15.

Embora sejam essas as alternativas lógicas que se oferecem para o desdobramento da complexidade formal a partir do ponto, ensejando a possibilidade de dois caminhos distintos, a partir da singularidade presente na quarta instância, quer parecer-nos que os parcos sinais que nos chegam sobre a posição geométrica dos pitagóricos envolvem certa vacilação.

De um lado, na representação piramidal da *década*, transcrita na Figura 11, após o plano ser vinculado à terceira instância, porque três pontos não concorrentes definem um plano, na quarta instância, a correspondência é estabelecida com o sólido, sendo também justificada pela presença do regular tetraedro, o que indica que, na quarta instância, eles teriam optado pelo caminho dos poliedros. De outro lado, há registro histórico expresso de que os pitagóricos consideravam o pentagrama como uma figura geométrica mais importante do que a pirâmide de base quadrada, virtualmente em razão das já citadas propriedades singulares do pentagrama⁶⁹. Efetivamente, a singularidade presente na quarta instância disponibiliza dois caminhos – lógicos e simétricos – alternativos para o processo de complexificação. Parece, entretanto, evidente que a alternativa de permanecer no plano ajusta-se melhor ao conteúdo teórico do discurso pitagórico, o qual concedia particular importância à figura do pentagrama. Sem contar que a sequência triângulo isósceles, quadrado e pentagrama contempla simetria perfeita – três lados e três ângulos iguais, quatro lados e quatro ângulos iguais e cinco lados e cinco ângulos iguais – que o caminho dos poliedros não consegue igualar, na medida em que a pirâmide de base quadrada não faz parte da série de poliedros regulares inaugurada pelo tetraedro.

Isso sugere que a complexificação geométrica pitagórica estaria, tecnicamente, melhor fundamentada, caso permanecesse no plano, até a quinta instância, partindo do ponto e culminando no tetraedro. Nesse caso, entretanto, o símbolo triangular da *década* perderia força como significante da edificação de uma realidade objetiva que se mostra ostensivamente poliédrica e tridimensional. A representação comparativa, a seguir, evidencia essa perda de comunicação.

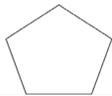
Instâncias	1 ^a	2 ^a	3 ^a	4 ^a	5 ^a
Desdobramento adotado	ponto	linha	plano	sólido	
Desdobramento simétrico no plano	•	—			

Figura 14: Comparação entre a solução pitagórica adotada e a opção restrita ao plano.

Nitidamente, o percurso do ponto ao sólido evidencia melhor o processo de criação da realidade do que a sequência do ponto ao pentagrama, embora a solução no plano seja, digamos, mais elegante. De qualquer modo, a presença das duas alternativas justifica

⁶⁹ Jámblico (LORENTE, 2008, p. 76) informa que Hípaso foi excluído da irmandade pitagórica porque divulgou mediante desenho o segredo do dodecaedro: a esfera de doze pentágonos. Esse fato sugere que o pentágono integrava o conhecimento secreto que apenas poderia ser tratado no círculo interior da escola, o que pode explicar a ausência desse símbolo nos registros de Filolau.

certa vacilação e também a possibilidade de embasar o raciocínio em uma das vias ou mesmo em uma combinação de ambas – uma exotérica e a outra esotérica –, como afinal parece ter sido a opção pitagórica. Essa alteridade diante de caminhos alternativos bem como a singularidade que a análise realizada evidenciou manifesta na quarta instância sinalizam a presença de singularidade essencial na estrutura constitutiva do universo que, virtualmente, pode ser detectada em estruturas evolutivas contempladas por outras ciências, tal como na tabela periódica de elementos, em Química, ou na teoria musical, cuja verificação também delegamos em razão dos custos envolvidos.

Quanto ao modo de ver ou quanto à referência interpretativa – que constitui meta básica deste trabalho –, parece evidente que as duas soluções potencializam pontos de vista e discursos distintos sobre a mesma coisa: um permite pensar a complexificação da forma na tridimensionalidade, e o outro ensina pensar a complexificação no plano. Ambos são discursos pertinentes como discussão interna à ciência geométrica. Resta saber se serão também discursos adequados quando se tratar de explicar a estrutura edificadora da realidade objetiva. Nesse sentido, Platão parece discordar de ambas as soluções e preferir um terceiro ponto de vista, uma vez que essas duas soluções relacionam o ponto ao um.

A insurgência de Platão contra a correspondência do número um ao ponto, ou do ponto ao número um, poderia fundar-se, virtualmente, na percepção de que o caráter adimensional do ponto excluía-o da existência objetiva que admitia quantificação ou de que a justaposição de pontos desprovidos de dimensão seria incapaz de gerar uma linha, isso, caso, na época, o ponto já fosse concebido como um lugar no espaço desprovido de dimensão. Entretanto, a vinculação da linha à unidade somente pode ser justificada pela percepção da unidade contida na linha. Platão compreendia que a linha indivisível não tinha espessura, significando que lhe restava apenas uma dimensão: a dimensão do sentido ou da direção. Essa conclusão tomada isoladamente poderia justificar a vinculação da linha à unidade, mas a questão colocava-se no âmbito da *década*, que preconizava cinco números sucessivos, devendo todos eles admitir ser referidos pelo mesmo critério, de sorte que direção ou sentido não serviam como critério, restando apenas a dimensão tomada abstratamente. Hoje, e aqui neste trabalho, definindo-se dimensão como amplitude lógica, resta claro que a reta possui amplitude unidimensional e corresponde-lhe o número um, pela simples razão de que a única unidade presente na reta é a unidade dimensional, tanto assim que, por definição, ela não possui espessura, apenas sentido, isto é, apenas a dimensão do sentido.

Aqui, antes de avançar, coloca-se a questão de saber o que significava a palavra dimensão para Platão. Sabemos que ele, na *República* (528b), usou o termo para requerer uma terceira dimensão exigida para indicar – para além do plano – a profundidade dos cubos e uma ciência que ainda não existia. Mesmo hoje, porém, poucas pessoas dão-se conta de que a própria sentença “três dimensões do espaço” implica instância conceitual comum aos três valores – comprimento, largura e profundidade – usados para caracterizar a métrica do espaço. Essa instância comum designada simplesmente dimensão comporta apenas amplitude lógica, de sorte que uma dimensão, nesses termos, indica uma amplitude lógica, duas dimensões, duas amplitudes lógicas, e assim por diante. Com isso, dimensão deixa de ser ocorrência ou designação privativa do âmbito do espaço, e comprimento, largura e profundidade passam a ser apenas valores de verdade assumidos pelas três amplitudes lógicas,

indispensáveis no caso particular de configuração do espaço. Em consequência, torna-se ilegítimo invocar esses valores de verdade, fora do âmbito tridimensional do espaço.

Essa concepção de dimensão como amplitude lógica, virtualmente, não fazia parte do acervo conceitual de Platão. A passagem da *Carta VII* em que ele refere-se às cinco instâncias, mencionando-as com o recurso ordinal – primeiro, segundo, terceiro, quarto e quinto lugar –, parece indicar que ele não dispunha de conceito ou atributo comum que permitisse indicá-las em conjunto. Ele apenas afirma que primeiro corresponde ao nome; segundo, à definição; terceiro, ao que é traçado; quarto, ao pensamento relativo; e quinto, ao que, efetivamente, é e pode ser conhecido. Isso significa, entretanto, que a compreensão que ele tinha da estrutura era suficiente para perceber que o número um estava relacionado com um ser unitário, ao qual correspondia um nome, que lhe pareceu melhor representado pela linha do que pelo ponto. O motivo para essa escolha precisa, então, estar fundamentado em alguma concepção ou em alguma intuição muito forte vinculada, em alguma medida, ao conceito de dimensão, porque, ao colocarmos as opções de Platão e dos pitagóricos, em face do modelo dimensional da *década*, a escolha de Platão fica, perfeitamente, justificada.

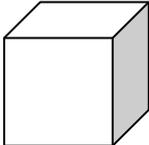
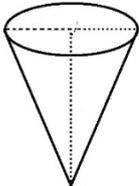
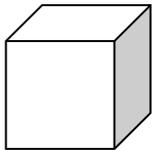
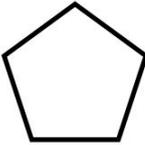
Instâncias	1	2	3	4	5
Adimensional	1ª Dimensão	2ª Dimensão	3ª Dimensão	4ª Dimensão	Totalidade
					
A solução pitagórica					
Carta VII	O nome	A definição	O traçado / torneado	O entendido	O que realmente é

Figura 15: Opções, pitagórica e platônica, frente ao modelo dimensional.

Nesse esquema, temos, na primeira linha, a indicação das cinco instâncias necessárias para que o desdobramento da forma geométrica atinja a complexidade correspondente aos poliedros, tidos como limite de alcance da geometria em questão. Na segunda linha, temos indicadas as instâncias que o modelo dimensional distingue na existência, pelo critério da amplitude lógica, correspondendo às cinco instâncias da direita aos cinco números ideais da *década sagrada* de Pitágoras. Na terceira linha, temos seis figuras geométricas que pretendem indicar a amplitude dimensional de cada instância do modelo dimensional: o ponto, representando a adimensionalidade; a reta, representando uma dimensão; o plano, representando a amplitude de duas dimensões; o cubo, três; o cone, quatro;

e a esfera, a totalidade⁷⁰. Na quarta linha, está indicada a solução de desdobramento que os pitagóricos adotavam, acrescida, na quinta posição, do pentagrama, que não integra as representações pitagóricas da *década* que chegaram até nós, mas que, segundo nos é dado entender, em razão das suas propriedades, pode, com justiça, ter sido um símbolo esotérico representativo da *década*. Por último, na quinta linha, estão indicados os conteúdos que Platão declara, na *Carta VII*, corresponder às cinco instâncias constitutivas da realidade.

Como se observa, Platão não podia mesmo acompanhar a opção pitagórica de relacionar o número um com o ponto, posto que isso o levaria a relacionar também a matéria e o espaço com a bidimensionalidade e o entendimento e o inteligível com a tridimensionalidade. Comparando os conteúdos indicados na *Carta VII* com os conteúdos dimensionais, constata-se ajuste preciso com o modelo dimensional, mesmo na quarta instância em que constatamos a presença de singularidade que impacta a realidade e turva a compreensão. Observe-se que os pitagóricos enxergam, ali, o sólido, enquanto Platão vislumbra o entendimento auferido na experiência do devir, e o modelo dimensional constata, além desse mesmo conhecimento, também o tempo que possibilita esse aprendizado dialético do ente com as suas circunstâncias. Mesmo assim, o modelo dimensional não consegue um símbolo realmente adequado e melhor que o cone espiralado, para representar o movimento do tempo, em clara indicação de que, tampouco, a visão dimensional livra-se da influência da singularidade presente na instância.

Resta não elucidado o quanto Platão apropriou-se ou aproximou-se do entendimento de dimensão como pura amplitude lógica, solução com a qual, atualmente, consegue-se resolver a questão. Em razão da genialidade de sua obra, parece evidente que Platão desenvolveu alguma racionalidade ou intuição equivalente. O que se sabe é que, apenas com Aristóteles, a lógica começa a ser tratada como ciência específica; que, apenas com Euclides, a geometria adquire fundamentação axiomática; que o zero e o correspondente sistema decimal apenas tornaram-se disponíveis, a partir do século VI; e que dimensão, como amplitude lógica, lógica, como padrão de movimento, e geometria dimensional, capaz de englobar as geometrias não euclidianas, constituem questões que, ao que sabemos, ainda sequer entraram na pauta da ciência. O que nos resta é a perplexidade diante de um pensamento vigoroso que, apesar de todas as carências indicadas, conseguiu perceber que o um correspondia à linha e não ao ponto, algo que sugere o uso de uma perspectiva dimensional antes de Euclides formalizar a geometria do plano.

O MODO PLATÔNICO DE VER O MUNDO

O exame das razões que justificariam Platão a vincular a linha – e não o ponto – à unidade, na matemática pitagórica, contemplado no estudo anterior, revelou que o ateniense possuía maneira própria e privativa de perceber como as matemáticas participavam da edificação da realidade. As carências conceituais arroladas justificam as dificuldades que se ofereciam, na ocasião, para formalizar e transmitir esse conhecimento, daí, virtualmente, o

⁷⁰ O uso do cone espiralado e da esfera para representar instâncias de amplitude superior à terceira dimensão constitui soluções, reconhecidamente, precárias, mas, inevitáveis, dada a inexistência de soluções melhores. O cone espiralado pretende indicar o desenrolar da história no tempo, e a superfície da esfera pretende indicar a totalidade unitária do ente que, no caso humano, configura uma mente.

próprio Speusipo não ter compreendido totalmente a questão. Essa passagem do ponto para a linha implica, certamente, um modo diferenciado de olhar as essencialidades matemáticas que, na tese platônica, suportam o mundo objetivo. Nessas condições, não se tratava e não se trata de diferença qualquer, de importância secundária, mas de questão central da doutrina e do modo platônico de ver o mundo e que, por isso mesmo, e apesar das dificuldades apontadas, deve ter sido objeto de discussão e estudo intenso no círculo restrito do ensino esotérico da Academia.

Meditando sobre o desafio que essa situação impunha a Platão, ocorreu-nos que, sendo essa uma diferença essencial, localizada nos microdetalhes ontológicos da realidade, uma maneira de, ao menos, sinalizar o sentido da questão seria especificar o modo de ver o mundo no qual aquela diferença localizada integra-se com participação relevante. Inexistindo solução conceitual e técnica para o detalhe, resta a possibilidade de situar o detalhe no contexto referencial sancionado e, virtualmente, até mesmo, provocado pelo detalhe técnico não esclarecido, a fim de, ao menos, indicar o seu sentido geral. Isso significaria nada mais nada menos do que revelar e especificar o modo platônico de ver o mundo.

Platão, sabidamente, não assume postura prescritiva e limita-se a provocar o despertar da compreensão no interlocutor. A definição de um modo de ver o mundo teria formato prescritivo e, como tal – caso tenha sido claramente declarada –, deve ter sido declarada na oralidade dos encontros reservados, em meio ao conhecimento que, atualmente, designamos doutrinas não escritas. Apesar das restrições que Platão fazia ao registro escrito de certos conhecimentos, como já tivemos oportunidade de discutir, ele também usava discursos simulados ou cifrados apenas acessíveis aos que fossem iniciados. Dada a importância da perspectiva adotada por qualquer um, para justificar as opiniões que defende, parece evidente que o modo de ver o mundo adotado por Platão não poderia ser sonegado aos alunos, o que não significa que ela, necessariamente, devesse constar expressamente dos diálogos. Tendo em conta, porém, a importância da questão para o entendimento preciso do pensamento de Platão, parece improvável que ele não tenha incluído, nos diálogos, ainda que de forma velada, a indicação do mirante a partir do qual ele lançava o seu olhar sobre o mundo.

Platão realiza essa especificação, de modo sintomaticamente simulado, em uma das mais ostensivas passagens de retenção da sua obra, inserida na *República*, precisamente, no texto que antecede a apresentação da alegoria da caverna, quando Gláucon pede a Sócrates que fale do Bem em si (506d) – um convite que o mestre recusa, em virtude de dificuldades que não esclarece (506e), mas procura compensar, falando do filho do Bem, que seria o Sol. Olhar mais atento percebe que se trata de mais uma recusa de escrever sobre assuntos que Platão decidira considerar apenas na oralidade. Trata-se, porém, de texto preparatório fundamental para completo entendimento da alegoria da caverna. De certa maneira, Sócrates atende ao pedido de Gláucon, todavia o faz de forma velada, valendo-se de símbolos e de metáforas. Ao afirmar que não podia falar sobre o Bem em si na ocasião, tal como fazem os ilusionistas, ele desvia a atenção do leitor distraído para o Sol. Entretanto, para olhos iniciados, ele traça um quadro referencial que revela o seu modo peculiar de ver o mundo e, ao posicionar, precisamente, o Bem em si no plano das ideias, abre lacuna conceitual que requisitará o paradigma pitagórico da *década sagrada* de que se utilizava, na qual se localiza o citado detalhe técnico não esclarecido, conforme já evidenciado.

Nessa análise, em linhas gerais, valeremo-nos do trecho do Livro VI da *República*, que se estende de 506d a 539c, no qual Platão apresenta essa metáfora do Sol e concede-nos acesso aos pressupostos dos quais ele valeu-se para produzir sua admirável obra e que, em outros termos, configura o seu modo especial de ver o mundo.

O diálogo da *República* transcorre em Pireu, localidade rural nas cercanias de Atenas, na casa de Céfalo, próspero fabricante de escudos, por convite do filho Polemarco, que reunira um grupo de amigos para ouvir Platão. Depois de extensa discussão sobre justiça, para a qual não encontra suporte lógico convincente no plano individual – pois se trata de uma questão coletiva –, Platão passa a examinar o plano coletivo, a fim de, ali, encontrar razões suficientes para justificar a prevalência da justiça, daí, o diálogo encaminhar-se para o projeto de uma cidade ideal onde os homens pudessem viver em paz e em segurança. O texto que nos interessa desenvolve-se no final do livro VI, quando o personagem Gláucon cobra do personagem Sócrates explicações sobre o Bem em si. A recusa de Sócrates revela-se significativa, com os seguintes termos:

Mas, meus caros, vamos deixar por agora a questão de saber o que é o bem em si; parece-me grandioso de mais para, com o impulso que presentemente levamos, poder atingir, por agora, o meu pensamento acerca dele. O que eu quero é expor-vos o que me parece ser o filho do bem e muito semelhante a ele, se tal vos apraz; caso contrário, deixemos isso. (ROCHA PEREIRA, 1972. Pl. R. 506e).

Note-se que a justificativa para a recusa é precária, mas a recusa é peremptória, de sorte a valorizar a alternativa-desvio de contemplar o filho do Bem. Na sequência, Gláucon concorda, registrando a dívida: “[...] outra vez pagarás a explicação que nos deves acerca do pai”, ao que Sócrates responde: “– Tomara que eu pudesse pagar e vós recebê-la, e não como agora, dar-vos só os juros. Recebei, portanto, este juro e este filho do bem em si”.

Observe-se que a dificuldade não era apenas a de Sócrates conseguir formular, adequadamente, a explicação do Bem em si, mas também de os ouvintes serem capazes de entendê-lo: “tomara que eu pudesse pagar e vós” (tivésseis condições de) “recebê-la” (507a). De qualquer modo, além de ficar claro que havia conhecimento sobre o qual ele não queria falar, fica, suficientemente, induzido que se falará do filho e não do pai, o que significa um primeiro desvio da verdade que não poderia ser dita. Por último, Platão ainda requer a atenção dos ouvintes para que não ocorra um segundo desvio e, por consequência, um segundo nível de afastamento da verdade: “Mas tende cuidado em que não vos engane sem querer, entregando-vos contas falsas do juro” (507a), ao que Gláucon responde “teremos cuidado até onde pudermos”. Essa advertência sobre um segundo plano de dificuldades requer a atenção dos ouvintes e somente pode ser superado por eles, *até onde puderem*, evitar *contas falsas do juro*. Ora, isso significa que, além da metáfora, ainda estará presente uma segunda dificuldade cifrada cuja superação poderia ser realizada por quem estivesse habilitado, isto é, para iniciados, como já discutimos. Sendo Platão quem escreve, e ele poderia colocar o que quisesse na boca dos seus personagens, essa segunda advertência deixa evidente que o assunto a ser tratado diz respeito ao que Platão, em razão das dificuldades envolvidas, resolvera não escrever. Parece também possível inferir, com auxílio de outros textos, que ele gostaria de falar a respeito, mas encontrava, virtualmente, dificuldade para formular a questão em termos conceituais lógicos e racionais, o que, evidentemente, implicaria dificuldade proporcional de entendimento aos ouvintes. Qual a solução contemporizadora? Lançar mão de metáforas para, ao menos, transmitir o sentido geral.

Sócrates inicia a discussão invocando a Teoria das Ideias de Platão, segundo a qual, para correto entendimento, impõe-se distinguir, nas coisas existentes, componentes visíveis e componentes inteligíveis (507b-c): os primeiros substanciais, e os segundos, essenciais, correspondentes às ideias. Em termos aproximativos, podemos entender a proposição platônica no sentido de que todos os fenômenos objetivos existentes possuem conteúdo e forma. A ciência moderna demonstrou que, em última instância, o que entendemos por matéria constitui energia condensada e organizada de certa maneira. Isso torna evidente que todos os fenômenos são constituídos de energia convenientemente organizada, resultando ser perfeitamente adequado diferenciar, nos fenômenos, o que é substancial – a energia – daquilo que organiza e molda o fenômeno – a inteligência organizativa.

Como já foi esclarecido, preferimos essa designação em lugar de ideia e de forma, usadas por Platão, visto que inteligência organizativa evidencia, de modo mais claro, para mentes modernas que os fenômenos, por mais simples que sejam, resultam não do ajuntamento aleatório de componentes, mas da inteligente articulação de energias, átomos e moléculas, em unidades complexas perfeitamente organizadas. Como seres dotados de capacidade intelectual, somente temos acesso à inteligência organizativa constituinte dos fenômenos, então, parece adequado designar a forma constituinte como inteligência organizativa. Para operar inteligência organizativa, nossa espécie foi provida de cérebro e de mente. Pensar significa, portanto, segundo visão atualizada da Teoria das Ideias de Platão, operar a inteligência organizativa, constituinte dos fenômenos e edificadora do mundo.

Sócrates mostra-se didático ao justificar a distinção dos aspectos sensíveis e inteligíveis: “aquelas são visíveis, mas não inteligíveis, ao passo que as ideias são inteligíveis, mas não visíveis” (507b5) e, com isso, tenta facilitar o acesso geral à sua Teoria das Ideias. Posta essa base, o diálogo vai identificar os condicionantes estruturais que viabilizam, de um lado, a percepção do sensível e, de outro, a compreensão do inteligível. A tese é, meridianamente, clara: vemos com o concurso de olhos providos de capacidade de ver, e os objetos e as cores são visíveis porque possuem a faculdade de mostrar-se à visão. Nada disso pode ocorrer na completa escuridão, na ausência de luz, portanto, a luz viabiliza que o mundo sensível seja visto. Dado que, em nosso mundo, quem fornece a luz é o Sol, conclui-se que é ele, o Sol, que nos concede a dádiva de ver e é ele também que concede aos objetos e às cores a propriedade de serem vistos.

À medida que o Sol ausenta-se e a noite cai, a visão turva-se, enfraquece-se, e a nitidez perde-se até desaparecer por completo. Quando amanhece, o processo inverte-se, até que, à plena luz do Sol, as coisas tornam-se completamente claras. Sócrates destaca que nem o olho que vê nem o objeto da visão captada confundem-se com o Sol, que é um terceiro elemento. É, porém, o Sol que concede ao olho o poder de ver, segundo o texto, por transbordamento (508b4), ressaltando, assim, o fato de esse poder ser conferido sem que o Sol mova-se do seu lugar. Ora, nós sabemos, hoje, que a própria faculdade de ver dos animais desenvolveu-se em face da presença da luz e que tudo origina-se e é sustentado pelo Sol. O Sol cuspiu os planetas, o Sol mantém os planetas em órbitas estáveis, o Sol gera a energia e o calor que sustentam a natureza em nosso planeta e continua sendo o provedor da energia vital que alimenta todos os seres vivos. Assim, afigura-se perfeitamente justificada a observação de Sócrates ao indicar que o Sol não apenas possibilita a visão, mas também gera e sustenta tanto o olho como os objetos sensíveis (509b) cujas formas e cores são vistas e percebidas.

Nessas condições, justifica-se, plenamente, o *status* divino que a mitologia grega conferia ao Sol: a mais evidente fonte criadora de tudo o que existe na Terra. Ocorre, porém, que Platão, em face do que ensina a Teoria das Ideias, sabe que o Sol integra o mundo sensível e que este resulta da ação da inteligência organizativa que pertence ao mundo inteligível, portanto, o Sol não pode ser mais que um filho dileto do verdadeiro princípio criador. A esse princípio criador Platão designa o Bem em si e a beleza em si. Com isso, o discurso de Sócrates transita do mundo visível para o mundo inteligível e vai defender que o Bem em si atua sobre a mente, sobre as ideias e sobre o conhecimento, da mesma forma que o Sol atua sobre o olho, os objetos e a visão, gerando-os, alimentando-os, sustentando-os.

No caso do mundo inteligível, não é o olho que atua, mas a mente. O que é visado nessa atuação não é um objeto e suas cores, mas as ideias ou a inteligência organizativa; e o produto da ação perceptiva não é visão, porém compreensão, entendimento, conhecimento. Similarmente, assim como no caso do mundo sensível, é a luz gerada pelo Sol que ilumina os objetos e as suas cores, fornecendo ao olho a capacidade de ver e às cores a capacidade de serem vistas, assim também, no caso do mundo inteligível, não é o Bem em si que possibilita a compreensão e o conhecimento, mas, sim, segundo Platão, o ser e a verdade que transbordam dele (508d3 e 509b3), instrumentalizando a mente e “iluminando” as ideias ou a inteligência organizativa constituinte do mundo inteligível.

Observe-se que Platão propõe-nos, em 508c, razão áurea similar à proporção áurea – 1,618 – já identificada na ocasião pelos matemáticos gregos. Essa razão áurea é estrutural à perspectiva que Platão propõe para olhar o mundo e a natureza, de forma ordenada, metódica e direta, superando, assim, as ilusões próprias das cavernas. Essa razão áurea pode ser formulada nos seguintes termos: o Sol está para o mundo visível assim como o Bem em si está para o mundo inteligível. De posse dessa razão áurea, podemos invocar o alicerce geométrico adotado pelos pitagóricos, posicionar nele os elementos destacados por Platão na metáfora do Sol e revelar o esquema referencial adotado na elaboração do discurso. O esquema, a seguir, resume a estrutura conceitual contida na metáfora do Sol.

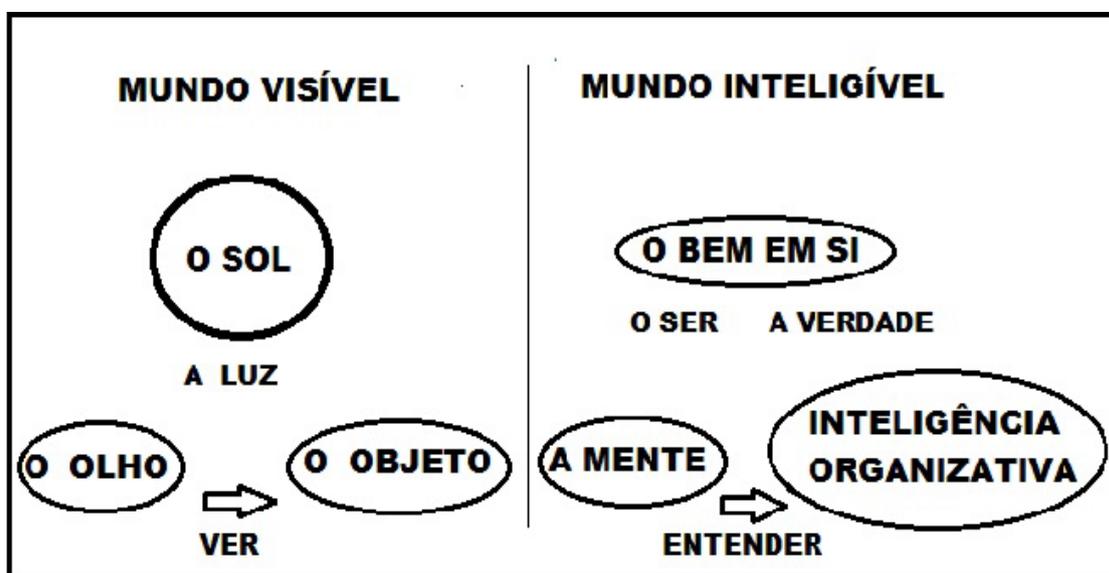


Figura 16: O modo platônico de ver o mundo I.

Surpreendentemente, o que se revela é o modo platônico de ver o mundo e não apenas o conjunto de conceitos invocados na metáfora. O alicerce bidimensional do esquema estampa não apenas a dualidade identificada por Platão na natureza – o visível e o inteligível –, mas também referencia o projeto filosófico de Platão que tenta superar o mundo visível como referência do entendimento e posicionar as mentes no plano inteligível onde o entendimento efetivamente pode-se realizar. Naturalmente, é preciso ter em mente que se trata de um olhar metafísico que busca descortinar a constituição ontológica do mundo e que, absolutamente, não pode ser confundido com o olhar epistemológico moderno, no qual se contrapõe objetivo e subjetivo, em busca da teoria do conhecimento. O visado é a constituição efetiva da realidade, não as condições viabilizadoras do pensamento. Assim, o mundo inteligível precisa ser entendido, segundo os termos platônicos, como provedor da essência constitutiva, edificadora e sustentadora do mundo visível. Portanto, ontologicamente, o mundo inteligível antecede ao mundo visível, ainda que, temporalmente, sejam simultâneos e partícipes, de um e de mesmo mundo.

Posto o esquema em sua evidência significativa, o que ainda resulta obscuro nesse esquema interpretativo de Platão? A explicitação do mundo visível parece suficientemente realizada em face da consistência interna dos elementos destacados e da nossa experiência visual com o mundo material e sensível. A substituição do termo ideias por inteligência organizativa – que é a única mudança que realizamos relativamente ao texto – não oferece dificuldades. Como é que se constrói um edifício? Primeiramente, engenheiros e arquitetos elaboram projeto que especifica a obra. Esse projeto indica a inteligência organizativa, segundo a qual os materiais que serão utilizados na construção deverão ser reunidos, combinados, articulados, misturados e ordenados, de tal sorte que o resultado final do esforço seja o edifício pretendido. Observe-se que a construção realiza-se obedecendo às especificações constantes do projeto, e, à medida que a construção avança, a inteligência organizativa descrita no projeto vai sendo incorporada à obra. No final, o edifício constitui unidade e totalidade determinadas justamente pelas especificações do projeto, isto é, determinada pela inteligência organizativa incorporada. Resta, então, contemplar o Bem em si e suas duas emanações: o ser e a verdade.

Todos temos experiências introspectivas reveladoras de que a operação da mente exige operador, um operador inteligente, o qual podemos designar intelecto e que, em nossos momentos introspectivos, identificamos com o nosso ser, com o ser que somos no mais profundo do complexo que nos constitui. O que Platão afirma é que esse ser constitui emanação do Bem em si, uma emanação, segundo ele, por transbordamento. Os estudos não ortodoxos de lógica incluídos como apêndice identificaram o padrão de movimento inferencial que obedece à Lógica Transcendental e que possui a propriedade de explicar o surgimento de uma totalidade que transcende à soma de suas partes. Com isso, entendemos mais adequado dizer que o ser emana do Bem em si, por transcendência, porque essa lógica explica como algo antes não existente pode emergir em determinado plano existencial. Como já vimos, não há, aqui, qualquer mistério. Caso o leitor consiga unir dois átomos de hidrogênio a um átomo de oxigênio em condições apropriadas, terá criado uma molécula de água, até então, inexistente na comunidade das moléculas. Tal molécula terá propriedades que não estavam presentes nem no átomo de oxigênio nem nos átomos de hidrogênio, logo, constitui totalidade situada para além da mera soma das partes. Assim, embora Platão não

explique como ou por que essa emanção acontece, não resta dúvida de que, técnica e logicamente, esse movimento criativo não envolve dificuldades.

Parece sem razão que alguém recuse a presença de um ser na raiz de seus pensamentos; então, admitir a presença dele como intelecto operador da mente parece questão perfeitamente defensável. Da mesma forma, admitir o surgimento do ser ou de qualquer outro fenômeno por transcendência, tampouco, oferece as dificuldades virtualmente presentes com o uso de outra expressão, tal como transbordamento. Em Física Quântica, constata-se que elétrons negociam – recebem e devolvem – *quantum* de energia com o vácuo cósmico, ao mudarem de órbita no átomo. Embora esse vácuo cósmico ainda não esteja completamente esclarecido, apresenta-se como sério candidato a situar-se fora do espaço-tempo que delimita a localidade onde a ciência, desde Einstein, opera. Assim, usar o conceito de transcendência afigura-se não apenas possível, mas também conveniente à própria ciência, a qual, desde Newton, optou pelo conceito de imanência, o qual se encontra na berlinda com a crise do conceito científico de localidade ou com o advento do conceito de não localidade em Mecânica Quântica. Pode-se concluir, então, que, em princípio, não se vislumbram dificuldades à tese platônica de advento do ser por transcendência.

A questão da verdade já não é tão simples e exige reflexão mais detida. As expressões “o bem em si”, “o belo em si” e “a verdade” constituem conceitos interdependentes que podem ser vinculados ao culto grego da beleza e da perfeição. Talvez, a expressão mais clara dessa valorização da beleza que chegou até nossos dias seja o prestígio das esculturas gregas, esmeradas em representar a perfeição do organismo humano. Elogia-se, até hoje, a beleza de uma mulher, dizendo tratar-se de escultura grega. Nessa perspectiva, o conceito de beleza está vinculado ao conceito de medida certa, que é também medida adequada, e a beleza manifesta do mundo resulta de participações de fenômenos em beleza em si divinizada. A beleza em si ou o Bem em si são postos, no esquema platônico, na posição de princípio primeiro do mundo inteligível, de acordo com a Teoria das Ideias e com a perspectiva metafísica adotada. No *Filebo*, Platão refere-se a esse princípio como o Uno, o qual é definido como princípio da unidade, absolutamente simples e indivisível, que não chega a ser número porque antecede ao próprio número. As religiões modernas identificam Uno com Deus; a Metafísica, com o princípio primeiro de natureza absoluta.

Ora, na perspectiva metafísica adotada por Platão, Uno representa o ponto radical de origem, o vértice a partir do qual a realidade do mundo edifica-se. Edifica-se aleatoriamente? Não! Edifica-se em cosmos, plenamente organizado e integrado em uma totalidade irreduzível. O universo grego é cosmos, não caos. Para que seja cosmos e não seja caos, impõe-se que a criação seja regulada por leis universais inescapáveis e imutáveis. Como já vimos na discussão do modelo do Logos Normativo, tais leis configuram aquilo que Platão designa princípios primeiros que, ontologicamente, antecedem as próprias ideias. Em algumas ocasiões conceituais esparsas, Platão aporta lampejos a respeito desses princípios. Um deles é relatado por Aristóteles, ao discutir o Uno e a díada do grande e do pequeno – na sua Metafísica. Outro, quando Platão – no *Filebo* – discute o um indivisível da mais extrema simplicidade, frente ao um da totalidade, sabidamente composto de partes. Um terceiro momento apresenta-se no *Sofista*, com a proposição de cinco gêneros supremos. Contemplando esses momentos conceituais, à luz do que Platão afirma sobre as matemáticas na metáfora da segunda navegação, no *Feridon*, consegue-se entender o sentido geral

subjacente à tese platônica sobre a constituição do mundo inteligível e o sentido específico que o termo verdade adquire nesse contexto.

O projeto do edifício citado, ou mais especificamente a inteligência organizativa que os engenheiros e os arquitetos projetaram e registraram nas plantas e nas descrições do edifício, precisa obedecer às leis da Geometria, da Lógica e da Matemática, consideradas, respectivamente, as ciências da forma, do movimento e da quantidade, indispensáveis para conferir estabilidade, permanência e funcionalidade ao edifício em construção. Essas três ciências, como se sabe, constituem alicerce das demais ciências físicas, e os gregos antigos, tendo consciência desse papel básico, indicavam-nas, de modo geral, como ciências matemáticas. Daí, entenderem que os próprios deuses construtores do universo tiveram de obedecer às ciências matemáticas para que o universo constituísse um cosmos e, não, um caos. É, pois, em razão de obedecer às ciências matemáticas que algo era considerado belo e bom pelos gregos. Daí, também, toda a obra dos deuses, na criação e na gestão do universo, ser considerada obra do bem em si ou do belo em si e constituir sempre coisas boas. Nesse sentido, o universo e a natureza existentes constituem realidades boas e belas, porquanto sancionadas pelas matemáticas, sendo ilógico e irracional pretender fazer ou esperar que os deuses façam ou construam algo à margem dessas leis. A discussão dos princípios que realizamos na primeira parte deste trabalho indica que tanto o relativo como o absoluto implicam naturezas determinadas e próprias aos seus termos, isto é, natureza absoluta e natureza relativa, ambas inescapáveis, de sorte que o advento do relativo a partir do absoluto somente pode dar-se de modo plenamente normatizado por uma inteligência criativa, como modo relativo determinado e inescapável de existir. Esse é o sentido profundo do termo verdade empregado por Platão para caracterizar as formas ou as ideias – a inteligência organizativa – que são as ocorrências objetiváveis do mundo inteligível. A verdade que ilumina o mundo inteligível revela o alicerce lógico, geométrico e matemático presente em toda inteligência organizativa engendrada. Por ser a mesma verdade constituinte da mente, nada mais natural que a operação da mente reconheça a presença da verdade nas ideias e, assim, admita-a como conhecimento.

Observe-se que a inteligência organizativa contida no projeto do edifício serve apenas para organizar o edifício em uma unidade estável – durante certo tempo ao menos – e constitui o conhecimento que podemos adquirir sobre o edifício objetivamente construído, mas não contempla registro da inteligência criativa que os projetistas usaram na concepção do edifício. As plantas do edifício não indicam a inteligência criativa ou os conhecimentos que os engenheiros e arquitetos usaram para projetar o edifício. Da mesma forma, a inteligência organizativa natural que sustenta uma árvore, muito mais sofisticada que a de um edifício, de vez que preconiza a própria reprodução da árvore, não explica a inteligência criativa utilizada pela natureza ao dar existência à primeira de todas as árvores. Portanto, no esquema do mundo inteligível de Platão, sintetizado na Figura 16, a verdade indica a inteligência criativa que liga a elipse do Bem em si com a elipse da inteligência organizativa. Indica os princípios limitantes que são geradores da existência relativa e que são geradores de todas as inteligências organizativas configuradoras dos fenômenos existentes. Em conjunto, ser e verdade indicam os princípios ativos construtores da complexidade universal.

Como se conclui, Platão, com a metáfora do Sol, não se esquivava de prestar os esclarecimentos requeridos, mas realiza operação de camuflagem da verdade, evita ser

prescritivo, mas não deixa de comunicar àquele que possui condições de entender. Não fala do Bem em si, mas revela a perspectiva que permite ao interlocutor, por si mesmo, vislumbrar o Bem em si. Platão não quer ensinar, quer emancipar.

Para tanto, mesmo sem declarar objetivamente, precisa indicar o seu próprio ponto de vista, precisa esclarecer qual é o seu modo de ver o mundo e todas as coisas. Para entender esse modo de ver, é indispensável que o leitor conheça o modo geométrico que os pitagóricos adotavam para posicionar devidamente as coisas e captar os valores e os sentidos relativos dos conceitos em suas recíprocas relações, única forma de constituir e compreender um todo articulado. A Figura 16 procura revelar esse todo da forma platônica de ver o mundo. Essa figura bem como todos os seus componentes estão expressamente indicados no texto e, nessa condição, configuram o plano da metáfora que representa o primeiro desvio da verdade indicado no início. A própria verdade incluída na figura e no texto camufla o segundo desvio e torna-o entendimento restrito aos habilitados. A verdade, ali, representa o *limitante* de Pitágoras, representa a inteligência criativa que propomos e, na cabeça de Platão, possivelmente, era assimilada à *década sagrada*, se não exclusivamente, ao menos, em relevante medida.

Com isso, pode-se inferir que, caso Platão desejasse ser prescritivo, teria elaborado a mesma figura, substituindo a verdade pela *década sagrada* ou pelo *limitante* e, naturalmente, teria usado ideias/formas em lugar de inteligência organizativa.

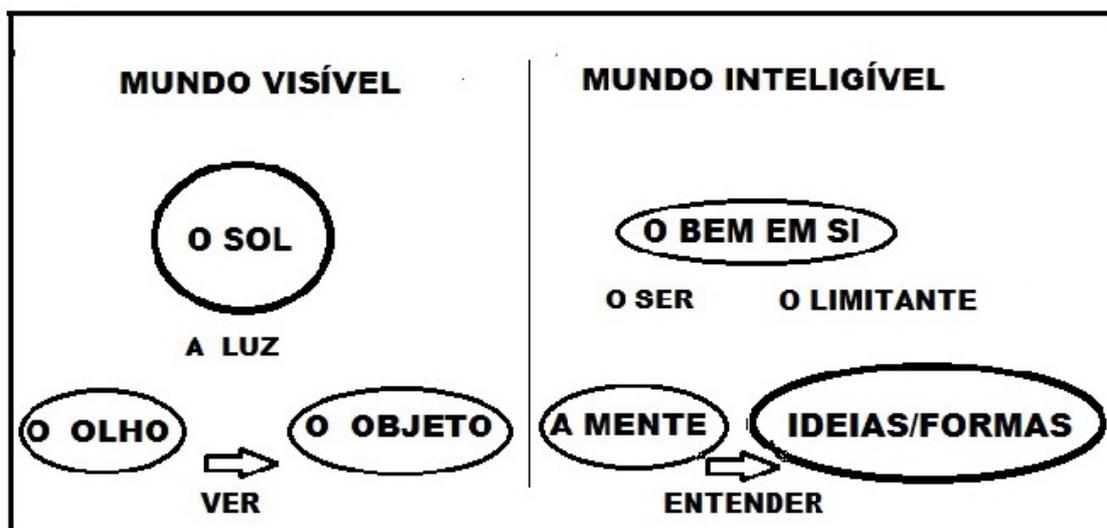


Figura 17: O modo platônico de ver o mundo II.

Quer parecer-nos que essa seja a representação mais fidedigna do modo de ver o mundo que pode ser atribuído a Platão, segundo o que se pode inferir a partir dos exíguos dados disponíveis e tendo como amparo o modelo do Logos Normativo. O maior mistério remanescente continua sendo o real entendimento que Platão teria tido do *limitante*. As melhores pistas disponíveis são aquelas indicadas na *Carta VII*, as implícitas na discussão dos gêneros supremos do *Sofista* e a discordância de Platão sobre a correspondência unitária do ponto, na *década*, com a qual iniciamos este estudo, por constituir um detalhe técnico não esclarecido por ele. O modelo do Logos Normativo apresenta solução dimensional para o caso, mas isso não nos autoriza a deduzir o que, realmente, passava-se na mente de Platão.

UMA RAZÃO NEGLIGENCIADA DAS DOCTRINAS NÃO ESCRITAS DE PLATÃO

Não se pretende, aqui, realizar inventário dos motivos que levaram Platão a deixar de registrar e explicar, nos seus diálogos, a sua Dialética e a sua Teoria dos Princípios. Os trabalhos que decorreram da proposta de Tübingen-Milão exploram, convenientemente, o tema, embora a Academia, de um modo geral, ainda se ressinta da necessidade de harmonizar-se melhor com o fato histórico de um ensino esotérico que, em dadas circunstâncias, revelou-se solução necessária e conveniente. Para tanto, terá de compreender e levar, na devida conta, as diferenças que separam as linguagens e as soluções interpretativas e expressivas modernas, daquelas adotadas nos tempos dionisíacos, anteriores ao esforço de racionalização que os gregos clássicos empreenderam. Deixando de contemplar os textos da época com o filtro religioso forjado pelo cristianismo, já logra-se vislumbrar alguns dos conteúdos de verdade e de valor científico que tais registros contemplam, e, assim, alegoria, poesia, mito e a própria gnose adquirem novos significados.

O que se almeja, aqui, é contemplar, minimamente, o esforço de racionalização empreendido pelos gregos no processo de estabelecimento da Filosofia como disciplina racional dotada de objeto próprio – e que, grosso modo e segundo os registros disponíveis, estende-se de Tales de Mileto a Platão e Aristóteles –, destacando as dificuldades expressivas derivadas da pobreza conceitual enfrentada na ocasião e que têm sido negligenciadas nas considerações sobre a chamada retenção de conhecimentos realizada por Platão nos seus diálogos.

No exame dos antecedentes da *década sagrada* de Pitágoras – na primeira parte deste trabalho –, já indicamos que as suas principais contribuições matemáticas possuíam origem egípcia e constam de registros preservados que revelam constituírem conhecimentos que forneciam alicerce e base científica aos relatos e às histórias que compunham a mitologia egípcia. Contando com tal fundamentação matemática, a mitologia não pode ser interpretada como simples manifestação ingênua de uma cultura incipiente, mas, ao contrário, precisa ser entendida como solução pedagógica genial de uma cultura científica superior, em face de contexto social desprovido de recursos para entender a explicação científica cabível. A mitologia cumpre o seu papel normativo na sociedade, justamente porque esse alicerce matemático confere-lhe plausibilidade e razoabilidade convincentes. Esse convencimento resulta da identificação que os espíritos experimentam em face da estrutura de relatos mitológicos que, tal como o discernimento, ampara-se nas mesmas matemáticas. A correspondência das instâncias normativa, objetiva e gnosiológica, evidenciada pelo modelo dimensional descrito neste trabalho, justifica essa identificação, mesmo na ausência de descrição racional devidamente formalizada e, ainda, que se tenha que admiti-la como percepção meramente intuitiva. Desse convencimento intuitivo, resultou a energia que lançou os pensadores pré-socráticos ao grande desafio de traduzir essas percepções em termos racionais, o que, naturalmente, impôs-lhes a necessidade de apurar a compreensão de sentidos e significados, de criar palavras, de formalizar conceitos e de desenvolver a linguagem própria exigida por tal empreendimento.

O que nos parece negligenciado na consideração das causas da chamada retenção de saber por parte de Platão é, justamente, essas dificuldades expressivas decorrentes de

linguagem ainda não aparelhada convenientemente com palavras e com significados capazes de indicar os novos sentidos que emergiam da meditação. E observe-se que as diversas contribuições pré-socráticas não indicam dispersão das atenções sobre diferentes temas que, eventualmente, poderiam integrar um modo mais erudito ou meticuloso de pensar, mas todas as contribuições concentram-se sobre uma mesma questão: a questão dos princípios justificadores do advento do mundo. As soluções propostas diferiam, como, por exemplo, terra, fogo, água e ar, mas o objetivo era o mesmo. Ora, isso indica, de forma veemente, que a fonte motivadora de todos esses pensadores era uma e mesma fonte.

Quer parecer-nos que essa fonte foi a mitologia e, em particular, a mitologia egípcia que já contemplava a concepção de uma fonte primordial e explicava, justamente, a formação e o advento da natureza, simbolizada por Hórus. O domínio da Jônia pelos egípcios na época, a propagação dos mistérios de Eleusis em território grego e o próprio uso intensivo da mitologia realizado por Platão constituem outros fortes indícios dessa fonte motivadora, a qual encontrou, no espírito grego, a vontade de superar a mera intuição da verdade, submetendo essa intuição ao formalismo matemático cujo cultivo levava o espírito grego a venerar a justa medida. Se a beleza submetia-se às matemáticas, a natureza toda deveria fazê-lo e, assim, também deveria ser o processo criativo universal – curiosa e sintomaticamente coerente e verossímil – de que tratavam os relatos mitológicos egípcios. Talvez, de modo sintético, possa-se considerar que egípcios e gregos comungavam de alicerce inconsciente comum, baseado nas matemáticas, e que desse feliz encontro de culturas, ocorrido em território da Jônia, surgiram as condições suficientes para a concepção e o parto da Filosofia ocidental.

A evidência mais forte que nos chega dessa comunhão espiritual em alicerce inferencial de ordem matemática consta das formas expressivas usadas por uns e outros para indicar o processo criativo. A *década sagrada* pitagórica era representada sobre o triângulo equilátero – conforme a Figura 1 e a Figura 11 –, destacando o vínculo geométrico dos princípios, mas era também representada em expressão aritmética, destacando a relação dos princípios com os números. A mesma situação acontece na representação do triângulo sagrado egípcio, transcrita na Figura 6 e comentada por Plutarco, que contempla a relação dos *neteru* egípcios com os números e com a geometria. Com isso, verifica-se que a concorrência de forma e de quantidade – geometria e número –, na edificação da existência, percebida pelos pitagóricos, também possui antecedentes na cultura egípcia. A evidência mais importante, porém, consiste na perfeita simetria que se percebe existir entre o panteão de “deuses” egípcios envolvidos nos relatos mitológicos da criação e a expressão aritmética da *década sagrada*, cuja criação costuma ser atribuída aos pitagóricos. A figura, a seguir, sintetiza isso.

Década sagrada	1	2	3	4	10
Panteão de deuses egípcios	Osiris	Isis	Seth	Neftis	Hórus
O modelo dimensional	O ser determinado	A inteligência potencial	A matéria	O tempo	O ente em ato

Figura 18: Correspondência da *década* grega com os *neteru* egípcios envolvidos na criação.

Segundo Gadalla (2003), Osíris é o pai, assimilado à água do Nilo, o poder fecundador, tal como, no modelo dimensional, o ser é o intelecto edificador dotado de um impulso ilimitado para a complexidade; Isis é a mãe, assimilada à terra umedecida pelo Nilo, o receptáculo, que, no modelo dimensional, corresponde à alma e à inteligência organizativa potencial; Seth é o tio, o fogo, a secura que se opõe à umidade, o poder contestador que se opõe a Osíris e que, no modelo dimensional, corresponde à matéria que se opõe ao espírito; Neftis é apenas indicada, por Gadalla, como esposa de Seth e, no modelo dimensional, corresponde ao tempo de preservação da organização da matéria. Hórus é o filho, na história egípcia da criação, assimilado à natureza que floresce no vale do Nilo e que, no modelo dimensional, corresponde à existência em ato, isto é, ao existente. Evidentemente, os gregos clássicos não dispunham do modelo dimensional que, hoje, permite-nos ver, com clareza, a simetria estrutural do panteão egípcio com a década grega, de sorte que parece difícil, se não impossível, inferir qual era a compreensão que os gregos e Platão, em particular, desenvolveram. Parece inegável, porém, que sabiam que ambas as composições consistiam em estruturas gerativas que objetivavam explicar o processo da criação.

Nessas circunstâncias, não é difícil perceber que os mistérios de Eleusis e os relatos dos mitos egípcios da criação tiveram o poder de convencer e de estimular as melhores mentes gregas da época, ao ponto de fazê-las enfrentar a carência conceitual e as limitações da linguagem, na tentativa de expressar o processo criativo, em termos matemáticos e formais, conforme o exigia o espírito grego clássico. Os fragmentos desses pensadores que chegaram até nossos dias testemunham tanto o vigor dessa busca como as dificuldades conceituais e expressivas encontradas, as quais também Platão enfrentou e registrou, formalmente, no *Sofista* (243B e 267d-e), debitando a *falta de um grande suprimento de designações* aos antigos que, nesse aspecto, teriam sido negligentes e que, em alguma medida, ainda hoje, encontra-se presente nos estudos metafísicos, e cuja solução apenas agora parece, finalmente, encaminhar-se, em medida relevante.

Curiosamente, é na corrente detratora do ensino esotérico e da Metafísica que se encontra a mais precisa descrição do conflito intelectual enfrentado por Platão, nesse empreendimento, mas que deveria ter sido comum a outros pensadores que enfrentaram a questão dos princípios. Trata-se de um trecho de Stefanini (1949), citado recursivamente por Tigerstedt (1977) e Rowe (2012), o qual merece ser transcrito.

Uma certeza absoluta e uma dúvida radical, um objeto fixo e imutável proposto à conquista do espírito e um sujeito ansiosamente voltado para ele e sempre repellido pela meta; uma intuição que se eleva instantânea e prodigiosamente e uma dialética trabalhosa que nunca consegue aprisionar a subida revelação, mas é necessário pressuposto e consequência desta: essa a atitude essencial do pensamento platônico. Não existe na história da filosofia um termo que sirva para expressar com precisão essa atitude. Se eu falasse de probabilismo, indicaria, sim, a incapacidade da mente humana de se pôr em equação perfeita com a verdade, mas não daria conta de outros meios com que o platonismo garante a certeza. Se falasse de misticismo, explicaria o impulso afetivo com que a alma se dirige para a sua realização, mas negligenciaria o aspecto racionalista e quase iluminista do sistema para o qual o uso do raciocínio é o antecedente não eliminável de qualquer progresso do espírito. Obrigado a usar algum termo, mesmo que inadequado, que represente o máximo grau de aproximação, falo de *skepsis* platônica, entendendo a palavra no significado etimológico de busca. Platão é o buscador incansável daquilo que já encontrou, para dizer melhor, o esforço de sua especulação está voltado a traduzir em termos racionais aquilo que a intuição lhe revelou infelizmente. Chegando ao limite da

busca, ele não declara incognoscível, mas simplesmente não conhecido por ele aquilo que está além; não duvida da verdade, mas das provas da verdade. (STEFANINI, 1949, p. XXXIII).

Esse trecho é usado por Rowe, segundo ele, em virtude “de refletir plenamente o seu ponto de vista”, mas serve-lhe para acusar Platão de que a sua verdade “era aquela que a Igreja afirma possuir” (p. 391) e também para externar seu ponto de vista sobre os metafísicos em geral: “Minha ideia é que poucos hoje leriam os diálogos como liam os neoplatônicos, ou seja, como testemunhos da metafísica neoplatônica (sic) (tarefa que exigiu e exigiria não só ingenuidade, mas também compartilhar de modo independente e completo os pontos de vista metafísicos em questão)” (ROWE, 2012, p. 386).

Deixando Rowe – e seu fígado – de lado, fixemo-nos na percepção certa e precisa de Stefanini sobre o conflito vivenciado pelo espírito de Platão. Não se tratava, fundamentalmente, de segredo iniciático, não se tratava, tampouco, de sonegação de informação e, muito menos, de puro ato dogmático de fé, tratava-se, ao contrário, de certeza inabalável e da inexistência de recursos conceituais capazes de traduzir essa certeza em termos claros, logicamente sustentados e a salvo de distorções interpretativas. Como bem Stefanini percebeu, não se tratava de algum problema com a verdade, mas, sim, com as provas da verdade.

Atualmente, contando com o modelo dimensional da inteligência criativa, essas carências conceituais tornam-se explícitas, fato que demonstra, cabalmente, a impossibilidade de que a solução dimensional pudesse ter sido formulada na época de Platão. Como fazê-lo sem uma geometria dimensional que se revela dotada da propriedade de reunir as geometrias euclidianas e não euclidianas em um único modelo, antes de Euclides? Como fazê-lo sem uma ciência de múltiplas lógicas antes mesmo de Aristóteles formalizar a Lógica Clássica como ciência? Como fazê-lo sem uma matemática de múltiplos graus de infinidade? Enfim, como fazê-lo sem o zero e sem o sistema decimal? Stefanini tem toda a razão: Platão é o buscador incansável daquilo que já encontrou, e a genialidade perceptiva registrada nos diálogos testemunha que o seu método dialético representava ferramenta efetiva e eficaz que lhe concedia acesso de clareza inusitada à verdade do existente. Não há como negar o poder de análise e de entendimento que a Dialética conferia-lhe, o que indica que não se tratava de mera intuição indefinida e indescritível, mas de referencial cognitivo metodicamente utilizado, isto é, de modelo ou paradigma formal dotado das mesmas propriedades ou, ao menos, de propriedades explicativas equivalentes àquelas facultadas pelo modelo dimensional. Provavelmente, nunca saberemos como isso foi possível, mas esse desconhecimento não nos autoriza a ignorar a genialidade perceptiva fartamente registrada que testemunha a posse de uma referência formal⁷¹.

Sócrates tenta, no Banquete, por meio das lições de Diotima (*Smp.* 207-212), caracterizar a única paixão que cabe ao filósofo e que não se confunde com as paixões de origem física cuja superação custara tanto a Alcibiades (*Smp.* 219d-e). Uma paixão benigna nascida na alma que se manifesta arrebatadora e justifica-se em um único caso: quando o pensador percebe-se diante da verdade e estabelece-se entre ele, ela e o método que propicia o

⁷¹ O fato de os diálogos de Platão evidenciarem uma mente lúcida e organizada pode ser tomado como indício de que a sua filosofia constitui um sistema filosófico ou um modelo filosófico completo?

encontro uma relação absolutamente irrenunciável. Essa paixão do filósofo para com a verdade, propiciada pela Dialética e pela Metafísica, é que Platão externa no seu último diálogo, disfarçado de ateniense e sem quaisquer resquícios de arrogância. Em termos próprios⁷², ele afirma que ou você domina a Dialética ou está fora e não tem a menor chance de confrontar a verdade (Lg. 991e-992d). Platão, por vezes, caça os interlocutores, por vezes, claudica ou se desvia e, até mesmo, por vezes, intencionalmente, introduz dificuldades interpretativas, mas, no caso das Leis e do papel do ateniense, no diálogo, não há como duvidar da seriedade, ainda que a assimilação do ateniense a Platão possa encontrar discordantes. De qualquer modo, o ateniense testemunha convicção firme e inabalável sobre o poder revelador da Dialética. Externa certeza que somente o vislumbre da verdade pode conferir ao pensador que, assim e somente assim, atinge a condição de verdadeiro filósofo, razão pela qual, quem não domina a Dialética não possui a menor chance. Com esse testemunho, o ateniense declara, quer parecer-nos, possuir paixão por aquilo que um dia será designado de Metafísica platônica. Nesse caso e, particularmente, se o personagem ateniense representa Platão, será lícito continuar entendendo que a filosofia de Platão não constitui um sistema filosófico ou um modelo filosófico completo? Dito de outra forma, pode-se conferir seriedade à declaração peremptória do ateniense e, ao mesmo tempo, recusar-lhe a posse de um modelo filosófico completo e apto a conduzi-lo, formalmente, à presença da verdade?

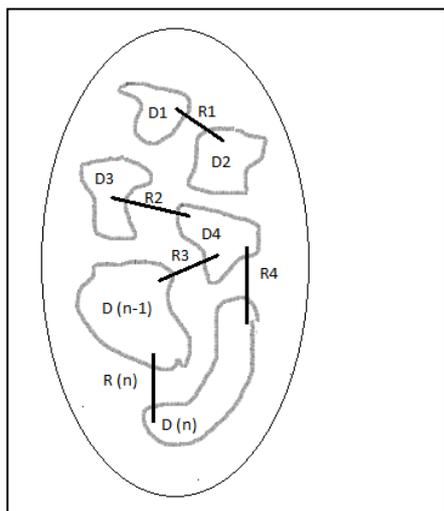
PODE-SE VISLUMBRAR NA FILOSOFIA DE PLATÃO UM SISTEMA FILOSÓFICO?

Supõe-se que questionar se um corpo doutrinário filosófico constitui ou não um sistema implique verificar se, no conjunto, os conceitos integrantes do corpo articulam-se e complementam-se coerentemente e, assim, potencializem o alcance do propósito declarado ou pretendido. Sistema invoca a ideia de processo que, por sua vez, pressupõe a coerência interna de suas partes – necessárias e suficientes – para o alcance de um fim determinado. As máquinas funcionam assim e são eficientes porque maximizam as relações estáveis de causa e efeito contempladas pela Lógica Clássica. Essa precisão funcional, ao ser exigida de um corpo doutrinário filosófico – que, virtualmente, pode priorizar outras lógicas –, implica um grau de exigência que, talvez, descarte um bom número dos sistemas filosóficos tidos como tal. Talvez, fosse mais adequado falar não em sistema, mas em modelo filosófico completo, mantendo as exigências de coerência interna e de suficiência dos conceitos, além do alcance do propósito elucidativo pretendido, tendo em mente que nem todas as relações são de feição sistêmico. De todo modo, o pensamento sistêmico invoca coerência entre os termos, o que é salutar e útil para o entendimento por parte de mentes modernas, daí, mantermos o conceito apesar das restrições.

Na busca de um suposto sistema filosófico de Platão, impõe-se partir daquilo que Platão, efetivamente, legou-nos e que são os seus diálogos. Examinando esses diálogos,

⁷² O *método correto* não é designado textualmente como dialética, mas é indicado pela presença de todo o sistema numérico complexo, de *toda combinação harmônica*, do *padrão uniforme da revolução dos astros* (astronomia) e da *concentração na unidade*. Entendida a Astronomia como ciência do movimento e caracterizada a Lógica como ciência dos padrões de movimento, estamos diante da lógica da existência, diante do Logos Normativo da existência e, conseqüentemente, diante do método dialético de Platão, que constitui o único método que conduz ao Uno e contempla a presença dos *deuses*.

verifica-se que cada um deles contempla certo conjunto de conceitos, virtual ou supostamente pertencentes a um corpo doutrinário. Verifica-se, igualmente, que, por vezes, o mesmo tema aparece em diferentes diálogos – indicando a presença de superposição – e que também percebe-se a existência de relações entre conceitos tratados em diferentes diálogos – indicando a presença de complementaridades. Tendo em vista que um sistema filosófico deve constituir uma totalidade, podemos representar, analogicamente, essa totalidade com um círculo e posicionar, dentro dele, os diálogos e as relações identificadas, visando a constatar se existe completude. O resultado – simbólico – teria, aproximadamente, a seguinte figura.



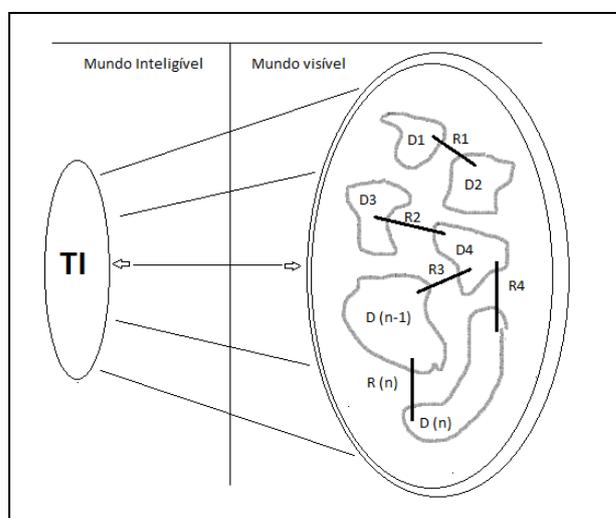
Como a figura tenta mostrar, o conjunto dos diálogos de Platão $[D_1 + D_2 + D_3 + \dots + D_n]$ não configura uma totalidade e não abrange a totalidade conceitual exigida para a caracterização de um sistema. Tampouco, as relações identificadas possuem essa propriedade $[R_1 + R_2 + R_3 + \dots + R_n]$. Nem mesmo a soma dos conhecimentos contemplados pelos diálogos acrescida da soma das relações conceituais identificadas configuram um sistema. De sorte que, considerando apenas os diálogos escritos, constata-se confirmadas as opiniões quase unânimes dos estudiosos modernos, que entendem que Platão não oferece um sistema filosófico.

Figura 19: O modelo metafísico de Platão ou o modelo que estava ao seu alcance – Fase A.

O fato de a conjugação dos conceitos presentes nos diálogos não configurar um sistema não pode surpreender, tendo em vista que os próprios diálogos não se apresentam com intenção prescritiva ou como teses filosóficas, afigurando-se mais como recursos didáticos – apostilas – destinados a orientar as discussões acadêmicas. A intenção mais clara que transparece parece ser a de provocar o exercício da meditação filosófica, visando ao preparo das mentes para tais operações. Mas a filosofia de Platão não se restringe ao que está escrito e que é visível e palpável, como os livros que contém os diálogos. Sua filosofia defende a existência, no mundo, de instâncias inteligíveis que se distinguem de modo muito claro da instância visível, ordinariamente percebida pelos homens. Platão formaliza tal solução propondo uma Teoria das Ideias ou das Formas, segundo a qual todo existente em ato é o que é, determinado e moldado por uma forma – inteligência organizativa – de caráter inteligível.

Os diálogos são insistentes e efusivos nessa remessa para um mundo inteligível, situado para além do mundo visível. Esse “situado para além do mundo visível” não deve ser entendido como remessa para outro mundo ou para outra realidade, mas remessa para instâncias metafísicas da mesma realidade da qual faz parte o mundo visível. O mundo inteligível, nessa concepção, constitui o alicerce ontológico que sustenta o mundo visível. Com isso, esse mundo inteligível não pode ser colocado ao lado do mundo visível, uma vez que se situa como que por trás dele ou por baixo dele. Caso se tenha isso em mente, podemos acrescentar esse mundo inteligível à figura, contemplar o conjunto e verificar se, assim,

vislumbra-se um sistema filosófico. Para tanto, torna-se indispensável reconfigurar a totalidade contemplada na fase A da figura, para que passe a representar a totalidade universal de ocorrências constituinte do mundo visível, o que implica entender que os espaços vazios do círculo, nesse caso, passam a representar todos os demais entes e fenômenos que integram e fazem parte do universo. Dessa forma, o desenho assume a seguinte forma:



Assim, nesta fase “b” do desenho, o círculo torna-se representativo do mundo perceptível e passa a comportar, então, todos os fenômenos e entes que integram o universo, dentre os quais se situam os diálogos de Platão. Segundo a Teoria das Ideias (TI), a cada um dos componentes objetivos do universo corresponde uma ideia integrante do mundo inteligível, sendo essa ideia o aspecto do componente que pode ser apreendido pelo pensamento. Nesse caso, a totalidade universal corresponde à soma – ao conjunto – de todos os seus componentes $[C_1 + C_2 + C_3 \dots + C_n]$.

Figura 19.1: O modelo metafísico de Platão ou o modelo que estava ao seu alcance – Fase B.

Platão não chega a entrar em detalhes sobre as ideias, restando apenas seguro que, segundo ele, haveria um conjunto de ideias $[I_1 + I_2 + I_3 \dots + I_n]$ correspondente ao conjunto de entes e componentes do universo $[C_1 + C_2 + C_3 \dots + C_n]$. Esse conjunto de ideias seria menor que o conjunto de componentes porque a mesma forma instrui muitos casos particulares, tal como a forma humana aplica-se a toda a humanidade. Caso entenda-se essas ideias de Platão como *inteligência organizativa* que configura cada ocorrência singular na forma objetiva manifesta, a Teoria das Ideias revela-se consistente com o que as ciências presentemente ensinam-nos, isto é, que entes e fenômenos, em última instância, constituem porções de energia convenientemente organizadas em uma totalidade.

Apesar da consistência dessa teoria, Platão não elabora esse conjunto de ideias, embora proponha gêneros supremos com os quais, de algum modo, seria possível contemplá-las. De qualquer modo, dado que essas ideias referem-se ao mundo visível e a cada um dos infinitos casos concretos da existência, servem para esclarecer o visível, mas não explicam as razões da existência e, assim, a mera inclusão da Teoria das Ideias não configura um sistema ou um modelo filosófico completo, conforme já percebido por Aristóteles na sua *Metafísica*. Ocorre, porém, que as remessas que Platão realiza para o mundo inteligível não se limitam a encaminhar as questões para as ideias ou para as inteligências organizativas que moldam as ocorrências singulares. Em algumas oportunidades, particularmente nos processos dialéticos e quando Platão trata das questões “mais elevadas”, ele faz o encaminhamento para um ponto originário situado ontologicamente muito além das ideias, o qual é definido por ele como o Bem em si ou como o Uno em si e é também qualificado – no *Filebo* – como fonte originária de todas as coisas, conforme já vimos. Ao se acrescentar esse ponto originário à figura, abre-

se, entre esse ponto originário e a Teoria das Ideias (TI), uma lacuna conceitual muito específica, que requer uma solução conceitual também específica. Tal solução achava-se disponível na Primeira Academia. Referimo-nos à *década sagrada* de Pitágoras – cuja presença é atestada por Speusipo e Filón – e que revela possuir, de modo justo e preciso, as propriedades gerativas que são ali exigidas. Com isso, as peças encaixam-se em plena e nítida completude, e o desenho pode adquirir a sua forma final.

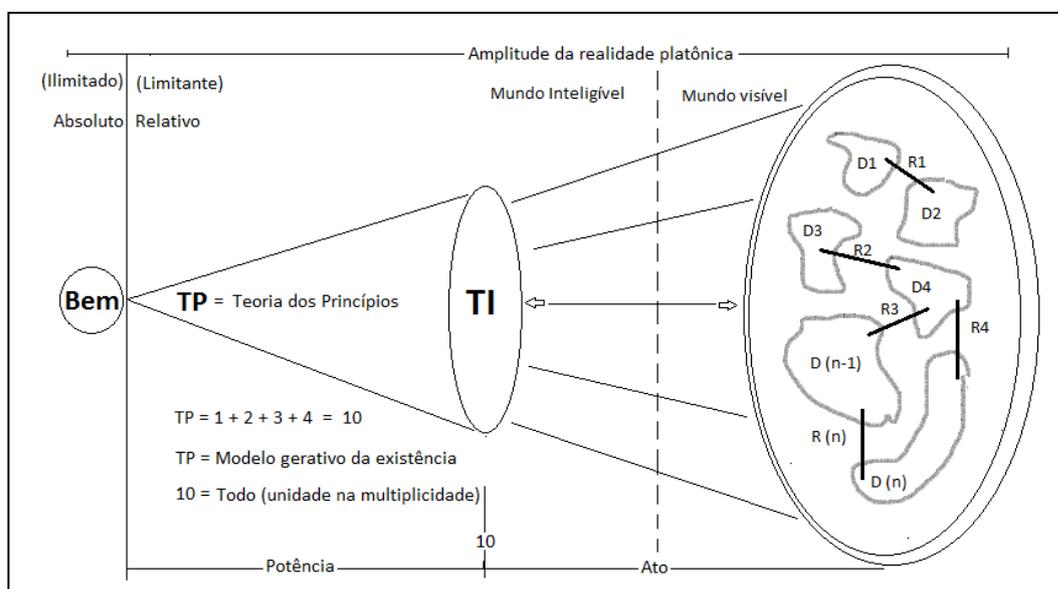


Figura 19.2: O modelo metafísico de Platão ou o modelo que estava ao seu alcance – Fase C.

Constituindo a *década sagrada* uma estrutura gerativa, como Filón de Alexandria ensina-nos, verifica-se que Platão detinha, na ocasião da Primeira Academia, solução conceitual perfeitamente apta a explicar o advento das ideias/formas – da inteligência organizativa – das quais a sua Teoria das Ideias depende para adquirir completude. Esse fato evidencia que Aristóteles tinha razão ao defender que Platão detinha uma Teoria dos Princípios e justifica os esforços – e até mesmo a angústia – de Aristóteles, em sua Metafísica, na busca de fundamentos racionais capazes de explicar a Teoria das Ideias, ficando, uma vez mais, requerida a presença de um ensino esotérico, ministrado a um círculo acadêmico restrito – ao qual Aristóteles não teve acesso –, para justificar esse seu desconhecimento da solução.

Especificando-se a Teoria dos Princípios de Platão com a *década sagrada* – na qual Filón distingue e qualifica a *tétrada* como potência e a *década* como ato –, resta pavimentada a autoestrada conceitual capaz de conduzir o pensador metafísico, em segurança, do Uno ao Todo universal. Com isso, compreende-se que a filosofia de Platão não apenas representa um sistema filosófico completo, mas também representa o único modelo filosófico capaz de fazer isto: explicar o advento do todo universal, a partir do princípio necessário, ou seja, que o ateniense das Leis tinha e continua tendo razão, ao afirmar que existe um método certo – a Dialética –, sem cujo domínio não é possível chegar à verdade constitutiva do mundo em que vivemos.

E observe-se que tais conclusões não dependem de uma precisa e completa especificação do entendimento efetivamente alcançado por Platão na confrontação da verdade – ao que tudo indica, ele não especifica os intermediários que permeiam uno e múltiplo – e o

nosso desenho é nitidamente figurativo. Apesar disso, o desenho aponta, claramente, a estrutura de recursos conceituais disponíveis na época – os módulos do sistema –, cuja articulação revela-se suficiente para mostrar que o propósito elucidativo constituía meta atingível. Nesse sentido, parece pertinente retomar a questão dos diferentes graus de determinação que, particularmente, uma mesma teoria dos princípios admite. O modelo dimensional da *década* faculta-nos, hoje, um grau de determinação que, sabidamente, não estava ao alcance das mentes na Grécia Clássica, como já vimos. Apesar disso, a presença dos componentes estruturais do sistema, na ocasião, sugere que algum tipo de compreensão era efetiva, ainda que, atualmente, enfrentemos dificuldades para entender em que medida e com que significados isso se dava. De todas as formas, a sua presença desautoriza-nos a interpretar que, na ocasião, inexistisse alguma compreensão formal a respeito: os diálogos são efusivos em informar o contrário.

O modelo dimensional amplia a luminosidade da questão, mas, obviamente, não oferece esclarecimento definitivo e, como costuma acontecer, coloca novas questões. O problema da memória universal e as questões relativas ao seu acesso constituem novas questões evidentes. As condições que possibilitam que uma dada inteligência organizativa enfeixe-se na forma de totalidade unitária e estável, no âmbito da multiplicidade, e também o modo como é acionada a transcendência que faz surgir essas unidades constituem outras questões emergentes ainda intocadas. O conhecimento é e será sempre provisório, mas a sua superação não significa, necessariamente, o abandono de dada perspectiva e a assunção de outra que lhe seja totalmente divergente. Tal como o caso dos princípios mostra, a superação pode dar-se meramente pela ampliação do grau de determinação da mesma solução vigente. A evolução do modelo tridimensional de localidade de Descartes para o modelo tetradimensional de Einstein constitui outro exemplo de preservação da perspectiva básica.

Assim, embora tenhamos iniciado essas considerações objetivando saber se era pertinente ou não falar da doutrina platônica, na condição de um sistema filosófico, em razão da luminosidade trazida pelo modelo dimensional, fica a impressão de que não se assume riscos exagerados ao se entender que a doutrina de Platão não apenas constitui um modelo filosófico pleno e completo, como representa, para além disso, uma solução doutrinária que, definitivamente, potencializa recolocar a Metafísica no centro de gravidade da Filosofia, no decorrer do século XXI. Evidentemente, se e na medida em que uma ciência embasada no modelo dimensional, saindo da sua zona de conforto – que, diga-se de passagem, já não se revela mais tão confortável assim –, conseguir descortinar um novo horizonte evolutivo para o conhecimento humano, preservado, mas elevando para outro patamar o caráter científico da civilização. Em cultura científica como a atual, nenhum conhecimento pode assumir papel cultural relevante, sem a sanção e o apoio das ciências. O alento resulta do fato de que a ciência, tampouco, pode dar-se ao luxo de desconsiderar uma hipótese capaz de ampliar-lhe os horizontes, as possibilidades explicativas e a compreensão da natureza.

A ACUIDADE DO FILÓSOFO NO *SOFISTA*

No estudo do Uno e do múltiplo, tivemos, primeiramente, de identificar o arco geral do discurso desenvolvido no *Filebo*. Esse discurso, em resumo, tenta a qualificação ou a

desqualificação do prazer relativamente ao saber, em uma vida humana superior. Na ocasião, chegamos a desconfiar que o tema do prazer teria sido usado apenas como pretexto ou camuflagem para oportunizar o tratamento do falso paradoxo *uno-múltiplo*, que pertence, como vimos, ao âmbito da Teoria dos Princípios, que Platão resolvera deixar à margem dos registros. Curiosamente, agora, ao dar o mesmo tratamento analítico ao *Sofista* – na busca dos gêneros supremos –, constatamos que o esforço de qualificação do sofista – que determina o arco geral de construção desse diálogo – também não passa de pretexto ou de camuflagem que esconde os verdadeiros propósitos do autor. Qual o sentido ou o valor filosófico de uma qualificação detalhada do sofista, quando a própria palavra já indica alguém que falseia a verdade e se vale de aplicações indevidas de conceitos ou, como já consagrado, de sofismas?

Mesmo reconhecendo que o sofista desempenha papel mais amplo na obra de Platão, personalizando as interpretações apressadas e os desvios da filosofia de rigor defendida como caminho seguro – embora mais longo –, parece claro que a mensagem filosófica principal do *Sofista* diz respeito ao filósofo, o qual Platão quer fazer crer que tenha sido encontrado meio que por acaso, durante a caça ao sofista:

Estrangeiro: Assim, Teeteto, que nome daremos a esse conhecimento? Ou, por Zeus, não teremos nos topado inadvertidamente com a ciência pertencente às pessoas livres, com o que talvez hajamos descoberto o filósofo enquanto buscávamos o sofista? (*Sph.* 253c)

Como já vimos, estamos novamente diante do jogo de dissimulação de Platão, usado, mais uma vez, para falar daquelas questões que, formalmente, ele indicara em diversos textos, não deveriam ou não poderiam ser objeto de comunicação por escrito. Essas questões, conforme também já vimos no primeiro estudo, estão circunscritas ao âmbito da Dialética, âmbito ao qual também pertencem as discussões sobre os gêneros ou as espécies desenvolvidas no *Sofista*, como Platão mesmo indica na seguinte passagem.

Estrangeiro: Não diremos que a divisão das coisas por gênero ou classes e o não pensar que a mesma espécie é uma espécie diferente ou que uma espécie diferente é a mesma espécie pertencem à ciência da dialética? (*Sph.* 253d).

Teeteto: Sim, diremos. (*Sph.* 253d).

Quando se extrai do texto e se examina o conjunto dos temas tratados no *Sofista*, resta evidente que o assunto filosófico central é a Dialética e emerge, logo, a desconfiança de ser no *Sofista*, que Platão entra de modo mais apurado e profundo nos meandros da estrutura que consubstancia o seu método de análise e, em sentido amplo, o seu referencial filosófico. Os temas tratados – o ser, o *não ser*, o nome, o uno e o todo, o movimento, o repouso, a inteligência, o idêntico, o diferente, as possibilidades de mistura dos cinco principais gêneros e, ainda mais, o discurso como gênero do ser – fazem parte e indicam os ditos “intermediários da Dialética” que Szlezák menciona e que, até o presente momento, supõem-se sonogados. Impõe-se, portanto, análise detida e cuidadosa desses temas, pois, eventualmente, podemos estar diante de uma descrição mais precisa da estrutura na qual o pensamento dialético de Platão movimentava-se.

De acordo com os propósitos da segunda parte deste trabalho, procederemos à análise desses temas, tomando como referência o modelo do Logos Normativo, que possui a

propriedade de separar e distinguir os diferentes níveis ontológicos que permeiam uno e todo. Supomos e adotamos como hipótese de partida que os temas e os gêneros digam respeito ou possam ser enquadrados nesses diferentes níveis ontológicos, de sorte que a localização precisa de cada um na estrutura permita entender o que Platão, em cada ocasião, tinha, efetivamente, em mente ou pretendeu, realmente, dizer. Com o concurso desse referencial, esperamos escapar da sedutora trama literária superficial do diálogo e captar o que for realmente importante.

Contemplar, identificar e compreender especificidades e detalhes constitutivos dos fundamentos ontológicos da existência constituem, certamente, operação delicada que requer um instrumental nanoscopicamente ajustado. A operação somente pode ser bem sucedida caso, a cada instante, contemos com uma localização exata do contemplado e não restem dúvidas sobre o que precisa e pode ser feito em cada caso. Tendo em vista a exigência desse grau de precisão, começemos ajustando o nosso referencial para tanto e combinemos algumas formalidades, com vistas à economia do discurso e à precisão da comunicação.

Adimensional	1ª Dimensão	2ª Dimensão	3ª Dimensão	4ª Dimensão	Totalidade
Lógica Transcendental N ₁		Lógica da Diferença N ₂	Lógica Clássica N ₃	Lógica Dialética N ₄	Lógica Holística N ₅
O Princípio Necessário O ₀	O Ser Determinado O ₁	A Inteligência Organizativa Potencial O ₂	A Matéria Organizada O ₃	O Tempo Existencial O ₄	O Ente Determinado O ₅
S ₀	S ₁	S ₂	S ₃	S ₄	S ₅
Uno/Bem					

Figura 20: O Logos Normativo como estrutura receptiva e referência analítica dos cinco gêneros de Platão.

Na primeira linha da figura, temos a organização dimensional do âmbito da existência, preconizada pelo modelo do Logos Normativo. Nas segunda, terceira e quarta linhas, estão indicados, respectivamente, os conteúdos normativos (N), os objetivos (O) e os gnosiológicos ou os subjetivos (S) que qualificam o modelo. Na quinta linha, abre-se espaço para recepcionar os cinco gêneros principais que Platão destaca no *Sofista* – caso a nossa mencionada hipótese de partida confirme-se. As letras N, O e S, destacadas nas linhas centrais e devidamente numeradas segundo a amplitude dimensional correspondente, visam a facilitar as referências durante a análise. A par dessa organização formal do campo de análise consubstanciada na figura, convém ter em mente mais três premissas. Em primeiro lugar, lembrar e considerar que o modelo do Logos Normativo descreve e organiza âmbito ontológico que alicerça e sustenta fenômenos e entes manifestos em ato no universo. A caracterização desse âmbito como ontológico permite evitar o termo metafísico, que significa, de modo mais apropriado, instâncias que alicerçam um suposto mundo físico. No modelo dimensional, todo o existente em ato constitui uma totalidade configurada segundo uma dada inteligência organizativa – O₅ – e sustentada por uma estrutura ontológica que se estende de O₁ a O₅, isto é, que se estende para aquém e para além da instância material – O₃.

Etimologicamente, o termo metafísica remete para as instâncias ontológicas que precedem a instância física, ou seja, na perspectiva do modelo dimensional, para as instâncias O_1 e O_2 anteriores a O_3 . Logo, o termo ontológico presta-se melhor para indicar o âmbito existencial que se estende de O_1 até O_5 , no qual a instância física constitui apenas uma das cinco instâncias constitutivas da estrutura. Isso não impede, entretanto, que o termo metafísica seja ou continue sendo utilizado para indicar a ciência geral que tem por objeto o advento da existência em ato. Em segundo lugar, parece útil ter em mente que as análises que vamos proceder, tendo o modelo como referência, podem, segundo indica a estrutura, ter tanto sentido vertical como sentido horizontal. Como sentido vertical, queremos dizer as relações ou os deslocamentos que contemplem a linha de edificação da complexidade, principalmente, no sentido inverso, de busca da fundamentação existencial última de ente ou fenômeno. No caso de considerarem-se conteúdos objetivos, tal sentido vertical compreende, na figura, o curso $O_5 \iff O_1$. No caso de conteúdos normativos, seria o curso $N_5 \iff N_1$ e, no caso de conteúdos gnosiológicos, corresponderia a $S_5 \iff S_1$. Quando o sentido considerado na análise for, então, vertical, usaremos o termo ôntico para designá-lo, tendo em vista que ôntico indica o “estar aí” de alguma coisa no mundo. Quando, ao contrário, o sentido considerado for de superfície ou horizontal e a análise contemplar relações dentro do mesmo nível ontológico – tipo $N_1 \iff O_1$ ou $O_2 \iff O'_2$ –, usaremos o termo ontológico, que também é usado para indicar todo o âmbito considerado. Em terceiro lugar, parece útil ter em mente que Platão critica o sofista por ele vender o falso por verdadeiro, mas, ao mesmo tempo, admira e utiliza-se largamente de um dos estratagemas do sofista, mencionado em 235a: “Segue-se tratar-se da encantadora arte da imitação que seduz e engana e da qual escapam apenas os mais velhos e experientes”. Há, aqui, clara e explícita admiração pelo método sofista, e Platão vai utilizá-lo largamente, ainda que com a finalidade nobre de apenas revelar certos significados para os mais velhos e experientes, entenda-se para iniciados. Com isso, pensamos estar preparados para contemplar e entender os conceitos que Platão formula sobre os temas catalogados e estar simultaneamente preparados para avaliar em que medida o modelo do Logos Normativo dá conta de esclarecer o pensamento do mestre.

A questão fundamental tratada no *Sofista* é aquela a partir da qual se edifica a Dialética de Platão, isto é, a sentença de Parmênides refutando a investigação e a existência do *não ser*. São duas as menções a Parmênides no diálogo. Na primeira, apresentando a sentença:

Estrangeiro: [...] Mas o grande Parmênides, meu rapaz, do tempo em que éramos crianças até o fim de sua vida, nunca deixou de protestar contra isso e repetiu continuamente tanto em prosa quanto em verso: Nunca te submetas ao pensamento de que o *não ser* é; mas mantém tua inteligência afastada dessa senda de investigação. (*Sph.* 237a).

Na segunda, encaminhando um falso esforço para refutar Parmênides, ao final do qual conclui que se compreende muito pouco tanto do *não ser* como do ser (243c):

Estrangeiro: É por tua causa que vou empreender essa refutação... Se conseguir levá-la a cabo (*Sph.* 242b).

Esse segundo destaque deixa claro que Platão sabe que não pode refutar Parmênides: a tentativa é por causa de Teeteto, e a dúvida registrada já anuncia fracasso. Resta, porém, da incursão, a conclusão de que o desconhecimento do ser é tão acentuado

como aquele do *não ser* (243c) ou que a dificuldade de entender ser e *não ser* equivalem-se. Platão, entretanto, não assume expressamente o propósito de explicar o que sejam o ser e o *não ser* para Parmênides. Apesar disso fornece três indicações importantes:

Estrangeiro: Mas de qualquer forma está claro que o termo *não ser* não pode ser aplicado a nenhum ser (*Sph.* 237c3);

Estrangeiro: E se não pode ser aplicado ao ser, tampouco poderia ser aplicado corretamente a alguma coisa (*Sph.* 273c5);

Estrangeiro: Compreendes, então, que é impossível pronunciar, ou dizer, ou pensar corretamente o *não ser* sem qualquer atributo, mas que é algo inconcebível, indizível, indiscursável e irracional? (*Sph.* 238c6).

Contemplando essas indicações, tomando a Figura 20 como fundo de referência, observa-se que todas as versões possíveis e imagináveis do ser estão indicadas no esquema com a notação O_x ⁷³. Dado que as variantes O_2 a O_5 indicam estágios de um processo cumulativo que se inicia e é provocado por O_1 – que participa de todos –, podemos reduzir as possibilidades de caracterização do ser de Parmênides, enquadrando-o, em tese, em O_0 ou em $O_1 - O_0$, correspondendo ao ser absoluto, segundo algumas formas de expressão, ou ao ser necessário, segundo outras, e O_1 , correspondendo ao ser em si, ser determinado e integrante do mundo relativo. Dado que o *não ser* representa o contrário do ser, O_0 requer um *não ser* absoluto, e O_1 admite um simples *não ser*. Platão chega a mencionar o *não ser* absoluto como *absoluto não ser*, em (237b3), mas apenas vai desenvolver a análise do *não ser* que se contrapõe ao ser O_1 , concluindo por uma versão de *não ser* que, em certo sentido, resulta ser, como adiante veremos, entretanto, aparenta deixar de lado e não retomar o *não ser* absoluto.

Conforme foi demonstrado na construção do modelo, a ação do *limitante* – N_1 , N_2 , N_3 , N_4 e N_5 – apenas faculta ao ser humano as inferências S_1 , S_2 , S_3 , S_4 e S_5 correspondentes, de sorte que apenas detemos recursos para pensar e predicar O_1 , O_2 , O_3 , O_4 e O_5 , destacando que o S_0 do esquema representa a absoluta ausência de qualquer tipo de inferência. Significa isso, conforme também já discutido, que os humanos não possuem recursos cognitivos capazes ou habilitados para entender ou predicar o ser absoluto indicado por O_0 , considerado, justamente, inefável. Ora, não sendo possível predicar o ser objetivo O_0 , fica justificado por que Platão, na terceira citação acima (238c6), afirma que o seu contrário, isto é, o *não ser* que lhe corresponde é *inconcebível, indizível, indiscursável e irracional*. Portanto, trata-se de O_0 o ser que Parmênides tem em mente ao formular sua sentença. Uma vez localizado o ser como O_0 , cabe a dúvida se o seu contrário deve ser buscado no sentido ôntico ou no sentido ontológico. Em sentido ôntico, o “vizinho” de O_0 é o ser determinado O_1 . Dado, porém, que, segundo o discutido no estudo do problema da participação na Teoria das Ideias de Platão, O_1 deriva de O_0 , por transcendência e com participação instituinte e constituinte, torna-se claro que O_1 não pode ser contrário a O_0 , sendo apenas em algum grau distinto, por ser determinado. Logo, em tese, o contrário de O_0 somente pode ser buscado no sentido ontológico. Nesse sentido ontológico, o contrário do ser absoluto O_0 somente pode ser um *não ser* também absoluto, o que, em razão de justapor dois absolutos, configura flagrante impossibilidade. Dessa forma, também fica plenamente justificada a recomendação adicional de Parmênides, no sentido de não se perder tempo tentando investigar o tal suposto *não ser*.

⁷³ O_0 , o ser absoluto; O_1 , o ser puro em si; O_2 , o ser alma; O_3 , o ser material; O_4 , o ser histórico ou temporal, e O_5 , o ser totalizado em ente – existente em ato.

Para finalizar a análise da tese de Parmênides, cumpre observar que a expressão *ser absoluto* envolve certa impropriedade, segundo o nosso modelo referencial, uma vez que a impossibilidade humana de predicar O_0 – indicada por S_0 – impede que se atribua a O_0 o atributo ser ou qualquer outro, embora ele seja detentor de um tipo incompreensível de existência. O atributo ser, rigorosamente, somente cabe a O_1 que, sendo o edificador do ente, estende sua presença até O_5 . Por isso, a Metafísica designa O_0 como princípio necessário, convencida de que, se fosse o caso da existência do contrário de O_0 , isto é, de um absoluto *não ser*, não estaríamos, aqui, para discutir o assunto.

No segundo movimento analítico mais importante do *Sofista*, Platão vai em busca do *não ser* correspondente ao ser determinado O_1 . No esforço de estabelecer um *não ser* que seja contrário de O_1 , Platão invoca a figura da cópia de um original e contempla-a na condição de *não ser* do original e também invoca a figura das opiniões falsas que, segundo ele, opinam o contrário do ser, dado que “um enunciado será igualmente considerado falso se afirmar que coisas que são não são, ou que coisas que não são, são” (241a). Tendo em vista que existem tanto cópias como opiniões falsas, conclui que, de certa maneira, o *não ser* é. Nos dois casos, nitidamente, Platão vale-se da *encantadora arte da imitação que seduz e engana*. Retomando o esquema da Figura 20, verifica-se que, ao invocar a figura da cópia e ao compará-la com o original, Platão está realizando uma operação $O_2 \iff O'_2$ (original \iff cópia) de caráter ontológico⁷⁴ e, quando acusa a cópia O'_2 de não possuir o mesmo ser do original O_2 , realiza uma operação $O'_2 \iff O_1$ incabível, de natureza ôntica, uma vez que, sendo a estrutura cumulativa e edificadora, a cópia possui seu próprio ser: $O'_2 \iff O'_1$. A cópia não é um *não ser* ou o contrário do original, mas apenas outro ser semelhante ao original. Da mesma forma, a opinião falsa não é o *não ser* da opinião verdadeira, mas apenas uma opinião que não aponta o verdadeiro ou que aponta para o contrário do verdadeiro.

Da pergunta sobre as razões que levaram Platão a desenvolver discussão tão extensa sobre um falso *não ser*, emerge a impressão mais forte de que o propósito seria levar o interlocutor a executar e exercitar o padrão de pensamento capaz de captar as diferenças sutis que separam os distintos níveis ontológicos presentes na Dialética, possivelmente, na expectativa de que o desmascaramento do falso revelasse o verdadeiro. Embora use esse expediente, Platão toma o cuidado de garantir, em 257b e em 28e3, que ninguém atribua-lhe o entendimento de que o *não ser* é. Com respeito à verdade que quer transmitir, todos os demais temas e questões colocadas por Platão, no diálogo, sintomaticamente, apontam para elementos e aspectos contemplados pelo modelo do Logos Normativo, conforme veremos a seguir, fato que não pode ser tomado por mera coincidência.

Em 244b3, Platão sugere que o esclarecimento a respeito do ser deve ser buscado junto àqueles que compreendem que tudo é um:

Estrangeiro: Nesse caso, não deveremos, na medida de nossa capacidade, procurar descobrir daqueles que afirmam que o tudo (o universo) é uno o que querem dizer quando pronunciam a palavra ser? (*Sph.* 244b3).

Aqui, parece existir indicação de que o conhecimento do ser encontra-se apenas junto àqueles que percebem que o universo constitui uma unidade, ou seja, um iniciado. Essa

⁷⁴ A diferença constitui característica que apenas aparece em O_2 – na segunda dimensão, onde existe amplitude para contemplar simultaneamente o outro.

concepção, por seu turno, exige a compreensão de que o universo constitui um todo e de que não existe contradição entre a unidade indivisível do ser originário e a unidade constituída de partes do todo, cujo ser, em qualquer caso, continua unitário e indivisível.

Estrangeiro: Diante disso, concordaremos que o ser é um e um todo porque possui o atributo da unidade, ou negaremos taxativamente que o ser é um todo? (*Sph.* 245b3).

Estrangeiro: Que aquilo que vem a ser invariavelmente vem a ser como um todo. Consequentemente, ninguém que não estime o todo entre as coisas que são está capacitado a falar do ser ou do vir-a-ser enquanto ser. (*Sph.* 245d).

Isso não é pouco, na medida em que sugere concepção de existência que tem origem na unidade indivisível do ser e completa-se na totalidade do universo, configurando um processo que se estende da extrema simplicidade até a máxima complexidade, configurando, em tal percurso, o arco geral da criação. Invocando o modelo do Logos Normativo, esse arco geral pode ser referido de dois modos. Tomando-se O_0 como origem e O_5 como totalidade universal, estamos diante de uma perspectiva que envolve a racionalidade intuitiva de ordem S_1 regulada pela lógica N_1 , chamada ordinariamente de fé, por envolver uma instância O_0 situada fora do alcance da nossa capacidade de predicar. Essa perspectiva toma o absoluto O_0 como fundamento do ente O_5 . Tomando-se o arco, diferentemente, tendo O_1 como origem e O_5 como totalidade universal, estamos diante de uma perspectiva que se limita ao âmbito objetivo abrangido pela capacidade humana de predicar e, nesse caso, toma o ser O_1 como fundamento do ente O_5 . Não sabemos se Platão realiza tal tipo de distinção em algum dos seus escritos, mas, no nosso entender, o arco geral da concepção encontra-se delineado, expressa e sutilmente, nesse diálogo.

A questão dos gêneros é introduzida por Platão, nos mesmos parágrafos, nos quais ele qualifica o filósofo.

Estrangeiro: Não diremos que a divisão das coisas por gênero ou classes e o não pensar que a mesma espécie é uma espécie diferente ou que uma espécie diferente é a mesma espécie pertencem à ciência da dialética? (*Sph.* 253d).

Estrangeiro: Então, aquele que é capaz de executar tal coisa tem uma clara percepção de uma forma ou ideia que se estende completamente através de muitos indivíduos, cada um dos quais mantendo-se independente dos outros, e de muitas formas que diferem entre si, mas que estão incluídas numa forma maior, e também de uma única forma expandida pela união de muitos todos, e de muitas formas completamente separadas e independentes. Aqui temos o conhecimento e a capacidade para distinguir mediante gêneros como coisas individuais podem ou não podem ser associadas entre si. (*Sph.* 253e).

A primeira citação invoca, nitidamente, a separação e a distinção de classe de coisas inerentes a níveis ontológicos distintos, conforme já comentamos. A segunda, em certa medida, descreve a estrutura ontológica e cumulativa formalizada pelo modelo do Logos Normativo, indicando, inclusive, o processo de replicação da estrutura na constituição de uma complexidade universal que se faz pela união de *muitos todos* – partículas, átomos, células, moléculas etc. – que se complementam na construção da totalidade universal. Apesar dessa similitude no geral, vemos em que medida as concepções ajustam-se no particular. Platão

defende que são três os principais gêneros: o ser, o repouso e o movimento (253d2). Logo, a seguir, acrescenta mais dois – o idêntico e o diferente – (255a) e procede a análise dos cinco, verificando em que medida eles mesclam-se ou não.

Enquadrando esses cinco gêneros nos cinco espaços reservados para eles na Figura 20, obtemos a seguinte distribuição, a qual consideramos a mais ajustada possível:

O Princípio Necessário O ₀	O Ser Determinado O ₁	A Inteligência Organizativa Potencial O ₂	A Matéria Organizada O ₃	O Tempo Existencial O ₄	O Ente Determinado O ₅
Uno/Bem	Idêntico G ₁	Diferente G ₂	Repouso G ₃	Movimento G ₄	Ser G ₅

Figura 21: Enquadramento dos gêneros na estrutura do Logos Normativo.

Como se observa, o ajuste não se revela preciso, impondo-nos meditar sobre os motivos das diferenças. Uno e Bem ajustam-se com precisão a O₀. Ambos contemplam algo inefável que se situa além do alcance predicativo dos homens. O idêntico diz respeito ao nome e à identidade do ser consigo mesmo. Constituindo nome e identidade objetos privativos da Lógica Transcendental N₁ e de inferências S₁, não poderiam mesmo ser colocados em outra posição diferente de G₁. Tanto para Platão como para o Logos Normativo, o ser participa de todos os gêneros, dado que todos existem, embora Platão indique-o utilizando a expressão *não ser* que, como sabemos, indica apenas o outro do ser. Com isso, o idêntico participa igualmente de todos os gêneros, já que idêntico indica identidade do ser para consigo mesmo. O diferente também somente pode ser enquadrado na posição G₂, tendo em vista que é, na segunda dimensão, que surge espaço lógico para o outro e surge a simetria que baliza o grau de diferença. Estando na posição G₂, o diferente apenas não se mescla com o idêntico, pois este o precede na estrutura edificadora da crescente complexidade. Até aqui, portanto, as duas estruturas ajustam-se de modo pleno, inclusive quanto ao que se mistura e ao que não se mistura. Já com relação ao repouso enquadrado em G₃, o ajuste ocorre apenas parcialmente, dado que o Logos destaca, em O₃, a materialidade como elemento principal da instância e não o repouso. Observe-se que, caso tenhamos a matéria em mente, o repouso somente pode aproximar-se dela na condição de propriedade ou de atributo dela e não como seu substituto. Tal fato revela, novamente, a displicência – agora, já entendida como intencional – com que Platão transita do objetivo para o subjetivo, afinal gênero indica uma categoria subjetiva, enquanto O_x indica ocorrência objetiva. Apesar disso, não é difícil entender por que Platão destacava, nessa posição, o repouso. Ocorre que a matéria, própria da terceira dimensão, quando livre da ação do tempo – O₄ –, revela-se estável e até eterna em sua compleição, uma vez que se livra da ação da entropia. Esse é o resultado evidente e lógico quando se considera a realidade espaço-temporal do devir – O₄ – e subtrai-se-lhe o tempo, restando O₃ estagnado e imobilizado. O modelo do Logos Normativo reconhece essa acentuada estabilidade inerente à instância O₃, na condição de estabilidade da forma organizativa e força das simetrias envolvidas, mas percebe que, na verdade, não há repouso no

mundo relativo, uma vez que o próprio ser O_1 emerge, no mundo relativo, submetido e dotado de um movimento existencial inescapável, do qual não pode e não possui a prerrogativa de desvencilhar-se. Tanto assim que as lógicas constituintes do *limitante* são definidas como padrões de movimento, segundo os quais se dão não apenas as manifestações do ser como também os padrões de pensamento possíveis. Platão concorda com isso, pois, em 249b4, afirma que “sem movimento não haveria inteligência em ninguém a respeito de nada”. No *Sofista*, não se refere, porém, à participação do repouso no movimento, limitando-se a afirmar que o movimento é completamente diferente do repouso (255e7). Para o modelo do Logos Normativo, em absoluto repouso, apenas encontra-se O_0 . Quanto à participação, o modelo indica, no geral, que cada instância participa das subseqüentes e é participada pelas antecedentes e, no caso particular de O_3 , que a matéria participa do movimento histórico e do ente, mas não se mescla nem com o idêntico nem com o diferente. Quanto ao movimento, o seu enquadramento em G_4 já ajusta-se melhor com o modelo dimensional que posiciona, em O_4 , o tempo, indicativo do movimento existencial e da ontogênese dos organismos vivos. Em termos de participação, segundo o modelo, o movimento temporal apenas participa de si mesmo e do ente O_5 , sendo participado por todos os antecedentes. Em G_5 , as diferenças entre as duas concepções, aparentemente, voltam a acentuar-se, porque, ali, onde Platão situa o gênero ser G_5 , o modelo situa o ente O_5 configurado em totalidade unitária. O uso da expressão *ser humano* para indicar o ente humano O_5 , até hoje adotada e preferida, pode, virtualmente, justificar por que Platão posiciona, ali, o ser. Apesar disso, deve-se notar que ele não deixa de reconhecer que o ser participa de todos os demais gêneros, o que exigiria localizá-lo em O_1 . O modelo do Logos Normativo concorda com isso, de tal maneira que coloca o ser justamente em O_1 , posição na qual essa participação fica evidenciada de modo mais claro, sem prejudicar a indicação de que o ser também está presente no ente O_5 , uma vez que se trata de estrutura cumulativa. Também, nesse aspecto, o modelo revela a sua potencialidade heurística. Apesar de Platão não nos oferecer uma ordenação desses gêneros e de o enquadramento realizado correr por nossa conta, as constantes menções que ele faz sobre a manifestação do ser, simultaneamente como uno indivisível e como todo feito de partes, certamente, remetem à mesma estrutura e podem, virtualmente, justificar a colocação do ser na posição G_5 , uma vez que ele, rigorosamente, reconhecia que o Uno não deveria ser qualificado como ser.

Durante certos momentos deste estudo, ocorreu-nos que a precisa identificação das diferenças que, virtualmente, encontrásemos entre os gêneros principais de Platão e a estrutura dimensional do modelo do Logos Normativo poderia indicar, em alguma medida, quais seriam, realmente, a concepção e o entendimento que Platão tinha sobre o referencial que presidia o seu pensamento e formatava a sua Dialética. Concluída a análise, resta evidente que a comparação efetuada dos gêneros com os conteúdos objetivos do modelo não se mostrou suficiente para tanto. Antes de desistir, porém, tentemos, ainda, acrescentar as informações correlatas que Platão fornece, na *Carta VII*, ordenadas de um a cinco e que

também, ao que tudo indica, referem-se à mesma estrutura e indicam o que Platão, naquela ocasião, atribuía às instâncias, sintomaticamente, também mesclando objetivo e subjetivo.

O Princípio Necessário O ₀	O Ser Determinado O ₁	A Inteligência Organizativa Potencial O ₂	A Matéria Organizada O ₃	O Tempo Existencial O ₄	O Ente Determinado O ₅
Uno/Bem Sofista	Idêntico G ₁	Diferente G ₂	Repouso G ₃	Movimento G ₄	Ser G ₅
Carta VII	O nome P ₁	A definição P ₂	A imagem P ₃	O saber P ₄	O que é P ₅

Figura 22: Enquadramento dos gêneros e dos ordinais da *Carta VII* na estrutura do Logos Normativo

Se o enquadramento dos gêneros do *Sofista*, na estrutura, foi realizado por nós, valendo-nos, basicamente, de bom senso, na *Carta VII*, é Platão mesmo quem ordena os conteúdos de um a cinco, conforme indicado na seguinte citação, que vale repetir:

Há em cada um dos seres três [elementos], a partir dos quais é necessário que o saber surja, sendo o quarto ele mesmo; em quinto lugar, há que pôr o que é em si cognoscível e verdadeiramente é. Um é o nome, o segundo, a definição, o terceiro, a imagem, o quarto, o saber. (IRWIN, 2008, p. 91 342b).

Na análise dos gêneros, verificamos que a maior dificuldade de enquadramento deu-se com o repouso, uma vez que lhe coube a posição G₃ correspondente à terceira dimensão e à materialidade. Quando, porém, contempla-se o conteúdo P₃ indicado na *Carta VII*, observa-se o mais perfeito ajuste, visto que a imagem é relativa à matéria, e Platão tinha-a em mente, pois, em 342c, ele complementa seu entendimento informando que “o terceiro é o que é desenhado e apagado, o que é torneado e o que se perde”, isto é, a matéria. Em compensação, na posição P₄, Platão coloca o saber, que especifica dizendo tratar-se do entendimento efetivo presente à consciência, o que se afasta tanto do movimento indicado em G₄ como do tempo indicado em O₄.

Esses dois afastamentos do modelo dimensional – G₃, no *Sofista*, e P₄, na *Carta VII* – deixaram-nos desconfortáveis na tese de o Logos Normativo representar, com fidelidade, o modo platônico de contemplar o processo gerativo. Foi aí, que descobrimos o trecho na *República*, no qual Platão discute que ciência deveria seguir-se à geometria na educação ideal:

– Depois da superfície, pegamos nos sólidos em movimento, [que é definido em 527d como sendo a astronomia] antes de nos ocuparmos deles em si. Ora o que está certo é que, após a segunda dimensão, se trate da terceira, que é a dos cubos e a que possui profundidade.

– É isso, mas tal ciência parece que ainda não foi descoberta. (ROCHA PEREIRA, 1972. Pl. R. 528b)

Com isso, as dúvidas são superadas, não apenas ficando claro que Platão identifica o sólido e a terceira dimensão na posição O₃ como também que entende que a posição O₄ contempla o sólido em movimento, implicando que o repouso G₃ participa do movimento G₄.

Em P₅, Platão coloca o que realmente é, esclarecendo tratar-se do que realmente pode ser conhecido e que corresponde, precisamente, ao que preceitua o modelo: a inteligência organizativa. Em P₁, coloca o nome que coincide com o idêntico ou a identidade de G₁ e também com o ser O₁. Na posição P₂, coloca a definição que se ajusta perfeitamente com a inteligência organizativa potencial de O₂ e harmoniza-se também com a diferença G₂, uma vez ser a simetria e a diferença, em diferentes graus e sentidos, que possibilitam a organização e a complexidade.

Com essa consideração conjunta dos elementos da *Carta VII*, da *República* e do *Sofista*, quer parecer-nos que a situação esclarece-se definitivamente. Parece não restar dúvida de que Platão valia-se de referencial que possuía a mesma estrutura presente na *década* de Pitágoras. Parece também não restar dúvida de que se tratava de estrutura ontológica que distinguia cinco estágios segundo os quais um ser, originalmente simples e indivisível, convertia-se em multiplicidade, na forma de totalidade complexa, composta de partes. Parece também não restar dúvida de que Platão reconhecia, em cada instância dessa estrutura ontológica, os mesmos elementos objetivos que o modelo dimensional revela, embora ainda não tivesse, ao seu dispor, a tese de Einstein, mostrando ser o tempo o quarto número. Parece também não restar dúvida de que Platão entendia que essa estrutura era gerativa e explicava como a existência estabelecia-se em ato. Parece, igualmente, não restar dúvida de que Platão percebia que essa estrutura, adotada como método inferencial, propiciava o surgimento de um homem superior, posto que capaz de pensar o todo, qualidade privativa do dialético.

O que resta duvidoso é saber se a compreensão alcançada por Platão a respeito desse referencial continha algum recanto de penumbra, gerando alguma incerteza, ou se a distribuição da verdade pelos três diálogos reflete apenas a intenção de restringir o entendimento aos iniciados. Deixar de usar, expressamente, a dimensão como elemento classificatório das instâncias pode, virtualmente, indicar alguma dificuldade conceitual ou se deve apenas ao conhecido procedimento de simulação? Em duas ocasiões, no *Sofista*, ele reclama dos antigos pensadores que negligenciaram na criação de conceitos apropriados para designar certas particularidades. Em 243b e em 267e, registra a carência de conceitos no seu tempo para tratar certos assuntos:

Estrangeiro: Onde encontrar então designações apropriadas para um e outro? Está claro que não se trata de uma tarefa fácil, porque havia, pelo que parece, entre os antigos pensadores, uma estabelecida e negligente indolência relativamente à divisão de gêneros em espécies, de modo que ninguém jamais sequer tentou dividi-los. O resultado é haver necessariamente falta de um grande suprimento de designações. Entretanto, embora a inovação em matéria de linguagem seja um tanto ousada, chamaremos – para o benefício de fazermos uma distinção – a imitação baseada na opinião de imitação opinativa, e a fundada no conhecimento de imitação científica. (*Sph.* 267e).

Com isso, não se pode descartar a hipótese de que ele não tivesse compreensão desse referencial dotada do mesmo grau de clareza que o modelo do Logos Normativo, hoje, possibilita, mas também não se pode ignorar que se tratava de um modelo formalizado, porque, sem isso, a obra não teria a consistência que apresenta.

Para além do *Sofista*, Bazán oferece-nos a melhor descrição que encontramos desse referencial no mundo clássico, ao transcrever o que Porfírio, literalmente, afirma dos pitagóricos, em Vida de Pitágoras 49-52:

Han denominado “uno” [hen] al concepto significativo [lógos] de la unidad, de la identidad y de la igualdad y a la causa del acuerdo conjunto y de la simpatía del universo y de la conservación de lo que mantiene también inmutablemente la identidad. [...] Pero al concepto significativo de la alteridad, de la desigualdad y de todo lo que es divisible, en cambio, y que admite diversas formas, la han llamado “biforme” y “diada”, porque también en los particulares es así la naturaleza de los que son duales [...] similarmente [...] hay algo entre los hechos de la naturaleza que posee comienzo, medio y fin. De acuerdo con esta forma y naturaleza han denominado al número tres. También por esto dicen que todo lo que posee la mediedad es triforme [...] se han servido del nombre de tríada para él y queriendo introducirnos en su noción nos han introducido a través de su forma [...] Y [éstos] y los que siguen son sostenidos por una forma y potencia, a ésta la han llamado “década”, como un receptáculo [dechás]. También por esto dicen que la década es número perfecto, e incluso el más perfecto de todos, porque comprende en sí toda diferencia numérica y todos los tipos de razones y proporciones. Porque sí la naturaleza del universo está determinada según razones y proporciones numéricas y todo lo que nace, crece y se completa se regula según razones numéricas, pero a toda razón, a toda proporción y a toda forma numérica, las abraza la década.? Cómo no se podría decir de ésta que es el número perfecto? (BAZÁN, 2005, p. 30-31).

Embora essa definição não atribua carácter dimensional à *década*, não mencione nem a totalidade nem as lógicas e, tampouco, indique os conteúdos ontológicos envolvidos, não é difícil reconhecer, nas demais características arroladas, um modelo criativo universal único e suficiente capaz de moldar e regular tudo o que compõe a existência e que, no essencial, está, expressamente, registrado, por Platão, no trecho já destacado do *Sofista* (253e). No mesmo sentido, a configuração da forma pelas matemáticas, abarcando todas as razões e proporções possíveis. Dado que a discussão do modelo do Logos Normativo realizada na primeira parte deste trabalho evidenciou que apenas um modelo de feição dimensional que inicie e termine com movimentos transcendentais pode e reúne condições de configurar um modelo gerativo da existência em ato, o qual, absolutamente, seja universal, precisamos reconhecer que não estamos propondo nada de novo e que, ao contrário, estamos apenas resgatando um conhecimento antigo que, em algum momento da história, perdeu-se. Diante de tantas evidências, como negar que era isso ou, ao menos, era, aproximada e essencialmente, isso que Platão tinha na cabeça?

CONCLUSÃO

A Teoria dos Princípios desenvolvida neste trabalho possui raízes pitagóricas e identifica-se, plenamente, com o espírito pitagórico, ao manter a perspectiva metafísica e a estrutura da *década sagrada* e também ao destacar o papel das matemáticas na edificação da existência. Apenas preciosismos acadêmicos – em razão dos poucos registros históricos disponíveis – inibem afirmar-se que se trata da mesma concepção. A diferença mais provável entre as duas concepções parece residir apenas no grau de determinação que, agora – ao menos do ponto de vista moderno –, assume contornos mais nítidos. Os testemunhos até aqui resgatados não permitem inferir o grau de entendimento efetivamente alcançado por Pitágoras e seus seguidores. Apesar disso, a semelhança estrutural do modelo dimensional com a

década, ou o compartilhamento da mesma estrutura gerativa, desautoriza apresentar o Logos Normativo como novidade. *Ilimitado* e *limitante* constituem raízes comuns declaradas.

As mesmas dificuldades encontradas para assimilar o modelo dimensional à concepção de mundo pitagórica foram observadas, por nós, frente à filosofia de Platão. As leituras dos testemunhos da tradição realizadas na segunda parte do trabalho são efusivas em mostrar a aderência do modelo dimensional aos principais questionamentos e teses que Platão desenvolveu nos seus diálogos. Esse Logos Normativo evidencia, de modo bastante efusivo, o tipo de referência ou de paradigma que ensejou Platão a conceber e a defender as suas principais proposições. Caso o modelo dimensional não conseguisse resolver, de modo satisfatório, alguma das questões formuladas por Platão, teríamos indicação segura de que o modelo dimensional não corresponde, exatamente, ao paradigma que orientava o pensamento do mestre. Mas isso não aconteceu. Os problemas selecionados são todos cruciais e centrais à doutrina platônica, e as leituras realizadas esclarecem as questões com naturalidade lógica, não contemplam ajustes forçados e, tampouco, implicam qualquer contradição entre os termos. Ao contrário, conferem, ao conjunto total das proposições de Platão, inusitada coerência interna, e, até mesmo, o perfil geral de um modelo filosófico completo fica delineado. Apesar disso, também aqui faltam registros e testemunhos indiretos capazes de informar qual era a compreensão efetiva de Platão sobre o modelo gerador da existência, restando, entretanto, suficientemente claro que ele dispunha e operava um modelo formal, indicativo de como a existência estabelecia-se em ato, se não exatamente igual, ao menos, equivalente ao Logos Normativo. Dado que se trata de um único cosmos, resulta inescapável que a questão somente admita uma solução.

Embora reconhecendo que, até o presente momento, não estão disponíveis elementos históricos objetivos que permitam qualificar o que se passava na cabeça de Pitágoras e de Platão – em termos de grau de entendimento e de compreensão do processo gerativo da existência –, não resta qualquer dúvida de que, ao menos, Platão valia-se de referencial formal e que este, em termos de determinação do seu objeto, situa-se entre os princípios primeiros – *ilimitado/limitante* – de Pitágoras e o Logos Normativo ou o modelo dimensional que este texto disponibiliza. O próprio Pitágoras, ao nos legar a *década sagrada*, demonstra que a sua compreensão avançou para além dos dois princípios primeiros e chegou a descortinar, de algum modo, as instâncias ontológicas que, a partir do ilimitado, precedem a existência em ato⁷⁵. Esses fatos ensejam considerar possível, plausível e também provável que

⁷⁵ A equação utilizada para expressar a década [$1 + 2 + 3 + 4 = 10$] tem sido considerada e interpretada como sendo uma equação algébrica, fato que implica considerar quantitativos – cardinais – os números envolvidos. Sabemos, entretanto, “que, para Platão, os números matemáticos eram ilimitados, mas os números-ideias – da década –, ao contrário, eram restringidos até o dez” (SZLEZÁK, 2011b, p. 130). Corrobora essa percepção do mestre de Tübingen, como se sabe, a concepção de que os números-ideias não podiam ser operados entre si e possuíam significados que se estendiam para além do quantitativo. O Logos Normativo mostra-nos claramente, nesse sentido, que não se tratava nem se trata de equação algébrica, mas de equação ontológica ou, mais rigorosamente, de equação ontogerativa, constituída por números que ordenam, isto é, ordinais. Tais números indicam quatro instâncias ou conteúdos, ordenados no sentido de crescente complexidade, que se somam e se complementam na instituição de uma totalidade de compleição estabilizada. Platão, na Carta VII, menciona – certamente não por acaso – esses cinco números na condição de números ordinais. Com isso, a bem da verdade, convém ter em mente que o sistema de números quantitativos moderno, de base dez, ao ser constituído de algarismos arábicos e do zero com a sua peculiar função, constitui-se também como sistema limitado a uma dezena de números tal como Platão no seu tempo atribuíu, privativamente, aos números-ideias. Com isso, a expressão moderna da década [$1 + 2 + 3 + 4 = 10$] tende a ensejar leitura algébrica que a sua expressão original

esses três momentos filosóficos contemplem exatamente a mesma questão e, além disso, proponham uma e mesma solução, diferindo apenas quanto ao tipo de linguagem utilizada e quanto ao grau de determinação alcançado em cada caso.

Essa conclusão ampara-se nos resultados obtidos na leitura realizada dos testemunhos da tradição que concentramos na obra de Platão. A luminosidade com a qual o modelo dimensional revela a estrutura constitutiva da Dialética e confirma as propriedades decantadas pelos personagens centrais dos diálogos; a maneira simples como o modelo dimensional demonstra não haver paradoxo algum entre uno e múltiplo; a solução constituinte que o modelo dimensional aporta para superar o problema da participação em todas as instâncias; a explicação que o modelo dimensional oferece para a opção platônica pela correspondência unitária da linha; o modo platônico de ver o mundo revelado; o resgate do papel da mitologia e da pobreza conceitual da linguagem, no hercúleo esforço grego de formalizar, racionalmente, os mitos da criação; o vislumbre de um modelo filosófico completo na doutrina de Platão, que esse Logos Normativo – em formato de modelo dimensional –, proporciona; e, finalmente, o ajuste perfeito constatado entre os gêneros do *Sofista*, os ordinais da *Carta VII* e as disciplinas da *República*, com a estrutura dimensional do Logos Normativo, revelando os mesmos conteúdos ontológicos dos intermediários da Dialética, configuram robustas evidências de que se trata de um e mesmo paradigma, ainda que o entendimento presente nas mentes, nos três casos e, conseqüentemente, as possibilidades de manejo do referencial e o tecido semântico das inferências realizadas tenham suas diferenças⁷⁶.

Com a caracterização desse paradigma na condição de modelo que contempla o advento da existência em ato, amadurece uma definição de Metafísica moldada pelo modelo dimensional, nos alternativos e complementares termos de ciência da criação, ciência que contempla o advento da existência em ato, ciência do ser e da sua ação criativa universal, ciência do ser e dos alicerces ônticos e ontológicos do universo, ciência do ser como fundamento do ente, ciência do ser e da inteligência criativa e organizativa do universo; e, especialmente, em tributo ao Platão idealista, ciência que permite a superação científica das ilusões geradas pelos sentidos orgânicos de percepção e potencializa uma civilização científica espiritualizada.

em algarismos jônicos, virtualmente, não ensejava. De qualquer modo, na doutrina pitagórica, certamente o segundo termo da equação indica totalidade e não quantidade.

⁷⁶ Aceitando-se francamente que Platão tenha sido um iniciado e tivesse-se comportado como tal, restringindo o acesso de profanos ao seu conhecimento mais valioso, torna-se evidente que, em seus escritos, Platão utilizava-se de dois graus de dissimulação ou de afastamento da verdade que foram tomados como indicativos da existência de doutrinas não escritas. O primeiro grau consistia do uso de metáforas e de alegorias destinadas, principalmente, a superar carências conceituais que impediam a descrição clara e formal dos sentidos que precisavam ser transmitidos para uma comunicação eficiente. O segundo grau consistia do uso de expressões cujos significados dependiam do domínio de chave interpretativa que era de conhecimento restrito de iniciados que tivessem a oportunidade de participar do ensino esotérico correspondente. Esses dois graus estão citados, expressamente, na *República*: o primeiro, quando Sócrates propõe falar do Sol em lugar de falar do Bem (506e), e o segundo, logo a seguir, quando alerta para que não lhes entregue cálculos errados dos juro (507a). Levando-se em conta a presença desses dois níveis de afastamento, a verdade pode ser identificada, como ficou demonstrado na segunda parte deste trabalho, em que se constata que, em termos próprios, toda a concepção filosófica de Platão está, realmente, registrada na sua obra, com a característica de seu núcleo central – a Teoria dos Princípios e a Dialética – ser acessível apenas por detentores da chave interpretativa própria, agora explicitada, em termos modernos, pelo Logos Normativo.

Com isso, embora tenhamos nos lançado ao presente trabalho sem a pretensão de resgatar a Teoria dos Princípios de Platão, quer parecer-nos que as conclusões coletadas no percurso cumprido colocam sérias dificuldades para recusa ou defesa de que aquela seja uma concepção distinta desta. De todo modo, palavra última não existe, o conhecimento é sempre reconhecidamente provisório, o que, além de não representar motivo de preocupação, é vantajoso, na medida em que preserva abertura para a evolução.

De outra maneira, a retomada da perspectiva metafísica, mediante a explicitação de um modelo gerativo da existência capaz de embasar uma Teoria dos Princípios, em plena sociedade cartesiana do século vinte e um, constitui quase uma temeridade intelectual, na medida em que essa proposta opõe-se e afronta, diretamente, a materialidade cartesiana predominante. Nesse sentido, não há meios termos: o modelo dimensional ataca o conceito de localidade usado pela ciência em todo o período moderno, demonstrando que as três dimensões do espaço não possuem amplitude suficiente para comportar o universo. O advento da Física Quântica e o resgate da Metafísica dos Princípios não estão sancionando a era moderna, ao contrário, constituem indicativos consistentes de uma nova era que se insinua. Portanto, o que esta análise dos princípios primeiros de Pitágoras proporciona não é apenas uma releitura de textos filosóficos clássicos e o resgate da Metafísica de Platão, mas também a revelação de um modelo formal gerativo da existência que, virtualmente, potencializa um paradigma capaz de sancionar e explicitar virtuais novos tempos que se anunciam. Estamos, portanto, diante de uma ferramenta que não apenas permite ler melhor o passado, mas que, potencialmente, pode também ser útil ao homem na contemplação do futuro. Essa parece ser a razão de abnegados esforços e sacrifícios realizados por certa casta de homens que, compondo uma corrente dourada que se estendeu por todos os tempos conhecidos, cultivou essa chave interpretativa, na esperança de que, em algum dia, a humanidade contasse com homens aptos a usá-la. Registre-se, aqui, a nossa reverência.

Sem aventurar-nos pela seara dos prognósticos e das previsões de futuro, parece útil à completude deste trabalho destacar os valores conceituais implícitos no modelo dimensional, quando tomado como modelo normativo da existência e, portanto, como índice constitutivo da realidade do universo que nos contém e, dentro do qual, temos que nos movimentar como indivíduos e como espécie inteligente. Afinal, andar em um mundo que constitui um conjunto organizado, conhecendo o índice desse conjunto, isto é, sabendo como é que esse mundo foi criado e como funciona, parece bem mais seguro do que aventurar-se por um mundo desconhecido ou sobre o qual tenhamos compreensão equivocada. Não esquecendo, evidentemente, que, tratando-se de uma perspectiva nova, qualquer percepção que logremos alcançar agora conterà, inevitavelmente, as limitações próprias das incursões em terrenos desconhecidos.

Objetivamente, isto é, considerando não o modelo representativo de algo objetivo, mas aquilo que é indicado pelo modelo, o Logos Normativo é constituído de pura inteligência, de um tipo especial de inteligência: de inteligência criativa. Essa inteligência criativa é não criada, pois se trata de natureza inescapável de toda existência relativa ou limitada. Isso significa que apenas uma existência absoluta possui natureza distinta. Embora essa inteligência criativa não tenha sido criada, ela foi despertada pelo advento do ser e apenas manifesta-se quando o ser faz-se presente. Portanto, é o advento do ser que confere dinamismo a essa inteligência criativa e possibilita que ela execute o seu ato de criação. O

fruto da ação gerativa, da inteligência criativa energizada pelo ser, consiste também em inteligência, embora de um tipo diferente, nesse caso, designada inteligência organizativa. Toda existência em ato presente no mundo relativo é constituída dessa forma e também é constituída dessa inteligência organizativa. Portanto, em primeira instância, o mundo relativo é constituído, exclusivamente, de ser e de inteligência organizativa, embora essa inteligência organizativa em ato seja produto do ser e de inteligência criativa que compõe a natureza inescapável de toda existência.

A inteligência criativa configura-se na forma de estrutura dimensionalmente organizada, porque apenas o critério dimensional permite receber o ser em sua simplicidade unidimensional indivisível e ensejar que, pelo reiterado desdobramento de amplitudes crescentes, seja possível criar organizações existenciais complexas, enfeixadas em forma de totalidade, na qual a inteligência organizativa manifesta-se, sendo, aliás, a única forma na qual ela pode-se manifestar. Portanto, a inteligência criativa possui estrutura dimensionalmente organizada por ser essa a única maneira de produzir totalidades unitárias compostas de partes, tendo, como ponto de partida, unidades indivisíveis providas de absoluta simplicidade. Dado que essa dimensionalidade confere à estrutura caráter cumulativo e instâncias limites – tanto inferior como superior – dotadas de movimentos transcendentais, fica configurada uma estrutura criativa inescapável, no caso do produto ser um cosmos.

Consistindo a criação na construção de totalidades, a partir de unidades indivisíveis, sendo dimensional a estrutura necessária para viabilizar isso, e constituindo a inteligência criativa natureza incriada e inescapável da existência relativa, é também necessário que essa estrutura criativa contemple a combinação das categorias fundamentais implícitas em toda manifestação existencial relativa, como a da forma, a do movimento e a da quantidade. Essas categorias fundamentais estão presentes em toda manifestação existencial e revelam-se pertencentes e próprias da natureza da existência relativa e, nessa condição, integrantes ou implícitas na própria inteligência criativa. Nessa condição, a estrutura criativa estende-se do uno indivisível até a totalidade unitária e revela-se dimensionalmente organizada no sentido da crescente complexidade, por articular, sincronizadamente – forma, movimento e quantidade –, a partir de suas manifestações mais simples, capitalizando, de modo natural, as propriedades dessas três categorias, até que a totalidade seja atingida.

Entender a Geometria como ciência da forma, a Lógica como ciência do movimento e a Matemática como ciência da quantidade implica entender também que essas três ciências – tal como o modelo dimensional – possuem, igualmente, uma instância transcendental como origem, do mesmo modo que a instância da existência relativa pressupõe a instância transcendental absoluta. Nessas condições, a categoria fundamental da Geometria seria constituída pelo ponto adimensional que, em termos, já é aceito, desde Pitágoras, como origem da forma. A categoria fundamental da Lógica, semelhantemente, seria constituída pela imobilidade absoluta que teria de ser aceita como origem do movimento, e a categoria fundamental da Matemática seria representada pelo zero⁷⁷, como antecedente e origem da quantidade. Dotada de origem transcendental, cada uma dessas três ciências revela caminho

⁷⁷ Talvez, o Uno de Platão que, declaradamente, representa a unidade indivisível sem, entretanto, contemplar quantidade seja uma solução melhor do que o zero, uma vez que este foi incorporado à matemática como um número representativo da ausência de quantidade. De qualquer modo, Uno ou zero demandam explicação complementar, indicando tratar-se do antecedente da unidade quantitativa.

próprio de desdobramento da respectiva complexidade a partir de seu elemento mais simples, com a revelação simultânea dos compromissos estruturais próprios de cada uma – como vimos no estudo da opção de Platão pela correspondência da linha à unidade. Nessas condições, isto é, enquanto composta de Geometria, Lógica e Matemática, a inteligência criativa enseja o desdobramento de amplitudes crescentes para a manifestação da existência, articulando forma, movimento e quantidade, capitalizando, de modo simultâneo e integrado, os compromissos estruturais contidos em cada uma e, dessa forma, manifestando-se como inteligência criativa.

Sendo essa a compleição estrutural da inteligência criativa e constituindo o conjunto – o Logos Normativo – o índice responsável pela ordem universal, seus principais componentes resultam ser os seguintes: em primeiro lugar, o ser, que, ao transcender para a existência relativa, revela a presença de uma origem absoluta inefável. O ser é o portador da energia que se manifesta como movimento existencial e impulso para a complexidade, que ora revela-se como poder fecundador – Osíris –, que edifica o mundo, ora como cristo cósmico e legítimo filho do absoluto, ora também manifesta-se como intelecto operador da consciência capaz de pensar no padrão S₅. Na espécie humana, uma imagem pálida desse ser verdadeiro, por vezes, será percebida como personalidade humana, operadora de um padrão de pensamento S₄. Em segundo lugar, vem o próprio Logos Normativo, como estrutura limitante da manifestação do ser e, ao mesmo tempo, como inteligência criativa edificante do ente e de toda ocorrência relativa manifesta em ato. Esse Logos Normativo ora será percebido como conjunto de leis universais determinantes dos modos em que a existência pode dar-se e dá-se neste universo ora, simplesmente, como universais ou lógica da existência, ora como índice provedor da harmonia cósmica. Para espécies instrumentalizadas com mentes operadoras de inteligência organizativa, tal como a humana, o modelo formal desse Logos Normativo representa o referencial interpretativo revelador do funcionamento básico do universo. Em terceiro lugar, destaca-se a totalidade expressa em inteligência organizativa que ora será interpretada como inteligência organizativa determinante da compleição dos fenômenos e entes presentes no mundo, ora como componente inteligível dos mesmos fenômenos e entes, ora como estágios temporários de repouso da inteligência organizativa, em seu processo ilimitado de conquistar complexidade crescente, sob o impulso vital e inesgotável do ser. Em Platão, simplesmente, como ideia ou forma.

O ser, o Logos Normativo e a Totalidade ou o ser, a inteligência criativa e a inteligência organizativa. Alhures, Osíris, Ísis e Hórus ou, então, o Pai, o Espírito Santo e o Filho⁷⁸. Caso a espécie humana almeje, realmente, evoluir, precisa superar essas diferenças de linguagem e unir-se em torno de um projeto sintonizado com as leis universais que são as leis que, efetivamente, comandam a evolução e o funcionamento do universo e que, de modo algum, são perturbadas pelos nossos virtuais devaneios ideológicos. O que se invoca, aqui, é o restabelecimento da verdade, o retorno do filho à casa paterna, o restabelecimento de nossa

⁷⁸ Essa trilogia básica focaliza apenas presenças que se manifestam no âmbito relativo. Caso o foco compreenda também o âmbito absoluto, Pai, Filho e Espírito Santo assumiriam outros significados. O Pai seria a fonte absoluta necessária, o Filho contemplaria tanto o ser como o ente ou a inteligência organizativa realizada em ato, e o Espírito Santo continuaria indicando o limitante ou a inteligência criativa. Essas duas perspectivas contemplam a mesma estrutura e diferem apenas por focarem níveis ontológicos distintos. Os egípcios consideravam impossível representar o transcendente, razão pela qual a sua trilogia divina básica referia-se a manifestações presentes no âmbito relativo: o poder fecundador, o receptáculo e a criação.

sintonia, como indivíduos e como espécie, com os simbólicos deuses da mitologia, com as forças cósmicas que regulam o universo, com as leis da natureza, para, assim, superar de vez essa postura infantil e intelectualmente arrogante que pretende uma vida à margem das leis universais.

O reconhecimento da “divindade” dessa trilogia básica da criação não deve ser entendido como proposta de uma nova religião e caracterização de três deuses que devam ser adorados, porém rende tributo ao caráter inescapável e eterno das forças básicas que nos comandam, queira-se ou não. O Logos Normativo, como modelo descritivo da inteligência criativa, destaca essa trilogia divina básica, mas não se limita a isso. Esclarece, igualmente, o processo segundo o qual o ser, direcionado em sua ação edificadora pelo *limitante*, institui a totalidade em perfeita unidade. Ao esclarecer esse processo, indicando as cinco etapas que se distinguem e se complementam para a geração do Filho, também ficam explicitadas as cinco inteligências logicamente distintas que se complementam nesse processo criativo, resultando, assim, todo o processo criativo, inteligível e compreensível.

Em tese, um assunto compreensível por todos, mas, na prática, compreensível apenas por alguns. Apenas por mentes que tenham superado os obstáculos que se antepõem ao discernimento e tenham atingido o estágio cognitivo superior da espécie, representado pela capacidade de pensar a totalidade. Como vimos durante a explicitação do modelo dimensional, a cada uma das cinco etapas que se complementam na edificação do ente corresponde um modo de pensar específico, determinado por uma lógica própria. Sinteticamente, referimo-nos a esses cinco padrões de inferência por S₁, S₂, S₃, S₄ e S₅. Da mesma forma que a complexidade objetiva edifica-se em cinco instâncias cumulativas, que partem da maior simplicidade – a simplicidade unitária do ser – até atingir a maior complexidade na totalidade do ente, também o pensamento e o discernimento tornam-se crescentemente complexos, e a competência cognitiva e a capacidade de discernimento evoluem desde a mera intuição S₁, comum a todos os animais, até a capacidade de pensar a totalidade, a capacidade de pensar S₅, a qual configura pensamento privativo do ser⁷⁹.

Já vimos, pelo caráter inescapável da trilogia divina básica, que não cabe perguntar por que o ser lançou-se na aventura de edificar o mundo: simplesmente, não existe alternativa à existência. Da mesma forma, não nos cabe perguntar qual é o propósito do ser na edificação do mundo ou aonde que ele pretende chegar. Apesar disso, há nitidamente um percurso existencial cumprido, há uma realização efetiva, e essa realização denuncia uma tendência que o Logos Normativo também revela. Sendo o mundo feito de ser e de inteligência organizativa, desenvolver o mundo significa submeter essa inteligência a formas organizativas crescentemente complexas. Já sabemos que isso apenas torna-se possível dentro de espaços de possibilidades determinados pela articulação conjunta de forma, movimento e quantidade – Geometria, Lógica e Matemática. Sabemos também que essa evolução dá-se por atividade do ser. Identificamos esse ser no fundo de nossa consciência e qualificamo-lo como intelecto operador da mente, com o qual nos identificamos no ato de pensar. Como homens dotados de capacidade de intelecção e de entendimento, percebemo-nos munidos de uma ferramenta – designada mente – especializada na operação de inteligência que é, justamente, a

⁷⁹ Sampaio (2001) chegou a entender que a própria evolução da cultura humana pode ser ordenada segundo a conquista e a prevalência de modos de pensar correspondentes a cada um dos estágios de complexidade lógica facultados à espécie.

matéria prima de que é constituído o universo. Significa isso que, no ser humano, estão reunidos tanto o ser que edifica o universo como a mente que é capaz de operar a inteligência organizativa que é a matéria prima com a qual o universo é construído. Portanto, usando uma expressão e uma percepção que também já estavam presentes em Sampaio (2005), a espécie humana representa o local onde o universo marcou encontro conscientemente consigo mesmo.

O ser humano é o local onde o ser poderá passar a operar, conscientemente, uma evolução cósmica que, até agora, deu-se apenas segundo o ímpeto do ser e as condições conjunturais resultantes da articulação das três ciências básicas. Certamente, não se trata do único local do universo onde isso pode-se dar e nem mesmo resulta garantido que, na espécie humana, isso, efetivamente, dar-se-á. De toda forma, ainda que não se fale em propósito ou em intenção divina, do percurso evolutivo cumprido, segundo leis cósmicas imparciais e insuspeitas, resulta indicado que o papel da espécie humana pode ser mais nobre e mais importante do que, até agora, o mais otimista dos homens tenha cogitado.

Caso essa conclusão esteja correta, o que está impedindo a realização do despertar do ser no seio do universo, em plena consciência e tendo a espécie humana como epicentro, é apenas a estagnação do discernimento humano no estágio do pensar de padrão S₄. Como sabemos, o pensar S₄ tipifica a personalidade humana, representa um pensamento que se exaure na consideração do devir e alimenta-se das experiências dialéticas conflituosas do ente com suas circunstâncias. S₃ impõe-lhe a motivação principal do egoísmo porque, antes de tudo, é preciso sobreviver e manter a integridade orgânica, em um mundo onde todo ser vivo acumula energia, sendo, portanto, potencial alimento de outros. Daí, o espírito competitivo e a agressividade. Ao conseguir pensar no padrão S₄, começa a percepção de que o outro também precisa sobreviver e que, em conjunto, talvez, a sobrevivência torne-se mais fácil, ainda que, entre a minha sobrevivência e a do outro, a minha continue prioritária. S₄ também permite o aprendizado, a acumulação de conhecimentos, a organização social, a distribuição do trabalho, a cooperação e, em algum grau, até certa compaixão, certa solidariedade, certa justiça e certo prazer de convivência coletiva. Apesar disso, o horizonte temporal descortinado pelo pensar S₄ não vislumbra qualquer possibilidade de superação dos conflitos que são estruturais e inescapáveis da instância, conflitos que as diferenças culturais e os diferentes estágios de superação das necessidades básicas apenas exacerbam. Platão soube caracterizar, com precisão, o pensador S₄, ao considerá-lo prisioneiro da caverna e do mundo visível, e também conhecia e apontou o caminho da superação, ao contrapor a esse mundo visível e mutável a verdade estável e imutável de um mundo inteligível.

O fato de Platão conhecer a solução há vinte e cinco séculos revela a dimensão real das dificuldades e dos desafios que se oferecem à espécie humana para aproveitar a oportunidade que a história do cosmos apresenta-lhe. O discernimento inicia-se intuitivo e infantil em S₁ e possui potencial para tornar-se verdadeiramente adulto e maduro em S₅. Na constituição da espécie humana, os primeiros estágios – S₁ a S₄ – estão vinculados à animalidade estrutural sobre a qual a natureza tenta edificar o especificamente humano. Essa animalidade básica, provavelmente, nunca será superada porque mesmo o humano mais desenvolvido depende de um organismo biológico para sustentar-se na existência. Assim, também as demandas próprias desses estágios iniciais deverão continuar sempre presentes, não parecendo razoável cultivar expectativa de que sejam eliminadas ou superadas. S₂, por exemplo, coloca em pauta a sexualidade e o desejo sexual que, na busca de um equilíbrio

interno, impõe a busca externa do gênero complementar que a natureza sabiamente separou para garantir a perpetuação da espécie. Sem a satisfação e o arrefecimento desse desejo, o indivíduo inscreve-se no meio social como um caçador e é percebido pelos demais como tal. Quando o indivíduo encontra seu par, estabelece um acordo e une-se em família, tal desejo "deixa" de ser uma questão pública e passa a ser satisfeito, de modo adequado e mais civilizado, na intimidade⁸⁰. Com isso, ambos ganham porque a própria sociedade amplia a confiança neles e eles deixam de ser, naquele sentido, um concorrente ou uma ameaça. Não se trata, pois, de superar a sexualidade que é uma das necessidades básicas da animalidade, mas de arrefecer o seu impulso e, assim, retirar esse item da pauta de preocupações, abrindo espaço para o tratamento de questões superiores. O mesmo raciocínio será seguido para demais necessidades básicas, tais como a necessidade de alimentação, de vestuário, de segurança etc. que são inerentes ao plano e ao pensar S_3 . Na medida em que as necessidades arrefecem-se, abre-se espaço para a expansão da sensibilidade e para os pensamentos superiores. Em S_4 , emergem as necessidades de organização social, da política, da ética e da justiça, inerentes à vida comunitária.

Por mais sensível e bem intencionada que seja uma mente S_4 e ainda que perceba ser a cooperação mais vantajosa que a competição e tenha um espírito pacificado e saiba ser solidário, a brutalidade da realidade social circundante, o espírito bélico e competitivo predominantes, a própria lógica do devir com sua dialética conflitiva e a permanente mudança das coisas não oferecem suporte estável para soluções consistentes. Deseja-se justiça, mas, o que vem a ser realmente justo? É dar a todos por igual? É dar a cada um segundo o seu merecimento? É dar a cada um segundo as suas necessidades? A mesma dificuldade está presente nos conceitos de liberdade e de democracia. Parece pertinente que um ser inteligente almeje liberdade. Em um mundo relativo, essa liberdade também será necessariamente relativa e, aí, coloca-se a questão de determinar quais são os limites individuais de liberdade que sejam também convenientes a todos. Em um mundo onde não há um ponto fixo, onde constantemente tudo muda, como acontece no mundo visível correspondente a S_4 – o plano do vir a ser espaço-temporal –, é impossível estabelecer referências que sejam justas para todos. Em instância onde tudo muda constantemente, a única verdade possível é a mudança e a inconstância, ou seja, na prática, a inexistência de verdade.

Em universo caracterizado pelo movimento, tal como o nosso, pontos fixos capazes de ancorar a razão em verdades estabilizadas apenas existem na instância das leis divinas, mapeada pelo modelo descrito e designado Logos Normativo. Essa instância somente pode ser visualizada pelo pensamento de padrão S_5 . Dado que esse modo S_5 de pensar configura pensamento liberto da personalidade humana acidental e contempla a evolução da espécie humana em perspectiva cósmica própria do ser, representa, evidentemente, o tipo de mentalidade que idealmente deveria estar à frente não apenas da política que define os rumos da civilização, mas também do processo educativo capaz de produzir mentes S_5 , em número suficiente para preencher todos os postos nos quais o interesse da espécie entre em questão. O problema é que, sendo essa compreensão privativa de um pensar S_5 , tal compreensão encontra-se fora do alcance da população em geral, e, assim, configura-se o impasse que

⁸⁰ O espaço público, a sociedade, constitui espaço próprio do especificamente humano e não de manifestação da animalidade. O local de manifestação da animalidade é privativo, a alcova, nó máximo, a matilha e a manada.

retém a evolução. Observe-se como essa situação inscreve-se, milimetricamente, nas preocupações que Platão registrou – na *República* e nas *Leis* –, com os limites da democracia, na sua preocupação com a educação criteriosa desde a mais tenra idade e na sua ideia exemplar do rei filósofo e de um conselho noturno. Impossível deixar de reconhecer, novamente, a agudeza perceptiva e a consistência da proposta filosófica de Platão: a sua receita civilizatória está completa, ainda que o tom das cores admitam, aqui ou ali, os seus ajustes⁸¹.

Impossível não perceber que a infantilidade mental e o egoísmo aumentam, à medida que o padrão de pensamento afasta-se de S_5 e aproxima-se de S_1 , impossível não perceber a própria rudeza e a própria animalidade quando nos percebemos operando modos de pensar inferiores, da mesma forma como se revela impossível operar perspectiva S_5 sem assumir preocupações com os destinos da espécie ou continuando refém do egoísmo. Assim, por exemplo, a luxúria revela um pensamento S_2 , e a corrupção e os desmandos governamentais testemunham um pensar S_3 , ainda que disfarçado sob justificativas S_4 . Somente com o pensar S_5 , o homem é capaz de perceber que, em última instância, o seu interesse pessoal coincide com o interesse coletivo, tal como já sugeria Platão. O que nos deixa esperançoso é que, dessa feita, a evolução cultural e científica disponibiliza recursos que não estavam presentes na Grécia Clássica e que a evolução científica encontra-se, há mais de cem anos, represada pela falta de solução lógica para o campo unificado que o modelo dimensional deve resolver ou, ao menos, encaminhar solução. Esta é uma obra de filosofia que reclama e potencializa mudança, mas temos consciência de que a mudança não será promovida pela Filosofia. A mudança começará apenas quando um físico quântico perceber que o modelo dimensional resolve, de modo simples e elegante, a questão da teoria unificada. Nesse dia, aprender a pensar a totalidade entrará na agenda cultural da humanidade e, então, terá, realmente, início a era de Aquário.

⁸¹ Platão, em toda a sua obra, não resulta prescritivo, apenas provocativo. Com isso, as características da cidade ideal arroladas, na *República*, merecem ser entendidas como provocações indicadoras de questões sociais importantes que precisam ser equacionadas e não como prescrições objetivas de um modo particular de organização social.

APÊNDICES

Os estudos de lógica anexados a este trabalho como apêndices não possuem a pretensão de inaugurar a ciência lógica que o Logos Normativo reclama. Falta-nos fôlego e conhecimento para tanto. Pretendemos apenas mostrar que a exigência de se considerar lógica no plural não constitui mero voluntarismo ou uma opção ideológica entre outras. Os três estudos que se complementam foram desenvolvidos sobre proposições que tentaram, de forma pioneira, verificar se efetivamente nos encontrávamos diante de um novo âmbito do conhecimento e se a ideia de lógica única precisava ser revista para contemplar outros padrões lógicos. Tais proposições apresentam suas deficiências, e, certamente, os três estudos desenvolvidos a partir delas, também sofrem das dificuldades que são próprias de incursões sobre territórios inexplorados. Caso esses estudos consigam mostrar ao leitor a impropriedade de se contemplar padrões lógicos distintos do padrão lógico aristotélico, com o mesmo padrão de inferência com o qual contemplamos a Lógica Clássica do terceiro excluído, daremo-nos por satisfeitos. Nesse caso, estará colocada a cunha conceitual capaz de viabilizar a compreensão dos demais padrões lógicos. O restante caberá a especialistas, daí, não nos preocupamos em atualizar esses estudos que foram escritos há mais de uma década, quando ainda não havíamos concluído, por exemplo, que as dimensões objetivas são apenas quatro e mantínhamos aberta a possibilidade de existirem dimensões superiores ainda despercebidas.

O STATUS ONTOLÓGICO DA LÓGICA I

INTRODUÇÃO

Nossa motivação para este trabalho nasceu de leitura feita, em dezembro de 2003, de artigo então inédito do Professor Júlio Ramon Cabrera, titular da cadeira de Lógica, da Faculdade de Filosofia da Universidade de Brasília, intitulado “Três Graus de Divergência Lógica: Hegenberg, Da Costa, Sampaio”. Nesse artigo, o Professor Cabrera descreve o desacordo conceitual que vige no território da lógica e desenvolve um estudo comparativo, explorando o viés da divergência. Em particular, esse artigo aponta para uma incômoda insuficiência conceitual presente no âmbito dos estudos de lógica, insuficiência manifesta na ausência de conceituação universalmente aceita do que seja lógica e também na falta de sistematização do campo compreendido por uma “ciência” lógica.

A abertura ao diálogo do Professor Cabrera segue tendência presente no âmbito da Física, em que os profissionais da área descobriram, já faz tempo, que muitos dos segredos da Física estão misteriosamente antecipados em textos herméticos, filosóficos e religiosos de todos os tempos. Por isso, deixaram de lado certos preciosismos acadêmicos e foram beber, sem pejo, o conhecimento, em qualquer local onde ele se apresente. Revela-se auspicioso detectar essa disposição no círculo restrito da lógica.

Antes de entrar propriamente no mérito da questão, parece-me útil fazer uma digressão sobre as dificuldades que o novo sempre nos impõe. É, certamente, mais fácil sugerir que os outros mudem do que incorporar pessoalmente uma mudança. Aquilo que pode ser lógico e formalmente demonstrado no paradigma vigente fica fácil aceitar, mas quando se muda o referencial básico é indispensável ter abertura para o novo e espírito prático.

Lembro-me das minhas próprias resistências com o conceito de inteligência de Lavagnini (1964), em época na qual a inteligência era fundada em questões de hereditariedade e configuração genética e avaliada mediante testes de velocidade de cálculo e de inferência lógico-formal. Lavagnini definiu a inteligência como sendo o uso consciente que fazemos da nossa faculdade de pensar, tornando a questão muito mais metodológica do que estrutural. Certamente, a questão é controversa, e muitos aspectos continuam abertos, mas não podemos desconhecer que, caso a inteligência continuasse sendo considerada meramente estrutural, o conceito continuaria virtualmente inútil, ao menos enquanto a manipulação genética não nos habilitasse a intervir fisicamente no problema. Com a definição de Lavagnini, ao contrário, o conceito tornou-se imediatamente útil, e conceitos como organização mental, lógica, padrões de pensamento, competência cognitiva, referenciais cognitivos, processo mental, entre outros, emergiram como possibilidades de efetiva ação sobre o problema. Assim também entendemos a lógica. Se a lógica esgotar-se como tema iniciático, restrito a comunidades de lógicos, podemos mudar de assunto.

Queremos, com isso, registrar que partimos para o trabalho com a intenção declarada de identificar um *status*, ontológico ou não, que torne a lógica útil à humanidade e que, cientes disso, esperamos poder evitar as armadilhas que isso pode ensejar. Aliás, partimos sabendo, por outras fontes, em que medida isso é possível, de sorte que se trata apenas de demonstrar isso em linguagem formal.

DELIMITANDO O OBJETO

Estamos adotando aqui o conceito ontológico, no sentido ôntico de indicar o estar presente no mundo: atributo comum a tudo o que participa da existência e nela encontra-se emerso e manifesto e que, eventualmente, pode até mesmo ser percebido como tal por uma capacidade perceptiva. Fazemos isso sem necessidade de refutar o conceito ontológico, no sentido de indicar o que constitui ou integra a essência ou a natureza do existente. Nesses termos, o título remete-nos à questão sobre o modo essencial segundo o qual a lógica manifesta-se no mundo, ou seja, sobre qual seja o seu *status* ôntico e ontológico. Em termos prosaicos, não muito mais do que simplesmente: o que é lógica?

O termo ôntico é, porém, aqui, indispensável, pois situa o nosso objeto à beira do abismo transcendental, da não existência ou do nada. À existência contrapõe-se a opção da inexistência, e o conceito ôntico serve para manter o nosso objeto (um ser no mundo) permanentemente tencionado contra seu fundo de referência (de *não ser*).

Essa localização do nosso objeto à beira do abismo transcendental comporta também a propriedade de nos indicar que esse estudo somente pode ser efetivado tomando-se por base, especificamente, a Lógica Transcendental. Isso deve-se ao fato de ser ela que opera a diferença transcendental que explicita o advento dos fenômenos. Aqui, a Lógica Clássica da mera consequência nada pode fazer, pois é reconhecida e pacificamente incapaz de solucionar o problema da causa primeira. Contentar-nos-emos com o seu concurso para a concatenação correta do discurso e deixaremos as questões de conteúdo para a Lógica Transcendental.

Finalmente, para o exame da Lógica Transcendental, utilizaremos as notações formais desenvolvidas por Sampaio (2001), que são, no nosso entender, as que melhor acesso concedem à estrutura e ao modo de operar dessa lógica.

A OPERAÇÃO TRANSCENDENTAL

A concepção de lógica de Sampaio é ampla, no sentido de admitir a pluralidade lógica, mas, em outro sentido, é circunscrita, quando ele atribui-lhe *status* subjetivo, definindo-a como “um saber sobre os múltiplos modos efetivos de **pensar**”. Sampaio não se encontra mais conosco, e eu tenho-me perguntado se ele, adicionalmente, admitiria também considerá-la como um saber sobre os múltiplos modos efetivos de **ser**.

Sampaio caracteriza a Lógica Transcendental como lógica da identidade, conferindo-lhe a notação **I**. Identificar constitui uma operação da consciência, como qualquer um pode constatar ao observar seus próprios atos de identificação. Trata-se sempre de um ato perceptivo, mediante o qual um objeto qualquer torna-se presente à consciência. Em face dessa característica, Sampaio utilizou a notação **I(x) = x** para, de um lado, indicar que se trata de uma operação da consciência **I** sobre um objeto **x** e, de outro, para mostrar que o resultado é simplesmente **x**, límpida e solitariamente presente à consciência. Husserl (1962), ao se referir a essa operação, observou que o ato de consciência é sempre ato intencional, isto é, que consciência é sempre consciência **de**: somente se revela em face de um objeto, no caso, de **x**.

A notação representativa dessa operação adquire maior precisão (no sentido de corresponder melhor à operação mental) quando se multiplicam os dois termos da equação

por **I**. O resultado é $\mathbf{I}(\mathbf{I}(\mathbf{x})) = \mathbf{I}(\mathbf{x})$, cujo significado ou leitura indica que ter consciência de ter consciência de \mathbf{x} equivale, simplesmente, a ter consciência de \mathbf{x} .

Observe-se que o segundo termo da equação apresenta um resultado distinto do que encontramos na matemática usual, na qual o segundo termo assumiria a forma $\mathbf{I}^2(\mathbf{x})$. Não se trata disso, o resultado da operação da consciência é simplesmente a consciência de \mathbf{x} , isto é, $\mathbf{I}(\mathbf{x})$. Por quê?

A razão desse resultado pode ser esclarecida com o estudo do caso especial de operação de consciência, no qual o objeto \mathbf{x} intencionado é a própria consciência **I**. Nesse caso, $\mathbf{I}(\mathbf{I}) = \mathbf{I}$, isto é, ter consciência de ter consciência da consciência equivale a ter consciência da consciência. Tratando-se de operação recursiva de identificação da consciência sobre si mesma, constatamos que essa recursividade não altera o produto, ainda que se repita \mathbf{n} vezes. Isso nos permite, usando uma notação ainda mais simplificada da operação, afirmar que, para todo \mathbf{n} (obviamente inteiro e positivo), $\mathbf{I}^{\mathbf{n}} = \mathbf{I}$; ou seja, independentemente do número de vezes repetidas que a consciência, em ato reflexivo, incida sobre si mesma, o resultado é sempre apenas consciência de ter consciência: $\mathbf{I}(\mathbf{I})$.

Nessa demonstração, partimos da equação $\mathbf{I}(\mathbf{x}) = \mathbf{x}$; depois, multiplicamos os dois termos por **I**, obtendo a equação $\mathbf{I}(\mathbf{I}(\mathbf{x})) = \mathbf{I}(\mathbf{x})$; a seguir, consideramos o caso especial da operação de autoconsciência, fazendo $\mathbf{x} = \mathbf{I}$, obtendo $\mathbf{I}(\mathbf{I}(\mathbf{I})) = \mathbf{I}(\mathbf{I})$, e, finalmente, simplificamos essa equação, fazendo $\mathbf{I}(\mathbf{I}) = \mathbf{I}$ e obtivemos a notação $\mathbf{I}^2 = \mathbf{I}$. Esta última notação será útil adiante quando discutirmos os seus valores de verdade, mas ela serve também para demonstrar porque tivemos de multiplicar os dois termos da equação inicial por **I**. De um lado, como já afirmamos, foi para o segundo termo assumir a forma $\mathbf{I}(\mathbf{x})$ e expressar melhor o resultado obtido com a operação: a consciência de \mathbf{x} . Mas isso também era necessário no primeiro termo, onde $\mathbf{I}(\mathbf{x})$; ou seja, ter consciência de \mathbf{x} não constitui um ato de plena consciência. Essa plenitude exige não apenas ter consciência de \mathbf{x} , mas sim ter consciência de que se tem consciência de \mathbf{x} . Isto é, para atingir a plenitude da consciência, além de se ter consciência do objeto, é indispensável dar-se conta disso. Daí, \mathbf{I}^2 no primeiro termo.

O fato de o segundo termo dessa equação, quando se trata de uma operação de identificação da consciência, ser distinto do segundo termo da mesma equação, no âmbito da matemática usual, representa evidente demonstração de que são distintas entre si as lógicas que operam nos dois casos. A lógica usada pela matemática usual tem recebido os nomes de Lógica Clássica, Lógica da Funcionalidade, Lógica Aristotélica ou Lógica do Terceiro Excluído, e a lógica que permite a identificação dos objetos tem sido denominada de Lógica Transcendental ou Lógica da Identidade.

Aqui, precisamos desacelerar e nos fixar neste ponto, porque somente a clara demonstração de que Lógica Clássica e Lógica Transcendental não se confundem, isto é, constituem fenômenos lógicos distintos, é que nos permitirá sepultar de vez toda resistência ao advento e à consideração de lógicas não clássicas e, portanto, da diversidade lógica.

A Lógica Clássica está suficientemente estabelecida e assentada na tradição lógica. Trata-se, portanto, de estabelecer e assentar a Lógica Transcendental com a mesma consistência.

A ESPECIFICIDADE DA LÓGICA TRANSCENDENTAL

Antes de tudo, convém separar os três aspectos essenciais do problema. Quando se fala em distinção entre lógicas, precisamos considerar que, para que uma prova ou demonstração de diferença seja consistente ou ao menos temporariamente sustentável, como qualquer tese científica, precisa demonstrar que as lógicas operam distintamente, ensejam operações distintas ou configuram padrões distintos de operação. Os esforços de formalização das operações de identificação da consciência, desenvolvidos por Sampaio e reproduzidos anteriormente, que nos levaram à equação $I^2 = I$, permitem-nos efetuar essa comparação, já que a matemática usual presidida pela Lógica Clássica também contempla a mesma equação. Assim, torna-se possível identificar diferenças de operação que, virtualmente, revelarão e terão de ser aceitas como prova de diferentes lógicas de operação.

O segundo aspecto essencial a se considerar é um indispensável cuidado para não confundir *significante* e *significado*. O esforço de formalização levou-nos a uma equação. Essa equação admite seus **valores próprios**, como se verá adiante, no caso, **0** e **1**. O que precisamos ter em mente é que esses valores próprios expressam apenas as condições de coerência na articulação entre os termos, possuindo também caráter formal*. Assim, tanto a equação como os valores próprios que a satisfazem constituem formalidades que são transparentes aos valores de verdade virtualmente operados com o seu concurso; ou seja, a fórmula e seus valores próprios não entram no mérito do conteúdo que está sendo operado.

O terceiro aspecto essencial diz respeito aos **valores de verdade** próprios da Lógica Transcendental que são diferentes dos valores de verdade da Lógica Clássica. Tais valores de verdade dizem respeito aos produtos das operações lógicas patrocinadas pelas lógicas em questão. O processo de formalização da Lógica Transcendental constituiu operação de descrição simbólica de operações mentais bem caracterizadas. Tratando-se de **operações** mentais, a descrição assumiu a forma de **equação** semelhantemente às equações algébricas que, na matemática usual, tratam de operações quantitativas. Dado que a equação e seus valores próprios não interferem no objeto operado, conclui-se que os valores de verdade das duas lógicas constituem outro elemento diferenciador.

Assim, podemos concluir que, caso a comparação das lógicas permita identificar duas lógicas diferentes, essa diferença será manifesta em modos ou padrões de operação diferenciados e em valores de verdade também distintos e inconfundíveis.

A nossa primeira evidência constitui o fato já indicado de a operação $I^2 = I$ ou $I^2(x) = I(x)$ de identificação apresentar, como segundo termo, apenas **I** ou **I(x)**, indicando que, apesar da recursividade do ato de consciência sobre si mesmo, o resultado é sempre e simplesmente a consciência do objeto, não sendo gerada nunca qualquer superposição de consciências do objeto. A natureza é sábia quando o resultado é somente **I**, pois, caso fosse um I^n qualquer, como exigido pela matemática quantitativa usual, a consciência se tornaria uma confusão de “imagens” sobrepostas. Essa particularidade evidencia que a operação do operador **I**, identidade, atua como um espelho que gera uma imagem mental do objeto vislumbrado. Não há nessa operação qualquer tipo de julgamento, comparação, análise ou conclusão, há apenas, inicialmente, a constatação de uma presença e, virtualmente, se houver condição para tanto, de um enquadramento no âmbito de um referencial cultural: a eventual atribuição de um nome. A operação da Lógica Transcendental esgota-se na conscientização do objeto. Caso outras operações tornem-se complementarmente necessárias, tratam-se de

operações que vão exigir outros padrões de desempenho e, portanto, o concurso de outras lógicas.

Quando se focalizam os resultados da operação à luz dos valores próprios admitidos pela equação, a especificidade da Lógica Transcendental se esclarece ainda mais. A equação $I^2 = I$ constitui, como já vimos, formalismo representativo do ato consciente de identificação, mas, ao mesmo tempo, representa formalismo matemático que expressa a articulação existente entre os termos, no caso entre ato produtivo e produto. Os valores próprios dessa equação são **1** e **0**, porque $0 \times 0 = 0$ e porque $1 \times 1 = 1$, inexistindo outros valores que satisfaçam a equação.

Esses dois cálculos são exatamente os mesmos quando executados sob a égide da Lógica Clássica na matemática usual, sendo essa singularidade que nos permite efetuar a comparação entre as lógicas. Convém observar, porém, que idênticos são apenas os valores próprios da equação nos dois sistemas, e estes, como já vimos, não interferem na constituição dos valores de verdade operados. São meras formalidades garantidoras da correta articulação dos termos. O que ocorre é que **0** e **1** constituem elementos comuns dos dois sistemas, da mesma forma que o sistema binário de Boole adota os números **1** e **0** que também fazem parte do sistema decimal. Apesar disso, são sistemas inconfundíveis. Aliás, entendemos que o sistema de Boole representava originalmente proposição de lógica transcendental que, depois, evoluiu para álgebra binária.

Não podemos, porém, desconhecer que as equações possuem **valores de verdade** diferentes nos dois sistemas. Assim, tratando-se de operação patrocinada pela Lógica Transcendental, os valores de verdade de **1** e de **0** são, respectivamente, **ser** e **não ser** que constituem valores de caráter **ôntico** enquanto, no sistema matemático usual, os valores de verdade possuem caráter **quantitativo**.

Observe-se que **1** e **0** prestam-se sob medida, tanto para expressar **ser** e **não ser** quanto para expressar as quantidades **um** e **nenhum**. Mas **1** representa também a *unidade inteireza* da mesma forma que expressa a *unidade quantidade*. Na verdade, os símbolos **0** e **1** constituem símbolos especiais que guardam significados e nuances singulares que não cabem neste trabalho, mas que ensinaram, por exemplo, que o povo grego não conhecesse o zero e que os egípcios considerassem o número três como sendo o primeiro número ímpar perfeito.

Sendo os valores de verdade da Lógica Transcendental de caráter ôntico, o padrão operativo dessa lógica, ao vislumbrar exclusivamente **o ser** e **o não ser** dos fenômenos, presta-se somente para operações muito determinadas. Admitida a definição de Sampaio, que caracterizou a lógica como um saber sobre os múltiplos modos efetivos de pensar, temos de admitir também que, nesse caso, a lógica constitui essencialidade exclusivamente subjetiva.

Nessa condição, podemos perceber que a Lógica Transcendental permite sabidamente pelo menos cinco operações bem caracterizadas: 1. a operação de consciência e autoconsciência; 2. a operação de percepção, da presença ou do advento de um fenômeno; 3. a operação de identificação de um fenômeno; 4. a operação de intuição de um novo e/ou do inusitado; e 5. a operação de presentir (o ato de fê?!).

Assim, como operação perceptiva da consciência, os valores próprios da equação $I^2 = I$ indicam serem possíveis dois estados de consciência: **1**, correspondente ao valor de verdade **ser**, indicando que a consciência está iluminada ou preenchida com a percepção do

objeto, e **0**, correspondente ao valor de verdade **não ser**, indicando que a percepção do objeto não está presente na consciência ou está ausente da consciência.

Convém observar que ambas são operações positivas da consciência. Sendo os valores de verdade **ser** e **não ser**, poderíamos confundir o ato operatório da consciência com a condição ôntica objetiva dos entes, em que o **não ser** configura-se inacessível a uma capacidade operatória estabelecida no âmbito da existência e, portanto, de atuação restrita a esse âmbito. Esse problema não existe no mundo subjetivo em que os estados **0** e **1** de consciência configuram apenas manifestações próprias de um poder perceptivo especializado e os citados estados de consciência, fruto de operações perceptivas efetivas. Exemplo claro de operações cujo resultado é o estado **0** são os casos de esquecimento, nos quais por algum tempo não conseguimos lembrar de algo. Assim, o valor de verdade **não ser**, no âmbito subjetivo, constitui produto de uma operação positiva da consciência, da mesma forma que a constatação positiva (**1**) da presença do ser.

Podemos observar em todos os casos citados de operação subjetiva da Lógica Transcendental um mesmo padrão operativo: de repente, a percepção faz-se presente à consciência: valor próprio da equação = **1**. Subsiste, por um tempo qualquer, variável, e, depois, desaparece da consciência: valor próprio da equação = **0**. Assim, para aquele objeto em particular, antes da percepção se dar, o valor próprio da equação na consciência era = **0**. Durante a percepção, o valor próprio da equação é = **1** e, depois que a percepção abandonou a consciência, o valor próprio da equação torna a ser = **0**. Esse percurso descreve o existir (**ser**) do fenômeno na consciência e o demonstra **limitado, no antes e no depois**, por momentos de **não ser**.

Mas, mais do que isso, evidencia um padrão operativo já subliminarmente manifesto nos valores próprios **0** e **1**: trata-se de um surgir a partir do nada. O que **não é**, de repente, passa a **ser** (**0** → **1**). Eis aí uma característica operação de transcender e, sendo o caso de passar do **não ser** para o **ser**, a verdadeira e legítima operação transcendental: operação típica e própria da Lógica Transcendental.

Ora, a passagem de **0** para **1** comporta, visível e simultaneamente, três aspectos essenciais: comporta uma diferença, um movimento e uma operação. Como operação de consciência, como já vimos, **0** e **1** indicam estados de consciência possíveis, considerando a lógica em questão, mas trata-se também de uma operação de passagem de **0** para **1**, como evidenciam os atos intuitivos que são também como a experiência demonstra, atos criativos. Assim, a operação mental de intuição representa nitidamente um *movimento* típico da Lógica Transcendental porque se trata de passar de um valor de verdade dessa lógica para outro, isto é, um movimento interno ao âmbito de atuação dessa lógica. Ora, se a operação é função própria da consciência, somente resta caracterizar a lógica como *padrão de movimento* e, no caso específico, de padrão transcendental de *movimento*. Isso representa um primeiro resultado deste trabalho: *ser movimento* constitui um aspecto ôntico da Lógica Transcendental.

O terceiro aspecto essencial envolvido na passagem de **0** para **1** consiste na constatação de que entre **não ser** e **ser** permeia uma diferença, no caso, uma diferença de padrão transcendental. Esse fato não tem muita importância para as finalidades deste trabalho, mas possui importância capital para a crítica da proposta de Lógica da Diferença **D**, identificada e formalizada por Sampaio, ao lado da Lógica Transcendental **I**, como sendo as

duas **lógicas de base** geradoras de todas as demais lógicas. A constatação dessa diferença transcendental evidencia que a diferença **D** não pode ser colocada simplesmente ao lado de **I** como algo de igual categoria, pois um tipo radicalmente essencial de diferença já se encontra discreta e veladamente na operação transcendental **I**. Esse fato não invalida a proposição lógica de Sampaio, mas, virtualmente, exige ajustes.

O STATUS ÔNTICO DA LÓGICA

Finalmente, se não apelarmos para preconceitos idealistas ou cartesianos, temos de convir que esse padrão transcendental de *movimento*, em que a vigência ôntica do **ser** manifesta-se limitada entre dois momentos transcendentais, não constitui prerrogativa dos fenômenos da consciência, constituindo universalidade indissociável da condição ôntica de todos os fenômenos universais conhecidos. Todos os fenômenos, objetivos ou subjetivos, reais ou imaginários, concretos ou abstratos, singulares ou coletivos, naturais ou culturais, e até mesmo o próprio universo, segundo as teorias prevaletentes, possuem vigência ôntica limitada por dois momentos transcendentais. Essa afigura-se como condição universal de todos os entes.

Da mesma forma que o *movimento* transcendental justifica o advento e a presença dos fenômenos na consciência, sendo o padrão de movimento, como visto, rigorosa e exatamente o mesmo, não há razão para que também não justifique o advento e a condição ôntica dos demais fenômenos. Aliás, não há sequer razão para justificar diferenças ônticas entre quaisquer fenômenos – são todos fenômenos transitórios e efêmeros demarcados por movimentos transcendentais. Quaisquer diferenças que, eventualmente, possuam serão manifestações situadas para além do alcance da Lógica Transcendental que, neste caso, sim, justifica-se como lógica inaugural e primeira, conforme propõe Sampaio.

Essa hipótese exige, naturalmente, a ampliação do conceito de lógica de Sampaio que deixa de ser apenas um saber sobre os múltiplos modos efetivos de pensar e passa, virtualmente, a ser também um saber sobre os múltiplos modos efetivos de ser. Dado, porém, que, onticamente, o ser antecede o pensar, a expressão subjetiva da lógica, manifesta em diferentes modos de pensar, precisa ser considerada caso particular de manifestação de poder normativo mais geral que, apenas no mundo subjetivo, manifesta-se na condição de lógica. No plano objetivo, esse poder normativo universal vai manifestar-se como princípio ou lei universal conformadora dos fenômenos e expressar-se como padrão de manifestação ôntica.

Assim, colocando as ideias em ordem, temos primeiro um poder normativo universal múltiplice que, em face do seu caráter universal, manifesta-se tanto no mundo objetivo como no mundo subjetivo. No mundo objetivo, esse poder normativo universal expressa-se como lei universal, determinante de padrão de manifestação ôntica, e, no mundo subjetivo, esse poder normativo expressa-se como lógica, determinante de padrão de inferência.

Com essa solução, a lógica pode continuar sendo entendida como exclusividade do mundo subjetivo ou, como Sampaio caracterizou, um conhecimento a respeito dos modos efetivos de pensar. Assume, porém, caráter normativo, posto que determina diferentes modos de pensar. Com essa solução, a lógica pode também continuar a ser entendida como teoria da

inferência, desde que entendido que cada lógica enseja um tipo ou padrão, determinado, exclusivo e inconfundível de inferência.

Com essa solução, também conquistamos condições para enfrentar a questão do virtual *status* ôntico e ontológico da lógica. Podemos considerar que a lógica apenas tenha presença ôntica no momento em que a consciência executa o ato de inferência e pode ser percebida como *movimento* de inferência. Nesse caso, antes e depois desse ato, a lógica constituiria apenas um poder normativo potencial ou latente da consciência. Esse tipo de latência é bastante comum na natureza, e o exemplo do biótipo dos seres vivos, que permanece apenas potencial no código genético das sementes, evidencia questão semelhante.

No meu entender, a dificuldade em conferir *status* ôntico ao poder normativo é o mesmo de conferir *status* ôntico ao programa biológico que repousa no código genético: trata-se do nosso chauvinismo cultural que reduz o mundo ao plano da matéria. Essa posição torna-se completamente superada com a admissão da diversidade lógica: nem a Lógica Transcendental nem a Lógica da Diferença tratam da materialidade. Com isso, a expressão material deixa de ser critério de inserção ou de exclusão dos fenômenos do mundo.

Por outro lado, considerando que a lógica possui caráter normativo, passa a ter caráter ontológico relativamente aos fenômenos subjetivos, posto que, nessas condições, constitui essencialidade determinante dos modos de pensar. Para negar-lhe o *status* ontológico, será necessário excluir o pensamento da existência, negando-lhe *status* ôntico. E, nesse caso, vamos colocá-lo onde?

CONCLUSÃO

Na linguagem do Professor Cabrera, essa concepção de lógica é, certamente, hiperdivergente, e a distância que a separa da concepção tradicional de lógica foi que nos motivou, na introdução, a alertar que, em certos casos, precisamos ter espírito prático.

Para quem se sentir particularmente desconfortável, observamos que, nessa acepção de lógica, não estamos mais fazendo ciência, mas sim, e francamente, filosofia, como exigido por Heidegger em sua obra *The metaphysical foundation of logic*. Mais, não se trata de uma filosofia qualquer, mas sim de uma metafísica que restabelece a presença de invariantes universais, colocando-se também divergente em relação às filosofias da modernidade.

Compreende-se a perplexidade de quem habitualmente pensa a lógica como ciência. Tendo Sampaio também razão quando considera a existência de cinco padrões lógicos distintos e sendo a concepção moderna de ciência restrita aos valores de verdade de apenas uma delas, o deslocamento do ponto de vista dessa lógica para o ponto de vista de um poder normativo universal, situado em plano filosófico superior, também se compreende: amplia simultaneamente o campo do objeto científico e, conseqüentemente, muda também a demarcação científica. Essas são, certamente, mudanças estonteantes.

Aqui precisamos ser práticos e realistas. Não estamos propondo mudanças na constituição do universo, mas apenas tentando aperfeiçoar a nossa interpretação dele. Nessas condições, agindo responsabilmente, o que realmente importa é a capacidade heurística de nossos referenciais e não a tradição ou o nosso apego emocional a algum deles. A pergunta relevante é: o que ganhamos com a adoção de perspectiva segundo a qual as lógicas

representam a manifestação subjetiva de um poder normativo universal presente em toda a natureza?

Assim como as mudanças são vastas, os ganhos também o são. A explicitação disso, porém, não cabe neste trabalho. Do ponto de vista epistemológico, o ganho evidente é que, pela primeira vez na história da relação sujeito-objeto, o fato de pensamento e pensado comungarem dos mesmos padrões de manifestação ôntica justifica o ato perceptivo como possibilitado por coincidência de padrão de *movimento*. O aspecto manifesto no objeto é percebido pela mente porque esta opera subjetivamente o mesmo *padrão de movimento*. *Há entre ambos uma sintonia, digamos, de frequência*.

Em termos lógicos, porém, dentro dos objetivos deste trabalho, o ganho mais evidente é que a lógica passa a ser elemento central do processo cognitivo, porque o domínio dos seus padrões de inferência (*movimentos*) e dos seus valores de verdade promete o pensar correto e a aplicação correta do pensamento. Eis, aí, a lógica definitivamente útil.

Em termos, digamos, mais técnicos, a caracterização da lógica como sendo a manifestação subjetiva de um poder normativo universal implica conferir-lhe também papel ontológico e normativo. Diante da pluralidade das lógicas, ainda que neste trabalho não se tenha tratado de todas, cumpre considerá-las determinantes de padrões de inferência específicos e, conseqüentemente, de padrões típicos e diferenciados de pensamentos, cada um deles voltado para aspectos específicos dos fenômenos, isto é, comprometido com valores de verdade privativos. Finalmente, o caráter universal do padrão de *movimento* preconizado pela Lógica Transcendental (padrão de inferência, no plano subjetivo, e padrão de manifestação ôntica, no plano objetivo) exige a admissão de um poder normativo mais amplo, como forma de fechar o modelo. São João, o evangelista, já avisou há muito tempo que, *no principio, era o Verbo*.

Restam, naturalmente, muitas questões lógicas a serem esclarecidas. Dentre elas, podemos destacar uma rediscussão do *status* da Lógica da Diferença proposto por Sampaio e, por conseqüência, possivelmente, ajustes na organização do território da lógica; e, virtualmente, especificar também a estrutura e a composição ontológica comum dos fenômenos, determinada pelo poder normativo universal. Não menos importante será esclarecer como se harmoniza a presença de um poder normativo universal com o grau de indeterminação e a aleatoriedade que vigoram em certas instâncias. Em Filosofia Geral, os problemas não são menores. Retomar uma perspectiva metafísica vai exigir a especificação desse poder normativo universal, trabalho que já tem algum caminho andado (SAMPAIO, 2001; RODRIGUES, 1999).

Todos esses problemas parecerão irrelevantes, porém, diante do problema que a ciência terá de enfrentar ao constatar que o campo dos seus objetos estende-se para além do espaço-tempo que comporta a materialidade. Não creio que adotar o comportamento da avestruz possa ser uma alternativa. Platão, de algum modo, foi derrotado pela Sofística. Talvez seja tempo de se restabelecer a verdade.

O STATUS ONTOLÓGICO DA LÓGICA II

INTRODUÇÃO

Nosso esforço anterior, procurando caracterizar a lógica com maior precisão, levou-nos a adotar uma perspectiva segundo a qual as lógicas representam a manifestação subjetiva de um poder normativo universal mais amplo, presente em toda a natureza⁸². Chegamos a essa conclusão ao constatarmos que a manifestação ôntica de todos os fenômenos, sem exceção, dá-se delimitada, no tempo, por dois movimentos transcendentais, responsáveis por sua entrada e por sua saída da instância própria na qual o fenômeno pode-se manifestar e, adicionalmente, porque constatamos que tais movimentos constituem operações de um mesmo padrão, tipificado pela Lógica Transcendental. Dado que, a par de fenômenos subjetivos, constata-se também a existência de fenômenos objetivos, adotamos a hipótese de reconhecer presente no plano objetivo um poder normativo correlato ao da Lógica Transcendental.

Isso levou-nos a caracterizar a lógica como manifestação subjetiva de um poder normativo universal e implicou conferir-lhe também *status* ontológico e papel normativo, posto que a pluralidade das lógicas revelou-se correlata de múltiplos padrões de inferência, inerentes a padrões típicos e diferenciados de pensamentos correlatos, por sua vez, a aspectos específicos presentes em todos os fenômenos, ou seja, usando a linguagem da física quântica, comprometidos com valores de verdade privativos.

Essa solução, equiparando padrões lógicos subjetivos a princípios universais objetivos, estabelece novo patamar ou alicerce conceitual, a partir do qual se torna possível novo discurso sobre o mundo e nova ordenação do conhecimento, desta vez, contando com instância-síntese que, ao resgatar a unidade, potencializa superar o estágio hodierno de fragmentação do saber e do pensar.

Embora esse patamar potencialize ou descortine amplas possibilidades nos campos da ciência e da filosofia e, conseqüentemente, nos mais variados campos do saber, aqui vamos permanecer restritos ao campo da Lógica, tentando consolidar esse alicerce que, como tal, não admite peças mal encaixadas, sob pena de comprometer tudo o que sobre ele for edificado.

Na discussão do caráter ontológico da Lógica, tomamos por base a Lógica Transcendental e verificamos que o seu modo de operação tipifica um movimento de padrão transcendental. Configura um surgir a partir do nada: o que **não é**, de repente, passa a **ser**. Na equação representativa dos estados de consciência, o valor próprio passa de **0** para **1**: (**0** → **1**), isto é, a consciência passa a estar preenchida com o fenômeno visado, uma característica, verdadeira e legítima operação transcendental, própria da Lógica Transcendental.

Para chegarmos a essa compreensão, utilizamos as notações e as equações adotadas por Sampaio. Recordando: inicialmente, partimos da equação $I(x) = x$, indicativa da operação mental, na qual a consciência, incidindo ou operando sobre um objeto x , produz apenas e tão somente a percepção de x ; depois, constatando que essa percepção do objeto x

⁸² Opinião compartilhada também no âmbito da Física Quântica há mais de trinta anos. Ver Heisenberg (1996, p. 122): “[...] as mesmas forças organizadoras que moldaram a natureza, em todas as suas formas, também são responsáveis pela estrutura de nossa mente e de nossas faculdades intelectuais”.

não constituía um ato pleno de consciência, posto que o sujeito pensante como que *se esquecia de si* ou da sua presença como poder operativo, multiplicamos os dois termos por **I**, obtendo a equação $I(Ix) = I(x)$, esta sim representando consciência consciente, tanto de si como do objeto.

A seguir, consideramos o caso especial da operação de autoconsciência, em que a consciência incide recursivamente sobre si mesma. Fazendo $x = I$, obtivemos $I(I(I)) = I(I)$ e, simplificando essa equação, fazendo $I(I) = I$, obtivemos a notação $I^2 = I$.

Com essa última equação, cujos valores próprios são **0** e **1** e indicam estados de consciência possíveis, demonstramos que a Lógica Transcendental, cujos valores de verdade são **ser** e **não ser**, é distinta e não pode ser confundida com a Lógica Clássica da mera consequência, cujos valores de verdade, no caso, são quantitativos.

Durante essa demonstração, destacamos que a passagem de **0** para **1** comporta três aspectos essenciais: **uma diferença, um movimento e uma operação**. Discutimos o movimento e a operação e destacamos que o terceiro aspecto essencial envolvido na passagem consistia na constatação de que entre **não ser** e **ser** há uma diferença, no caso, uma diferença de padrão transcendental. Mencionamos, na ocasião, que esse fato não tinha muita importância para as finalidades daquele trabalho, mas possuía importância capital para a crítica da proposta de Lógica da Diferença **D**, identificada e formalizada por Sampaio, ao lado da Lógica Transcendental **I**, como sendo as duas **lógicas fundamentais** geradoras de todas as demais lógicas.

À primeira vista, a constatação dessa diferença transcendental embutida já na operação de identidade **I** evidencia que a diferença **D** não pode ser colocada simplesmente ao lado de **I** como algo de igual categoria, como o fez Sampaio, pois um tipo radicalmente essencial de diferença já se encontra discreta e veladamente na operação transcendental **I**. Na ocasião, tivemos o cuidado de observar que esse fato não invalidava a proposição lógica de Sampaio, mas que, provavelmente, ensejaria ajustes.

Assim, o objetivo deste segundo trabalho é examinar em que medida a presença dessa diferença essencial, já no âmbito da operação própria da Lógica Transcendental, pode impactar a definição que Sampaio confere à sua Lógica da Diferença e em que medida isso pode impactar o mapeamento do território das lógicas, definido por ele, e que nós, no trabalho precedente e também neste, seguindo a própria tese de Sampaio, procuramos caracterizar como plataforma ou alicerce para uma nova visão de mundo, merecendo, por isso mesmo, extremo cuidado e precisão.

DELIMITANDO O OBJETO

Sampaio mapeia o território da Lógica identificando cinco padrões lógicos. Considera que “as lógicas formam uma estrutura ordenada e aberta, pré-linguística, e pré-matemática, gerada por duas lógicas fundamentais: a lógica **I** da Identidade e a lógica **D** da Diferença”. As demais lógicas são geradas mediante uma única operação designada *síntese dialética generalizada* entre tais lógicas e ressaltam que essa operação pode ser indefinidamente reiterada.

O autor considera, ainda, que essa solução permite fundamentar cada uma das lógicas, usando em cada caso apenas um princípio constitutivo, “liquidando com a bagunça

dos fundamentos”, tornando o conjunto homogêneo e, conseqüentemente, permitindo que ele ganhe forma operatória unívoca e também homogênea. Define a lógica como “um saber sistemático tanto quanto possível sobre os diferentes modos de pensar” e organiza a razão em uma estrutura hierarquizada de níveis ontológicos: “fenomênico (I), objetivo (I/D) e subjetivo (I/D/D)”.

O resultado é o seguinte mapeamento do território da Lógica:

1. Lógicas fundamentais: **I** e **D** (Identidade ou do próprio e Diferença ou do outro, respectivamente).

2. Lógicas derivadas: **I/D**, **D/D** e **I/D/D** (Dialética, Clássica e Hiperdialética Quinquitária, respectivamente). A estrutura permanece aberta, sugerindo serem virtualmente possíveis lógicas mais complexas, reais ou meramente potenciais.

Embora essa construção seja de difícil entendimento, mesmo quando se estuda diretamente o texto de Sampaio, o resultado alcançado é de clareza meridiana quando visto da perspectiva dos padrões de pensamento correlatos, porque tais operações mentais integram nosso cotidiano e, como tais, podem ser facilmente reconhecidas:

I = Pensamento intuitivo – ato de identificar e reconhecer;

D = Pensamento diferenciador – ato de identificar diferenças e classificar;

I/D = Pensamento dialético – ato de pensar a história e a historicidade;

D/D = Pensamento sistêmico – ato de pensar a funcionalidade da matéria;

I/D² = Pensamento complementar – ato de pensar a totalidade, com amor etc.

A tese, nessa perspectiva, é clara: todos os pensamentos humanos representam operações propiciadas por uma dessas lógicas, não sendo da competência atual dos humanos executar raciocínio de padrão distinto. Considerando que cada um desses cinco padrões lógicos representa um tipo particular de inferência⁸³, ficam caracterizados cinco padrões inconfundíveis de inferência e fica completamente mapeado e delimitado o território da Lógica.

De nossa parte, concordamos com a presença desses cinco padrões lógicos e de pensamentos e aceitamos essa demarcação do território da Lógica, até mesmo porque não conseguimos identificar qualquer pensamento que não se enquadre em algum deles. O leitor que discordar tem aí um caminho claro para refutar ou ampliar a tese. Nosso acordo não decorre, porém, de uma simples leitura de Sampaio. Chegamos aos mesmos cinco padrões de pensamento pelo caminho distinto de admitir um poder normativo universal como tese. Isso permitiu-nos organizar ou dividir o campo existencial do fenômeno em dimensões e identificar os padrões de movimento admitidos nas instâncias resultantes. O resultado, no plano subjetivo, é o mesmo: cinco padrões inconfundíveis de pensamento. Nem mais, nem menos.

Mas, se essa visão dimensional do mundo confirma as percepções de Sampaio quanto ao número de lógicas que compõem o Logos, quanto aos padrões operativos das lógicas, quanto ao caráter aberto da estrutura, quanto à existência de compromissos estruturais entre as lógicas integrantes da estrutura, quanto aos padrões de pensamento potencializados e, ainda, quanto a outros aspectos essenciais, curiosamente gera uma

⁸³ Sampaio adota um conceito de inferência restrito ao pensamento patrocinado pela Lógica Clássica, indicando a relação conseqüente entre os termos da operação. Aqui adotamos um conceito mais amplo, indicando a relação conseqüente entre os termos de qualquer operação lógica.

estrutura que se diferencia da estrutura sampaiana em três pontos: 1. não confirma o grau de independência que Sampaio confere à Lógica da Diferença; 2. inverte a ordem das lógicas Clássica e Dialética na estrutura; e 3. conceitua e caracteriza diferentemente a quinta lógica da estrutura, potencializadora do pensamento mais complexo ou elaborado que a natureza faculta ao homem.

Os três aspectos merecem ser estudados e, na perspectiva de estarmos montando uma plataforma conceitual que visa a embasar um novo olhar sobre o mundo, precisam mesmo ser estudados detidamente. A consideração das questões 2 e 3 exigiria, porém, a especificação do modelo dimensional de mundo que adotamos como referência, o que esperamos evitar neste artigo. Acreditamos, entretanto, que a questão 1, referente ao grau de independência desfrutado pela Lógica da Diferença, pode ser analisada nos termos adotados por Sampaio e sem o concurso daquela estrutura. Vejamos se isso se confirma.

Assim, delimitando melhor o nosso objeto, neste segundo trabalho, vamos restringir-nos a examinar a posição da Lógica da Diferença **D**, na estrutura proposta por Sampaio, e discutir em que medida ela pode ser colocada ao lado da Lógica Transcendental **I**, como sendo uma das duas lógicas fundamentais.

A LÓGICA DA DIFERENÇA SEGUNDO SAMPAIO

No texto publicado em 2001, Sampaio focaliza a Lógica da Diferença a partir da constatação de que a Lógica Dialética “se define precisamente como um saber acerca do pensar que se faz síntese do pensar da identidade e da diferença”, definição compatível com a descoberta de Proclo que identificou como *tese*, *antítese* e *síntese* os três momentos da Dialética. A partir dessa constatação e da caracterização pacífica da Lógica Transcendental como responsável pelo pensar da identidade, Sampaio aponta a lacuna que exige uma lógica da diferença, *stricto sensu*.

Pressupondo a operação dialética generalizada como integrante do modelo, Sampaio formula duas hipóteses para solucionar a questão: 1. existe uma lógica da simples diferença ou 2. a lógica formal (ou clássica) identifica-se com a lógica da diferença. Para recusar a segunda hipótese, arrola alguns argumentos, dentre os quais, destaco: “Mesmo que não chegássemos a tais exageros e aceitássemos a existência concomitante destas duas lógicas, continuaríamos impedidos de aderir à segunda hipótese – que subordina a lógica clássica à dialética –, **porque isto simplesmente contraria a essência destas lógicas** e até, no caso, a ordem de seu desvelamento histórico (primeiro veio a dialética platônica, depois, sim, a lógica formal aristotélica)” (p. 18).

O argumento, destacado em negrito, é, efetivamente, definitivo: a Lógica Dialética, responsável pelo movimento histórico e temporal de permanente mutação, não pode fornecer essencialidade constitutiva da Lógica Clássica, responsável pela estabilidade atemporal dos sistemas. Embora essa justificativa seja suficiente, Barbosa (1998) oferece-nos também uma demonstração gráfica de que a Lógica Clássica, em razão do princípio do terceiro excluído, constitui uma lógica da **dupla diferença**, o que, evidentemente, pressupõe uma diferença singular. Dessa forma, embora existam outras, essas duas razões parecem-me suficientes para requerer e justificar a presença de uma lógica da simples diferença.

Estabelecida a Lógica da Diferença, Sampaio observa que ela surge como “lógica do outro”, contrapondo-se à lógica da identidade, que se revela, positivamente, como “lógica do mesmo”. Recorrendo às percepções de Pascal, Kierkegaard, Nietzsche e Freud, demonstra que esse padrão lógico quase somente deixou-se surpreender pelo avesso, meio velado, quando não claramente à sombra de outra lógica tomada positivamente. Somente em Lacan, Sampaio reconhece a Lógica da Diferença, sendo tomada positivamente como lógica do significante.

O significante é, como sabemos, aquilo que se esconde ou se torna transparente para que o significado possa aparecer com toda intensidade e é, nessa perspectiva, que Sampaio entende a Lógica da Diferença. Por isso, fixa-se no psicanalista francês e caracteriza a sua lógica como operação do inconsciente, que é *o outro*, relativamente ao pensar consciente da Lógica da Identidade. “A lógica da diferença é a “lógica do outro”, do pensar inconsciente e da espacialidade, assim como a lógica da identidade ou transcendental é a “lógica do mesmo”, do pensar consciente e da temporalidade” (p. 25).

Observando que não é possível desconhecemos em nós mesmos, tanto uma capacidade operatória lógico-identitária como uma capacidade operatória lógico-diferencial, Sampaio aproxima-se da questão que aqui nos interessa de modo particular, perguntando na página 26 do seu livro: “Como se hierarquizam as lógicas da identidade e da diferença? Seria possível fazer derivar uma da outra?”.

Na justificação de sua escolha, observa que, caso adotemos um “ponto de vista subjetivo, aquele de nossa própria e imediata vivência, [...], não teríamos dúvida de que a identidade (a própria autoidentidade) tem que ser necessariamente primeira, pois todo ato de diferenciação [...] a tem como condição”. “Mas poderíamos também assumir o ponto de vista oposto, aquele da objetividade, caro aos homens da ciência. Chegaríamos então à conclusão exatamente contrária: a capacidade lógico-identitária é um *a posteriori*, produzida pelo colapso de uma diferença”. Esclarece, ainda, que “Ela (a diferença) emerge em um momento preciso do desenvolvimento embrionário: trata-se do término do processo de invaginação do ectoderma lombar que determina a essência topológica do sistema nervoso central, e que vai conferir foros de interioridade ao ser vivo em formação” (p. 26).

Diante desse dilema, ou para escapar dele, Sampaio entende conveniente não fazer nenhuma das lógicas derivar da outra, mas sim considerá-las ambas como lógicas fundamentais, até porque “todas as demais lógicas, a começar pela dialética, podem ser expressas como resultado de sínteses reiteradas das lógicas da identidade e da diferença”, mediante a já indicada operação de síntese dialética generalizada, e conclui: “razão pela qual estas, e somente estas, serão por nós consideradas como verdadeiramente fundamentais”.

Não restam dúvidas, portanto, que Sampaio coloca **D** equiparadamente ao lado de **I**: ambas são lógicas fundamentais. Observe-se que a adoção dessa solução não ocorreu ao amparo de uma tese positiva que a fundamentasse, mas sim como opção de menor custo, ao evitar o dilema representado pela escolha entre as perspectivas objetiva e subjetiva. Isso transfere a responsabilidade de justificar ao outro argumento arrolado: a síntese dialética generalizada e sua capacidade ordenadora e estruturadora.

O custo dessa opção apresenta-se na necessidade de uma capacidade operatória específica para a Lógica da Diferença, concebida que foi como “lógica do outro” e, portanto, como contraponto de uma “lógica do mesmo”, esta reconhecida como lógica da identidade e

como operação positiva da consciência. Ora, o que se contrapõe ao consciente é o inconsciente, daí, a convocação dos psicanalistas e, em particular, de Lacan: “Ser e pensar são o mesmo, logo, havendo o inconsciente há de haver um pensar que lhe convenha, ainda que, tratando-se de quem se trata, deva ser um pensar por outro, um pensar de desvãos e profundezas, sobretudo, um pensar que se desconheça” (p. 121).

A convocação de Lacan tem ainda outras razões tão ou mais importantes. Foi ele quem, ao estudar os paradoxos do inconsciente, propôs uma Lógica do Significante, que apenas é outro nome que se pode dar à Lógica da Diferença, da mesma forma que a expressão Lógica Dialética designa o mesmo que a expressão Lógica da História.

A nota número 13 que Sampaio inclui no capítulo oitavo de seu livro indica de que maneira os trabalhos de ambos integram-se na conquista desse padrão lógico. “A lógica da diferença possui três valores de verdade: verdadeiro, falso e indeterminado. Sendo este último sobredeterminado, concomitantemente verdadeiro e falso, ou seja, paradoxal, sua negação será verdadeira, dando origem, assim, à variante paraconsistente da lógica da diferença. No caso de uma subdeterminação, isto é, do indeterminado que não é verdadeiro nem falso, sua negação será falsa, o que vai dar origem à variante paracomplexa ou intuicionista da lógica da diferença”. Ambos dividem, portanto, a grande descoberta.

CRÍTICA AO MODELO DE SAMPAIO

A fragilidade mais importante que identificamos no modelo arquitetado por Sampaio, para pôr ordem no território das lógicas, não compromete os seus resultados mais importantes, quais sejam: identificar com precisão e bem caracterizar as lógicas integrantes do pedaço e, sobretudo, a sua proposição inovadora de uma lógica da diferença. Os cinco padrões lógicos estão bem definidos, e a sua consideração metódica nas lides humanas, certamente, seria capaz de propiciar-nos leitura mais fidedigna do mundo e, portanto, seria capaz de ampliar a nossa competência no exercício da vida.

Apesar disso, os dois motivos que alegou para posicionar a lógica da diferença ao lado da lógica da identidade pareceram-me frágeis. Estou-me referindo especificamente à fuga do suposto dilema que os pontos de vista objetivo e subjetivo colocam e também à adoção da síntese dialética generalizada, como elemento instituidor das lógicas derivadas.

O argumento da perspectiva objetiva, segundo o qual “a capacidade lógico-identitária seria um *a posteriori*, produzido pelo colapso de uma diferença” soou-me duvidoso por duas razões. Certamente, as operações patrocinadas pela Lógica Transcendental objetivam o ser em sua inteireza e, portanto, como uma unidade irreduzível. Trata-se, entretanto, de um movimento muito específico entre **não ser** a **ser**, isto é, patrocina operações instituidoras ou desinstituidoras ou, ainda, operações transcendentais entre **o ser** e **o nada**. A “invaginação do ectoderma lombar”, ainda que tomada apenas como determinante da “essência topológica do sistema nervoso central”, constitui, sem dúvidas, fenômeno natural que ocorre dentro do âmbito da existência objetiva. Isso significa que Sampaio entendeu a invaginação como um processo biológico que, atingindo virtualmente os limites de evolução no plano objetivo, instaura, por transformação, o suporte (também biológico) de algo capaz de transcendê-lo: a mente humana, fato que inaugura um mundo distinto, de feição subjetiva. É certo que o surgimento da mente configura uma “transcendência”, relativamente ao plano objetivo, da

mesma forma que é certo que a mente resultante constitui uma unidade, mas não é certo que essa transformação represente um movimento típico da lógica transcendental, do mesmo modo que pode ser que a unidade resultante represente uma unidade de instância superior àquela operada pela lógica transcendental; talvez uma unidade relativa ao todo, reconquistada depois da fragmentação.

A perspectiva objetiva permite-nos compreender como as sensações captadas pelos órgãos periféricos da percepção geram impulsos elétricos que são canalizados para o sistema nervoso central e como tais impulsos elétricos são transformados, no cérebro, em estados de excitação de uma vasta rede neuronal, um percurso amparado tranquilamente pela lógica clássica. Essa perspectiva objetiva não consegue, porém, explicar como esses estados de excitação cerebral são transformados em ideias no âmbito da consciência.

Para tanto, é necessário recorrer à perspectiva subjetiva em que esses movimentos são compreendidos como operações de inferência, amparados por cinco distintos padrões lógicos, e, portanto, **não** como inferência de padrão exclusivamente transcendental, embora, virtualmente, estas também estejam presentes⁸⁴.

Assim, entendo que, nesse caso específico, as duas perspectivas não colocam um dilema insolúvel, sendo a perspectiva subjetiva francamente mais habilitada que a objetiva para esclarecer a questão, mesmo porque, em última instância não existe algo como uma perspectiva objetiva. As perspectivas, como as ideias, são sempre subjetivas e o que se chama de perspectiva objetiva não passa de capitulação diante do poder sedutor da lógica clássica que Sampaio tanto combate. Somente podemos falar em *ideia objetiva* em contextos muito restritos. No geral, trata-se de contradição ou de dogma.

De outro lado, o apelo a um ponto de vista objetivo pareceu-me estranho ao ser adotado por quem definiu a lógica como um saber a respeito de diferentes modos de pensar, o que configura concepção subjetiva da lógica. Pensando melhor, talvez não seja tão estranho assim, afinal Sampaio admitiu mais de uma vez que ser e pensar são o mesmo, e muitos são os trechos em que se percebe certa propensão de estender o campo de atuação das lógicas ao plano natural, o que provavelmente apenas não fez por puro constrangimento, achando que o dito já escandalizaria o suficiente. Pela mesma razão, imagino que omitiu certas fontes não ortodoxas, das quais deixou, entretanto, discretas pistas.

Quanto ao segundo argumento, de adoção da síntese dialética generalizada na constituição das lógicas derivadas, a questão afigura-se igualmente delicada. Consigo compreender pertinente entender que os novos padrões lógicos preservem certa herança essencial legada pelas lógicas fundamentais. Para isso, a dialética presta-se bem, pois a síntese dialética, embora instaure uma instância nova e inconfundível, o faz segundo e dentro de possibilidades estruturais presentes na tese e na antítese que lhe dão origem. A dificuldade maior aqui reside no fato de a Lógica Dialética ser também uma lógica derivada, o que implica a contradição de ser a Lógica Dialética responsável pela operação que gera a própria

⁸⁴ Esta explicação, embora suficiente para demonstrar a superioridade da perspectiva subjetiva sobre a perspectiva objetiva, no caso particular em pauta, é uma explicação provisória, enquanto não estudarmos o citado modelo dimensional de universo que nos permitirá mergulhar mais um nível de detalhamento e separar o padrão lógico da inferência do salto transcendental que relaciona consequentemente os planos objetivo e subjetivo.

Lógica Dialética. Nem Sampaio conferiu-lhe tal propriedade, reconhecida, entretanto, como própria da Lógica Transcendental.

Existe ainda uma terceira razão para preferir a perspectiva subjetiva e colocar a Lógica da Diferença em linha, à frente da Lógica Transcendental e não lateralmente, ao seu lado, como ocorrência de igual categoria. Trata-se da necessidade, nesse caso, de atribuir ao inconsciente capacidade operativa autônoma. Nas palavras de Sampaio, “um pensar que, sobretudo, se desconhece”.

Parece-me mais plausível entender que o cérebro disponibiliza um centro operativo único, de compleição subjetiva, cujo funcionamento produz o quê? Subjetividades! Em estado de vigília, esse funcionamento dá-se balizado por condicionantes culturais, dentre os quais a linguagem e a ética destacam-se como evidentes. Em estado de sono, ocorre afrouxamento desses condicionantes estruturais, permitindo que o recalçado, o inalcançável pelo consciente ou o irredimível pela memória adquiram expressão e possam manifestar-se, por vezes, de forma tão contundente que, ao retornar ao estado de vigília, o ocorrido *permanece* presente à consciência. É preciso levar em conta que, embora os sonhos sejam pródigos no uso de paradoxos, possuem enredos que exigem a participação das demais lógicas.

Nesse caso, tratando-se de um mesmo centro operativo, funcionando segundo permitem os cinco padrões lógicos estruturais, basta fazer variar o grau de consciência, de vigília, e, virtualmente, de atenção, para explicar as variações constatadas na prática, que vão de atos plenos de consciência em um extremo até momentos da mais absoluta inconsciência, no outro. Com essa solução, que instaura graus distintos de consciência, compreende-se melhor inclusive a própria proposição de Sampaio, que distingue entre um estado de consciência meramente $I(x) = x$ e outro de feição $I(I(x)) = I(x)$, conforme já discutido.

Com essa solução, a Lógica da Diferença passa a ocupar a segunda posição na estrutura, patrocinando operações que pressupõem a operação anterior da identidade. Senão, como identificar uma diferença sem referi-la a um referente ou como reconhecer o outro sem ter antes conhecido o mesmo? Ora, o outro somente pode ser reconhecido como tal, isto é, como outro, comparativamente, tomando-se a si mesmo como referência e base. Sampaio mesmo admitiu que, assim, seria, caso adotássemos a perspectiva subjetiva (p. 26).

CONCLUSÃO

Colocar a Lógica da Diferença como uma lógica mais complexa que a Lógica da Identidade não compromete a descoberta lógica de Sampaio, como já afirmamos, nem mesmo retira da lógica da diferença seu papel gerador das lógicas subsequentes. Ao contrário, amplia esse papel, tornando-a ainda mais determinante do que no modelo de Sampaio, em que, pela síntese dialética generalizada, esse papel era dividido com a Lógica Transcendental.

Nesse modelo, de feição subjetiva, a operação **I** está sempre presente, porque se trata sempre de operação consciente da consciência, mas a complexificação ou a obtenção das demais lógicas serão alcançadas pela reiterada aplicação da diferença. Caso fosse possível conservar as notações de Sampaio, teríamos: **I**, **I/D**, **I/D²**, **I/D³** e **I/D⁴**, indicando, respectivamente, a Lógica da Identidade, a Lógica da Diferença, a Lógica Clássica, a Lógica Dialética e a Lógica Hiperdialética.

Como se observa, o efeito mais notável dessa solução sobre a proposição original é deslocar a posição da Lógica Dialética de antes para depois da Lógica Clássica. Passando **I/D** a designar a lógica da simples diferença e sendo convincente a demonstração de Sampaio de que a lógica clássica constitui uma lógica da dupla diferença, somente resta colocar a dialética na quarta posição, como **I/D³**, como tripla diferença. Proclo certamente estaria de acordo e, talvez, Einstein não tenha, afinal, incluído uma quarta dimensão dentro do espaço (p. 167), mas sim envolvido o espaço com uma quarta dimensão de tempo.

Olhando essa questão de uma distância maior, vejo como justo o entendimento de que as cinco lógicas instauram uma estrutura hierarquizada, em que cada lógica ocupa lugar determinado. Percebo também pertinente entender que essa estrutura contempla orientação no sentido da complexidade, na qual a Lógica Transcendental ocupa a posição mais simples, em face do seu padrão operativo, e a lógica hiperdialética, pela mesma razão, ocupa a posição mais complexa. Também compreendo que as lógicas mais complexas contemplam certa herança vinda das lógicas mais simples.

Essa estrutura, ao ser composta por cinco lógicas, comporta quatro intervalos, ainda não especificados, de grandezas, afastamentos ou compleição desconhecidos. Apesar disso, parece evidente que as lógicas guardam entre si relações estruturais de interdependência ou, ao menos, de dependência da lógica derivada para com as lógicas mais simples. Em outros termos, qualquer estrutura contempla condicionantes estruturais, e eu me sentiria mais confortável se o mapeamento do Logos fosse realizado com plena iluminação da estrutura subjacente e, ainda mais, se essa estrutura fosse capaz de justificar os próprios padrões lógicos, mediante argumentos estruturais e não, recursivamente, lançando mão do padrão operativo de qualquer das lógicas.

Gostaria, porém, de protelar uma discussão mais detida dessa estrutura para um terceiro trabalho, pois não somente o reposicionamento da Lógica Dialética como também a rediscussão das características da Lógica Hiperdialética exigem o esclarecimento prévio do modelo dimensional de universo, que me fornece a capacidade de ver os limites do modelo proposto por Sampaio.

Conforme projetado inicialmente, aqui nos propomos apenas a responder a primeira das três questões que colocamos ao delimitar o nosso objeto: questão relativa ao grau de independência que Sampaio confere à Lógica da Diferença. Nesse sentido, consideramos a missão cumprida. A adoção da perspectiva subjetiva foi justificada positivamente, e a solução revela-se, no mínimo, igualmente esclarecedora.

Brasília, abril de 2004.

O STATUS ONTOLÓGICO DA LÓGICA III

INTRODUÇÃO

No segundo trabalho desta série, oferecemos crítica às razões que levaram Sampaio a colocar a Lógica da Diferença **D** ao lado e em igualdade de condições com a Lógica Transcendental **I**, na constituição do território da lógica (Logos). Nesse trabalho, justificamos ser conveniente adotar a perspectiva subjetiva na consideração do problema, porque a entendemos mais adequada à questão.

Esclarecemos, na ocasião, que o vislumbre dos limites do modelo dialético de Sampaio tinha sido possibilitado pela adoção de um modelo referencial distinto, modelo esse resultante da hipótese de o universo estar sujeito a um poder normativo universal que enseja organizar o âmbito do fenômeno em instâncias dimensionais.

Observamos que essa visão dimensional do mundo confirmava quase todas as percepções de Sampaio quanto às lógicas integrantes do Logos, mas que, curiosamente, gerava uma estrutura diferente da sampaiana em três pontos: 1. não confirmava o grau de independência que Sampaio conferia à Lógica da Diferença; 2. invertia a ordem das lógicas Clássica e Dialética na estrutura e 3. conceituava e caracterizava diferentemente a quinta lógica da estrutura, designada, por Sampaio, *hiperdialética quinquitária*.

Mesmo sem explicitar o modelo que usamos como referência, ao considerar a primeira dessas três questões, justificamos a adoção da perspectiva subjetiva e chegamos a derivar dela uma organização do Logos que invertia a posição das lógicas clássica e dialética na estrutura. Nesse novo modelo, a obtenção das demais lógicas seria alcançada pela reiterada aplicação da diferença. Como resultado, mantendo a formalização proposta por Sampaio, obteríamos: **I**, **I/D**, **I/D²**, **I/D³** e **I/D⁴**, indicando, respectivamente, a Lógica da Identidade, a Lógica da Diferença, a Lógica Clássica, a Lógica Dialética e a Lógica Hiperdialética.

Obviamente, essa estrutura (**I**, **I/D**, **I/D²**, **I/D³** e **I/D⁴**), da forma como foi apresentada, não pode ser tomada como uma proposição alternativa à estrutura defendida por Sampaio, porque a sua formação não foi justificada. É evidente que as instâncias mais complexas da estrutura são obtidas pela reiteração da diferença, da mesma forma que se percebe certa harmonia formal na estrutura, mas isso não é suficiente para arguir correlação entre a identidade formal que cada lógica ganha na estrutura e o correspondente padrão operativo. Para isso, seria necessário demonstrar que a reiteração da diferença, além de nos permitir transitar de uma lógica para outra, seria capaz de explicar os padrões operativos das lógicas. Sem isso, essa estrutura pode, virtualmente, indicar apenas o desdobramento formal da notação simbólica, sem qualquer correlação com a realidade objetivada.

Na verdade, Sampaio adotou a síntese dialética generalizada como critério de desdobramento da estrutura, também sem justificar essa solução, ou, ao menos, eu não consegui encontrar essa justificativa no material de que disponho. De qualquer modo, não se pode desconhecer que estamos diante, se não de uma flagrante fragilidade teórica do modelo, ao menos de justificação insuficiente.

Assim, aqui, neste terceiro trabalho, vamos considerar as questões 2 e 3, na perspectiva de esclarecer plenamente a estrutura subjacente. Para tanto, vamos partir da especificação do modelo dimensional de mundo que adotamos como referência, esperando,

com isso, formalizar modelo descritivo do território da lógica, positivamente justificado, mediante argumentos de convicção capazes de superar os inconvenientes apontados.

O MODELO DIMENSIONAL DE UNIVERSO

Constitui solução consagrada pela ciência a caracterização do espaço com auxílio das ordenadas cartesianas. Descartes, no século XVII, percebeu que o âmbito do espaço contempla três dimensões: *altura*, *largura* e *profundidade*. Einstein, três séculos depois, estudando os fenômenos magnéticos, percebeu que essa caracterização do espaço era insuficiente para contemplar o âmbito de tais fenômenos. Concluiu que o tempo exigia um quarto número, além dos três números cartesianos, e usou o conceito de *campo* para indicar o âmbito dos fenômenos magnéticos.

A nossa hipótese considera que o conceito de *campo*, devidamente ajustado para campo existencial, pode ser utilizado para indicar o âmbito existencial de qualquer fenômeno e não indicar apenas o âmbito espaço-temporal dos fenômenos magnéticos e que esse campo existencial comporta cinco instâncias e não apenas quatro números, como proposto por Einstein. Cremos que neste trabalho, podemos dispensar maiores justificativas para adotar o conceito de campo para todos os fenômenos, tendo em vista que o conceito ajusta-se a isso intuitivamente. A quinta instância, por sua vez, justifica-se porque a diversidade fenomênica do mundo indica que os fenômenos são limitados ou possuem um âmbito limitado. Disso decorre possuírem os fenômenos completude, totalidade, de sorte que uma quinta instância torna-se indispensável justamente para indicar essa totalidade que, no modelo, vem a ser a instância relativa à totalidade do campo.

Qualquer observador atento percebe que a totalidade dos fenômenos instaura uma realidade que transcende à mera soma das partes. Com isso, observa-se que um modelo referencial que organiza o campo em dimensões ajusta-se à cultura vigente e não representa nem mesmo proposição muito inovadora. Apenas ampliou-se o que já se sabia. O modelo resultante explicita a composição do campo existencial em sua *extensão métrica*, correspondente ao âmbito do fenômeno e, por isso, admite expressão privilegiada na forma de diagrama, conforme a seguinte figura.

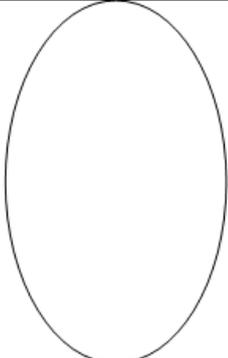
ESTRUTURA DO CAMPO		COMPLETUDE DO CAMPO
N	Dimensões desconhecidas	
4	Quarta dimensão	
3	Terceira dimensão	
2	Segunda dimensão	
1	Primeira dimensão	

Figura 23: A estrutura do campo existencial.

Adotando uma perspectiva estrutural, como implícito na parte esquerda da figura, destacam-se as quatro dimensões conhecidas e mais um quinto âmbito **N**, relativo a possíveis dimensões de ordem superior à quarta, presentemente desconhecidas. Dado que a amplitude se estende da 1ª à enésima dimensão, fica garantido que o modelo abrange todo o âmbito do campo. Sua completude, porém, encontra melhor expressão na forma esférica ou ovoide, como indicado na parte direita da figura, existindo justificativas e razões geométricas que não cabem neste trabalho para entender que assim seja⁸⁵.

Nesse modelo, observa-se que as quatro primeiras instâncias, que possuem amplitudes dimensionais iguais a 1, 2, 3 e 4, definem um sentido de crescente complexidade e o desdobramento dessa complexidade crescente faz-se, instância por instância, segundo um mesmo critério: desdobrando uma dimensão adicional. Com isso, temos em mãos uma estrutura cuja composição e cuja lei de formação estão claramente definidas e cujo alcance abrange certamente todo o complexo espaço-temporal vislumbrado pela tradição científica.

Nesse modelo, a complexidade crescente interrompe-se na quarta dimensão, porque a espécie humana não consegue perceber nem compreender qualquer manifestação correspondente a uma virtual quinta dimensão. Mesmo que o universo comporte manifestações dessa ordem, a espécie humana não desenvolveu recursos perceptivos para percebê-las. Apesar disso, não resta dúvida, somos capazes de perceber uma instância superior à quarta, esta, porém, correspondente à totalidade dos fenômenos.

Essa é apenas a feição, a aparência geral do modelo, a sua forma. Em sua essência relevante, esse modelo pretende representar o Poder Normativo Universal que, conforme hipótese que adotamos, condiciona a manifestação ôntica de todos os fenômenos e, assim também, como não podia deixar de ser, dos fenômenos subjetivos da consciência. Portanto, para completar as razões e as justificativas capazes de dar sustentação teórica ao modelo, falta defender a adoção da hipótese de existência de um poder normativo universal condicionando tudo e falta estabelecer a correspondência objetiva das cinco diferentes instâncias que o modelo destaca, verificando, adicionalmente, se o resultado potencializa um olhar mais revelador sobre o mundo.

Para quem encontre particular dificuldade em admitir a presença ontológica de um poder normativo universal, cumpre observar que, por hora, trata-se apenas de admitir isso como mera hipótese de trabalho, rigorosa e exatamente da mesma forma que a sua recusa ampara-se na hipótese contrária de o universo ter origem caótica e comportamento aleatório, justamente em face da ausência de invariantes universais⁸⁶.

⁸⁵ Utilizando-se o quinto postulado de Euclides (que se refere a um universo que somente admite **uma** paralela a uma reta dada), é possível demonstrar que as questões de curvatura do campo, contempladas pelas geometrias não euclidianas, apontam para universos de diferentes amplitudes dimensionais, sendo que a geometria da superfície da esfera contempla o caso particular de universo que sequer admite a condição reta. O universo de uma dimensão não admite paralela a uma reta dada (porque não tem “espaço” para isso); o de duas dimensões é o universo euclidiano; o universo de três dimensões admite infinitas paralelas a uma reta dada, e o universo de quatro dimensões somente admite paralelas sucessivas. Entre as surpreendentes propriedades desse modelo dimensional de universo, arrola-se a reunião das geometrias em um modelo integrador, posicionando cada uma delas em seu devido lugar, o que restitui à geometria a prerrogativa de expressar a estrutura do universo.

⁸⁶ Essas duas concepções situam-se em posições diametralmente opostas. Nos pontos extremos, uma afirma a imponderabilidade total e a outra a previsibilidade total. Esses dois pontos extremos servem para definir posição, mas são metodologicamente inúteis: se apenas temos de cumprir um destino, não há nada a se fazer, e, se é tudo

Assim, embora atualmente a modernidade encontre-se seduzida por uma teoria do caos, um modelo ordenado e dimensional de universo, como já vimos, não constitui novidade alguma. Novo mesmo foi o olhar lançado sobre esse modelo, à luz da hipótese de um poder normativo universal, e surpreendente foi a constatação de que ele explicita com absoluta fidelidade os padrões de manifestação ôptica dos fenômenos.

Em geometria, o ponto é definido como *um lugar no espaço desprovido de dimensão*. A reta ideal é definida como a figura resultante do deslocamento de um ponto no espaço, em um único sentido e na mesma direção. A reta, assim, concebida caracteriza um universo provido de apenas uma dimensão. A reta ideal representa, pois, a amplitude disponível na instância unidimensional do nosso modelo.

Ora, em âmbito de amplitude dimensional unitária, o “espaço” disponível é bastante exíguo e nem todo tipo de movimento pode ser realizado. Qual é, então, o tipo de movimento possível em um universo unidimensional? Tendo a reta ideal em mente, perceba-se que pode não haver movimento algum, pode surgir um movimento e estender-se no único sentido disponível e pode também o movimento cessar. Nada mais. No máximo, haver variações de velocidade e duração, mas nada que altere o padrão: surgir, estender-se, cessar. Esse padrão de movimento, como já vimos, é nosso conhecido: o padrão de movimento típico da Lógica Transcendental.

A precisão com que a Lógica Transcendental encaixa-se na instância de uma dimensão do modelo não decorre apenas do fato do movimento transcendental constituir o único movimento possível na amplitude ali disponível, mas também do fato de o movimento transcendental caracterizar-se como movimento criativo entre **não ser** e **ser** ou, mais sintomaticamente, entre **0** e **1**: (**0** → **1**). Quando se olha a estrutura do modelo, no sentido inverso ao da complexidade ou no sentido da simplicidade: **4** → **3** → **2** → **1** → **0**, vemos emergir no modelo uma instância de zero dimensão, de pleno acordo com o exigido pela Metafísica. O modelo geométrico recepciona a Metafísica com perfeição.

Embora essas duas condições se somem na justificação do modelo, o fator relevante é a correlação detectada entre a amplitude disponível na instância e o padrão de movimento típico da lógica, porque essa condição repete-se nas demais instâncias, em que cada amplitude disponível, potencializa um movimento típico que corresponde ao padrão de movimento de uma das lógicas conhecidas.

Imagine-se uma reta ideal vertical (de uma dimensão) desdobrando o plano ideal (de duas dimensões). O movimento de instalação da bidimensionalidade, a partir da reta, somente pode ser um movimento diversificador, como um leque abrindo-se igualmente para ambos os lados. Essa visão do leque abrindo-se para ambos os lados evidencia o caráter simétrico do movimento diversificador e revela não apenas como o âmbito bidimensional enseja o advento da diferença, mas também que a simetria constitui característica essencial dessa instância e, conseqüentemente, também da diferença. A identidade pode ser colocada isoladamente, mas a diferença não pode ser colocada sem a presença de um simétrico, ainda que esse simétrico permaneça velado ou oculto como Lacan e Sampaio bem perceberam. Eis

aleatório, basta confiar na sorte. Felizmente, existem evidências suficientes para se refutar esses dois extremos: os universais não determinam o que você vai comer amanhã no almoço, mas determinam que haverá um amanhã, sem garantir, entretanto, que você ou eu estaremos presentes.

aí a Lógica da Diferença de Sampaio, caracterizada como padrão de movimento típico de um âmbito dotado de duas dimensões.

Na instância seguinte, a amplitude tridimensional possibilita o advento do espaço cartesiano e, portanto, também o advento da matéria. O movimento típico da materialidade, como facilmente constatam nossos olhos, é a circularidade espacial que se manifesta na natureza, principalmente, como funcionalidade orgânica. Se levarmos em conta que o tempo apenas vai surgir na quarta dimensão, a circularidade presente na terceira não está sujeita à entropia, sendo, portanto, repetição estável e permanente em cadeia de causa e efeito que não se altera, mas apenas se repete. A possibilidade de uma terceira opção está aqui completamente excluída, como bem determina o princípio do terceiro excluído que preside a Lógica Clássica da mera consequência. Por isso, o efeito, situado para além da causa, é plenamente previsível.

Na quarta dimensão, como bem observou Einstein, manifesta-se o tempo, e seu primeiro efeito é romper a estabilidade presente na terceira. O princípio entrópico corrói tudo e, embora o futuro se descortine sempre, dialeticamente, a partir de argumentos constituintes do presente, não há mais condições de determinar *a priori* as consequências. O futuro é incerto, embora não seja completamente aleatório, porque a síntese não pode fugir das determinações ou das possibilidades estruturais presentes nos argumentos que se defrontam.

A última instância do modelo, a instância da totalidade, sintomaticamente, não pode ser obtida pelo desdobramento adicional de outra dimensão além da quarta. Um desdobramento desse tipo nos levaria a uma quinta dimensão não inteligível. Para atingir a totalidade, é necessário executar um salto de feição transcendental, mudando radicalmente o modo de olhar e de pensar. Para compreender a natureza desse salto, é preciso ter em mente que os modos de pensar correspondentes às quatro primeiras dimensões constituem modos dicotômicos de pensar⁸⁷, enquanto o pensamento correspondente à totalidade representa um pensamento de padrão complementar, situado para além das dicotomias, como nos ensina a geometria da superfície da esfera. Na contemplação da totalidade, não há antagonismos, mas apenas a indispensável complementaridade.

Assim, o modelo dimensional de universo, contempla uma visão interior e uma visão exterior dos fenômenos. A visão interior contempla quatro instâncias complementares que definem quase toda a estrutura constitutiva comum dos fenômenos. Essa estrutura revela-se hierarquicamente organizada. As quatro instâncias são obtidas pelo desdobramento reiterado da dimensão, o que viabiliza quatro amplitudes dimensionais distintas, cada uma delas determinante de um padrão de movimento específico, reconhecido como sendo o movimento típico de uma das quatro primeiras lógicas mencionadas por Sampaio. A visão exterior contempla a totalidade do fenômeno, situada para além das suas partes constitutivas, totalidade manifesta como movimento e poder integrador que se configura movimento típico de uma lógica de padrão complementar.

⁸⁷ A Lógica Transcendental contempla a dicotomia **ser-não ser**, a Lógica da Diferença coloca a dicotomia estrutural ou simétrica, a Lógica Clássica coloca a dicotomia entre causa e efeito, e a Lógica Dialética, a dicotomia tese-antítese. Acima das dicotomias, porém, uma força superior, de ordem complementar, mantém as tensões dicotômicas sob controle, ensejando, por exemplo, que as rebeldes partículas subatômicas sejam reunidas em certo arranjo estável e viabilizem o advento do átomo e, a partir daí, da molécula, da matéria, dos organismos, dos sistemas planetários etc. Retire-se esse poder integrador e o universo dilui-se em um oceano de partículas livres.

CONFRONTO DO MODELO DIMENSIONAL COM O MODELO DIALÉTICO

O modelo dialético gera a estrutura **I, D, I/D, D/D e I/D/D**, que indica as lógicas Transcendental, da Diferença, Dialética, Clássica e Hiperdialética, respectivamente.

O modelo dimensional gera a estrutura **I, I/D, I/D², I/D³ e H**, que indica as lógicas Transcendental, da Diferença, Clássica, Dialética e Holística, respectivamente.

Não há, entre as duas concepções, qualquer diferença de conceituação das lógicas Transcendental, da Diferença, Clássica e Dialética. Tampouco existe qualquer diferença de entendimento quanto aos seus padrões operativos ou quanto aos tipos de pensamento potencializados. As próprias lógicas são tomadas, nos dois casos, em sentido amplo, como padrões lógicos que, virtualmente, admitem manifestações variadas. Também, em ambos os casos, percebem-se presentes apenas cinco padrões lógicos distintos, vinculando-os a cinco tipos distintos de pensamento, correlatos de aspectos específicos dos fenômenos.

As diferenças são, basicamente, aquelas três mencionadas na introdução deste trabalho como questões a serem estudadas e resolvidas. Observe-se, porém, que tanto a diferença de *status* da lógica da diferença frente à lógica da identidade quanto à posição das lógicas dialética e clássica na estrutura e mesmo a diferença de conceituação da quinta lógica resultam, essencialmente, dos modelos dialético ou dimensional adotados.

A diferença de posicionamento da lógica da diferença, no caso do modelo dialético, colocada ao lado da lógica da identidade, como lógica fundamental, e, no caso do modelo dimensional, colocada adiante dela, como lógica da segunda instância, não altera o seu papel essencial na configuração da estrutura. Em ambos os casos, é o desdobramento da diferença que vai ensejar o advento das lógicas mais complexas. Afinal, o desdobramento de uma dimensão adicional equivale certamente a estabelecer uma diferença adicional. Nesse sentido, essa primeira diferença entre os modelos pode ser desprezada.

Ocorre, porém, que a caracterização da lógica da diferença como lógica da simples diferença e a impossibilidade de refutar a própria demonstração de Sampaio de que a lógica clássica constitui uma lógica da dupla diferença⁸⁸ impõem o deslocamento da Lógica Dialética da terceira para a quarta posição da estrutura. Atente-se, simultaneamente, que esse deslocamento, por curioso que pareça, não altera os padrões operativos das Lógicas Clássica e Dialética envolvidas. Por quê?

No meu entender, isso se deve à questão central aqui envolvida, que já foi tangenciada no segundo artigo desta série: Sampaio adotou a solução da síntese dialética generalizada não como solução ideal, mas como solução de menor custo diante das opções representadas pelas perspectivas objetiva e subjetiva que, segundo ele, estabeleciam um conflito inconciliável. Isso significa que Sampaio captou as lógicas direta e corretamente, examinando o pensamento e, somente depois, foi em busca de um modelo capaz de reuni-las em estrutura homogênea. A síntese dialética foi a solução encontrada.

⁸⁸ Sampaio explica que, em presença do terceiro excluído, a negação da negação somente pode restabelecer a afirmação, não sendo possível uma terceira alternativa. Marcelo Celani Barbosa, no capítulo 5 do seu livro, apresenta uma figura indicativa dessa situação: primeiro, um recorte D1 isola um âmbito do resto do mundo; depois, um segundo recorte D2, dentro do âmbito D1, define A. O resultado é que a negação de A (D2) recai em não A (D1), e a negação de não A somente pode restabelecer A = não-não-A.

Por essa razão, também, embora Sampaio tenha percebido, com toda propriedade, a presença de um pensamento de feição complementar e não dicotômico, um pensamento de amor, não excludente, como aquele que fundamenta os movimentos ecológicos e pacifistas mundo afora, e o tenha colocado na estrutura na posição correta, entendeu-o como operação dialética complexa, envolvendo todos os tipos de pensamento, confundindo-o com o método de uso combinado de todas as faculdades humanas de pensar.

O modelo dimensional evita essa confusão e demonstra que a instância da totalidade dos fenômenos presidida por essa lógica complementar não se situa no horizonte de complexificação regular da estrutura interna, porque se trata de uma instância na qual as dicotomias já não estão mais presentes. **I/D⁴** como instância produzida pelo desdobramento de uma quinta dimensão ou pelo desdobramento de uma quarta diferença seria ainda uma instância dicotômica de algum modo, em face da herança recebida das lógicas anteriores. A Lógica Holística, caracterizada pela geometria da superfície da esfera, ao contrário, já não guarda qualquer traço dicotômico: sem os outros, a totalidade simplesmente não existe.

CONCLUSÃO

Parece justo concluir que a adoção de um modelo ou outro em si não altera a composição lógica do Logos nem amplia a capacidade mental dos humanos. O que pode fazer diferença é o uso metódico e combinado das cinco lógicas, em escala coletiva, como sonhou Sampaio particularmente para o Brasil. Um sonho ao qual me associo sem reservas.

Mas é justamente em nome desse sonho que cumpre lapidar o território das lógicas até o ínfimo detalhe, consolidando-o como plataforma potencializadora de uma visão mais completa do mundo e, conseqüentemente, de atitudes humanas mais competentes e conseqüentes diante da vida. É preciso considerar que a estrutura do Logos vai influir no método de uso combinado dos diferentes modos de pensar e, assim, impactar tanto os diagnósticos quanto os projetos gerados com tal perspectiva.

Nesse sentido, acredito que o modelo dimensional revela-se didaticamente mais conveniente não apenas porque a constituição do modelo encontra-se mais bem definida e justificada, mas também porque os padrões lógicos adquirem uma definição mais precisa, como movimentos típicos de determinadas amplitudes dimensionais.

Há ainda razões outras que não cabem neste trabalho, algumas das quais mencionadas no livro que publicamos, em 1999, e outras que, embora já sejam evidentes, estão exigindo estudos adicionais. Não tenho, porém, mais dúvidas em afirmar que a participação da lógica na aventura humana está apenas começando.

A condição básica para quem queira aprofundar-se nessa senda é tomar a hipótese do Poder Normativo Universal positivamente, com todas as suas conseqüências. Isso implica não apenas entender que todos os fenômenos manifestos no mundo sejam criados por esse poder normativo, mas implica admitir igualmente que todos os fenômenos sejam também moldados por esse poder.

Esse Logos é o paradigma, o resto é mera conseqüência lógica.

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1:	Representação triangular da <i>década sagrada</i> de Pitágoras.....	13
Figura 2:	Os princípios primeiros de Pitágoras.....	14
Figura 3:	A geometrização dos princípios primeiros de Pitágoras.....	23
Figura 4:	Representação alquimista da <i>década</i>	28
Figura 5:	A Grande Enéada da cultura sufis.....	29
Figura 6:	O triângulo sagrado egípcio.....	30
Figura 7:	A correspondência dimensional da <i>década</i> de Pitágoras.....	50
Figura 8:	Conteúdos normativos, objetivos e gnosiológicos do modelo dimensional.....	51
Figura 9:	As referências pitagórico-platônicas e o modelo dimensional.....	81
Figura 10:	As referências de Platão e o modelo dimensional.....	91
Figura 11:	Representação triangular da <i>década sagrada</i> de Pitágoras.....	95
Figura 12:	O pentagrama e seu caráter replicante.....	98
Figura 13:	Estrutura formativa da complexidade geométrico-formal.....	98
Figura 14:	Comparação entre a solução pitagórica adotada e a opção restrita ao plano....	99
Figura 15:	Opções, pitagórica e platônica, frente ao modelo dimensional.....	101
Figura 16:	O modo platônico de ver o mundo I.....	106
Figura 17:	O modo platônico de ver o mundo II.....	110
Figura 18:	Correspondência da <i>década</i> grega com os <i>neteru</i> egípcios envolvidos na criação.....	112
Figura 19:	O modelo metafísico de Platão ou o modelo que estava ao seu alcance – Fase A.....	116
Figura 19.1:	O modelo metafísico de Platão ou o modelo que estava ao seu alcance – Fase B.....	117
Figura 19.2:	O modelo metafísico de Platão ou o modelo que estava ao seu alcance – Fase C.....	118
Figura 20:	O Logos Normativo como estrutura receptiva e referência analítica dos cinco gêneros de Platão.....	121
Figura 21:	Enquadramento dos gêneros na estrutura do Logos Normativo.....	126
Figura 22:	Enquadramento dos gêneros e dos ordinais da <i>Carta VII</i> na estrutura do Logos Normativo.....	128
Figura 23:	A estrutura do campo existencial.....	160

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Marcelo Celani. *As lógicas ressuscitadas segundo Sampaio*. São Paulo: Makron Books, 1998.
- BAZÁN, Francisco García. *La concepción pitagórica del número y sus proyecciones*. Buenos Aires: Biblos, 2005. 155 p.
- BERGSON, Henri. *Evolução criadora*. Tradução Adolfo Casais Monteiro. São Paulo: UNESP, 2009. 406 p.
- BESANT, Annie. *O cristianismo esotérico*. Tradução E. Nicoll. São Paulo: Pensamento, 1935. 208 p.
- BINI, Edson. *Aristóteles. Metafísica*. Introdução, tradução e notas. São Paulo: Edipro, 2006. 363 p.
- BORNHEIM, Gerd (Org). *Os filósofos pré-socráticos*. 21. ed. São Paulo: Cultrix, 1976. 128 p.
- BOYER, Carl B. *História da Matemática*. 3. ed. Tradução Helena Castro. São Paulo: Blucher, 2012. 508 p.
- CHERNISS, Harold. *El enigma de la primera academia*. Tradução Suzana Marín Delgado. México: UNAM, 1993. 111 p.
- CORNELLI, Gabriele. *Onde está Platão? A Academia de Atenas no tempo de Platão como lugar de ausências*. Imprensa da Universidade de Coimbra, no prelo. 23 p.
- _____. *Os números e a natureza do mundo no pitagorismo antigo*. In: SOARES, C. *Espaços do pensamento científico da Antiguidade*. Coordenação Carmen Soares. Coleção conferências & Debates interdisciplinares. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, dez 2013, p. 37-58.
- DELEUZE, Gilles. *Diferença e repetição*. Tradução Luiz Orlandi e Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1988. 499 p.
- FERNANDES, Edrisi. *A modern approximation to pythagoreanism: Boscovich's "point atomism"*. On Pythagoreanism. Ed. by Cornelli, Gabriele / McKirahan, Richard / Macris, Constantinos. 2013, eBook (PDF), ISBN 978-3-11-031850-0. p. 435-482. Disponível em: <<http://www.degruyter.com/viewbooktoc/product/207837>>. Acesso em: 27 mar. 2016.
- GADALLA, Moustafa. *Cosmologia egípcia: o universo animado*. Tradução Fernanda Rossi. São Paulo: Madras, 2003. 173 p.
- GOSWAMI, Amit. *Evolução criativa das espécies*. Tradução Marcello Borges. São Paulo: Aleph, 2009. 304 p.

HALL, Elton. *Amônio Sacas*. Artigo de tradutor não declarado. Revisão Osmar de Carvalho. Disponível em: <<http://www.levir.com.br/inst-006.php>>. Acesso em: 27 maio 2015.

HEISENBERG, Werner. *A parte e o todo*. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

HUSSERL, Edmund. *Lógica formal y lógica transcendental*. Tradução Luis Villoro. México: Universidad Nacional Autónoma de México, Centro de Estudios Filosóficos, 1962.

IRWIN, Terence H. Platão. *Carta VII*. Introdução. Tradução do grego José Trindade Santos e Juvino Maia Jr. Rio de Janeiro, Biblioteca Antiqua PUC. São Paulo, Edições Loyola, 2008.

KIRCHWEGGER, Anton Joseph. *Golden chair of homer*. 2. ed. Transcrição literal de uma edição Rosacruz rara de 1781. Berlin: R.A.M.S., Hermann Barsdorf Verlang, 1921. 498 p.

KUHN, S. Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. Tradução Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. São Paulo: Perspectiva, 1997. 257 p.

LASZLO, Ervin. *A ciência e o campo Akáshico: uma teoria integral de tudo*. Tradução Aleph Teruya Eichemberg e Newton Roberval Eichemberg. São Paulo: Cultrix, 2008, 191 p.

LAVAGNINI, Aldo. *Manual del compañero*. Buenos Aires: Kier S/A, 1964 (1. ed.) e 1994 (16. ed).

LORENTE, Miguel Periago. *Porfírio. Vida de Pitágoras, Argonáuticas órficas, Himnos órficos*. Introdução, tradução e notas. Biblioteca Clásica Gredos. Madrid: Editorial Gredos, 1987.

_____. *Jámblico. Vida pitagórica: Protréptico*. Introdução, tradução e notas. Biblioteca Clásica Gredos. Madrid: Editorial Gredos, 2008. 314 p.

MARTÍN, José Pablo (Dir.). *Filón de Alejandria: obras completas, Vol. I, La creación del mundo según Moisés*. Tradução Francisco Lisi. Madrid: Trotta, 2009, 357 p.

MARTINEZ, Tomás Calvo. *Aristóteles. Metafísica*. Prólogo e tradução. Madrid: Editorial Gredos, 1994. 586 p.

McCLAIN, Ernest G. *Meditations through the Quran: conal images in an oral culture*. York Beach, Mine: Nicolas-Hays, Inc., 1981. 183 p.

_____. *The myth of invariance: the origin of the gods, mathematics and music from the Rg. Veda to Plato*. York Beach, Mine: Nicolas-Hays, Inc., 1976. 236 p.

_____. *The pythagorean Plato: prelude to the song itself*. York Beach, Mine: Nicolas-Hays, Inc., 1978. 204 p.

RAMOS JURADO, Enrique Ángel. *Jámblico. Sobre los misterios egipcios*. Tradução. Biblioteca Clásica Gredos, 242. Madrid: Editorial Gredos, 1997. 236 p.

REALE, Giovanni. *Para uma nova interpretação de Platão*. 2. ed. Tradução Marcelo Perine. São Paulo: Edições Loyola, 2004. 636 p.

ROCHA PEREIRA, M^a. H. (1972). Platão. *A República*. 13. ed. Introdução, tradução e notas. Lisboa, Fundação Calouste. 511 p.

RODRIGUES, J. *Parmênides: análise da viabilidade da Teoria das Formas como resposta de Platão a Aristóteles*. 2015. XII Simpósio Internacional da Sociedade Brasileira de Platonistas (SBP). Uberlândia, 2015.

RODRIGUES, Rubi G. *A missão permanente da Maçonaria: um sacerdócio maçônico*. Revista Ciência & Maçonaria, vol. 2, número 2, jul./dez. 2014, NP3, CEAM, UnB, Brasília, 2014a, p. 105-119. Disponível em: <<http://www.cienciaemaconaria.com.br/index.php/cem/article/view/36/30>>. Acesso em: 15 fev. 2015.

RODRIGUES, Rubi G. *A razão holística: método para o exercício da razão*. Brasília: Thesaurus, 1999. 271 p.

_____. *As origens egípcias das doutrinas não escritas de Platão*. Estudos Platônicos, Brasília: [s. n.], 2014b. Disponível em: <<http://segundasfilosoficas.org/as-origens-egipcias-das-doutrinas-nao-escritas-de-platao/>>. Acesso em: 10 set. 2015.

_____. *Carta VII de Platão: as doutrinas não escritas*. Estudos Platônicos, Brasília: [s. n.], 2013. Disponível em: <<http://segundasfilosoficas.org/carta-vii-de-platao-as-doutrinas-nao-escritas/>>. Acesso em: 10 set. 2015.

_____. *Filosofia: a arte de pensar*. São Paulo: Madras, 2011. 168 p.

_____. *Mensageiros de Aquário*. Estudos Platônicos, Brasília: [s.n.], 2014c. Disponível em: <<http://segundasfilosoficas.org/mensageiros-de-aquario/>>. Acesso em: 10 set. 2015.

_____. *Palestra pública de Platão sobre o Bem: fracasso ou sucesso?* 2015. XII Simpósio Internacional da Sociedade Brasileira de Platonistas (SBP). Uberlândia, 2015.

RODRIGUES, Rubi G.; RODRIGUES, Jônatas G. *Inteligência organizativa: uma discussão sobre a parte e o todo*. *Redes* – Revista Capixaba de Filosofia e Teologia da Arquidiocese de Vitória, Vitória, ES, 2012. p. 127-134. Disponível em: <https://issuu.com/catolicasalesiana/docs/redes_-_filosofia_e_teatologia_n18>. Acesso em: 10 set. 2015.

SILVA, Conceição G. e MELO, Maria A. *Platão. Cartas*. Tradução. Lisboa: Editorial Estampa, 2002, p. 47-93.

ROWE, Christopher J. Modelos de hermenêutica platônica nos séculos XIX e XX. In: MIGLIORI, Maurizio; FERMANI, Arianna (Org.). *Platão e Aristóteles: dialética e lógica*. Tradução Ivone C. Benedetti. São Paulo: Edições Loyola, 2012. 450 p.

SAMPAIO, Luiz Sérgio Coelho de. *A lógica da diferença*. Rio de Janeiro: UERJ, 2001. 171 p.

_____. *Física moderna*. Rio de Janeiro: H.P. Comunicação, 2005. 238 p.

_____. *Teoria das objetividades*. Apostila, Programa de Desenvolvimento Gerencial. Rio de Janeiro: Embratel, 1982.

SANTOS, Mário Ferreira dos. *Pitágoras e o tema dos números*. São Paulo: IBRASA, 2000. 240 p.

SHELDRAKE, Rupert. *Uma nova ciência da vida: a hipótese da causação formativa e os problemas não resolvidos da Biologia*. Tradução Marcello Borges. São Paulo: Cultrix, 2014. 328 p.

STEFANINI, Luigi. *Platão*, vol. I, Pádua, 1949, p. XXXIII; reimp. 1991, p. 391.

SZLEZÁK, Thomas Alexander. *A imagem do dialético nos diálogos tardios de Platão*. Tradução Werner Fuchs. Revisão técnica Marcelo Perine. São Paulo: Edições Loyola, 2011a. 261 p.

_____. *Platão e a escritura da filosofia*. Tradução Milton Camargo. São Paulo: Edições Loyola, 2009. 427 p.

_____. *Platão e os pitagóricos*. Revista Archai, n. 6, 2011b, p. 121-132. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/archai/article/view/3757/3261>>. Acesso em: 19 nov. 2015.

TIGERSTEDT, Eugene Napoleon. *Interpreting Plato*. Estocolmo, Stockholm Studies in History of Literature. Paperback, 1977. 389 p.